

A PSICOPATOLOGIA NA DISPUTA DA GUARDA POR UM FILHO

Martha Marlene Wankler Hoppe

Tese apresentada como exigência parcial
para obtenção do grau de Doutor em Psicologia
sob orientação do
Prof. Doutor José Luiz Caon

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia
Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento
Porto Alegre, 28 fevereiro de 2002

Para o Marco André,
Mariana
e Augusto

RESUMO

A disputa por um filho é uma situação tratada nas instituições judiciais através da nomeação do guardião mais apto para permanecer com a criança ou através de acordos entre as partes envolvidas, sempre considerando o princípio de priorizar o interesse superior da criança. Este estudo tem como objetivo elucidar aspectos da condição psicopatológica da disputa por um filho e suas repercussões no processo identificatório da criança. Para tanto, a pesquisadora partiu da pesquisa psicanalítica e da proposta de construção de caso psicanalítico para elaborar um ensaio metapsico(pato)lógico do caso. Foram realizados três estudos enfocando a criança na situação de disputa entre a família biológica e a família guardiã, na disputa entre uma dupla e mediante a separação conjugal.

Ao finalizar o estudo levantou-se a questão sobre a importância da retomada do processo identificatório da criança disputada mediante a firmação do contrato identificatório. A posição dos pais na disputa pelo filho caracterizou a necessidade de exposição de um risco de perda deste filho e do desejo pelo mesmo. O compromisso identificatório da criança deverá ter suas cláusulas revistas e o desejo de um filho, para os pais, incluirá a assunção de um filho desejado e do não desejo de desejo por este filho. A possibilidade de mudança surgirá com a revelação de uma demanda que se autoriza e com a nova posição, que só poderá ser assumida pela criança com a participação da tolerância e flexibilidade daqueles que são os signatários de seu compromisso identificatório. O processo identificatório da criança, nos casos de disputa de guarda, terá a possibilidade de ser retomado através de sua mediação em situação psicanalítica de tratamento.

ABSTRACT

The quarrel for a child is a situation treated in the judicial institutions through the appointment of the most capable guardian to stay with the child or through deals made between the persons who are involved, always considering at first the child's interest. This study has the objective to analyse aspects of the psychopathology condition of the quarrel for a child's custody and its effects on the identificatory process of the child. For that, the research started with the psychoanalytic research and the proposal the built of a psychoanalytic case to elaborate a metapsycho(patho)logic essay of the case. It were achieved three studies showing the child's custody of the quarrel situation between the biological family end the custody family, the quarrel between a couple and by the divorce of the parents.

When ending the study, it was asked about the retake of the identificatory process of the child beeing disputaded by means of the stablsh of the identificatory contract. The position taken by the parent on the quarrel distinguishes the need of exposition a risk of loose this child and the wish of the same. The identificatory compromis of the child must have its clauses rewieed and the wish of a child will include the assumption of a not wished kid and the not wish of wish of this child. The possibility of change will appear with the revelation of a demand that autorizes itself and with the new position, that can just be assumed by the child with the participation of tolerancy and flexibility from those ones that are the signersof the identificatory compromise. The identificatory process of the child, in the cases of the quarrel of child's custody, will have the possibility of beeing retaken through its mediation in the psychoanalytic situation of treatment.

SUMÁRIO

Resumo.....	3
Abstract.....	4
CAPÍTULO I	
Introdução.....	8
1.1 Apresentação.....	8
1.2 Considerações contextuais e implicações conceituais.....	10
1.2.1 A Psicanálise na situação de transdisciplinaridade com o Direito.....	11
1.2.2 O discurso jurídico e o discurso psicanalítico na relação com o saber e o conhecimento.....	13
1.2.3 A demanda do sujeito e o processo judicial.....	16
1.2.4 Do pátrio poder.....	21
1.2.5 Da guarda.....	26
1.2.6 Da tutela.....	33
1.2.5 Da adoção.....	34
1.2.6 A disputa por um filho: daquilo que trata este estudo.....	34
1.3 O modelo metapsicológico freudiano e o conceito de identificação.....	35
1.4 O psicopatológico na família.....	40
1.4.1 O real o imaginário e o simbólico.....	45
1.5 O processo identificatório.....	51
1.6 A situação de disputa de guarda de filhos e sua condição psicopatológica	57
1.7 Objetivos do estudo.....	63
1.8 Questões a serem investigadas.....	63
CAPÍTULO II	
A Pesquisa Psicanalítica.....	64
2.1 Buscando o espaço para a investigação: o campo de pesquisa psicanalítica.....	65
partida e o itinerário: a pesquisa psicanalítica e a busca da razoabilidade no irracionalismo.....	69
2.3 Estação de chegada: o caso metapsico(pato)lógico na pesquisa psicanalítica.....	77
2.4 Os achados: o fato clínico na construção do caso psicanalítico.....	78
2.5 Percalços de viagem: considerações sobre a metodologia psicanalítica e a forma como	

foi tratada neste estudo.....	79
CAPÍTULO III	
A criança sujeito de direito na trama fantasmática familiar: o caso Laura.....	85
3.1 Construindo as bases da investigação.....	85
3.2 A existência ameaçada por desencontros e rompimentos: o reencontro de Laura com a mãe e o pai	91
3.2.1 O pai imaginário ao pai simbólico: “Tenho vontade de ver meu pai, saber onde ele está.”.....	93
3.2.2. Da preservação da inocência infantil à apropriação da sua história via discurso materno: a erotização do perigo de que o latente se torne manifesto.....	101
3.2.3 A mãe “aqui” e a mãe “lá”: a constatação de espaços psíquicos distintos.....	102
3.2.4 O hiato da circulação na família substituta: “Nunca pensei que isso pudesse acontecer comigo”.....	104
3.3 O conflito identificatório.....	106
3.3.1 A escolha entre a mãe “aqui” e a mãe “lá: na interdição da lei na defesa da vida afetiva	111
3.3.2 Formações transgeracionais e compromisso identificatório.....	113
3.3.3. Reflexões sobre a transferência.....	115
3.4 O retorno a Laura.....	117
3.4.1 Abertura a novas revelações.....	119
3.4.2 O conflito identificatório e a impossibilidade de sustentação da demanda.....	122
3.5 Um novo retorno.....	129
CAPÍTULO IV	
O espaço de constituição do eu e a inoperância de uma Lei: o caso Joana.....	131
4.1 Buscando o acesso à existência de Joana.....	133
4.2 O fim da grande família.....	137
4.3 O lugar da enunciação	143
4.4 A busca materna, na e com a filha de um significante paterno.....	149
4.5 A história da mãe de todo desejo e que tudo demanda.....	152

4.6 O pai: a função de uma Lei inoperante	153
4.7 A busca de uma solução e o encontro com a morte na inoperância de uma Lei.....	154
4.8 Testemunha de uma enunciação.....	161
4.9 Um corpo inteiro reduzido a um objeto.....	162
4.10 A inoperância de uma Lei na função de uma intervenção na lei.....	166
CAPÍTULO V	
Entre o sol e a lua: a criança disputada na separação do casal.....	176
5.1 O caso Thaís.....	183
5.2. O caso Antonieta.....	199
5.3 A disputa de guarda por um filho e sua função de colmagem a um ideal	204
CAPÍTULO VI	
A psicopatologia na disputa da guarda por um filho: reflexos no processo identificatório através da autoconstrução contínua da subjetividade.....	207
6.1 A disputa por um filho e a demanda por um encontro.....	211
6.2 A intervenção na situação de disputa por filhos: a possibilidade de um encontro	220
6.3 A lei e a função do pai <i>pater</i>	221
6.4 O estatuto dos pais e o compromisso identificatório.....	228
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	231

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

O tema da guarda de filhos, especificamente da disputa pela guarda por um filho, tem sido amplamente abordado na literatura jurídica, porém, é a escassez de obras em psicanálise que o tornou objeto de nosso interesse. Através da experiência junto a uma instituição judiciária de uma cidade do interior do estado, onde realizamos assistência a crianças, adultos e famílias encaminhadas através das varas de família e juizado da infância e da juventude, observamos situações de disputa por um filho entre a dupla parental ou entre uma família que acolheu a criança e a família biológica. Nesta última situação, o objetivo da disputa visa, de modo geral, a manutenção da convivência com a criança e, até mesmo, sua adoção. Esses processos judiciais envolvem pedidos de destituição do pátrio poder dos pais genitores e da guarda desta criança em meio a situações familiares tensas, que muitas vezes, limitam a possibilidade de acordos diretos e exigem uma intervenção que reconheça conflitos situados em outra época. Observamos que o reconhecimento dos conflitos existentes entre as partes envolvidas não ocorre, permanecendo a transposição deste conflito para a situação de disputa por um filho, por sua posse, num total abandono da singularidade da criança. Nos questionamos sobre o sentido

desta disputa e a melhor forma de intervenção e posicionamos nossa escuta para aquela que detém o valor deslocado do conflito, a criança. Como tratamos de um processo de acolhida de uma criança por parte de adultos, genitores ou não, situamos o psicopatológico do acolhimento como contexto deste estudo.

A psicanálise contemporânea participa da situação de transdisciplinaridade, evoluindo e compartilhando no desenvolvimento de outras áreas do conhecimento. Na experiência desta pesquisa, inserida no contexto jurídico, situamos o espaço do psicólogo que intervém num momento de decisão judicial sob solicitação do juiz. Ao recebermos a demanda instituída pela situação jurídica, passamos a considerar o sujeito que ali se apresenta como paciente que busca aliviar seu sofrimento em uma instância social normativa. Não se trata, portanto, de uma questão unicamente de busca de direito, porém, abrange a ordem psíquica da singularidade dos conflitos de cada sujeito e a regulação de sua condição de indivíduo na dimensão dos vínculos familiares e da ordem da cultura.

Em relação à guarda de filhos, analisaremos o lugar do filho que é tomado como sujeito da ação. Não falamos aqui de um lugar no espaço de realidade, mas do lugar no espaço de função em relação aos pais, de filiação, cuja inscrição é registrada no discurso familiar do conjunto das imagens e das distintas modalidades que a função da sexualidade adota. Situamos o espaço psíquico da criança ou ambiente psíquico que fundamenta e organiza seu processo identificatório e as formações inconscientes de sua estrutura. No processo identificatório revelar-se-ão tramas familiares que permeiam gerações, cujos traços balizam o sujeito na sua condição de sujeito simbólico.

1.2 Considerações contextuais e implicações conceptuais

Partimos do contexto jurídico, tomando-o como sinalizador da realidade possível para o conflito apresentado. Assim, não assumimos o caso do paciente, mas o caso jurídico do paciente que encontra-se numa situação de acolhida tumultuada por conflitos. A compreensão da lei brasileira, especificamente, dos aspectos concernentes aos casos de disputa de guarda é nosso ponto de partida.

Para situarmos o espaço de origem de nosso estudo analisaremos, primeiramente, as questões do Direito, ou seja, do contexto jurídico brasileiro em que estas crianças e suas famílias estão inseridas. Partimos do tema do pátrio poder para situarmos, posteriormente, a questão da guarda, tutela e adoção de crianças.

A Constituição Federal de 1988 possibilitou a abertura de maior participação do cidadão na gestão pública e, conseqüentemente, de novas representações perante a lei. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8.069/1990) os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente são órgãos deliberativos, de controle das ações em questões de atendimento de crianças e adolescentes, em todos os níveis, garantindo a participação da sociedade civil na questão do poder. A garantia do acesso da criança à Justiça reconhece uma representação que antes não existia. A criança é sujeito do Direito, com acesso à Defensoria Pública, Ministério Público ou Poder Judiciário. Sua representação será concedida a um curador caso os interesses da autoridade judiciária colidirem com os interesses dos pais.

Se por um lado, esta situação jurídica fragmenta a autoridade da família sobre o filho, por outro, abre novas formas de vinculação entre os seus membros pela possibilidade de intervenção dos Conselhos dos Direitos, do Poder Judiciário, da Defensoria Pública e

Ministério Público. Os procedimentos envolvendo a solicitação de destituição ou suspensão do pátrio poder terão início por parte da autoridade judiciária ou pessoas que tenham legítimo interesse na questão. Portanto, a intervenção do Estado decorre do reconhecimento da relação entre família e sociedade. O antropólogo Lévi-Strauss (2000/1949) afirma que a constituição da família humana marca a passagem da natureza para a cultura; a família é a fonte das exigências naturais que compõe e torna possível a existência da sociedade. Sobre este contexto da família em relação à sociedade no acesso à representação na Justiça, que desenvolvemos nossa investigação, considerando os avanços da jurisdição sobre os direitos da criança e do adolescente.

1.2.1 A Psicanálise na situação de transdisciplinaridade com o Direito

Para introduzir as duas disciplinas em questão, a Psicanálise e o Direito, nos reportamos à situação do psicólogo que trabalha na área jurídica como avaliador e perito. No âmbito jurídico prevalece o modelo médico e positivista, de profissionais que se posicionam como avaliadores ou peritos ágeis, precisos e eficazes. Nos casos que envolvem relações familiares, separações conjugais com litígios e disputa pela guarda de filhos a avaliação de maior ou menor fragilidade psíquica de um dos cônjuges responde em casos extremos de psicopatologia evidente, deixando a questão da criança aparentemente solucionada. A decisão sobre a guarda da criança, assumida a partir de parâmetros nosográficos e conclusivos, tem revelado seus limites, principalmente nos casos que envolvem conflitos que se processaram por longos períodos da vida em família. Muitos casos necessitam de uma abordagem que contemple a manutenção dos vínculos ou maior discriminação, numa intervenção cujos efeitos proporcionarão uma abertura dos padrões de relacionamento e viabilização de novos recursos

vinculares. Acompanhando alguns casos posteriormente à audiência, constatamos que a decisão da guarda de um filho baseada em parâmetros que excluem o contexto histórico e vincular familiar pode intensificar conflitos entre pais e filhos e gerar conseqüências negativas ao desenvolvimento das crianças.

Questionamos o lugar do psicólogo na instituição jurídica e sua posição de “prestador de serviços” para integrar os diferentes discursos das disciplinas envolvidas em seu ofício. Trataremos aqui do discurso do Direito e do discurso Psicanalítico em suas distinções para posicionar o diálogo transdisciplinar e sua viabilização.

A Psicanálise, ao compartilhar seu campo de atuação com o Direito, abre a possibilidade de novos referenciais teóricos decorrentes da situação de transdisciplinaridade. O termo “transdisciplinaridade” contempla o prefixo *trans* (do latim) que designa a condição de transcender, ir além, através de. No vocábulo “disciplina”, encontramos a raiz *discere*, do latim, que tem o sentido de aprender. A disciplina vem a ser a doutrina, o conjunto de conhecimentos professados em cada cadeira de um estabelecimento de ensino. Assim, por transdisciplinaridade entende-se a situação ensino-aprendizagem que transcende as disciplinas afins e possibilita a criação de algo novo que contempla os conhecimentos de duas ou mais disciplinas. Podemos questionar a possibilidade de uma situação de transdisciplinaridade entre a Psicanálise e o Direito, que avance além da condição de multidisciplinaridade, comumente encontrada. Na multidisciplinaridade, o psicólogo apresenta os conhecimentos de sua disciplina através de um parecer psicológico, inserindo-o num processo jurídico em que constam posicionamentos legais sobre um fato em questão. O uso dos conhecimentos apresentados e documentados fica sob a responsabilidade do juiz que decide de forma conclusiva. De um modo geral, não ocorrem trocas de conhecimento diretas entre os profissionais de cada disciplina acerca do caso tratado, o que configuraria uma situação interdisciplinar. Para transpor esta situação de

multidisciplinaridade, e em alguns casos, de interdisciplinaridade para a situação de transdisciplinaridade é necessário que os profissionais envolvidos posicionem-se de forma a buscar um novo espaço de conhecimento. Na área jurídica, o psicólogo que opera na clínica psicanalítica assumirá a posição de conviver com os fatos psíquicos cindidos e mascarados pelo processo jurídico, sem revelar sua condição de forma objetiva. A revelação possível deverá ser aquela que preserve a relação ética do profissional, no compromisso com a verdade do sujeito.

1.2.2 O discurso jurídico e o discurso psicanalítico na relação com o saber e o conhecimento

O discurso jurídico pode ser situado como o discurso da instituição jurídica, que regula o que não está regulado socialmente, o que falha na determinação da ordem social. O sujeito através da lei é um sujeito individualizado e interditado pela lei social. A lei permite que o sujeito seja tratado pela verdade da diferenciação. Com a instituição da lei, o homem busca evitar a desordem social e assegurar sua sobrevivência.

O discurso psicanalítico trata do discurso do sujeito psíquico, ou seja, de um sujeito que se faz saber em confronto com o não verificável do conhecimento do prazer. É o discurso estruturado de forma a abrir um espaço para o desejo, ou, na possibilidade de que o desejo se articule. Vem a ser o discurso de um sujeito cindido que apresenta através da negação uma condição, prazer ou desejo.

O saber diferencia o sujeito do conhecimento por estar em outra ordem. Na tragédia *Édipo Rei* de Sófocles encontramos uma referência a esta condição no diálogo em que Creonte diz a Édipo: “*Antes de tu assumires o leme do Estado, nosso rei era Laios...*”; Édipo responde: “*Eu sei, mas não o vi.*” (1982, p. 62). Com estas palavras, Édipo afirma ser portador de um saber, diferenciando-o de uma percepção consciente – “não o vi”. A ligação entre o saber e o

conhecer é dada por Tirésias que é solicitado a comparecer e revelar a verdade sobre a morte de Laios. Édipo vai ao encontro da verdade: *“Se a alguém o próprio ato não assusta, não são as palavras que vão assustar”* (1982, p. 71). A profecia dos deuses revela um saber que necessita de uma investigação para tornar-se conhecimento. Na sustentação de um saber sobre a verdade, Tirésias enfrenta Édipo: *“Tu és o rei, mas o direito manda que de igual para igual eu te responda: o que é direito, é um privilégio meu! Não é a ti que eu sirvo, eu sirvo a um deus, nunca estive a serviço de Creonte! E a ti eu digo, já que me ofendes por minha cegueira: os dois olhos que tens pouco te adiantam, pois não vês a miséria que te cerca...”* (1982, p. 79). A cegueira de Tirésias o priva de uma condição de testemunha do desejo para permitir-lhe um saber sobre o desejo. Tirésias está a serviço da verdade sobre um saber que não é reconhecido pela lei social, mas, a serviço de uma Lei de outra ordem (a lei dos deuses) que determina a condição humana de forma anterior. Assim, Édipo escuta a Tirésias e solicita outros informantes que confirmarão a ligação entre o saber e o conhecer sobre sua origem. Se o saber é uma condição inconsciente, o conhecer é uma operação consciente.

Aulagnier (1990a) define o sujeito do saber como o sujeito que vive a transgressão contínua do sabido à busca de um sabido esgotável, preservando a ilusão de não ser tributário de uma “falta”. Na tragédia de Édipo, encontramos esta primeira condição, de uma busca sobre uma verdade impedida de ser expressa. Diante da revelação de Tirésias, Édipo reage: *“Pensas que vais continuar falando assim, impunemente?”*(Sófocles, 1982, p. 76). O conhecimento, como um nominador da falta, gera um saber sobre a interdição. Na ultrapassagem contínua do prazer, em proveito de um saber sobre o desejo, o sujeito irá formular um saber sobre a interdição, tornando o saber um meio pelo qual o prazer se tornará apto ao desejo. Temos neste contínuo: o saber – na passagem a um desejo formulado – que gera o conhecimento do prazer –

que é a possibilidade de um prazer apto para o desejo. O discurso psicanalítico possibilita a retomada do conhecimento com abertura para novos registros subjetivos.

O saber jurídico deve responder a condição de um conhecimento sobre a causa. A compreensão da causa levará ao julgamento prudente e capaz de discernir a verdade do fato. O sentido do saber jurídico toma a direção do conhecimento assumido por Salomão, descrito nos textos bíblicos, no *Livro dos Reis*, (3, 5-28). Ao tomar o trono, no lugar de seu pai Davi, Salomão pede a Deus, em sonho, a compreensão para julgar o povo: *“Não passo de uma criança, não sei como conduzir-me”*, diz Salomão ao pedir esta sabedoria. Em outro momento, na cidade de Jerusalém, Salomão recebe duas prostitutas que disputavam a posse de uma criança recém-nascida. Uma delas conta que ambas habitavam a mesma casa onde tiveram seus bebês. O filho de uma delas morreu durante a noite porque sua mãe deitou sobre ele. Esta mãe trocou seu filho morto pela criança viva na mesma noite e a requerente afirma ter acordado com um filho morto ao seu lado, que não era seu. Perante Salomão, as duas mulheres declaravam-se mãe da criança viva. Para decidir o impasse, Salomão pediu uma espada e disse: *“Dividi em duas partes o menino vivo e dai metade a uma e metade a outra”*. A mulher que era a mãe do filho vivo ficou aguçada em seu amor materno e disse ao rei: *“Ah! Senhor meu, dai-lhe o menino vivo e por modo nenhum o mateis”*, enquanto a outra dizia: *“Nem meu, nem teu; seja dividido.”* Diante das duas mulheres, Salomão sentenciou: *“Dai à primeira o menino vivo; não mateis, porque esta é sua mãe”*. Sua sabedoria levava em conta a condição de disputa pela criança, de uma mãe que, por desejar a vida de um filho, buscava o reconhecimento do direito sobre o ele e da mãe que buscava apoderar-se da vida de uma criança. Para a segunda, não importava a vida da criança longe de sua posse. Ao voltar-se para a criança, Salomão utilizou o argumento das mulheres diante da disputa e expôs o sentido verdadeiro da criança: um objeto a ser dividido. O juiz lida com o intelegível, o consciente, e busca articular os fatos de forma a

situar a verdade sobre sua causa. Na disputa por um filho a causa vem a ser, unicamente, o desejo de posse sobre uma criança e de suplantação sobre o outro, em jogo na disputa. O desejo pela vida da criança pode estar presente, porém, em meio ao desejo pela sua posse – vivo ou morto- o que revela uma condição ambivalente dos pais em relação ao filho.

1.2.3 A demanda do sujeito e o processo judicial

A demanda jurídica deve ser diferenciada do conceito de demanda utilizado na clínica psicanalítica. O termo demanda tem sua origem no campo comercial e designa o pedido, a solicitação, a encomenda, como contraponto do termo oferta, que fundamenta a relação demanda-oferta. O vocábulo demanda é também referido como sinônimo da ação judicial, bem como, do termo litígio (Fernandes, Luft & Guimarães, 1994). A etimologia da palavra, apresentada em Cunha (1989), remete ao vocábulo demandar, do latim *demandare* como definição da condição de ir à procura de algo, exigir algo, pedir, reclamar, requerer. Portanto, sua utilização aponta para a condição de um pedido que pode ser de uma ação presente em um processo judicial.

O conceito de demanda em psicanálise adquire sua especificidade em Freud, Lacan e Aulagnier. Freud (1900/1994) empregou o termo *Begierde* para tratar da propensão e realização da propensão, desejo ou anseio por algo. O sentido empregado por Freud estava ligado aos traços e inscrições mnemônicas na sua relação com a sexualidade. O conceito leigo designa um sentido de busca, redefinido pela psicanálise como uma busca inconsciente. Lacan (1999) em seu seminário sobre as formações do inconsciente emprega o sentido do termo alemão *Begierde* para definir a demanda como desejo de um desejo, no seu distanciamento da demanda e da necessidade, no sentido de incidência sobre o outro imaginário. Aulagnier(1977) associa a

demanda ao conceito de *violência primária*, na determinação dos registros do necessário, do desejo e da demanda. O registro do desejo de um e da necessidade de outro ocorre por uma imposição à psique, através de um ato, ou seja, através da conversão da realização do desejo, daquele que a exerce, no objeto *demandado*, por aquele que a sofre. A oferta de significação manifesta-se por esta ação que leva a criança a responder através da formulação de um encontro, que irá constitui-se em uma experiência de subjetivação e de sentido.

No confronto de uma demanda com um processo judicial sinalizamos o impedimento de um encontro verdadeiro capaz de gerar significados para o sujeito. A instalação de um processo judicial impõe à demanda psíquica do sujeito a imersão num estado de estagnação de sentidos e movimentos, através de um “não processo” psíquico e de um “não encontro” – na ordem de “não demandar”. Na medida em que o processo judicial é posto em andamento, essa demanda é estancada e vem a ser o primeiro impasse que enfrentamos e que necessita ser significado.

Tomando o estatuto do sujeito em Aulagnier, podemos situar a transdisciplinaridade como a tentativa de encontro da demanda inconsciente de um sujeito que reivindica um direito e da oferta de uma lei social (demanda jurídica) que determina a possibilidade desse direito, na ordem simbólica. A intervenção judicial, para conferir representabilidade ao encontro, deverá assegurar reconhecer as distintas demandas e situar a possibilidade desse encontro.

O psicólogo ao receber o caso instaura o lugar de encontro de uma subjetividade previamente determinada – do sujeito na família, com um discurso do meio – a lei social. Esta última indica um conjunto de enunciados que remetem a origem do modelo (adotado pelo sujeito na família), e por sua vez, à finalidade do mesmo. Os ideais familiares marcam esta interação de um passado familiar com um futuro além de suas fronteiras e indicado pela cultura em que está imersa. Na indicação de uma decisão que considere o interesse maior da criança, a lei situa sua finalidade e, conseqüentemente, indica a origem dos fundamentos da constituição

familiar. Deixando à parte a forma como o casal parental está aderido ao discurso social e a forma como integra este discurso nos enunciados de seu fundamento, na instauração de um processo judicial, a criança passa a centralizar a resposta aos anseios dos pais e nela é colocada a expectativa de solução.

O sujeito da lei estará situado na medida em que a lei efetuar a nomeação, em conformidade com uma origem e um depois, na garantia de uma transmissão, que poderá ou não garantir a emergência de novos territórios existenciais, novas formas de solidariedade e novos deveres. A possibilidade de uma abertura decorre da posição de origem dos enunciados, da lei social que sustenta a manutenção do grupo e da Lei do desejo que assegura o sujeito singular. A lei social tem sua anterioridade na Lei do desejo que dá conta do desamparo humano. Em *Antígona*, de Sófocles, encontramos a referência da lei social que nega sua sustentação na Lei do desejo. Antígona é filha de Jocasta e Édipo, e deseja sepultar seu irmão Polinices que morreu em combate e foi considerado um traidor. Entretanto, Creonte como rei de Tebas, determina que o cadáver seja tratado como o cadáver de um traidor e que fique exposto até ser decomposto ou devorado pelas feras. Antígona fica inconformada e enterra o irmão, transgredindo a lei. Diante de Creonte, ao ser confrontada com sua transgressão, responde que a lei ditada pelo rei não é a mesma que direciona as paixões humanas: *“Não acredito que a tua proclamação tenha tal força para substituir as leis não escritas dos costumes e o estatuto infalível dos deuses. Por que essas, não são leis de hoje, nem de ontem, mas de todos os tempos, ninguém sabe quando apareceram”*(Sófocles, 1999, p. 22). Ao atender a condição de desamparo humano, a Lei do desejo impõe sua aplicação e justifica sua permanência.

Na abertura de um saber sobre o desejo do sujeito, o discurso psicanalítico na situação de disputa pela guarda por um filho, visa a possibilidade de um prazer apto para o desejo –

reconhecimento de um prazer e sua satisfação - e situa o lugar da criança como sujeito de um discurso que a determina de forma anterior e a medida que integra o discurso do meio. O conhecimento resultado deste processo viabiliza novas formas de saber sobre o sujeito, que se apropria de seus desejos e daquilo que ainda não sabe sobre eles, de forma contínua. A instauração deste processo de busca, entre a criança e seus pais, possibilita a abertura de soluções no próprio meio familiar e, até mesmo, dispensando o excesso de um processo judicial.

Situada como alvo de uma disputa, a criança assume posições identificatórias, especificamente, formações de ideais de legitimidade e justiça absolutizados, que não permitem a alternância dos princípios de prazer e de realidade. Os filhos disputados por pais biológicos e substitutos vivem situações-limite de perda de referenciais entre a expectativa de permanência ou instauração de uma nova ordem familiar que favoreça as transformações psíquicas.

Partimos de Freud, que em 1915 afirmava que os processos traumáticos recalçados estariam na gênese da formação do Supereu, de escolha de um ideal pelo qual o sujeito dimensionaria seu Eu atual e introduzimos os conceitos de Lacan, do significante do Nome-do-Pai operado na metáfora paterna. Em Aulagnier (1977) basearemos a perspectiva desse estudo, para a compreensão dos processos de formação do Eu e dos ideais identificatórios resultantes das transformações da sintaxe de um desejo, na situação específica de disputa de guarda, em que as crianças estão posicionadas para um redimensionamento de sua subjetividade. Entendemos, por outro lado, que os dispositivos exogâmicos que possibilitaram a saída do lar, na troca de famílias, são revistos através de desidentificações e novas formações de ideais. Estes conflitos, retomados na posterioridade (*Nachträglichkeit*), não estariam ligados a uma regressão no sentido funcional e adaptativo, mas a uma evolução, apoiados na experiência

atual. Nossa análise partirá da compreensão destes conflitos identificatórios para chegar a condição da criança no momento em que se apresenta para assistência psicológica.

No contexto de uma instituição pública abrimos o espaço para a pesquisa psicanalítica, de escuta de sujeitos que buscam na ordem da lei, uma nova ordem de parentesco que terá implicações derradeiras na estruturação de sua personalidade. Para este estudo, enfocamos o conceito de identificação a partir de Freud, passando por Lacan e situando nas concepções de Piera Aulagnier sobre o processo identificatório. Tratamos, conseqüentemente, da questão da inscrição do sujeito na ordem simbólica, considerando a instituição jurídica aquela que interdita e possibilita a inscrição de uma lei exterior, um dos Nomes-do-Pai, e abre caminho para operação de substituição à metáfora paterna. Esta questão será central para a compreensão das vicissitudes do processo identificatório.

Os processos de disputa de guarda por um filho envolvem questões acerca da destituição do pátrio poder e a decisão sobre quem fica com a guarda da criança. No caso de envolver uma família substituta, poderá ocorrer a possibilidade de uma futura adoção da criança. Para contextualizar este estudo, trataremos dos termos *pátrio poder*, *guarda*, *tutela* e *adoção*. Com isto, buscaremos a referência da interdição judicialmente reconhecida, para podermos referir àquela presente na subjetividade das famílias investigadas.

1.2.4 Do pátrio poder

A tradição do Direito instituiu o pátrio poder para exprimir a subordinação dos filhos em relação aos pais, a fim de que os genitores possam exercer na plenitude a sua função educativa e protetiva. Com esta afirmação, Santos Neto (1994) caracteriza a instituição jurídica do pátrio poder em sua tese sobre o tema.

A origem do termo nos remete à tradição religiosa das divindades romanas. O estudo da mitologia nos aponta que o senhor do lar ou chefe de família era o sacerdote dos Penates, deuses que atendiam ao bem-estar e prosperidade das famílias (Bulfinch, 1999). Os Lares também eram deuses da família, porém, espíritos de mortais que tornaram-se deuses, como almas de antepassados que velavam por seus descendentes. A disciplina do grupo dependia da autoridade do *pater*. Entretanto, para Fustel de Coulanges(1981), esta autoridade era superior ao próprio pai, pois era o culto ao deus senhor do lar, também denominado *Lar Familiae Pater* pelos latinos. A tomada da instituição de *pater* pelo pai, segundo este autor, decorre do exercício de sua função no culto, como o sacerdote que proferia a oração e chamava, sobre si, a proteção dos deuses.

A *pater potestas* romana caracterizava o poder do *pater familias*, que deveria ser exercida até a morte. Tratava-se de um poder despótico sobre os filhos, de matá-los, vendê-los ou expô-los, e do direito absoluto sobre todos os bens que eles adquirissem. A mudança desta instituição ocorreu com o reinado dos césares e advento do cristianismo. A extinção da *pater potestas* poderia ocorrer, também, de forma voluntária pelo *pater*, pela sua emancipação, evento acidental ou aprisionamento em campo de batalha. No período tardio, do baixo império romano, outras formas de extinção da *pater potestas* decorriam de penas quando o pai sujeitava o filho a maus tratos, praticava exposição do recém-nascido ou prostituía a filha.

Para nos situarmos no tempo presente, daremos um salto histórico com o objetivo de atingirmos com mais brevidade o sentido do pátrio poder, no presente. Seguimos o proposto por Santos Neto (1994), que aponta o antigo direito germânico como precursor da concepção do poder doméstico como um direito-dever de guarda e proteção sobre os filhos, antes de ser um instrumento unicamente a serviço dos interesses do *pater familias*. O que diferia no direito germânico era a dupla condição do dever, ou seja, tanto o pai quanto a mãe eram responsáveis

pela criação e educação de seus filhos. O poder paterno, na família germânica, era designado pelo termo *munt* ou *mund*, cujo correlato no latim vem a ser *Mundium*. Essa designação caracterizava a prevalência dos interesses do filho. A mudança na concepção do pátrio poder foi atribuída à necessidade dos pais protegerem seus filhos diante da violência da época, que acabava por favorecer os mais fortes. As crianças tinham apenas os pais como seus defensores. Este poder dos pais sobre seu filho cessava quando este estivesse em condições suficientes para defender-se, ou em condição de maioridade. A maioridade variava entre as diversas tribos, podendo ocorrer aos 10, 14 e até mesmo 20 anos, idade em que os visigodos determinavam o ingresso no exército (Santos Neto, 1994). O exercício do *Mundium* era exclusivo do pai, como defensor da família, tendo se estendido à mãe diante do advento da repressão pública pelo Estado. No atual direito brasileiro, a instituição do pátrio poder carrega o sentido de autoridade parental, como proposto pelo direito germânico de reconhecimento de direitos dos pais para melhor cumprir seus deveres com os filhos.

A terminologia *pátrio poder*, apesar de acompanhar a idéia de dominação, por resquícios do conceito da *patria potestas*, carrega um anacronismo que alude à origem do conceito e sua transformação. Para o jurista referido anteriormente, trata-se de um complexo de direitos e obrigações dos pais frente aos filhos, nominados pela relação jurídica, que, por sua vez, serve de regulamento e norteador desta relação. O exercício conjunto da paternidade poderá gerar discórdia, como condição natural das relações humanas, e chegar a ponto de impasses prejudiciais ao filho. Neste sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe de forma clara esta condição, ao prescrever em seu artigo 21:

“O pátrio poder será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurando a qualquer deles o direito de,

em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência.”

Portanto, a autoridade judiciária reconhece a necessidade de intervenção diante de um conflito que põe em risco o bem-estar físico e emocional da criança. No caso da destituição do pátrio poder, o ECA determina sua decretação diante de situações previstas na legislação civil ou descumprimento injustificado dos deveres e obrigações constantes no artigo 22, do mesmo código:

“Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda, e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.”

Frente à nomeação jurídica do exercício da paternidade, Santos Neto (1994) discorre sobre as características do pátrio poder no Direito brasileiro:

- O pátrio poder é renunciável, mediante a concretização de uma adoção e por consentimento de ambos pais, após julgamento;
- Como título, o pátrio poder é intransferível e indivisível, ou seja, só pode estar disponível ao pai e à mãe;
- No tocante à delegação do pátrio poder, exercida na época do Código de Menores de 1979, não se torna mais possível a partir do ECA. É de inteira responsabilidade dos pais deixar o filho menor sob cuidados de pessoa de sua confiança, sendo penalmente responsável pela entrega a pessoa não idônea;

Por sua natureza, o pátrio poder é de duração limitada no tempo, vigorando enquanto o filho não atingir a maioridade ou não for emancipado;

- O exercício do pátrio poder não é incompatível com a tutela, sob decisão do Juiz em caso de interesse do filho menor. Nestes casos, a nomeação de um tutor para representação

legal do menor em determinado ato poderá ser determinada, mesmo que momentaneamente, caso os pais não estejam em condições de exercê-la. Isso poderá ocorrer, por exemplo, no caso da mãe ser menor, seu filho será representado por tutor até ela atingir sua maioridade.

- Não se trata de um poder intangível, estando submetido, nos dias atuais, a um verdadeiro controle judicial;

- O pátrio poder é de ordem pública, uma vez que seus limites não podem ser ampliados ou reduzidos por exclusiva vontade dos interessados, como no caso de sua renúncia;

- Trata-se de um exercício conjunto de pai e mãe, não sendo exclusivo de uma das partes, salvo em situação de viuvez, da perda do pátrio poder por uma das partes, adoção por uma só pessoa, etc.

Cabe ainda definir a condição de sujeito ativo, como aquele que exerce o poder-dever de agir no interesse dos filhos. No Direito brasileiro, vem a ser sujeitos ativos, o pai e a mãe em condição de igualdade. Esta matéria apresentou uma evolução desde o advento do Código Civil. Nas primeiras redações deste Código, o exercício do pátrio poder era conferido ao marido e excepcionalmente à mulher. A partir de 1962, foi conferido à mãe a condição de colaboradora do pai no exercício da autoridade parental. Em acréscimo, foi reconhecida a possibilidade de divergência entre os progenitores e o direito da mãe recorrer ao Juiz para solução do problema. O ECA veio modificar esta situação e colocar a mãe em igualdade de condições quanto ao exercício do pátrio poder. Em situação de um filho nascido fora do casamento e não reconhecido pelo pai, a titularidade do pátrio poder ficará somente com mãe. Novas núpcias do pai ou da mãe não importa em mudanças quanto aos direitos e deveres em relação ao filho. Pais adotivos carregam, igualmente a condição de sujeitos ativos no exercício do pátrio poder. O pátrio poder não pode ser exercido por avós, cabendo a eles como ascendentes, a responsabilidade em auxiliar aos pais, unicamente.

Por sujeitos passivos, compreende-se os filhos, que estão em posição receptiva em relação aos pais e subordinados à autoridade parental. Esta condição, porém, é restrita aos filhos que não atingiram a maioridade ou não emancipados. A extinção do pátrio poder ocorrerá por morte dos pais ou do filho ou emancipação deste.

O novo código civil de 2002 substituiu o termo *pátrio poder* pelo termo *poder familiar*. A mudança de nomenclatura tenta afirmar a importância de uma autoridade igualmente exercida pelo pai e pela mãe. No capítulo V, seção I temos:

“Art. 1.630. Os filhos estão sujeitos ao poder familiar, enquanto menores.

Art. 1.631. Durante o casamento e a união estável, compete o poder familiar aos pais; na falta ou impedimento de um deles, o outro o exercerá com exclusividade.

Parágrafo único. Divergindo os pais quanto ao exercício do poder familiar, é assegurado a qualquer deles recorrer ao juiz para solução do desacordo.”

A troca de vocábulos teria seu efeito mais estritamente formulado com a utilização dos termos *autoridade parental*, no lugar de *poder familiar*. O termo *autoridade* deriva de *autor*, que significa “a causa principal, a origem de” e vem a ser o direito ou poder de se fazer obedecer, de tomar decisões. O vocábulo *poder* assume a condição de “ter por posse, apoderar” (Cunha, 1982). Com essas distinções levantamos a questão sobre o exercício do poder familiar, proposto no novo código civil como a condição de assumir o filho como seu, em confronto com a autoridade parental que abrange a funcionalidade e operância das funções de mãe e pai.

1.2.5 Da guarda

Guardar é um vocábulo derivado do germânico *wardon* que significa “estar em guarda”, ou seja, proteger, conservar, cumprir e vigiar. Conforme fundamentação de Oliveira (1997) a

definição da guarda de filhos é tratada no Código Civil de 1916 nos artigos 379 a 395 na afirmação de que os filhos estão sujeitos ao pátrio poder enquanto menores. O ECA omite a definição de guarda e não regulamenta a questão da guarda decorrente de disputa entre os pais, diante de separação judicial ou divórcio. Portanto, no direito brasileiro, a guarda de menores pode advir de duas disciplinas jurídicas distintas, a do direito de família e aquele de que trata o ECA.

Os efeitos da guarda são o de obrigar o guardião à prestação de assistência material, moral, educacional e previdenciária à criança. Ao mesmo tempo em que a guarda não exime o genitor que não a detém, de prestar auxílio material, permite ao seu detentor opor-se aos pais naturais.

É necessário definirmos neste ponto a condição de família natural e família substituta uma vez que a guarda de filhos aborda estas duas condições. A família natural abrange tanto a denominada família legítima, constituída pelo casamento, quanto à família ilegítima, que não decorre de contrato matrimonial. A família natural tem como ponto partida a família biológica constituída de ascendentes e descendentes, unidos por laços de consangüinidade. A guarda dos filhos oriundos de união matrimonial estável tem sua regulamentação prevista no art. 2º., inciso IV da Lei 9.278/96, sendo aplicado por analogia, no caso de disputa entre os pais, os dispositivos definidos pela Lei do Divórcio (Lei no. 6.515/77), nos artigos 9º. a 16. O novo Código Civil de 2002 reafirma a posição do anterior e determina no Art. 1.567.

“A direção da sociedade conjugal será exercida, em colaboração, pelo marido e pela mulher, sempre no interesse do casal e dos filhos.

Parágrafo único. Havendo divergência, qualquer dos cônjuges poderá recorrer ao juiz, que decidirá tendo em consideração aqueles interesses.”

A família substituta tem sua origem na solidariedade humana. Inúmeros relatos de crianças criadas por famílias substitutas fazem parte da história da humanidade, dos mitos e lendas que conhecemos. Podemos citar o exemplo bíblico de Moisés, o drama de Édipo Rei, entre outros que nos remetem a condição da criança entregue aos cuidados de outra família. A colocação em família substituta deverá ocorrer, juridicamente, através de guarda, tutela ou adoção. No ECA, a guarda como colocação de criança em família substituta, está prevista nos artigos 33 a 35.

As diferenças nas posições jurídicas quanto a guarda decorrem da colocação ou não da criança em família substituta, uma vez que, na guarda decorrente de separação ou divórcio dos pais, a criança permanece na família natural. A colocação em família substituta implica na questão do pátrio poder, sua permanência ou destituição.

No caso de separação conjugal, quando a guarda comum entre o pai e a mãe deixar de existir, três possibilidades de guarda podem ser determinadas: a guarda única ou exclusiva, a guarda alternada, e a guarda dividida ou conjunta. Leite (1997) trata da problemática da atribuição da guarda dos filhos após a separação com ênfase na guarda conjunta e seus benefícios.

A guarda única é exclusiva de um dos genitores, o mesmo que detém a “guarda física”, ou seja, o genitor que possui a proximidade diária com a criança e fica, e a “guarda jurídica” que é de quem dirige e decide questões que envolvem o menor. Nas decisões judiciais predomina a tendência de atribuir, sistematicamente, à mãe o exercício da guarda, reservando ao pai, apenas o direito de visita. A atribuição ao pai ocorre em situações em que uma prova técnica (parecer ou laudo) ou testemunhal indicar que o pai tem melhores condições que a mãe para ter a guarda e a responsabilidade dos filhos.

A questão tensionante que surge diante da decisão acerca da guarda do filho é sobre quem fica com o papel secundário, ou seja, com a autoridade reduzida em relação ao outro cônjuge que detém a totalidade da responsabilidade. Esta condição gera repercussões na educação dos filhos.

Na guarda alternada, segundo Leite (1997) cada um dos pais pode deter a guarda do filho através de um esquema pré-estabelecido de alternância da guarda, em período de tempo longo em que a criança permanece na casa de um dos genitores. O tempo pode ser delimitado de um ano, uma semana, uma parte da semana ou repartida dia-a-dia. Conseqüentemente, no período que detém a guarda, o pai ou mãe exercerá a guarda do filho com todos os atributos que lhe são próprios (educação, sustento, administração legal, etc.). Enquanto um dos pais exerce a guarda o outro se beneficiará do direito de visita e assim sucessivamente.

A guarda dividida ocorre quando a criança vive em um lar determinado e recebe a visita periódica do pai ou da mãe que não detém a guarda. A contestação da guarda dividida, segundo Leite (1997) apóia-se nos mesmos argumentos contrários à guarda exclusiva, ou seja, do afastamento do cônjuge que não detém a guarda e seu progressivo isolamento da vida do filho.

Na guarda conjunta ou compartilhada vem a ser o exercício comum da autoridade parental, um dos pais pode deter a guarda material ou física do filho, com a condição de dividirem os direitos e deveres da autoridade parental. Aquele que não detém a guarda física ou material participa das decisões sobre a educação da criança, cuidados de saúde, lazer, ensino, entre outras questões da vida do filho, compartilhando da guarda jurídica. Ocorrem nestes casos a co-participação em igualdade de direitos e deveres.

Leite(1997) situa a origem da guarda conjunta na Inglaterra, no ano de 1964 (*joint custody*), seguida pela França, a partir de 1976 com jurisprudência de 1987 e demais países europeus. O Canadá confere a guarda compartilhada desde 1985, com recomendação dos

Tribunais, apesar de se ter uma opção dos pais sua assunção e nos Estados Unidos têm este procedimento tem crescido e atingindo pelo menos trinta e três estados da nação.

No Brasil, a legislação não dispõe de norma direta que aborde a guarda conjunta, ao mesmo tempo em que não veda sua possibilidade. A Constituição Federal de 1988 afirma que:

“Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal serão exercidos igualmente pelo homem e pela mulher”(artigo 226, parágrafo 5º).

Em caso de separação conjugal consensual o Código Civil (Lei do Divórcio, 6.515/77), em seu artigo 9º., parágrafo 16, regula que deverá ser observado o que os cônjuges acordarem sobre a guarda dos filhos. O artigo 10, por sua vez, aponta que no caso da separação ser solicitada por apenas um dos cônjuges, comum em casos de litígio, as crianças menores deverão ficar em poder da mãe. Se a convivência com os pais acarretar em “prejuízo de ordem moral” o juiz poderá deferir a guarda à pessoa idônea da família de qualquer um dos cônjuges. Portanto, observamos que a permanência da criança na família natural poderá não ocorrer em caso de litígio, quando os pais não “apresentarem condições” para assumir, normalmente, a responsabilidade sobre a guarda e educação de seus filhos. As “condições” aqui referidas remetem a questões múltiplas que vão do nível sócio-econômico, legal, passando pela saúde física e psíquica. A lei não prioriza a condição necessária, ficando a critério do intérprete, a sua determinação. Portanto, cabe ao Juiz designar a guarda dos filhos quando houver desacordo entre os pais, falta de discernimento dos mesmos ou em caso de atender ao benefício da criança.

A questão da guarda de filho assume importância pois dela depende o futuro social e emocional da criança. O interesse da criança tem sido enfatizado nos tribunais, porém, de uma forma ainda direta e concreta, através da oitiva da criança. Sabemos que uma criança está em situação de desenvolvimento e sua subjetividade está diretamente sustentada pelas pessoas que a rodeiam. Mesmo que os pais ou um dos pais tenham contra-indicações para assumir a guarda

do filho a criança continua depositando nos genitores a esperança de um retorno favorável. Portanto, avaliar a situação da criança, exige um tempo maior de contato com ela e com seus vínculos. Postulamos que as avaliações técnicas sejam possibilitadoras de opções e não somente de conclusões.

O novo código civil de 2002, no capítulo XI , referente à proteção da pessoa dos filhos, postula:

“Art. 1.583. No caso de dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal pela separação judicial por mútuo consentimento ou pelo divórcio direto consensual, observar-se-á o que os cônjuges acordarem sobre a guarda dos filhos.

Art. 1.584. Decretada a separação judicial ou o divórcio, sem que haja entre as partes acordo quanto à guarda dos filhos, será ela atribuída a quem revelar melhores condições para exercê-la.

Parágrafo único. Verificando que os filhos não devem permanecer sob a guarda do pai ou da mãe, o juiz deferirá a sua guarda à pessoa que revele compatibilidade com a natureza da medida, de preferência levando em conta o grau de parentesco e relação de afinidade e afetividade, de acordo com o disposto na lei específica.

Art. 1.585. Em sede de medida cautelar de separação de corpos, aplica-se quanto à guarda dos filhos as disposições do artigo antecedente.

Art. 1.586. Havendo motivos graves, poderá o juiz, em qualquer caso, a bem dos filhos, regular de maneira diferente da estabelecida nos artigos antecedentes a situação deles para com os pais.

Art. 1.587. No caso de invalidade do casamento, havendo filhos comuns, observar-se-á o disposto nos arts. 1.584 e 1.586.

Art. 1.588. O pai ou a mãe que contrair novas núpcias não perde o direito de ter consigo os filhos, que só lhe poderão ser retirados por mandado judicial, provado que não são tratados convenientemente.

Art. 1.589. O pai ou a mãe, em cuja guarda não estejam os filhos, poderá visitá-los e tê-los em sua companhia, segundo o que acordar com o outro cônjuge, ou for fixado pelo juiz, bem como fiscalizar sua manutenção e educação.

Art. 1.590. As disposições relativas à guarda e prestação de alimentos aos filhos menores estendem-se aos maiores incapazes.”

Têm ocorrido manifestações de associações de pais em favor da inclusão da guarda compartilhada no novo Código Civil. Estas pressões, segundo Leite (1997) procuram inverter a situação de total submissão dos pais às decisões judiciais, comum nas décadas anteriores e maior participação dos pais na vida futura dos filhos.

Na situação da família substituta, a guarda é regulada pelo ECA, que prevê três possibilidades: a provisória, a permanente e a peculiar. Segundo Oliveira (1997), a guarda provisória poderá ser de classe liminar ou incidental, nos processos de tutela e adoção, exceto nos processos de adoção por estrangeiros, onde é juridicamente impossível. A guarda permanente poderá ocorrer em casos peculiares (art. 33, parágrafo 2º., 1ª. hipótese), quando não foi possível uma tutela ou adoção, mais benéficas à criança ou adolescente. A colocação familiar deverá ocorrer respeitando a seguinte preferência: manutenção do vínculo familiar, adoção, tutela, guarda e, por último, institucionalização.

A questão da guarda provisória e permanente, segundo Oliveira (1997), é controversa, porém está ordenada em ambas condições. A guarda definitiva põe fim ao processo quando fica determinado quem fica com o menor, mesmo assim, a decisão pode ser revista por interesse da

criança. A guarda não afeta o pátrio poder dos pais naturais, pois não é da essência, mas da natureza do pátrio poder, podendo ser confiada a terceiros.

1.2.6 Da tutela

A tutela é uma instituição jurídico-familiar, pois visa substituir o pátrio poder e objetiva governar a pessoa e os bens do menor de vinte e um anos de idade, representando-os em todos os atos da vida civil. O termo tutela carrega o sentido de encargo ou autoridade que se confere a alguém para administrar os bens e dirigir e proteger outra pessoa (Oliveira, 1997). A criança deverá ter um tutor em caso de falecimento ou ausência dos pais, ou ainda, quando estes decaírem da *pátria potestas*.

1.2.7 Da adoção

A adoção, segundo Oliveira (1997), é a instituição jurídica que visa imitar a filiação natural, criando a filiação civil decorrente de sentença. Trata-se, portanto, de uma filiação puramente jurídica, baseada em uma realidade que não a biológica, mas afetiva. Por este motivo, a adoção confere a condição de filho ao adotado, com todos os direitos e deveres, inclusive os sucessórios. Segundo o ECA, a adoção desliga a criança de qualquer vínculo com os pais e parentes, salvo impedimentos matrimoniais. Será concedida com o consentimento dos pais, ou com dispensa deste consentimento quando estes tenham sido destituídos do pátrio poder. No caso do adotando ser maior de doze anos, deverá consentir com a adoção.

Em nossa concepção, a condição de pais adotantes implica na assunção do mesmo contrato narcísico assumido pelo casal diante do desejo de um filho, conforme definimos na página 181.

1.2.8 A disputa por um filho: daquilo que trata este estudo

A condição de disputa fica revelada diante da impossibilidade de acordos entre as famílias ou entre o casal diante de uma tentativa solução judicial, ou seja, quando diante do juiz, em audiência, as partes envolvidas não conseguirem chegar a um acordo sobre quem ficara com a guarda da criança. Uma vez constatada a condição de disputa de guarda, acontece o encaminhamento ao psicólogo para uma abordagem que contemple os afetos em jogo.

Duas situações são apresentadas neste estudo: a criança que está dividida entre a família biológica e a substituta, e a criança que, dentro da família nuclear é dividida pela separação dos pais. Crianças em situação de disputa de guarda pelos pais biológicos e substitutos, vivem situações-limite de perda de referenciais entre a expectativa de permanência ou instauração de uma nova ordem que favoreça sua estruturação interna. É possível observar nestas crianças um discurso que reproduz o aquilo que lhe é introduzido, uma resposta imitativa ao discurso de seus cuidadores. Esta forma não pensada de articulação de idéias contra-indica a oitiva da criança para a decisão sobre sua guarda, porque põe em risco seu desenvolvimento psíquico e emocional.

A criança que permanece na família nuclear e vive a separação dos pais como divisor de águas no seu processo identificatório apresenta, igualmente, uma perda de referenciais ligados ao conjunto familiar e a necessidade de uma nova organização interna que contemple os pais distintamente em seus espaços de vida. A exigência aqui imposta é de um rompimento e de

afastamento afetivo de ambos, pois, tanto o pai quanto a mãe estarão disponíveis em tempos e espaços distintos, no período em que a criança estiver sob sua guarda.

1.3 O modelo metapsicológico freudiano e o conceito de identificação

Iniciamos a trajetória dos conceitos psicanalíticos situando a metapsicologia freudiana e posteriormente, a retomada de Lacan nas formulações sobre as formações do inconsciente e do objeto *a*, e dos processos identificatórios, definidos por Piera Aulgnier.

A metapsicologia freudiana esboçada a partir de 1896 e consiste em construções destinadas a reproduzir a estrutura original do psiquismo e a trama de relações e correspondências existente na sua constituição, através de uma concepção por analogia. Partindo do modelo ótico do sonho, Freud (1900/1994) concebeu um aparelho psíquico que situava o *inconsciente* como uma função de dois sistemas distintos: um controlado pela censura, cujos conteúdos poderiam ser evocados pelo consciente e outro inacessível. A primeira tópica, dos três sistemas denominados de Inconsciente, Pré-consciente e Consciente permaneceu até 1915, quando Freud formulou sua metapsicologia. No período de 1920 e 1923 introduziu a segunda tópica e transformou o inconsciente em uma condição de três instâncias denominadas de o Isso (*das Es*), o Eu (*das Ich*) e o Supereu (*das Uber-Ich*).

A passagem da argumentação neurofisiológica à psicológica tem seu fundamento no Projeto (1950a/1972), através dos conceitos de representação, afeto, juízo, vivências e defesa. Freud compreendia que as influências que chegam ao psiquismo, provenientes do corpo, correspondiam a quantidades de dor somática e pulsão, bem como a qualidades, como as sensações e afetos. As pulsões não são acessíveis ao sistema consciente, elas estão fixadas a representações de marcas mnésicas, que vêm a ser seus representantes, ou representantes-

representações. O Isso, continente das pulsões e das paixões do Inconsciente, permitiria o surgimento do Eu, através das modificações impostas pelo princípio da realidade.

A instância denominada de Supereu, nasce de uma diferenciação dentro do Eu (Freud, 1923/1972) a partir mudança de uma escolha erótica de objeto, resultante das primeiras identificações parentais. Para compreender o processo de formação do Supereu, é preciso, entretanto, retomar a questão do narcisismo e das identificações. Como nosso estudo enfatiza a questão identificatória, direcionamos o caminho percorrido por Freud na concepção do conceito de identificação.

Na infância, os primeiros anos de existência que caracterizam a fase anterior ao complexo de Édipo, é estabelecido como sendo “uma forma primitiva de enlace afetivo a um objeto” (Freud, 1921/1972). Mais especificamente, a criança identifica-se com os aspectos onipotentes dos pais como forma de reforçar a sua própria onipotência. Estas identificações resultam do desejo de estar na mesma posição dos pais, unificados no Eu ideal narcísico infantil. Tratamos aqui de um Eu que se oferece como objeto ideal e onipotente, no ápice de seu narcisismo, em torno do segundo ano de vida da criança. A partir de então, este narcisismo reforça as expectativas idealizadas dos pais, que fazem do filho seu próprio ideal. A medida em que a realidade se impõe através da educação dos pais e da compreensão da criança acerca de suas limitações e de sua dependência, faz fracassar este narcisismo. Assim, seu Eu onipotente não consegue manter-se e tenta evitar a renúncia através da manutenção do amor narcisista em um Eu Ideal. Nessa posição, a criança projeta por meio de expectativas e exigências futuras, as perfeições que acreditava possuir no passado. Observamos que as primeiras formações que originam o Supereu coincidem com o narcisismo e correspondem a aspectos desta estrutura.

Em 1918, ano caso do Homem dos Lobos, Freud aborda a escolha homossexual e sua proximidade com o narcisismo. A valorização dos genitais leva a criança a uma escolha de

objeto, primeiramente, de genitais idênticos aos seus, e só posteriormente com carga heterossexual. As primeiras escolhas objetais carregam o ideal próprio e não alcançado do Eu, ou seja, amamos o objeto pelas suas perfeições que temos aspirado para nosso próprio Eu, na satisfação de nosso narcisismo. Na escolha homossexual de objeto, a criança coloca o outro no lugar de seu Eu Ideal. O processo ambivalente de escolha objetal estende-se até a emergência do Complexo de Édipo, ou seja, do amor ao pai do sexo oposto e ódio ao pai do mesmo sexo, e a interposição da satisfação do desejo, pelo pai.

Ao finalizar o complexo de Édipo, a criança necessita abandonar todo o investimento libidinoso nos pais e renunciá-lo definitivamente. O Eu não renuncia ao objeto, mas ao desejo incestuoso, sob a ameaça de castração, no caso do menino, e sob a constatação da ausência do pênis, na menina. Na renúncia o Eu buscará reconstruir o objeto perdido identificando-se com ele. O processo envolve mais que um recalçamento do conflito edípico e equivale, quando plenamente desenvolvido, a uma destruição e um desaparecimento do mesmo. Ao identificar-se com o objeto perdido, o Eu satisfaz os desejos hostis presentes nas fantasias primitivas de apropriação e na eliminação desse (Freud, 1914/1994), assim como os desejos amorosos de submetimento. O reforço ao narcisismo é uma vantagem, conquistada com a identificação através da constituição do Ideal de Eu e Supereu. Em 1924, Freud nos diz que esse momento de renúncia edípica define a condição patógena do sujeito. A compreensão dessa renúncia e de seu processo, inclui a direção narcísica que esta assume: no lugar de um Eu Ideal, ou transformado na posição do Ideal de Eu.

A psicanálise afirma que as modificações do Eu decorrentes da destruição do complexo de Édipo, definem as identificações secundárias e estruturas de personalidade. As identificações resultam das transformações do Eu diante da renúncia edípica. Na mudança efetuada será conservada sua posição de ideal e de proibição, ou seja, de um Eu ideal para um Ideal de Eu e

de Supereu, respectivamente. O aspecto de ideal corresponde à demanda de perfeição, decorrente das primeiras representações dos pais, cuja formação se origina no Eu ideal. Ao proporcionar limites proibitivos no relacionamento com o filho, os pais determinarão o ideal a perseguir e excluirão aspectos considerados proibitivos. A identificação proporciona uma manutenção da estrutura psíquica, previamente determinada ao mesmo tempo em que transforma esta estrutura por meio de novos arranjos, fundados nos ideais parentais.

A forma como os ideais são investidos na criança levará a uma formação nodal da autoridade dos pais, o Supereu, cuja intensidade de seu rigor é associada às cargas pulsionais, libidinosas e hostis. Diante da presença do sentimento de culpa, a identificação é revestida de um caráter ambivalente. Em *Totem e Tabu* (1913/1994) Freud define o sentimento de culpa inconsciente, como decorrente da fantasia de devorar o pai (da horda primitiva). O poder adquirido pelo pai morto é sentido como maior que o poder que ele havia possuído em vida. Ao identificar-se com o pai do mesmo sexo, e renunciar ao desejo incestuoso pelo pai do sexo oposto, a criança vivenciaria esta ambivalência inerente e desejo de eliminar o rival, que origina indiretamente a culpa e o recalque.

As formulações sobre o investimento libidinal dos pais nos filhos marcam o início de nosso trajeto teórico. Os sujeitos de nosso estudo, crianças cuja guarda é disputada por pais, vivenciam situações de tensão em relação aos pais, geralmente ligadas a saídas traumáticas do lar ou situação de separação conjugal, que potencializam a culpa e a ambivalência.

Em 1932, Freud afirmava que as conseqüências do processo de renúncia edípica, ou seja, a construção do Supereu, não resulta do modelo parental, mas, especificamente, do Supereu parental. Da mesma forma, entendia que o Supereu incorpora, também, as influências das pessoas que ocuparam o lugar dos pais, na sua ausência, como os professores e outros

modelos ideais. As influências posteriores seriam menores diante de um Eu fortalecido e resistente e corresponderiam mais a idéias abstratas que a modelos concretos.

A posição de ênfase ao investimento no Eu tem sido adotada no tratamento de crianças em situações familiares, que envolvem disputa por parte dos pais, através da indicação do pai mais adequado para assumir sua guarda. Esta posição aliena uma relação previamente formada que organiza a estrutura psíquica da criança e coexiste à estrutura dos pais. A indicação do genitor ou cuidador mais adequado é uma tentativa, ao azar, de encontrar um alvo, posição esta referida por Brito (1999) em relação ao fato de questionar a criança sobre o genitor que esta escolheria para morar. Nestes casos, torna-se necessária uma compreensão da relação da criança com seu meio familiar que leve em conta os desejos que estão além de uma possível revelação. A intervenção psicanalítica necessita operar na abertura de dispositivos que possibilitem referenciais identificatórios no mesmo ponto em que surgem os rompimentos que ficam conjugados à condição de fixidez das normas e leis que regem a rede familiar, da relação com a família de origem e com a família substituta.

1.4 O psicopatológico na família

A psicanálise postula que a família proporciona as condições mais significativas de estruturação de vida psíquica do sujeito. A família humana apresenta a importante característica de fazer perdurar qualidades pessoais dos pais, e, sobretudo, daquilo que teve uma influência determinante sobre eles, ou seja, as normas sociais e disposições culturais.

Através do aforismo de Goethe sobre a vivência filogenética: "*O que tens herdado de teus pais, adquira-o para que sejas teu*"¹ Freud (1913/1994, p. 159) evoca esta importante característica da família humana que traduz a influência da infância, tão prolongada no ser humano pela convivência familiar. Ao mesmo tempo em que o sujeito está constituído pela sua cadeia transgeracional, ou seja, pelos processos envolvidos nas identificações, do ponto de vista ontogenético, é seu constituinte.

Sabemos que as relações entre pais e filhos são fundamentais para o surgimento e afirmação do Eu. A família participa, inicialmente pela presença materna nas trocas de cuidados entre mãe e filho, na singularidade de uma expressão facial dirigida à criança e que possibilita as transformações pulsionais necessárias ao processo identificatório.

Jacques Lacan, em 1938 apresenta à enciclopédia francesa, em um momento posterior à publicação do estágio do espelho, porém, ainda inicial de sua trajetória teórica, um texto sobre família e psicopatologia. Compreende a família, inicialmente, como uma estrutura na ordem da cultura e definida como um grupo natural de indivíduos unidos por uma relação biológica. Esta relação é caracterizada pela distinção geracional e pela necessidade de manter sob os cuidados do grupo, os membros mais jovens. As mudanças na concepção da família surgiram com a comunicação e a produção, ou seja, a realidade social e psíquica introduz uma nova dimensão à família humana, constituída pela cultura que domina a ordem natural.

Lacan (1985a) reafirma a concepção freudiana de que a família preside os processos fundamentais do desenvolvimento psíquico pela organização das emoções de acordo com os condicionantes do meio ambiente. Ela representa a base dos sentimentos; transmite estruturas

¹ Was du ererbt deinem Vätern hast, Erwirb es, um es zu besitzen. Goethe, Fausto, parte I, citado por Freud (1912-1913) e posteriormente em Compendio del psicoanálisis (1938-1940).

de comportamento e de representação cujo jogo ultrapassa os limites da consciência. A família estabelece desse modo, entre as gerações, uma continuidade psíquica cuja causalidade é de ordem mental. Por esta continuidade, revela-se uma estrutura hierárquica, com fundamentos e conceitos próprios que definem a sua unidade, numa transmissão que se eleva à descendência.

Sob domínio da cultura, os complexos familiares integram a obra de um processo dialético, que faz surgir uma nova forma do conflito, considerando aquele precedente e a experiência real. Estes conflitos correspondem a representantes da realidade vivenciados nas relações entre pais e filhos, específico de uma certa etapa do desenvolvimento psíquico, que caracteriza sua origem. Os fundamentos, que especificam a forma como a experiência é objetivada no âmbito familiar, são compreendidos pelas imagos, ou conjunto de representações inconscientes que constituem os complexos. Esta terminologia é citada por Freud em 1906 e corresponde aos termos complexo de Édipo e complexo de castração. Em Lacan, os complexos são organizadores do desenvolvimento psíquico que permitem compreender a instituição familiar.

Para tratar da compreensão da psicopatologia, do ponto de vista familiar, é necessário uma conceituação da função grupal, uma vez que seu sentido – familiar – remete ao das relações sociais. Por outro lado, paradoxalmente, o psicopatológico familiar revela a constituição primitiva do Eu, sua coerência e discordância pelo rompimento com a lei interna (Lacan, 1985a). Tomamos deste postulado a importância da reconstituição dos estádios anteriores à personalidade, na formação do Eu. Por definição, a condição de anterior refere-se às representações que foram geradas previamente ao sujeito e que foram recriadas na sua presença. Do ponto de vista familiar, a formação do Eu torna-se possível pelo investimento gerado previamente à existência do sujeito.

Assim, o universo simbólico, tomado na forma contingencial do discurso familiar compreende um conjunto de convenções a partir das quais podemos desenvolver toda uma série de conseqüências, de teoremas que se encadeiam e estabelecem, no interior de um conjunto, certas relações de estrutura, propriamente falando, uma Lei (Lacan, 1985a). A estrutura fundamental do Eu é da ordem do imaginário, distinta daquilo que ela é no conjunto da natureza. Se nos estruturamos numa categoria formada *a priori* como é a do simbólico, e nos distanciamos dela para encontrá-la novamente em nós, esta necessita re-enlaçar-se em um conjunto de relações de estrutura, numa nova possibilidade de constituirmos nossa subjetividade. É na constituição da família e na emergência de seus complexos que instauramos nossa subjetividade, no plano simbólico.

A constituição do Eu fundamenta-se nas imagens arcaicas que carregam fantasias originárias de desmembramento do corpo, da imagem do duplo, entre outras, que só temos acesso através dos sonhos e sintomas. Lacan (1966/1998) refere-se à condição especular do sujeito com o outro, ao estabelecer-se uma relação do organismo com sua realidade. Trata-se de um momento de constituição do Eu, que o sujeito vivencia como o despedaçamento do corpo, evidenciado nas expressões delirantes. Este momento, denominado estágio do espelho, tem sua finalização com o início das relações que vinculam o Eu a situações socialmente elaboradas. A possibilidade de identificação com a imago do outro decorre da experiência primordial do sujeito de reconhecer-se entre seus semelhantes na relação com a família. Ocorre após os seis meses de vida da criança e coincide com o declínio do desmame.

A estagnação de uma fase especular corresponderia a uma vicissitude narcísica primária, própria da psicose, marcada pelo desalojamento da representação não tolerada, através do mecanismo denominado *Verwerfung*, traduzido por repúdio (Freud, 1894/1972; 1914/1972). Este sentido fica melhor confirmado por Lacan (1966/1998) através do termo *forclusion* e

traduzido por forclusão ou forclusão. A operação forclusiva vem a ser a desconstituição do aparato possibilitador de conteúdos, sua abolição do simbólico e seu ressurgimento violento no real. De outra forma, a falta ou significante rejeitado da ordem simbólica ressurge na dimensão do impossível, através de uma nova realidade. Esta existência simbólica abolida, esperada e não vinda ressurge como uma fala que deveria ter existido em palavras e não foi dita. Lacan (1988) relaciona a uma demanda enviesada que surge para integrar no real e que representa para o sujeito algo do qual ele nunca simbolizou. Transforma-se na realidade de uma imagem alucinada, ou no delírio que desagrega um discurso participado pelo sujeito. O significante excluído corresponde ao correlativo da castração e sua impossibilidade de ingresso no imaginário, por conseguinte, seu surgimento do real. Portanto, as relações com a realidade podem constituir-se inacessíveis ao controle consciente, mais especificamente, ao processo de representação psíquica e simbolização, manifestando-se somente em negativo, no comportamento, e revelando sua forma intencional quando submetidos à luz da psicanálise (Lacan, 1985a).

Nas relações familiares, as funções materna e paterna, constituintes do Eu, estão relacionadas ao complexo edípico e ao conceito de castração. Neste ponto, podemos introduzir o conceito lacaniano de castração, como fundado na separação entre a mãe e seu filho, e a função paterna que age sobre o vínculo mãe-filho no ato castrador de corte, de representante da Lei da proibição do incesto. De um lado, encontra-se o filho que integrou em si esta proibição e assume seus atos e limites, por outro lado, encontra-se a mãe, como mulher desejante e situada em relação à Lei simbólica da proibição. A metáfora paterna é a qualificação dada por Lacan para o significante do Nome do Pai, expressão do desejo da mãe ou do desejo do filho, ou seja, a metáfora do desejo da mãe perpassada pelo desejo do filho (Nasio, 1989). O lugar do Nome do Pai, ou da função paterna internalizada e assumida pela própria criança, é um lugar

simbólico situado no momento da descoberta da criança de que existe uma exceção ao mito da atribuição universal do pênis e que pelo menos uma pessoa, a mãe, é castrada. O fracasso da função paterna ou a impossibilidade da criança de poder referir-se ao pai simbólico é próprio da psicose. A forclusão do Nome do Pai ocorre através da renegação deste significante no discurso da mãe (Dor, 1991).

Os processos neuróticos na família se contrapõem aos psicóticos, pelo fato de os complexos revelarem tendências da sexualidade próprias da primeira infância, que buscam satisfação por via auto-erótica, através das sensações de prazer e desprazer. A plenitude edípica dos conflitos é exaltada nas neuroses familiares. Lacan (1985a), propõe que o momento crucial está localizado na curiosidade da criança pequena sobre sua origem, sua vinculação à mãe e no reconhecimento da presença do pai, ao mesmo tempo, na revelação do mistério da concepção e na representação do impedimento, na efetivação das pulsões sexuais dirigidas à mãe. Este momento, de constituição da família, foi compreendido por Freud como nodal para o desenvolvimento das neuroses e fonte dos subsídios para sua concepção sobre o complexo de Édipo.

Na estrutura perversa, a criança permanece na fronteira dialética do ser e do ter, fechando-se na representação de uma falta não simbolizável, própria da desmentida. Quando a mãe não delimita para criança, no seu discurso, o objeto de seu desejo, poderá conduzi-la a um equívoco de identificação fálica e de investimento simbólico no pai. A passagem do registro do ser para o do ter, segundo Dor (1991) se efetuará num âmbito psíquico específico, em que o reconhecido permanece clandestino.

É importante situar que, com a separação da mãe, surge o lugar simbólico do terceiro, o lugar do pai, permitindo neste momento, a libidinização do lugar do filho, como projeto do casal. Essa separação remete, por sua similaridade, a um perigo de castração e o sintoma pode

surgir, representando no sujeito um momento de sua experiência em que ele não sabe se reconhecer, uma forma de divisão da personalidade. Nesta perspectiva, “o sujeito será condenado a repetir indefinidamente o esforço de desligamento da mãe” (Lacan, 1985a, p.90), que pode expressar-se na forma de psicose, perversão e neurose, em sintomas diversos.

O imaginário enfermo da família manifesta-se nas situações de disputa de guarda, que analisamos neste estudo. O fracasso em proporcionar dispositivos de subjetivação para a prole e de apontar caminhos para sua inserção na sociedade, marca a presença de psicopatologia em um ou mais membros da família, e fixa, na forma de estagnação, o desenvolvimento psíquico dos filhos.

1.4.1 O real, o imaginário e o simbólico

A referência aos termos real, imaginário e simbólico necessita de uma circunscrição por ser tomado a partir de Lacan e situado na concepção de Aulagnier. A noção de sujeito em psicanálise é, inicialmente, diferenciada do sujeito psicológico. A partir de Freud, o sujeito passa a ter o estatuto de sujeito desejante, uma vez determinado pelo inconsciente. Lacan redimensiona o estatuto do sujeito freudiano, colocando-o na condição de uma demanda a se instituir, a se revelar de forma inesperada. A concepção do sujeito em psicanálise corresponde àquele que percebe o objeto na forma de uma percepção relativa ao inconsciente, operada através das três formas destacadas por Nasio (1991), o sujeito dividido do inconsciente (na fantasia), o sujeito fragmentado (na alucinação e na passagem ao ato) e o sujeito do ego. O ego percebe imagens, e pela consciência de uma alteridade nesta percepção de imagens (eu e o outro) irá incorrer em engano pois, está sob domínio do desejo e irá tomar estas imagens como únicas. A percepção inconsciente decorre deste engano da imagem que encobre o objeto do

desejo e o toma como próprio, único. O que não pode ser nomeado, reconhecido pela diferenciação, permanece como encoberto pela imagem, pela percepção inconsciente.

O objeto percebido não se aproxima da concepção de um objeto acabado e autônomo, mas de uma busca em direção a algo “que é encontrado e apreendido noutra parte que não no ponto em que se procura” (Lacan, 1995a, p. 13). Nas categorias da falta do objeto, Lacan (1995a) define o objeto simbólico na sua relação com a privação, com a ausência real; o objeto imaginário da falta na sua relação com a castração; e, o objeto real na sua relação com a frustração, por mais imaginária que venha a constituir seu dano.

Tomamos o real, o imaginário e o simbólico como categorias relacionadas ao sintoma (defesa contra o real). A dimensão do real pode ser abordada a partir do pulsional, que emerge nas manifestações de um circuito que envolve e enlaça o outro, enquanto objeto de demandas. Das relações entre o imaginário e a pulsão chegamos à noção de que a imagem contém sempre um furo, uma falta, uma parte real, do sexual que ela não cobre. Lacan situa um furo na imagem que denomina de $-\phi$ (falo imaginário). Em outras palavras, podemos situar o Eu (ego) em relação a uma falta (objeto a), através da percepção inconsciente de uma imagem, ou cobertura sob a égide de um desejo sexual - o falo. (Nasio, 1991). Ou, de outra forma, a cobertura do pulsional nos é dada pela imagem remetida pelo sujeito da relação para cobrir uma falta, um furo na imagem onde aloja-se a causa do desejo, denominado por Lacan de *objeto a*. Portanto, buscamos um desejo cuja causa nos é impedida e cobrimos essa condição com um imaginário rico em conteúdos e sentidos. No processo identificatório, as formações inconscientes relativas ao objeto a , que situa o real, poderão ocorrer pela via imaginária da identificação fantasmática.

Na alteridade, o Eu irá constituir-se na função daqueles cuja relação determina o desejo da criança, ou seja, a mãe, o pai, os irmãos. O Eu em formação está diante da imagem do outro imaginário e diante de uma dimensão desconhecida, cuja alteridade e diferenciação apaga-se

pela parecença. Numa segunda dimensão, surge uma alteridade que não se resolve, diferenciada por Lacan pelo uso da maiúscula: o grande Outro diferenciado do pequeno outro imaginário. O Outro pulsional está numa ordem exterior e anterior ao sujeito, cuja dependência ele não pode eliminar. Como receptáculo de significantes, o Outro radical confunde-se na linguagem e é aquele em relação ao qual o sujeito tentará situar-se. É por ele e para ele que direciona seus enunciados, agressões e absurdos. Essa busca será sempre retomada, uma vez que nenhum significante poderá defini-lo. Lacan (1986) situa o grande Outro como o lugar da palavra falada onde descansa o conjunto do sistema de significantes, ou seja, de uma linguagem. Porém, a nível do Outro, falta alguma coisa, alguma coisa que só pode ser um significante. Como dimensão do real, esse Outro não pode ser definido, apresenta igualmente uma falta, e é incapaz de oferecer um significante que satisfaça a criança. Para a criança, fica impossível dizer um significante que a satisfaça plenamente em seu ser. Então, essa falta na linguagem é que nos remete ao campo do real. O real situa-se sob o véu da cadeia de significantes. A tentativa de levantar este véu faz aparecer as dificuldades que se manifestam pela oposição do sujeito, recusa, entre outras resistências. Este véu tem a função essencial de assegurar o sujeito em sua fala (Lacan, 1986).

A noção de imaginário traz uma idéia inicial de imagem, de uma elaboração mental imprecisa que gera possibilidades e reproduções. Seguimos pela linguagem do imaginário concebida na sua dupla referência: àquilo que possibilita a criação do novo e àquilo que distorce ou afasta da noção vigente do “real”. Lacan concebe o espaço imaginário na sua relação com o espaço real, na medida em que “a todo ponto dado no espaço real corresponda a um ponto e só um num outro espaço, que é o espaço imaginário” (1986, p. 93). A noção do real está relacionada ao interior do sujeito, o mundo pulsional, onde articulam-se os objetos imaginários. A noção de inconsciente é demonstrada como algo quase *real*, por um lado, e por

outro lado, como alguma coisa de negativo, de *idealmente inacessível*, algo que será realizado no *simbólico*, ou, mais exatamente, que graças ao progresso simbólico na análise, *terá sido* (Lacan, 1986, p.185). A noção de inconsciente de Freud deve satisfazer, segundo Lacan, estes três termos, a saber, o real, o imaginário e o simbólico.

A regulação do imaginário depende da ligação simbólica entre os seres humanos, a troca de símbolos, de diferentes dimensões, de diferentes Eus. Essa função simbólica é definida pela palavra, na medida que se aproxima, em maior ou menor grau, do imaginário. Da relação entre Eu-ideal e ideal de Eu, Lacan (1986) define a relação entre o imaginário e o real:

“Qual é meu desejo? Qual é minha posição na estrutura imaginária? Esta posição não é concebível a não ser que um guia se encontre para além do imaginário, ao nível do plano simbólico, da troca legal que só pode se encarnar pela troca verbal entre seres humanos. Esse guia que comanda o sujeito é o ideal de Eu” (1986, p. 166).

A abordagem do imaginário, na sua relação com o real, depende da função simbólica estabelecida no discurso. Ao receber a criança ou o adolescente para entrevista, estabelecemos com ele uma ligação simbólica que permitirá aproximações de seu imaginário. Na medida em que este discurso é regido pelo ideal de Eu, estamos realizando elos com o discurso familiar e sua estrutura.

Ao penetrarmos na dimensão do simbólico, necessitamos, primeiramente, definir o conceito de símbolo. Etimologicamente, símbolo, em grego, caracterizava um reconhecimento entre os iniciados religiosos. A palavra *símbolo*, originado grego *symbolon*, é aquilo que, por um princípio de analogia, representa ou substitui outra coisa. Em sua origem tomava o sentido de “jogado com” e representava um objeto qualquer quebrado numa reunião inicial, cujos participantes, os iniciados, conservavam um pedaço. Nas reuniões posteriores, os participantes justapunham os pedaços, e seu ajustamento exato testemunhava a existência de um elo entre os

membros da reunião atual e da reunião passada, quando o objeto havia sido quebrado. Uma vez que os membros da reunião atual não eram, necessariamente, os mesmos, a posse dos pedaços do objeto revelava dois elos distintos: um elo com um grupo de pessoas reunidas no passado, feito após a substituição de um ou mais membros; e um outro elo com uma cadeia de pessoas que havia sucessivamente possuído o objeto e o transmitido de umas às outras, sendo que a reunião dos pedaços, remetia a um novo elo, um terceiro, entre os membros da reunião presente, em estreita relação com os dois elos anteriores. Portanto, o símbolo designava um sinal de reconhecimento. Para Gibello (1997), a noção de símbolo é complexa e compreende, de um lado, um objeto material que representa *algo*, e que o representa *para alguém* suscetível de lhe apreender seu sentido; de outro lado, o objeto símbolo em si não significa nada, extraindo-se seu sentido da ruptura que sofreu e a qual ele remete. Desta definição, tomamos o símbolo e a função simbólica, sendo que esta última é ressaltada pela psicanálise.

Lacan (1986) retoma a noção do simbólico na sua condição intersubjetiva de estruturante da ação humana, cuja regra é similar a de um jogo que pressupõe uma quantidade de dados ou símbolos. A função simbólica pertence à condição humana, à formação do Eu e à experiência de existência num mundo em relação.

Na dimensão simbólica, os processos de identificação se inserem através da atribuição e outorgação de traços que permitem a possibilidade de uma estruturação unificada do sujeito com o grupo familiar. A função simbólica compreende os sentidos representados e aqueles que estão em negativo, ou em vias de tornar-se representação. Estes sentidos podem trazer o confronto com aquilo que o simbólico não alcança, ou seja, a estrutura narcísica que detém o ódio ao exterior.

1.5 O processo identificatório

A psicanálise evolui no duplo movimento de uma produção clínica e teórica, em que a originalidade do pensamento apodera-se do processo de tratamento e constitui seu corpo teórico. Piera Aulagnier desenvolve suas hipóteses metapsicológicas pelo diálogo constante com a experiência e na busca de sentidos. Assume o pressuposto lacaniano “da inserção daquele que é o lugar da fala numa cadeia significante” para traçar os postulados que iniciam no encontro originário com experiência inaugural de prazer “entre a boca e o seio” e a atividade psíquica que aí se organiza.

Aulagnier (1977) parte do postulado de *auto-engendramento* da psique a tudo que lhe sucede, para especificar a formação do originário. Este auto-engendramento vem a ser o resultado do encontro originário boca-seio, pela rejeição fora do espaço psíquico do objeto fonte de sofrimento. Pela eliminação da causa do sofrimento, que pode ser a ausência do seio, a psique do *infans* nega seu estado de falta e alucina a modificação, como única ação possível. No seu início a psique responde naturalmente pelo desconhecimento do corpo e conhecimento de seu estado, “estado” este que deseja reencontrar. Este estado de quietude que deseja reencontrar ignora o estado de não desejo, operante do desejo e prova da presença originária da pulsão de morte. Esse originário será marcado por um afeto ligado a uma representação, onde representação do afeto e afeto da representação são indissociáveis. A ligação de uma heterogeneidade entre o *x* da experiência corporal e o afeto psíquico se manifesta na e pela sua *representação pictográfica*. A representação pictográfica se dará a partir da metabolização das experiências originárias por uma primeira separação entre o que o sujeito jamais conhecerá e o sub-conjunto do representável e do intelegível. No primeiro, dos fenômenos representáveis das experiências originárias, estariam as produções subjetivas e no segundo, os registros

compreenderiam tanto os fenômenos representáveis do originário, quanto o figurável e o pensável das produções primárias e secundárias.

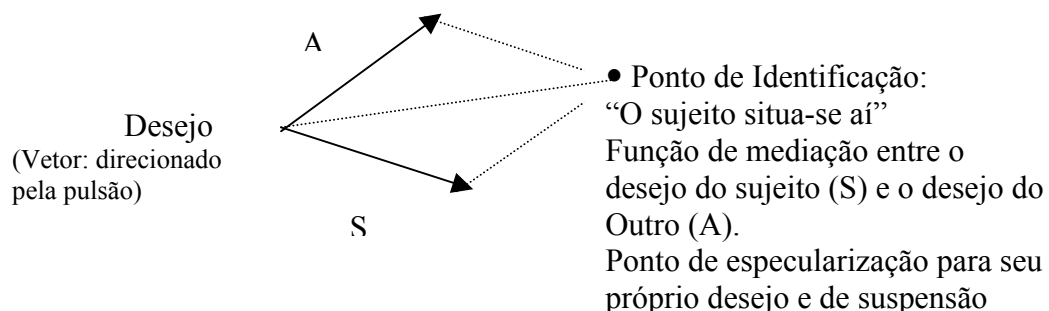
Aulagnier faz surgir a fantasia do *pictograma*, constituído a partir do originário e transformada no conhecimento do corpo da mãe como entidade autônoma. O primário proporcionará uma interpretação cênica do mundo em que todo acontecimento e todo existente encontrarão sua causa na intenção projetada sobre o desejo do Outro; e considerará o desprazer como experiência inevitável que prova a realização do desejo do Outro. Ao colocar no exterior a cena vista, que supostamente experimenta prazer e desprazer, fica estabelecida uma relação causal com o poder do desejo do Outro, no “posto em cena” de dois espaços submetidos ao desejo de um só. Ao reconhecer um seio separado de si próprio, o *infans* dá início ao reconhecimento de “um outro lugar a parte do seio” (*ailleurs-du-sein*) investido como primeiro representante do Outro na cena do real, “outro lugar” que pré-anuncia a existência do pai e do casal parental. Os protótipos do secundário partem da comprovação de existência de fragmentos do mundo possíveis de serem conhecidos por estarem ocupados por objetos investidos, no “posto em sentido”, sob o amparo do discurso. A existência do desejo do Outro está para a psique assim como o conceito de Deus está para o sistema teológico. Concluindo, Aulagnier define a atividade de representação através do *processo originário*, cujo representante é *pictográfico*; do *processo primário* e seu representante *fantasiado*; e, do *processo secundário* com um representante em *idéias*. O signo interpretado como fonte de prazer corresponde, na seqüência, ao representante, o fantasiante e o enunciante.

O protótipo identificatório surge de uma posição reflexiva do primário sobre si mesmo, onde gravitará conjunto dos “postos em cena” presentes neste campo. Surge daí o sujeito do inconsciente. O sujeito do inconsciente se identifica com uma resposta, que vem a ser o sentido do enunciado de uma demanda. O estatuto do objeto *a*, que para Lacan é a causa do desejo que

se inviabiliza representar-se, para Aulagnier fica definido não pela sua natureza, mas pela sua função de mediação que o “prende” entre o desejo do sujeito e o desejo do Outro. Essa função assegura um isomorfismo estrutural no registro imaginário, numa posição de homologia dos objetos uns em relação aos outros.

A demanda, define a posição de dois sujeitos pela mediação de um objeto, considerando que o objeto pode ser qualquer coisa, “uma escolha imposta pelo não apagável de uma marca inscrita na trama do discurso inconsciente como significante do desejo” (1990a, p. 176). Na relação objeto de prazer-objeto de desejo, Aulagnier afirma que “o sujeito é desejanter de um desejo e não de um objeto” (1990a, p.176)

Fig. 1



No conceito de demanda fazem parte o demandante, objeto demandado e o respondente, a quem a demanda é dirigida. O objeto que lhe é oferecido torna-se suporte de um primeiro processo identificatório. Nesta posição identificatória, a mediação permite ao sujeito a nomeação *a posteriori* do objeto demandado e a identificação com as percepções co-extensivas à resposta. O ato de identificação é da ordem do *identificante* e o seu resultado ou efeito, o *identificado*.

No registro identificatório, Aulagnier (1977) entende que a função simbólica apresenta-se como cobertura de uma rede de significações que articulam um conjunto de possibilidades.

Estas compreendem regulamentações universais daquilo que é próprio do sujeito, ou seja, a articulação nas leis e normas culturais daquilo que é único e singular ao sujeito. No processo identificatório o sujeito é capturado pelos desígneos dessa rede de significações, uma vez membro de um grupo familiar, conjunto de um sistema de parentesco, que forma o espaço cultural de origem. Na sua origem, o sujeito é situado num lugar e numa função específica em relação aos termos mãe, pai, filho, antepassados. Nesse espaço, terá acesso aos signos lingüísticos que serão marcadores dessa regulação entre o singular e o universal, entre a função como sujeito na rede de parentesco. É o acesso ao campo lingüístico e sua aquisição que sustentará a função simbólica. Entretanto, o acesso ao simbólico só ocorrerá se o sujeito não apenas fizer uso da linguagem, mas apropriar-se do sentido que estabelece as relações entre os termos do parentesco e da própria ancestralidade. O reconhecimento desse lugar e função na rede de parentesco é que autoriza o sujeito a apropriar-se do simbólico, da lei que o transcende, mesmo que submetido a ela de forma específica e temporária. Em Aulagnier (1977) temos, portanto, a retomada do conceito do simbólico e do imaginário e da definição de três funções características ao signo lingüístico próprias do sistema familiar: uma primeira função liga cada termo do parentesco a uma lei e um sistema relacional universal para a cultura em questão; a segunda função enuncia uma designação que se opõe enquanto significação universal à singularidade das referências identificatórias e imaginárias do Eu; a terceira função permite ao Eu encontrar um espaço de recorrência entre um antes e um depois, quanto à sua posição no sistema, considerando aqueles que o seguirão.

No sistema de parentesco a função simbólica enquadra o espaço do imaginário, que permeia o discurso familiar. Estabelecendo uma ordem própria e uma ordem em coerência com a ordem cultural, este discurso exclui enunciados que não pertencem ao seu enquadre. Em nosso estudo, incluiremos a condição do sujeito temporal, que transmite enunciados de uma

ordem transgeracional, como uma formação decorrente de relações estabelecidas entre pais e filhos através dos processos identificatórios e de formação de ideais, que vão definir futuras escolhas e vicissitudes.

No caso de crianças em situação de disputa de guarda, estamos diante de um investimento narcísico de mãe e pai e de uma família substituta. Ao aderir ao campo social a criança está assumindo um lugar esperado e desejado por ela através dos enunciados daqueles ofereceram-se como objeto de investimento. Falamos aqui, de um contrato narcísico entre sujeitos durante um período de suas histórias, da forma como define Piera Aulagnier (1977). Na conjunção de ideais familiares com os conflitos identificatórios dos pais se efetuará um contrato na forma de uma catexização de um modelo futuro que constitui uma condição necessária para o funcionamento social e que tem relação direta com o modelo de origem. Neste caso, tomará a criança como elo e garantia ocupando uma posição para demandas parentais que farão pano de fundo àquela de demandante em meio ao conjunto social e de ideais extra-familiares. Assim, é importante a compreensão dos processos familiares envolvidos nessa construção, dos lugares ocupados pelos pais e pela criança, assim como dos pais substitutos.

A complexidade da posição em que está colocada a criança em situação de disputa de guarda, nos faz refletir sobre a transformação que se processa neste momento. Primeiramente, pensamos que ela necessita criar dispositivos próprios que dêem conta de desidentificações. Essas, corresponderiam ao um investimento de retomada do processo identificatório, na forma de um conflito identificatório. Compreendemos, também, que a reconstrução do processo exogâmico que foi conquistado, muitas vezes, sob condições traumáticas leva a criança a criar dispositivos superegóticos remanescente das formações de ideal e dos limites de proibições das relações primárias, com os pais de origem. Estes devem ser compreendidos para que possamos ir ao encontro da situação apresentada pela família e assumirmos uma posição que articule

novas possibilidades de estruturação para a criança e o grupo familiar. Somente através da busca de uma compreensão destes dispositivos que poderemos nos posicionar diante da situação em questão. Então, podemos questionar que dispositivos são estes e como acessá-los numa intervenção? Para chegar a estas respostas, é necessário que tomemos a condição da psicopatologia no âmbito familiar, da condição de um sujeito singular, que existe na relação com o outro e num tempo determinado, inscrito no processo transgeracional.

A dimensão da cultura, introduzida e produzida pelo discurso familiar merece uma análise contemporânea, que leve em consideração o sentido da linguagem familiar e de sua obra. Na música *Sobre o Tempo*, de Thedy Correa, nos é apresentada a dimensão do processo vital familiar:

"Os homens trocam suas famílias
as filhas, filhas de suas filhas
e tudo aquilo que não podem entender.
Os homens criam seus filhos
verdadeiros ou adotivos
criam coisas que não deviam conceber.
O tempo passa e nem tudo fica,
a obra inteira de uma vida.
O que se move e o que nunca vai se mover..."

A obra inteira de uma vida que jamais revelará um produto final pode ser compreendida como o processo vital familiar, compelido pelas necessidades e carências que levam à vida em grupo, sua sobrevivência. A partir da mobilidade e imobilidade – *o que se move e o que nunca vai se mover* – das pulsões e de suas relações com o mundo, podemos situar o psicopatológico no contexto familiar.

Seguimos, assim, pela noção do imaginário familiar retomado no plano simbólico do discurso. Nossa investigação está circunscrita ao âmbito jurídico, em que a norma social se impõe àquela estabelecida pela família. Ao mesmo tempo em que o pedido de intervenção advém de um dos membros da família, que deseja uma mudança, o grupo reestrutura-se como um todo, sob a intervenção da lei que impõe nova ordem.

1.6 A situação de disputa pela guarda de um filho na psicopatologia

É necessário contextualizarmos o nosso estudo, situado no âmbito de uma instituição judicial, onde pais, mães e famílias substitutas disputam a guarda de filhos. As famílias buscam na lei o reconhecimento de suas relações, ou seja a legitimação de vínculos específicos, tanto daqueles reafirmados quanto daqueles rompidos. A condição de litígio ou contestação expõe o fracasso das famílias no estabelecimento e manutenção destes vínculos, do ponto de vista psicanalítico, expõe a funcionalidade dos acordos e pactos inconscientes.

Os processos judiciais existentes nas varas de família e da infância e juventude, de disputa pela guarda de um filho, envolvem relações complexas e tensas, tanto nos vínculos conjugais entre pai e mãe biológicos, quanto em outras situações, tais como, a de uma família substituta que reivindica os direitos sobre uma criança, que esteve sob seus cuidados por um tempo determinado ou desde seu nascimento. É sobre esta segunda situação que nos deteremos neste estudo. A situação de disputa de guarda tem seu início diante do pedido de guarda da criança por uma das partes envolvidas, neste caso, uma família substituta. Este pedido pode acompanhar uma solicitação de destituição ou suspensão do pátrio poder sobre o filho, fato este que exacerba a situação litigiosa previamente existente. Nesses processos, observamos que os motivos desencadeadores da disputa estão ligados ao tipo de vínculo estabelecido entre as

famílias. Os conflitos geradores da ação judicial envolvem relações de amor e ódio entre as partes, que inclui a criança como mobilizador e simbólico da existência do vínculo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente reconhece a solicitação de suspensão do pátrio poder diante de motivo grave, que, após realização de perícia interprofissional, poderá importar na modificação de guarda. A criança, em questão poderá ser ouvida, conforme procedimentos constantes no Capítulo III do ECA:

“Se o pedido importar em modificação da guarda, será obrigatória, desde que possível e razoável, a oitiva da criança ou adolescente” (Lei Federal 8069/1990, art. 161, § 2º.).

O procedimento de ouvir a opinião da criança cai na questão final: “Com quem queres ficar?” Se, antes do acesso à Justiça, a criança era expectadora de um conflito, agora é pivô de um litígio e sua palavra adquire poder sobre a solução do impasse. Para a criança, ser questionada por uma autoridade judicial suscita sentimentos profundos em relação à autoridade paterna, seja ela atuante ou ausente. Assim, propomos que esta oitiva da criança ou adolescente, não seja realizada em situação de uma audiência pública, porém, através de uma escuta sobre seu desejo.

Diferenciamos aqui o “ouvir” do “escutar”. Conforme Cunha (1989), ouvir é “perceber as coisas (os sons) pelo sentido do ouvido”; escutar é “tornar-se atento para ouvir”. Logo, a escuta antecede a oitiva por dirigir-se àquilo que funda a coisa dita (o som). A escuta da qual refiro é a escuta da atenção flutuante, do inconsciente: a escuta psicanalítica. Ao dirigirmos nossa escuta para estas crianças, colocadas em situação de disputa identificamos uma condição de perplexidade e falta de parâmetros. Ao serem questionadas sobre o que pensam, mostram-se confusas e cheias de dúvidas. Como se acordadas de seu adormecimento infantil são cobradas a uma definição ou escolha que envolve uma mudança radical em suas vidas. De modo geral, não

estão em condições de enfrentar as conseqüências do impasse e de olhar para seus desejos sem culpa e intensa angústia. Ao mesmo tempo, estas crianças apontam soluções simples e satisfatórias para o momento conflituado em que estão colocadas e são capazes de confrontar-se com o discurso inarticulável de ambas partes em litígio, na tentativa incessante de encontrar uma saída para a situação. No nosso entender, esta condição paradoxal é que favorece a criança no seu percurso evolutivo, uma vez que corresponde a uma possibilidade de abertura para novas situações.

Corresponder a demandas de diversas origens e integrá-las na formação da identidade é uma característica favorável, presente naquelas crianças que não se deixam amarrar-se em relações únicas. Quando ouvimos estas crianças e voltamos nossa escuta para o seu desejo, constatamos um discurso transindividual marcado por referências de diversas ordens. Estas referências podem estar em sintonia com um desejo materno, de pai, de irmãos, ou de outra pessoa que marcou a vida da criança. No processo identificatório, as formações psíquicas relativas ao objeto *a*, que situa o real, poderão ocorrer pela via imaginária da identificação fantasmática.

Do ponto de vista jurídico trata-se um processo ativo e organizado no tempo, em consonância com a reunião de provas documentais. Por outro lado, nos inserimos num momento psíquico de “não-processo”, ou seja, de um apagamento da separação entre pais e filhos. A disputa de guarda é uma ação com duplo sentido: um que marca a separação da família quando a criança é colocada na posição de encontro-desencontro; outro, que situa o ato inconsciente. Ao assumirmos a escuta psicanalítica do caso voltamos nossa atenção para o ato que não se apresenta objetivamente no processo.

Em psicanálise, o ato pode ser compreendido como *acting out* e como passagem ao ato. De um lado, o *acting out* revela uma demanda simbolizada a um outro, na alteridade, e que

necessita ser decifrada; de outro lado, a passagem ao ato, que ocorre ao sujeito quando confrontado com aquilo que é para o Outro (Lacan, 1985b), de um modo impulsivo. Esse Outro, como já apresentamos anteriormente, corresponde à relação do sujeito com aquilo que o determina de forma radicalmente anterior e exterior, ou seja, com o desejo da mãe, do pai e irmãos. Na passagem ao ato ocorre um agir inconsciente uma identificação com essa posição em que é colocado o sujeito, de exclusão e rejeição de qualquer possibilidade simbólica. Saindo de cena, o sujeito “deixa-se cair” (*Niederkommen*) em uma ação de extrema emoção, impossível de qualquer simbolização. Chemama (1995) define a passagem ao ato como algo inacessível ao processo de simbolização uma tentativa de recuperação de uma imagem irrecuperável, pois, na ação impulsiva ocorre um transbordamento da cena fantasmática, como única solução diante da posição na cena do real em que o sujeito está inscrito.

Lacan (1995a) ao abordar a solução fetichista, a partir da identificação da criança com o objeto fálico ou aquilo que falta à mãe, apresenta como paroxismo da perversão o momento qualificado de passagem ao ato:

“Durante esta passagem ao ato, realizou-se algo, que é fusão, e acesso a esse mais-além. A teoria anaclítica freudiana formula como tal esta dimensão transindividual e chama *Eros* à união de dois indivíduos, onde cada um é arrancado de si mesmo e, por um instante mais ou menos frágil e transitório, até mesmo virtual, encontra-se como parte constituinte desta unidade. Uma tal unidade é realizada em certos momento da perversão, mas o próprio da perversão é precisamente que esta unidade jamais pode ser realizada, senão em momentos que não são ordenados simbolicamente.

No fetichismo o próprio sujeito diz que encontrou finalmente seu objeto, seu objeto exclusivo, tanto mais satisfatório quanto é inanimado. (...) Um objeto desprovido

de qualquer propriedade subjetiva, intersubjetiva e até mesmo transubjetiva, é mais assegurado.” (Lacan, 1995a, p. 85)

Ao mesmo tempo em que este sujeito se identifica com o falo materno, posição em que se coloca em instantes de satisfação por fascínio, põe-se em risco de perder seu objeto primitivo por afirmar-se como seu destruidor. A passagem ao ato vem a constituir esta alienação radical diante da impossibilidade de integração do sujeito e uma vitória da pulsão de morte diante da posição de escolha entre o princípio do prazer e da realidade, pois o sujeito chega a ponto de entregar-se com a própria vida através de um ato suicida.

Na disputa por um filho, a passagem ao ato vem ser este o instante de apresentação da criança impossibilitada de uma inscrição subjetiva e posicionada como ameaça à integridade materna. Este fracasso evidencia-se pela supressão da representação da palavra e sua transformação no ato. A intervenção visa proporcionar uma função estruturante para a criança envolvida, marcando e abertura de novas possibilidades de legitimação do processo identificatório.

A noção de um discurso onde permeiam discursos transindividuais, ou seja, um discurso onde o desejo do sujeito é o desejo do Outro. Assim, na passagem ao ato, o sujeito está impedido de qualquer simbolização, pois está à disposição do desejo do Outro, preenchendo o vazio e expulsando um agir impulsivo e inconsciente. Encontramos na disputa de guarda, vínculos familiares que fracassaram na instituição de suas funções e estados psicóticos de um agir impensado e impulsivo, resultado dessa falência.

Para este estudo não enfocaremos a família como grupo constituído, mas, especificamente a situação da criança que é colocada nesta situação paradoxal, no lugar de disputa como um conector de dois espaços que não permitem vinculação. Entendemos que essa experiência revela uma linguagem original de transmissão transgeracional, de enunciados

identificatórios que, originados em gerações passadas, conseguem sua representatividade somente na condição de realização no ato. Essa forma de transmissão ocorre devido à força com que estes enunciados se inscrevem, mobilizando tensões e afetos não representados em palavras e sem acesso à condição simbólica de legitimação.

Nossa função é de diagnosticar o problema e de inscrevê-lo numa nova ordem, que legitime e estruture o ato instaurado. A escrituração de um laudo é um processo importante, pois leva o profissional a inscrever e reafirmar na lei, um novo sentido para dado momento.

1.7 Objetivo do estudo

O presente estudo objetiva a análise psicopatológica da disputa pela guarda de um filho. Terá como enfoque o processo identificatório e as formações que estruturam o sujeito e que se processam de uma geração a outra.

1.8 Questões a serem investigadas

- Considerando a convivência da criança entre dois espaços de constituição, de qual lugar o sujeito fala?
- Considerando que, a condição de disputa mobiliza um momento de incerteza psíquica, como compreender a atualização do registro da castração pela instância paterna?
- Na disputa de guarda, como pode ser situada a inscrição do filho no discurso familiar?
- Como situar as formações transgeracionais no ato de disputa?

CAPÍTULO II

A PESQUISA PSICANALÍTICA

A pesquisa psicanalítica é a pesquisa do psicopatológico, como método de tratamento e processo de investigação do psiquismo humano. Seu produto possibilita novas compreensões acerca dos processos psíquicos, na forma de um conhecimento próprio da psicanálise denominado metapsicologia.

Neste estudo, tratamos de definições que possibilitem a sistematização da pesquisa psicanalítica como um método de investigação científico paralelo ao método analítico mecanicista. Esse paralelismo surge da concepção de uma realidade imanente ao sujeito, que nasce e revela-se no próprio fato psíquico, de forma fragmentária e através de efeitos de quebra e abertura sucessivos. A experiência transformada pela irreduzível força da realidade em percepção alucinada ou fantasiada, torna-se, por fim, teoria de um conhecimento especial, transmissível e legitimado. Tratamos da pesquisa psicanalítica situando seu campo de investigação em meio às correntes de pensamento presentes desde sua origem, caracterizando sua condição como ciência e relacionando-a com as demais propostas metodológicas de investigação científica.

2.1 Buscando o espaço para a investigação: o campo de pesquisa psicanalítica

O desenvolvimento da ciência e a fixação da metodologia, como defende Henry(1998), passaram por mudanças drásticas, desde a representação de um mundo matematizado, predominantemente instrumentalizado, para uma perspectiva mais realista por meio da experimentação, ou seja, pelo conhecimento demonstrado por experimentos criados para este propósito. A tradição mágica, do mago que busca algum resultado desejado para si próprio ou para seu cliente, uniu-se ao empirismo científico com premissas que remetiam aos poderes ocultos dos corpos capazes de atuar sobre os demais corpos. Essas qualidades ocultas, tais como o magnetismo e os poderes de certos minerais ou plantas na cura de doenças, eram reconhecidos em sua existência por seus efeitos, por não haver dúvida de sua eficácia. Entretanto, do ponto de vista da ciência, ficava difícil explicar qual processo gerava tais mudanças, permanecendo a explicação em torno dos tipos de mudanças observadas. A investigação empírica da natureza foi estimulada e frutificada através da lógica implícita e indutiva de Francis Bacon. Ele influenciou a utilização do método experimental para confirmar o uso de qualidades ocultas em experimentações, que acarretou no desenvolvimento dos novos sistemas da filosofia mecânica. As qualidades ocultas da matéria eram representadas pela analogia com o maquinismo, tal qual engrenagens de um relógio, ou por impacto e transferência de movimento de um corpo ao outro. A filosofia mecânica caracterizava-se pelas explicações com base em princípios animados e justificações teológicas. Tratava-se de uma filosofia atomística que atribuía a divisibilidade da matéria ao infinito. O sistema cartesiano consistiu na versão mais influente da filosofia mecânica, legitimada pela metafísica que definia a matéria exclusivamente em termos de extensão, ou seja, pela ação de contato. Mesmo encontrando dificuldades insuperáveis na explicação da complexidade do mundo vivente, a

noção mecanicista da *bête-machine*, que vem a ser a concepção cartesiana do animal como um autômato complexo, influenciou fortemente a biologia e a medicina, colocando as ciências da vida, representadas pela posição do vitalismo, na condição de “não-ciência”. Feyerabend (1977) aponta o enriquecimento da ciência com os métodos considerados “não científicos” e como os resultados “não-científicos”. Uma vez que a ciência não é simples consequência de estágios primitivos que foram abandonados, ela se serve e tira vantagem de elementos rotulados pela própria ciência de “não-científicos”.

Sigmund Freud empreendeu seus estudos sobre os processos psicopatológicos em meio às correntes filosóficas de sua época, fortemente marcadas pelo mecanicismo cartesiano. Juntamente com Darwin e Marx, Freud foi considerado parte da corrente naturalista que surgiu a partir da metade do século XIX e que se estendeu até o momento. Esta corrente naturalista concebia os seres vivos, entre eles o homem, como um organismo em constante adaptação, com estruturas funcionais hierarquizadas, que evoluem e se desenvolvem através de processos de auto-regulação.

Figueiredo (1997), ao analisar as concepções presentes no pensamento freudiano, identifica a influência do funcionalismo e organicismo, entre outras matrizes de pensamento científico. O romantismo, remanescente do racionalismo em favor da vida, apresenta-se através da identificação com a própria vivência. Goethe traduz esta vertente pelo esforço de constituição de uma ciência, em contraponto à metodologia analítica, através da apreensão das manifestações internas a partir da visão, no contexto, das partes visíveis e tangíveis da natureza. Nesta concepção, a identidade entre sujeito e objeto revela a antecipação da experiência, ou seja, a verdade emerge no ponto de encontro do mundo interno do homem com a realidade externa. Além deste, outros aspectos do romantismo influenciaram o pensamento freudiano, tais como o plano ontológico de transformação da natureza, de conflito entre forças antagônicas na

essência destes fenômenos, além da importância da experiência imediata na busca do saber, sempre mantida a apreensão globalizante das formas, da identidade do sujeito com seu objeto. A tradição hermética se faz igualmente presente no pensamento psicanalítico através do deciframento da linguagem onírica e de outras expressões do inconsciente, bem como, na experiência de fenômenos desconhecidos que afetam as coisas, os corpos, como a transferência e o determinismo inconsciente.

O tratamento das enfermidades psíquicas levou Freud à busca de uma lógica para estes fenômenos, que possibilitou o desenvolvimento paulatino de uma nova disciplina, a psicanálise. Freud mantinha a influência do pensamento científico que forçava um modelo funcionalista e organicista, como tentativa de adaptação à ciência da época, entretanto, sua metapsicologia revelava um sujeito dividido (o sujeito psíquico), que subvertia o sujeito do conhecimento. Somente a concepção de um sujeito dividido (*Spaltung*) possibilitava a legitimação dos enunciados do inconsciente. Pelo *Spaltung* o sujeito é levado a enunciar algo diverso daquilo que acredita dizer, como apontou Lacan (1985b), sem consciência desse saber.

A psicanálise fundamenta suas proposições nas definições de inconsciente, determinismo psíquico e transferência, considerando a função simbólica dos sonhos, atos falhos, chistes, sintomas neuróticos e em torno de uma sexualidade e de um desejo recalcados. A técnica psicanalítica de cura desenvolveu-se pela análise da associação livre e da transferência que se estabelece no tratamento psicanalítico.

Avessa à constituição de um saber generalizável e sempre verdadeiro, a psicanálise propõe-se à compreensão de um fato na medida de sua significância para o sujeito. Lacan (1985b) coloca o sujeito da psicanálise em um lugar descentrado do indivíduo, uma vez que o inconsciente não pertence ao conjunto de certezas nas quais o indivíduo se reconhece.

O campo de investigação psicanalítica é o inconsciente, não como objeto de investigação, mas com dispositivo de acesso. Através das manifestações inconscientes, de produções singulares e intersubjetivas, que emergem na fantasia, no sonho, no chiste ou em outras manifestações, próprias da relação estabelecida na transferência entre o analista e o paciente, o investigador psicanalítico poderá estabelecer seus critérios de investigação e chegar a hipóteses sobre o conflito. Pela escuta psicanalítica que o pesquisador irá situar os significantes presentes nos fatos clínicos e transformá-los em uma narrativa de caso, através de um ensaio metapsicológico. Tomamos a escuta como uma condição anterior à oitiva, pois escutar é dispor-se a uma condição que antecede o ouvir e que fundamenta o que é dito. A atenção flutuante e multidirecionada constitui a escuta psicanalítica e possibilita a abertura às formulações inconscientes próprias da situação transferencial do tratamento psicanalítico.

Foi através da metapsicologia que Freud, ao longo de seus estudos clínicos, elaborou os princípios fundamentais e suas hipóteses sobre os processos psíquicos inconscientes. Caon (1996) faz a distinção entre o surgimento da psicanálise e da metapsicologia quanto ao endereçamento de seus enunciados: a psicanálise como primeira invenção foi apresentada ao público anônimo, enquanto a metapsicologia antecedeu-a no que se refere ao reconhecimento por uma alteridade que participou de forma crítica de um texto em construção. A metapsicologia gerada da pesquisa psicanalítica é o produto da singularidade do processo psicanalítico de pesquisa, construído entre o paciente e o analista, na análise de supervisão e na alteridade com uma comunidade específica que acompanha a elaboração dessa escrituração.

2.2 A partida e o itinerário: a pesquisa psicanalítica e a busca da razoabilidade no irracionalismo

O método psicanalítico de transmissão de um conhecimento adquirido e investigação pode ser caracterizado pelo pluralismo metodológico de Feyerabend (1977). Na sua defesa de uma ciência que dê conta da condição humana, propõe uma ciência sem método especial. Toma por princípio que a separação entre ciência e não-ciência é tanto perniciosa, porque enfatiza características profissionais em detrimento às humanas, quanto quimérica, por tratar das capacidades e condições do desenvolvimento do homem de forma demasiado simplista. Feyerabend busca uma resposta condizente com a complexidade das mudanças humanas, uma vez que a ciência conhece os fatos sob certo ângulo ideativo e os “fatos nus” estão sempre sujeitos a condições fisiológicas e histórico-cultural da evidência. Para ele, o aspecto mais avançado da ciência devolve ao homem a liberdade que a própria ciência retira, no seu aspecto mais vulgar. Os conceitos que restam diante da busca de uma racionalização das mudanças científicas são desejos subjetivos, aqueles que cessam de ser racionais. Na sua irracionalidade a ciência poderá buscar um avanço, sem apelo aos padrões de racionalidade universais que a distanciam da essência humana.

Considerando que o marco conceitual da psicanálise, o inconsciente, foi definido a partir das dúvidas sobre os procedimentos anteriores de investigação da mente, podemos afirmar que a psicanálise avançou com seus conceitos sobre outras escolas do conhecimento, marcando um certo progresso na concepção da subjetividade humana, como afirmou Lacan (1985b) no seminário sobre metapsicologia.

Entretanto a força da concepção positivista de uma ciência racional exige a tomada de posição em relação aos conceitos metodológicos disponíveis em relação aos conceitos dos quais tratamos, próprios da pesquisa psicanalítica. Partimos da pesquisa psicanalítica em seu espaço constitutivo singular para propomos um comparativo com os métodos de pesquisa qualitativa e

psicanalítica (Quadro1), na tentativa de marcar as diferenças entre estes dois processos de investigação.

Em Banister (1994) a definição de pesquisa qualitativa aproxima-se, num olhar distanciado, do método psicanalítico pois considera a busca de um sentido interno para as ações e pensamentos, a sistematização de um sentido para o fenômeno estudado e uma nova representação que ilumine o significado de um determinado aspecto ou problema. Entretanto, escapa-lhe a verdade de seus achados que permanecem moldadas e adaptadas no ponto de vista objetivo. A psicanálise visa a verdade como valor em si, como resultado da busca casual do pesquisador (serendipidade), como descoberta inconscientemente determinada (Caon, 1997).

O método qualitativo reconhece a importância da interpretação e da relação estabelecida entre o investigador e o objeto investigado através de conceitos próprios a cada lugar teórico. Entre tantos conceitos apresentados pelos pesquisadores, podemos citar o de aprendizado pela descoberta, em que o pesquisador ensina o que tem aprendido na relação com o outro que investiga (Stake, 1994); o princípio da reflexividade, em que o pesquisador situa-se em relação ao efeito exercido sobre as pessoas que estuda (Banister e cols, 1994); a observação participante, onde o observador utiliza-se como instrumento de pesquisa (Robson, 1993). Estes processos de investigação tratam da subjetividade do pesquisador, porém, de uma forma conscientemente determinada, elaborada com palavras disponíveis e atentamente planejadas. Fundada na experiência transferencial do tratamento psicanalítico, a pesquisa psicanalítica ocupa-se da retomada desta experiência *a posteriori*, ou seja, no relance da situação psicanalítica de pesquisa, como condição fundamental para a sustentação teórica das formulações metapsicológicas (Caon, 1997). As palavras do pesquisador psicanalítico tornam possível a dialética do singular e do compartilhável na situação com o paciente, e dos conceitos não disponíveis no momento em que os fatos sucedem.

Na pesquisa psicanalítica, o referencial psicanalítico teórico e técnico fundamenta os métodos e procedimentos utilizados na investigação; por outro lado, a utilização do referencial psicanalítico nos estudos qualitativos corresponde a uma aplicação teórica. Caon (1994) define e relaciona a pesquisa psicanalítica do psicopatológico inconsciente com as demais pesquisas do campo da psicanálise tratadas como pesquisa em psicanálise, pesquisa em extensão ou pesquisas aplicadas. Portanto, a pesquisa qualitativa diferencia-se da pesquisa psicanalítica ao limitar um referencial teórico da psicanálise e aplicá-lo de forma interpretativa na compreensão do caso investigado, configurando a pesquisa psicológica ou interdisciplinar, de utilização em outras disciplinas como a filosofia, antropologia ou sociologia.

Outras questões da metodologia tradicional, tais como o delineamento de pesquisa, apresentam suas peculiaridades nos diferentes métodos de investigação adotados. Nachmias e Nachmias (1981) definem o delineamento como um modelo lógico de provas que leva o pesquisador a esboçar inferências concernentes a relações causais entre os aspectos investigados. Os estudos qualitativos apresentam delineamentos descritivos que vão ao encontro dos referenciais teóricos em que são fundamentados os conceitos tratados. Assim procede, por exemplo, a antropologia que utiliza o modelo etnográfico de pesquisa com total imersão do pesquisador no contexto de pesquisa. Para traçar, projetar, esboçar ou delinear seu estudo, o investigador empenhado em pesquisa qualitativa psicológica delimita uma realidade psicológica individual ou grupal, sob seu ponto de vista teórico e assume seu projeto na forma de uma intervenção direta através de entrevistas, observação participante ou não, de estudo de caso, entre outros. Na pesquisa psicanalítica, o pesquisador planifica sua investigação através da construção de um caso psicanalítico, na experiência clínica com o paciente. Como investigação de caso clínico, a pesquisa psicanalítica remete a outra proposta de análise, diversa daquela tratada pelo tradicional método de estudo de caso.

O delineamento de estudo de caso, na proposição de Yin (1993), enfoca as questões de investigação na forma *como e por que*. Este método pode adotar a forma de um estudo de casos múltiplos ou de um único caso. O estudo de caso único inaugura o foco de observação no aspecto particular do ser humano, a partir da observação aprofundada e prolongada de um caso individual. A seleção do caso torna-se justificada por responder à condição de caso extremo e crítico ou revelador de um fenômeno previamente inacessível à investigação científica. As unidades de análise podem ser várias ou restringirem-se a uma única unidade. Yin ordena e normatiza questões fundamentais para o delineamento do método de estudo de caso, tanto para estudos nomotéticos quanto idiográficos. A classificação de estudos de caso múltiplos atende a proposta nomotética de buscar leis generalizáveis para os indivíduos, enquanto o estudo de caso único buscaria a sua condição idiográfica, ou seja, sua particularidade, sua singularidade. Stake (1994) enfatiza a especificidade do estudo de caso, por ser este um sistema limitado, único, que pode ter um objetivo intrínseco e um instrumental. O interesse intrínseco do caso não leva à construção teórica, ou compreensão de construto abstrato; ele é o próprio caso, sua história, pois reproduz o que é próprio e essencial do caso. Smith, Harré e Van Langenhove (1995) enfatizam a importância de questões de interesse intrínseco, pela possibilidade de desconfirmação de hipóteses. No estudo de caso instrumental, a finalidade está na compreensão de um problema ou refinamento teórico. Os limites na definição de um estudo de caso intrínseco ou instrumental não são precisos quando o investigador está voltado a vários interesses, simultaneamente. Na pesquisa psicanalítica podemos situar o interesse do pesquisador como um interesse genuinamente metapsicológico, que desvia de um interesse instrumental, aproxima-se de um interesse intrínseco e recria a propriedade da experiência clínica na escrituração do caso.

De um modo geral, o método de em pesquisa qualitativa utiliza-se do trabalho reflexivo e interpretativo do pesquisador, aprimorando seu resultado pela avaliação de significados possíveis, os previstos e os conseqüentes. É neste processo reflexivo, que inclui a troca com outros observadores participantes ou não, que a validação dos resultados será possibilitada. É no processo de reflexão do investigador, segundo Allonnes (1989), que o estatuto da realidade e da verdade será colocado em questão, juntamente com a relação de persuasão e convicção. A reflexão implica em dúvida e é através dela que o método de investigação obterá a garantia da honestidade, da abertura e da confiabilidade de seu processo. Sem a dúvida, a investigação arriscaria ser um engano. Em estudos de caso, a análise de resultados ocorre em nível de conteúdos, categorias ou interpretações, em uma troca contínua com a teoria.

Para a construção do caso psicanalítico os critérios de validação necessários à constituição do método científico e utilizado em estudos de caso, baseados em métodos qualitativos, não são aplicáveis. Loffreda (1997) argumenta que as formulações inconscientes não constituem objetos de investigação, mas dados sobre os quais podem ser aplicados os critérios de investigação. Freud (1909/1972), ao analisar a fobia do pequeno Hans, faz comentários sobre seu método de investigação, enfatizando que o avanço do trabalho analítico exclui a compreensão do caso patológico no ato, uma vez que as hipóteses podem surgir depois, quando já tivermos extraído dele impressões suficientes. O investigador psicanalítico tornará legítima sua investigação após apresentar o caso para a alteridade, ao objetivar o caso dando-lhe uma condição para apresentação pública.

Em 1937, Freud afirmava que a palavra *construção* é mais apropriada para designar esse processo entre o analista e seu paciente. Entende que está mais próximo de uma *reconstrução* porque remete a conteúdos anteriormente representados. Nessa reconstrução, o psicanalista comunica, ao sujeito da análise, suas formulações ou construções, para poder trabalhar sobre

elas num processo contínuo. Da mesma forma, compreendemos que a pesquisa psicanalítica é uma reconstrução entre o pesquisador psicanalítico e o sujeito pesquisado, e suas formulações servirão de fragmento para posteriores construções.

Fédida (1992) apresenta o caso psicanalítico como um acontecimento na experiência entre o analista e seu paciente, pela representação de algo que não teria lugar nem representação prévia, porém, que é passível de ocorrer em determinado contexto, e que, não pode ser apreendido antes que suceda. O tratamento proporciona elementos para formulações metapsicológicas a partir da experiência de supervisão no qual foi construído. Essa, não fica reduzida à reflexão de dúvidas teóricas e técnicas, proporciona um crescente de irresoluções, motivadas pela busca do saber sobre o funcionamento psicopatológico do paciente. Na medida que as respostas tornam-se disponíveis, a idéia do caso poderá ser legitimada. Portanto, a legitimação do caso é o resultado de uma construção da experiência psicanalítica e de seu processo de representabilidade. A disposição do pesquisador psicanalítico exige que, no primeiro momento da prática de investigação psicanalítica envolva-se em um estado mental de

	Pesquisa Qualitativa	Pesquisa Psicanalítica
Fundamento teórico	Ciências Humanas: Antropologia, Sociologia, Psicologia, Psicanálise, Teoria Cognitiva.	Postulados da Teoria Psicanalítica: inconsciente, determinismo psíquico, transferência, sintoma, atos falhos, chistes, sonhos.
Delineamento	Estudo de caso, Etnografia, Observação, Intervenção	Construção de caso
Unidade de análise	Fenômeno identificado, problema ou aspecto delimitado de uma ação ou experiência, domínio de interesse teórico, texto escrito ou discurso.	Fatos clínicos psicanalíticos
Investigador	Coincide com o objeto pesquisado.	Psicanalista
Subjetividade	É um recurso: imersão.	Transferência
Reflexividade	Trabalhada a relação dicotômica sujeito-objeto. Por exemplo, o construtivismo propõe que o que pensamos é resultado daquilo que sabemos com base na nossa experiência.	Supervisão de caso. Exposição do caso para a alteridade.
Validade	Triangulação: uso de várias percepções para esclarecer significados e verificar a repetibilidade de uma observação ou interpretação (Stake, 1994). Consistência metodológica: teoria x fatos observados.	Está na verdade de uma proposição (seu valor), na medida em que vincula a tarefa do psicanalista ao campo da ética (Loffreda, 1997). Coerência entre a teoria e os fatos clínicos.
Confiabilidade	Especificidade Ordenação de situações observadas	Ordenação de fatos clínicos de forma a detectar questões teóricas.
Resultados	Generalização dos resultados, a partir da premissa: aquilo que não for generalizável não é universal.	Universalização (não generalizável) a partir da premissa da singularidade do caso (Caon, 2002) ²

Quadro 1: Comparativos possíveis entre a Pesquisa Qualitativa e Psicanalítica

atenção flutuante, de detenção em achados, que para o olhar da maioria, não passam de eventos corriqueiros e triviais. Para o psicanalista, nenhuma descoberta acidental é não intencional, pois

² Aula do Laboratório de Psicanálise e Aprendizagem, em maio de 2002.

ela é orientada pelo determinismo psíquico, sua verdade inconsciente que surge inesperadamente na situação psicanalítica de tratamento psicanalítico (Caon, 1997).

Na pesquisa psicanalítica, a relação entre o pesquisador psicanalítico e seu objeto de investigação está determinada pela transferência. Neste contexto, o investigador revela-se na busca de uma verdade que poderá emergir ou não no processo de investigação, em situação psicanalítica de tratamento. O campo da pesquisa psicanalítica é veiculizado, conforme Lancelle (1997) pela “interação pessoal paciente-analista, a qual implica processos complexos cognitivos e emocionais que só em parte conhecemos”. A inserção da investigação no processo clínico deve respeitar a condição da díade terapêutica analista-paciente, uma vez que a psicanálise teve sua origem no tratamento de enfermos.

Entendemos que o método de investigação psicanalítico deve continuar sendo aprimorado através da clarificação de fenômenos observados e desenvolvimentos teóricos contemporâneos, mantendo e resgatando a posição de Freud de não desarticular o modo de inserção social da psicanálise de seu corpo teórico. Rodriguez (1997) alerta para o risco de desarticulação da psicanálise, através da possibilidade de desconsideração de seus elementos estruturais e conceitos fundamentais, e acrescenta que este fato levaria a um empobrecimento na transmissão dos resultados. A investigação psicanalítica poderá crescer e aprimorar seus fundamentos científicos se encontrar participação e solidariedade em áreas complementares e até mesmo excludentes do conhecimento. A posição do investigador psicanalítico é o lugar da escuta de um sujeito que fala de seu sofrimento e que espera que este seja transformado na experiência.

2.3 Estação de chegada: o caso metapsico(pato)lógico na pesquisa psicanalítica

A construção do caso, na pesquisa psicanalítica vai além do modelo racionalista de cientificidade, que define o objeto científico e suas leis, deduz suas propriedades, efeitos posteriores e previsões numa concepção hipotético-dedutiva. o empirista e o construtivista. Comporta e transpõe os princípios do empirismo, definido pelo levantamento de suposições sobre o objeto, observações e experimentos que chegam à definição dos fatos, às suas leis, suas propriedades, seus efeitos posteriores e às previsões, numa concepção hipotético-indutiva. Aproxima-se do modelo construtivista de Ernst von Glasersfeld na concepção de um conhecimento construído pelo sujeito cognoscente, cuja função cognitiva é adaptativa e serve à organização do mundo da experiência e não à descoberta de uma realidade ontológica objetiva. Chauí (1997) define este modelo como “uma construção de modelos explicativos para a realidade e não uma representação da própria realidade” (p. 252). Nesse, são combinados procedimentos racionalistas e empiristas, acrescidos da idéia de um conhecimento *aproximativo e corrigível*. O objeto científico é construído através de definições e deduções lógico-intelectuais, bem como através de experimentos. A verdade científica não é perseguida na sua certeza, mas na aproximação passível de modificação e correção, de abandono para outro modelo mais adequado. O ideal de cientificidade exige coerência, ou seja, não contradição dos princípios que orientam a teoria, que a observação e experimentação sustentem a construção dos modelos ou estruturas dos fenômenos, e, finalmente, que os resultados possam trazer acréscimos ou alterações aos modelos existentes. Entendemos a pesquisa psicanalítica nesta perspectiva de buscar a verdade científica, o processo psicopatológico do paciente, pela construção de modelos ou estruturas que possibilitem a compreensão do caso em estudo, na experimentação do trabalho analítico.

O caso metapsicológico é o caso do analista que transpõe o drama do paciente na escrituração do fato clínico. Em outro estudo (Hoppe, 2001), tratamos da narrativa do caso psicanalítico como resultado da busca de objetivação do pesquisador, possibilitada pela análise de supervisão e interlocução com uma comunidade específica. Ao transpor o estilo narrativo, na construção metapsicológica do caso, o analista assume a experiência singular com o paciente em um lugar pessoal e teórico de investigador pela forma como dá sentido a esta experiência. Para Caon (2002)³ o caso psicanalítico responde à psicopatologia do caso, tornando-se o caso metapsico(pato)lógico do analista.

2.5 Os achados: o fato clínico na construção do caso psicanalítico

O caso psicanalítico é construído pela delimitação de fatos clínicos narrados pelo pesquisador psicanalítico e pela elaboração de hipóteses metapsicológicas que darão forma ao resultado final da pesquisa com a elaboração de um ensaio metapsicológico.

O delineamento da pesquisa psicanalítica, de construção de caso, consiste na análise de fatos clínicos, definição correlacionada à tradicional análise de dados da pesquisa qualitativa. Para tratar do fato clínico psicanalítico nos reportamos ao sentido dos termos associados.

O vocábulo “fato” (do latim *factum*) designa uma coisa ou ação feita, ou seja, a ação e seu efeito. Situa aquilo que existe e corresponde a uma realidade material ou psíquica e suas evidências. Como verbo substantivado (do verbo *fazer*, temos sua conjugação no particípio passado *feito*), marca uma descontinuidade em relação a uma ordem anterior. Aquilo que era uma ação em processo, passa a ser um momento concretizado em uma cena marcada por essa

³ Aula do Laboratório de Psicanálise e Aprendizagem.

ação. O fato, assim definido, delimita uma cena, que inclui uma ação construída por um momento de efeito que interrompe este processo para transpor-se ao registro psíquico.

O termo “clínico” (do grego *klino*, *kline*) designa o leito, o repouso e a prática médica neste contexto. Em psicanálise, a definição remete àquilo que podemos aprender na experiência com o paciente, em sessão de tratamento psicanalítico. O Fato Clínico Psicanalítico situa-se no rompimento da regularidade estabelecida na sessão analítica, entre paciente e analista, caracterizando uma inscrição subjetiva.

2.4 Percalços de viagem: considerações sobre a metodologia psicanalítica e a forma como foi tratada neste estudo

A situação psicanalítica de tratamento, no contexto de uma disputa judicial por um filho, concorre paralelamente com uma ou várias audiências judiciais que marcam decisões, conclusivas ou não, acerca do caso. A inserção do tratamento no espaço público circunscreve um espaço íntimo que viabilize o processo de cura. Esta delimitação demarca um dentro e um fora, de um espaço íntimo em que a singularidade da criança torna-se possível e um outro marcado pela presença de um parecer escrito em conformidade com os membros da família.

Para elaboração do parecer escrito, tratamos do tema da disputa e da objetividade dos acordos possíveis entre os familiares, conjuntamente. O parecer escrito e anexado ao processo visava subsidiar a decisão judicial através da análise da possibilidade de acordos entre as partes envolvidas, não abordando questões particulares. Encaminhado como resultado de um acordo conjunto preservou a singularidade de cada um. No parecer escrito era posto em palavras o ato instaurado entre os sujeitos, que ingressavam a instância jurídica: o que antes estava posto em ato, tornava-se fato quando descrito pelas palavras de um parecer técnico.

A situação de tratamento, por outro lado, preservava as questões íntimas e privadas dos sujeitos envolvidos e a possibilidade de reconhecimento dos fatos de uma singularidade como um primeiro diferencial, organizador e integrador para as crianças e suas famílias. O espaço íntimo ficou delimitado ao espaço físico da sala em que a sessão psicanalítica ocorreu, tornando-se fato clínico psicanalítico ao fazer parte da escrituração do caso metapsicológico, no contexto da situação psicanalítica de pesquisa.

A transformação do tratamento em um estudo escrito é uma consequência da experiência clínica do pesquisador e deverá responder a sua ética de destacar dos conteúdos que dão identidade ao caso, sua forma psicopatológica e seus fundamentos. Portanto, a situação psicanalítica de tratamento é uma condição para que a situação psicanalítica de pesquisa ocorra, considerando a posição do pesquisador de conformidade com a verdade que garante e sustenta a experiência psicanalítica. Ao assumir o caso, o analista assume a autoria e autoridade sobre o mesmo. O paciente responde ao seu anseio de busca de uma verdade não disponível, que retira a possibilidade de identificação do caso, como ocorre no caso histórico. Tratamos do drama do paciente na medida em que responde ao anseio científico do pesquisador e na possibilidade de levantar novas hipóteses sobre a estruturação do caso. O reconhecimento dos sujeitos envolvidos responde ao reconhecimento da universalidade dos achados, daquilo que responde a questão de pesquisa.

Através deste cuidado que preserva o valor em si do caso, que a ética do pesquisador dará forma aos dados na sua posterior escrituração metapsicológica. Com esta posição, o consentimento do paciente no valor da palavra e sua autorização para empreender o tratamento psicanalítico. O consentimento informado, adotado na antecipação da situação de pesquisa psicanalítica inviabilizaria o processo, pois tornaria o analista depositário do desejo de busca e cura. Uma vez estabelecido o contrato de tratamento, o uso do gravador pode ser tratado com o

paciente e mantido ou não conforme combinação conjunta. A finalidade do uso da gravação também pode ser tratada com o paciente para que o processo fosse mantido.

A escolha dos casos a serem investigados contou com os critérios estabelecidos pelo próprio contexto jurídico. Os encaminhamentos realizados pelos juízes referiam-se a casos nos quais se faziam presente um impasse insolúvel do ponto de vista jurídico e resistente a outras formas de abordagem interpessoal. O tipo de situação, disputa por um filho, demonstrou ser a questão mais intrincada por envolver a criança e seu bem-estar diante dos conflitos existentes entre seus cuidadores.

Esta pesquisa transcorreu em consonância com o dia-a-dia de uma instância judicial, respeitando os casos que necessitavam de mais atenção e estudo, e a necessidade de dar solução a situações de impasse que não foram bem sucedidas com outras formas de abordagem, uma vez que os sujeitos envolvidos no impasse mostravam-se resistentes a um encontro ou recusavam a confrontação. A proposta de uma aproximação dos sujeitos, mediante seu tempo subjetivo, e mediante o reconhecimento de cada posição assumida foi nosso principal objetivo na intervenção. Assumimos o tratamento da criança preservando seu espaço singular e buscando na escuta dos familiares, formas de conciliar as diferentes demandas.

Em 1915, ao introduzir seu ensaio sobre as pulsões (*Triebe und Triebchicksale*), Freud faz importante afirmação sobre o princípio de investigação psicanalítica:

“Muchas veces hemos oído el reclamo de que una ciencia debe construirse sobre conceptos básicos . En realidad, ninguna ciencia, ni aun la más exacta, empieza por tales definiciones. El comienzo correcto de la actividad científica consiste más bien en describir fenómenos que luego son agrupados, ordenados e insertados en conexiones. Ya para la descripción mesma es inevitable aplicar al material ciertas ideas abstractas que se recogieron de alguna otra parte, no de la sola experiencia

nueva. Y mas insoslayables todavía son esas ideas – los posteriores conceptos básicos de la ciencia – no ulterior tratamiento do material. Al principio deben comportar cierto grado de indeterminación; no puede pensarse en ceñir con claridad su contenido. En rigor, poseen entonces el carácter de convenciones, no obstante lo cual es de interés extremo que no se las escoja al azar, sino que estén determinadas por relaciones significativas ocn el material empírico, relaciones que se cree colegir aun antes que se las pueda conocer y demostrar. Sólo después de haber explorado más a fondo el campo de fenómenos en cuestión, es posible apreender con mayor exactitud también sus conceptos científicos básicos y afinarlos para que se vuelvam utilizables en un vasto ámbito, y para que, además, quedan por completo exentos de contradicción.” (1915/1995, p. 113)

Freud refere nesta exposição que as nossas concepções prévias, inconscientes e pré-conscientes, delimitarão seu conteúdo em convenções, selecionadas em conformidade com os dados do material empírico. O aprofundamento da investigação deverá perseguir a precisão dos conceitos científicos fundamentais, para uma progressiva modificação e extensão de sua esfera de aplicação. As definições, que podem surgir neste momento do processo, não podem ser fixas, mas passíveis de serem modificadas em seu conteúdo. Com isto, Freud deixa claro que a Psicanálise não nos pertence, podendo seguir um caminho diferente de nossos desejos.

A retranscrição do caso do paciente leva a escrita de formulações de uma experiência conjunta, que incorrem no risco de uma auto-revelação, pela falta de uma relação do analista com a verdade. Para que esse aspecto não fixe a produção do pesquisador numa autoprodução delirante, que destitui o outro em seu sofrimento, é necessário que a retranscrição seja apresentada de forma a preservar seu valor em si, como define Caon(1997) na revelação inesperada de sua aplicação. Consideramos de extrema importância este diferencial, pois, na

pesquisa psicanalítica, a verdade que emerge espontaneamente é viabilizada pela situação de alteridade na apresentação do caso a um grupo específico e através da supervisão do caso.

Por outro lado, esta reflexão sobre o caso estudado poderá ser dificultada e até mesmo impedida pela própria defensividade do pesquisador caso mantenha a preocupação em como deve ser apresentado o caso (Lancelle, 1997). A inibição ocorre quando o investigador cede à pulsão que motivou a busca de conhecimento, como caracteriza Linhares (1999) sem movimento sublimatório de metabolização dessas raízes pulsionais. Ao interar-se de como é o caso que se apresenta, o pesquisador volta-se ao conhecimento de suas próprias motivações e a exposição destes aspectos num relato que vai ao encontro do desejo de saber e do prazer estético com a elaboração do estudo. A apresentação do caso carrega uma dose de ficção e não pode prescindir dela, pois nesta recriação, retranscrição, encontra-se sua matéria prima, ou seja, as formulações inconscientes que abrem caminho para o seu conhecimento.

Os percalços desta viagem investigatória enquadram tanto o sentido de uma possibilidade de lucro (do latim *percalceãre*) quanto de transtorno para ambos, analista e paciente. Tomar o caso na sua singularidade é retornar à origem de sua experiência, como entende Lacan (1986), não à *origem histórica*, mas *nascente*. E é isso que faz viver a experiência psicanalítica.

CAPÍTULO III

A CRIANÇA SUJEITO DE DIREITO NA TRAMA FANTASMÁTICA FAMILIAR: O CASO LAURA

Laura, uma menina de dez anos, foi encaminhada pela instituição judiciária para atendimento psicológico devido às desavenças que vem tendo com seus guardiões Ana e Júlio. Após a audiência, que determinou sua permanência junto ao casal através de um termo de guarda temporário e visitas quinzenais à mãe Beatriz, Laura começou a apresentar comportamento instável e agressivo. Ana solicita ao Juiz que as visitas de Laura à Beatriz passem a ser mensais, fato este que desencadeou a solicitação de atendimento à menina. Ao recebermos Laura, questionamos sobre o que estava sendo mobilizado no seu comportamento instável, considerando que a permanência com o casal Ana e Júlio foi um desejo expresso verbalmente por ela diante do juiz. Para levantar hipóteses que pudessem responder a esta questão nos empenhamos no atendimento a Laura, oferecendo a ela um espaço terapêutico onde pudesse reconstruir sua singularidade.

3.1 Construindo as bases da investigação

O tratamento de Laura foi realizado durante o período de andamento de seu processo e posteriormente à audiência que determinou a manutenção da guarda com a família substituta. O

casal guardião colaborou com o tratamento conduzindo Laura às sessões e comparecendo para entrevistas quando solicitados.

Para viabilizar o enquadre psicanalítico é imprescindível considerar o contexto de uma instituição pública, a equipe de assistentes e juízes, além das condições materiais. Consideramos importante a necessidade de permanência no local onde a demanda surgia e o envolvimento com o processo e com as pessoas que, de alguma forma, participam da evolução deste impasse. Esta proximidade viabilizou o atendimento e tempo necessário para que a singularidade do sujeito se apresentasse. Foi possível manter o tempo do tratamento em relação aos prazos para a realização de audiências. As informações solicitadas através de pareceres que dão seguimento ao processo judicial foram tratadas conjuntamente entre o casal guardião, a mãe biológica e a menina. As questões tornadas públicas através do processo judicial, passavam pelo espaço privado de uma sessão com a psicóloga. Preservar o espaço terapêutico em meio aos problemas técnicos de uma instituição jurídica foi uma busca constante. O encontro de um ambiente viável entre a exposição pública de uma conflitiva familiar com um processo judicial exige a criação e manutenção de um espaço privado que possibilite a apresentação da singularidade de cada sujeito envolvido. No caso de Laura, o tratamento proporcionou um espaço íntimo em meio ao espaço público, indicador da relação significativa entre estes extremos. Portanto, criamos a condição de um ambiente privado que fazia sentido ao resgatar no espaço público, o espaço íntimo com Laura. O tratamento transcorreu durante um período de um ano e seis meses.

Buscando a compreensão de particularidades da disputa de guarda e suas implicações no processo identificatório da criança, centramos nossa atenção nessa que é posicionada pela família como alvo do conflito. Nossa proposta metodológica visou a compreensão da condição que determina o processo de identificação e as possibilidades nesta situação.

O tratamento tem por objetivo possibilitar à criança uma transposição, via corpo, de sua singularidade para a posição em que é situada desde sua concepção pelo grupo familiar. No caso de Laura, a convivência entre duas famílias nucleares, pertencentes a mesma rede de parentesco marca a importância da origem e dos antepassados na trama estabelecida. Portanto, dois aspectos conduzem nossa investigação: o conflito identificatório que marca o espaço onde o Eu se estrutura e as formações transgeracionais que marcam o contexto de uma temporalidade psíquica. Através da inserção da pesquisa psicanalítica buscamos a viabilização desta proposta no âmbito jurídico, e abrimos o espaço para o tempo do sujeito, em contraponto aos procedimentos incisivos do ambiente jurídico que exigem ações rápidas e laudos conclusivos.

Nossa proposta metodológica de investigação psicanalítica, já fundamentada anteriormente situará a análise dos enunciados identificatórios. A intenção do enunciante, na concepção de Piera Aulagnier (1977) deve estar disponível para nossa escuta desde seus fragmentos manifestos e percebidos até a totalidade de uma formulação de idéias em frases compreensíveis.

Diante dos enunciados do sujeito, as questões: “- Por que fala ela?” “- Que quer dizer a oferta de sua palavra ou a negativa para pronunciá-la?” nos direcionamos para o sentido libidinal, sentido este que assume sua primazia sobre a significação lingüística. Ao mesmo tempo em que direciona sua fala, o sujeito abre caminho para um reconhecimento de significados outorgados a outros previamente existentes e ligados ao recebimento ou negativa, supostamente presente nas respostas. Os enunciados expressos em palavras podem ser qualificados como produções mistas de fantasias e idéias.

As designações do discurso revelam diferenças ao mesmo tempo em que contêm ambigüidades. Da relação diferença-ambigüidade situamos o reconhecimento dos sentidos provenientes do exterior e do poder benéfico ou maléfico atribuído à fala, a dupla presença de

uma significação primária e secundária, enfim, a dupla presença do princípio do prazer e da realidade. A discriminação relaciona dois espaços e dois desejos, o da fantasia e o da presença do desejo do Outro.

O trabalho psíquico que leva a percepção das diferenças presentes no enunciado segue uma ordem temporal, segundo Aulagnier (1977), quanto a:

- diferença entre dois espaços psíquicos;
- diferença entre os representantes do casal parental;
- diferença de sexos;
- diferença desejo-demanda;
- diferença entre significação primária e secundária.

A posição assumida pela criança, como agente de reconhecimento, será reorganizada a cada diferença reconhecida de forma a aceitá-la ou ignorá-la.

Através deste estudo lançamos a proposta de escuta da criança que está assujeitada na dupla condição de filho entre esse(s) Outro(s) Eus identificantes, e que necessita integrá-los para a formação de seus ideais. Como abrir um espaço de estabilidade em meio à crise e colocar-se com a criança na ampliação das mudanças que ocorreram na sua vida? Como compreender o lugar psíquico da criança em situação de disputa de guarda considerando seu discurso e o sentido das demandas do meio em relação ao seu desejo? A investigação que segue buscará respostas que talvez já foram dadas na própria exposição das idéias, e que reconhecem seus sentidos ao fazerem-se presentes.

A constatação de desacordos entre os cuidadores de Laura ficou evidente através da conduta instável da menina, fato este que gerou o encaminhamento para atendimento psicológico. O caso jurídico de Laura passa a ser tratado como caso psicopatológico, destacado do processo judicial, e passa a ser enquadrado na situação psicanalítica de tratamento. Foram

realizadas sessões semanais com Laura, preservando o dia e o horário. Os pais substitutos, foram atendidos conjuntamente como casal e separadamente. A mãe biológica foi atendida com menos frequência pois residia e trabalhava em outra cidade. Em um momento do atendimento, Laura e a mãe realizaram uma sessão conjunta para que a mãe pudesse contar os detalhes dos fatos que envolveram sua saída do lar e a entrega para o casal guardião. Diante da presença da psicóloga a mãe conseguiu falar de fatos que culminaram com o afastamento de Laura da casa materna, que evitava comentar com a filha por considerá-los “terríveis”.

No início do atendimento de Laura, o primeiro fato que constatamos ser potencializador de seus conflitos situava-se na própria condição jurídica em que foi colocada, de posicionar-se diante do juiz em relação ao seu desejo de permanência ou não na família substituta. A lei que determinava o direito de guarda por parte dos pais substitutos, ao mesmo tempo delegava a Laura o direito de decidir, condição esta que exacerbou a conflitiva identificatória da menina, como analisaremos adiante. Sua manifestação de instabilidade diante dos pais substitutos revelava algo que não estava podendo ser dito. Laura não estava sendo coagida a assumir uma determinada posição, porém, sabia das dificuldades financeiras pelas quais sua mãe passava e parecia querer protegê-la ao decidir permanecer na casa dos pais substitutos.

Ao assumir uma posição em relação ao casal guardião e a mãe, Laura sai de sua passividade infantil e passa a uma busca ativa de seus desejos. Por um lado, deseja proteger a mãe e responder ao desejo materno, por outro, decide permanecer ao lado do casal guardião, atendendo ao desejo dos mesmos. Laura não era mais a mesma menina que ao três anos foi afastada da casa materna e recebida na casa de Ana e Júlio. Passava a assumir ativamente um espaço de constituição distinto, do qual ainda não estava em condições de apropriar-se. Os desejos foram brotando em Laura: desejava permanecer com Ana e Júlio, desejava sua mãe Beatriz com a mesma intensidade com que desejava rever seu pai Antonio. A justiça, ao mesmo

tempo em que abria a possibilidade de Laura posicionar-se, ser sujeito ativo suas escolhas, determinava o limite. Ora, a mudança de atitude e o esforço de Laura para conciliar os dois espaços de constituição, o originário e aquele de acolhida, desvelou uma condição conflitiva que determinava, paradoxalmente, um desejo de permanência na condição infantil e um desejo de mudança em relação a esta dependência, pela instauração do conflito identificatório. Da posição de nada-mudar, Laura passa para a posição de tudo-mudar. Situamos nas palavras de Piera Aulagnier a criança sujeito de direito, que, no ingresso de sua adolescência, posiciona-se diante do veredito:

“Condenado a para e pela vida a uma colocação em pensamento e em sentido de seu próprio espaço corporal, dos objetos-alvo de seus desejos, dessa realidade com a qual você deverá co-habitar, cuja permanência é assegurada pelos suportes privilegiados de seus investimentos, aconteça o que acontecer.” (1990a, p. 281).

Ora, o direito da criança é de continuar investindo para que a vida seja possível, para permitir-se o desinvestimento do objeto primordial e mudança para outro capaz de proporcionar novo investimento libidinal suportável. Ao fazer escolhas, Laura posicionou-se tanto pela permanência junto a Ana e Júlio quanto pelo retorno à família de origem. Mesmo sem saber da totalidade de correspondência desse desejo, torna conhecido um desejo diante do juiz – permanecer com Ana e Júlio - e corre o risco necessário para manter o prazer presente, em nome da esperança. Na posição de sujeito de direito, a criança lançará mão de suas potencialidades, confrontando-se com interditos de maciço poder e transformando o compromisso identificatório num novo investimento.

Para que nossa função como terapeuta seja relativamente bem sucedida, como um outro possível de ser investido pela criança, necessitamos criar o espaço de busca da verdade. Não tratamos daquela verdade que se opõe ao falso, mas da verdade definida em Lacan (1995/1964)

como o dito do sujeito instituído numa e por uma mentira que se põe ou vem a instaurar-se na dimensão da verdade. O enunciado é a ordem de presença da verdade, que necessita ser posto como enigma para chegarmos à referência da constituição da enunciação.

Esta verdade do sujeito, como designa Nasio (1997) ao tratar do desejo na alucinação, pode emergir diante de nós no surgimento abrupto de uma realidade não tolerada. Porém devemos estar preparados, pois a percepção desta prova de realidade gera no sujeito uma tensão psíquica interna, decorrente de um estado de privação dolorosa e de desejo, privação esta que é causa da fantasia, do delírio e da alucinação. Como formação não processada, mantida à parte, oculta e inacessível pelo simbólico esta realidade psíquica que nos propomos acessar é singular para o momento vivido e pode deixar de existir com a mesma intensidade com que surge.

Preparamo-nos para uma experiência única que exigirá o encontro com tensões de diversas ordens, entre prova de sofrimento e prova de realidade, como conclui Aulagnier, em que “A realidade será parida no e pelo sofrimento”(1990a, p. 293); e nos colocamos à disposição desta gestação para que a existência psíquica da criança se preserve, mantendo a possibilidade de surgimento do desejo, da espera e da busca.

3.2 A existência ameaçada por desencontros e rompimentos: o reencontro de Laura com a mãe e o pai

A história de Laura, tal qual um sonho, carrega experiências intensas de vida e morte, cuidado e desamparo. Ana, a mãe substituta, solicita ao juiz a guarda definitiva da menina e a condição que ela suspenda as visitas quinzenais a Beatriz, mãe biológica. Entende que estas visitas estão sendo prejudiciais a Laura devido às diferenças de valores educacionais e culturais entre as duas famílias. Ana afirma que Laura, ao retornar das visitas à mãe, manifesta-se

agressivamente em oposição à habitual conduta calma e obediente que manteve até então em seu lar. Beatriz, por sua vez, expressa o desejo de manter as visitas freqüentes ou retomar a guarda da filha, definitivamente.

No primeiro encontro com Laura, que estava em meados de seus 11 anos, foi possível perceber uma menina tímida que se oferecia para o contato com um sorriso cativante. O tom baixo de sua voz exigia uma maior proximidade, uma escuta atenta e sensível às fantasias e sonhos que ela expressava.

A história de Laura com Ana e Júlio é relatada a partir de uma visita a parentes no interior. Beatriz é prima de Júlio, pois suas mães são irmãs por parte de mãe. Segundo relato de Ana, Beatriz estava em estado de abandono e as três filhas - Roberta de cinco anos, Laura, de três anos e meio e Carla, com um ano de idade - estavam desnutridas e doentes. O casal decide auxiliar Beatriz e levar Laura e Carla para uma consulta médica na cidade. Ficam em torno de duas semanas com as crianças e retornam para o interior a fim de entregá-las à mãe. Cerca de suas semanas após o retorno das meninas, Ana recebe um telefonema de Beatriz dizendo que Laura está com muita saudade e que deseja retornar ao seu convívio. Este telefonema foi entendido por Ana como pedido de ajuda de Beatriz para o cuidado das filhas. Assim, Ana vai ao seu encontro de Beatriz buscar as meninas. A partir de então, Laura permanece com o casal e Carla vai viver com um irmão de Júlio, que reside na mesma rua. Ana diz que passaram-se meses sem que Beatriz procurasse pelas filhas e, então, decidem solicitar a guarda temporária de Laura. A situação permanece estável, com as escassas visitas de Beatriz à filha. A situação modificou-se com o ingresso de um processo de destituição do pátrio poder por parte de Ana e Júlio, que levou Beatriz a reagir, solicitar visitas mais freqüentes de Laura e questionar a decisão de entregar a filha.

Nessa situação, Laura é trazida para atendimento pelos pais substitutos. O pai é quem a conduz às sessões e a todos os seus compromissos diários. O primeiro encontro com o casal Ana e Júlio foi marcado por um clima de cordialidade. Revelaram que não desejavam indispor-se com a mãe de Laura, porém, observavam mudanças no comportamento da menina quando ela retornava das visitas à casa materna. Laura mostrava-se desafiadora e questionadora em relação aos pais, gerando atritos e confrontos quanto ao desejo de Ana em mantê-la ou “devolve-la” à mãe Beatriz. Nos confrontos, Laura chora e diz que não quer deixar o convívio com o casal. Ana compartilha este desejo, porém, não tolera a conduta desafiadora da menina.

3.2.1 Do pai imaginário ao pai simbólico : “Tenho vontade de ver meu pai, saber onde ele está.”

O início do atendimento de Laura foi marcado pela demanda do pai, num intenso esforço para apropriar-se de sua imagem, perdida nas suas lembranças e impedida de ser evocada pela família. A narrativa de Laura é delineada por diálogos que se armam em cenas onde alternam-se desejos e proibições, espaços com a mãe biológica e com a mãe substituta. Em nossa escuta, estes diálogos tentam preencher o vazio de uma história de dois tempos: primeiro, o tempo de origem, quando a família nuclear construiu sua história, quando Laura conviveu com seu pai e o viu pela última vez; segundo, o tempo com a família substituta, com outros pais, outros irmãos e a reconstrução do seu Eu. A análise das sessões considerou a posição que a menina colocava-se, como desejante do desejo materno e como sujeito de outras demandas às quais buscava encontrar um sentido.

As sessões iniciais são marcadas pela referência à figura do pai, revelando a posição de Laura em relação à mãe quanto ao desejo de saber sobre ele:

“- Eu perguntei pra mãe onde está o meu pai, mas ela não queria falar dele. Eu queria falar dele. Ele foi embora...Ela pediu pra ele ir embora... Eu era pequena ainda... Disse pra ela: - Mãe, queria ver o pai de novo. Minha mãe não quer nem ouvir falar. - Vamos mudar de assunto, ela diz.”

Nesta seqüência em que narra o diálogo entre ela e sua mãe, Laura revela enunciados que remetem ao desejo de saber sobre o pai e sobre a interdição, imposta pela mãe na afirmação: *“- Ela pediu para ele ir embora”*. Com suas palavras, Laura pede à mãe permissão para voltar a ver o pai, ou simplesmente, a permissão para a lembrança de sua imagem e do convívio com ele. Anuncia que a mãe não quer ouvir falar dele, pois é um assunto que deve ser evitado, porque a mãe não mais o deseja. Neste momento, Laura penetra no impasse de sua existência assumindo o desejo sobre o pai e contrariando a mãe. Ao falar dele, tentar nomeá-lo, significá-lo, incluí-lo no discurso e protege-se resistindo ao encontro com esse Outro, - Pai - significante do desejo. É por essa resistência que temos acesso ao pai e sua demanda, a imagem de um pai ao mesmo tempo desejado e evitado, interditado pela mãe, que se constitui em sua mente:

“ Imagino que ele parou de beber... Que está bem...Que tem outra família,... outros filhos... Acho. - Silêncio.- Eu gostaria de ver ele de novo. Meu pai nem lembra de mim. Quando foi embora eu era pequena. Minha mãe não pode nem ouvir o nome dele.”

.....

“Ele chegou em casa e a mãe brigou com ele. A mãe chamou o irmão dela que brigou com ele. Ele levou uma facada e foi embora.”

Laura associa o afastamento e o desencontro do pai ao desejo da mãe, responsabilizando-a por isto e pedindo que ela o traga de volta.

Desenhando em sua mente a imagem do pai ideal, pela denegação, possibilita o encontro com ele. Este pai imaginário sóbrio, voltado para o lar e para os filhos, é resultado de um sobreinvestimento das demandas do meio. Em This encontramos que a indução do imaginário pelo simbólico “faz aparecer o pai como duplamente possessor: da mãe e do que é preciso para ‘possuí-la’ ” (1987, p. 217).

Ora, o pai ideal, trazido inicialmente em seu discurso responde ao seu imaginário e àquilo que integrou a partir da mãe. Ao relativizar a descrição da imagem do pai, incluindo a expressão “*Acho.*”, Laura abre outras possibilidades de encontro com ele, esse Outro temido e resistido.

“- Meu pai tinha olhos azuis. Eu vi numa fotografia que tinha lá na mãe. Tinha o cabelo castanho.”

Assim dizendo, ela pode afirmar: - Tenho um pai e ele pode ser dito. Nas sessões com Laura identificamos um re-encontro dela com a mãe e com o pai em um momento marcado pelo veredito do rompimento. Para ela, rever a mãe nas visitas quinzenais é, ao mesmo tempo, rever o pai de seu imaginário evitado de ser nomeado. A retomada da convivência em família fez ressurgir a trama familiar potencializada no momento do rompimento e sacudir lembranças de uma situação temida, porque traumática para ela e para a mãe. Porém, novas possibilidades de estar com o pai podem surgir com a constatação da história verídica. Não podemos esquecer que o investimento de Laura nessa busca pelo pai, predomina a esperança. Neste período inicial do atendimento, segue a narração de pesadelos em que a mãe intermedia o encontro com o pai:

“- Sonhei com meu pai. Sonhei que ele estava morrendo e me chamando. Eu estava num hospital visitando minha avó. Ele estava num outro quarto... e quando cheguei lá, encontrei a mãe. Mãe! Tu aqui! Ela me disse que o pai estava no quarto e me chamando. O quê? Meu pai? Eu nem lembro dele... Acordei chorando. É a quarta vez que sonho isso.

.....

No sonho ele dizia: - Laura, vem cá que eu quero te ver. Acordo chorando e ouvindo alguém me chamar. Penso que é a mãe. Vou até a cozinha ver.

.....

Da outra vez sonhei com a minha mãe. Que ela estava em perigo na Vila C. Seqüestraram ela e a minha irmã. Depois eu comecei a chorar... e acordei chorando”.

Às referências aos sonhos com o pai carregam a percepção de um chamado, uma lembrança negada – *Eu nem lembro dele* – e atribuída à Ana – *Penso que é a mãe*. Esse primeiro resto de lembrança, que aparece nos sonhos de Laura corresponde a uma experiência que viveu aos três anos de idade. O último momento de Laura com seu pai, segundo descrição de Beatriz, foi de um chamado dele à esposa, num momento de desespero e angústia que culminou com uma tentativa de suicídio. O reconhecimento do pai como objeto de desejo da mãe suscita desejos de sedução e morte. Sedução para tornar-se objeto de desejo da mãe, no lugar do pai; morte por desejar eliminar o rival e permanecer na segurança da unidade originária com a mãe. O sonho do desaparecimento da mãe e da irmã é a extensão desse desejo de morte aos objetos que impedem que a relação com o pai seja uma relação única, tal qual manteve com a mãe, originalmente. Este desejo é realizado na lembrança que traz sobre os momentos de exclusividade com o pai, na casa da avó paterna:

“Quando eu ainda morava com meu pai, ele me levava para visitar a avó (paterna). Lembro que eu dormia com ele na casa da avó.”

Durante o período em que tem os pesadelos com o pai, Laura queixa-se que não consegue dormir à noite e que sente muita dor de cabeça. Seu rendimento escolar diminui e manifesta desatenção e desânimo. Mostra-se incomodada com Ana, a mãe substituta, que levanta durante a noite para saber o que ela tem e pede que vá dormir. O envolvimento na sessão, leva Laura a falar de experiências intensas que a acompanham neste período do atendimento. Utilizando a mãe Beatriz como alteridade descorpora no ato da enunciação verbal a presença do pai:

“- Tu acredita e fantasmas? ...

“- Minha mãe acredita. Minha mãe diz que vê o irmão dela. Ele foi morto pelo meu pai. A mãe vê o irmão dela vestido de vermelho; eu vejo meu pai vestido de branco... Às vezes eu vejo o meu pai no meu quarto. Todo de branco. Quando estou defronte o espelho ele aparece atrás. Saiu correndo e não entro mais no quarto”.

A experiência alucinatória com o pai refletido no espelho carrega a imagem do Outro em alteridade com o avúnculo, ou seja, o tio representante da família materna. O sintoma materno é suporte para a percepção fora do sistema consciente e pré-consciente, experimentada na exterioridade de uma alucinação. Ao afirmar que ele foi morto pelo seu pai, não está se referindo a um fato da realidade (o pai não matou o tio materno) mas à enunciação do significante do Nome do Pai, na concepção de Lacan, que interditou o desejo. Nessa referência em que se compara com a mãe, Laura aponta para um reconhecimento: a mãe retornou à família materna e dirige seu desejo ao irmão, enquanto ela inclui o pai como objeto de desejo, diferenciando-se da mãe.

A diferenciação da mãe é permeada por um ir e vir de posições. Ainda na posição de objeto de desejo da mãe Laura segue a transformação de tomar o objeto de desejo da mãe – o pai - e ser objeto de desejo do pai. Porém, o objeto de desejo da mãe, com o rompimento do vínculo de aliança, deixa de ser o pai, sendo substituído pelo retorno à família materna – o avúnculo que é solicitado para proteger a mãe do pai ameaçador (como veremos na história dos fatos). Ao discriminar-se da mãe vendo o pai vestido de branco, no lugar do tio vestido de vermelho retoma os três termos de parentesco – de pai, mãe e filha - e a ordem de evolução psíquica: ser o objeto desejado pelo pai.

O episódio alucinatório, descrito de forma recorrente, revela a realidade de uma experiência que permaneceu foracluída, em um momento em que Laura voltava-se para o pai, em plena conflitiva edípica. A mãe rompe com o laço conjugal diante de uma situação limite, e

sentindo-se impossibilitada de assumir a condição de mãe entrega as filhas para serem cuidadas por parentes. Laura circula por este espaço limite de fronteira com a psicose na tentativa de mudar a realidade. Um sofrimento que se apresenta imutável, sem possibilidade de investimento e transformação, no momento. O pai de sua história de realidade desapareceu, mesmo sendo localizado pelo serviço do judiciário, torna a sumir. O pai de seus sonhos aparece quase todos os dias.

A cada encontro, Laura anuncia algo novo. O relato dos sonhos também modifica-se com o passar dos dias. Ao acordar, durante os pesadelos, diz que continua ouvindo barulhos na casa:

“Escuto: ‘- Laura, vem aqui!’ Levanto da cama pensando que é o pai”.

Descreve estes sonhos repetitivos por duas semanas:

“- Essa semana foram quatro vezes. Sempre a mesma coisa: o pai no hospital, morrendo e me chamando. Só que da última foi diferente. Eu não acordei chorando. O pai tinha morrido.”

A partir da morte do pai, em sonho, os pesadelos não foram mais mencionados. Laura modifica o conteúdo de seu discurso e passa a falar sobre seu interesse pelos meninos da escola e o desejo de ser menos protegida pelos pais substitutos. Queixa-se que gostaria de não ser tão controlada para poder “ficar” com os meninos. As referências ao pai desapareceram, restando a dor de sua lembrança.

Podemos marcar dois momentos dos episódios alucinatorios: um preliminar, marcado pela cena do sonho e posteriormente pela visão da imagem do pai; outro, marcado pela nomeação de Laura pelo pai. No sonho, uma lembrança de múltiplos encontros e na visão, o reflexo de si mesma ao espelho, acompanhada do pai que está atrás, a sua sombra. O pai do sonho é o pai à morte que pede pela filha desejada, o pai exteriorizado na alucinação é o pai da falta, do desejo em sua realização mais pura. Freud (1917/1995) salienta que a investigação dos estados psiconeuróticos põe em evidência regressões temporais no desenvolvimento da libido que podem chegar a ponto de reproduzir o narcisismo primitivo, e, no caso de regressões temporais no desenvolvimento do Eu, podem chegar à etapa da *satisfação alucinatoria de desejo*. O pai de Laura aparece num exterior não diferenciado de si mesma,

na forma do fenômeno da especularização definido por Lacan. O espaço psíquico com seu representante se complementa com o espaço do mundo e sua representação. Pelo desejo de ver, Laura constrói uma experiência inaugural de prazer que possibilite o investimento no pai. Tal momento, suscita necessidades orais que a levam à cozinha, na busca de um alívio à tensão interna. Poderíamos dizer que vê-lo atrás de si, no espelho é o equivalente de ser possuída por ele, investimento esse, rejeitado pela mãe. Entretanto, identificamos um momento anterior, em que Laura toma para si o pai para que seu representante possa inscrever-se em seu psiquismo. Esse suporte nos autoriza a falar de uma tendência à representação ou apresentação pictográfica tal qual define Piera Aulagnier (1977). A esse suporte lutam Eros e Tanatos, sendo que Eros retornará para firmar a presença desejada e o representante. Este processo originário de recriação do pai surge como uma invenção que possibilita a transformação em seu representante, o representante do pai.

Ao escutar a voz do pai a chamá-la, Laura torna-o presente como percepção acústica, no prazer de ouvir, e na apresentação que vai além da imagem e torna-se nome. Agora, Laura é significada pelo pai, dando sentido às significações primárias de seu psiquismo. O desejo do pai não surge como necessidade, mas como um Outro desejante e desejado pela mãe. A cena que Laura retoma neste sonho de escuta pode ser transposta (pela condensação) à cena dramática, posteriormente descrita pela mãe, em que o pai está à soleira da porta chamando pela esposa. Foram os últimos momentos de Laura com o pai. Colocando-se no lugar da mãe, Laura ouve o pai a chamá-la, torna-se desejável pelo objeto de desejo materno, ou seja, mantém-se como objeto de desejo materno. A voz do pai, tal como um eco da voz materna, garante a permanência na identificação com esta e ao mesmo tempo, e novamente, a mudança de posição de Laura ao colocar-se em relação ao casal parental, num ir e ir de posições. Em nosso entender, estas alternâncias visam a construção de uma nova ordem interna.

A intensidade da relação do casal, marcada por brigas, encontros e desencontros surge na força da imagem que Laura busca do pai, intensamente desejada de ser conquistada, desejada de ser assassinada e *o primeiro representante de uma lei que determina que o desprazer seja uma experiência da qual não é possível escapar* (Aulagnier, 1977). A morte do pai em sonho possibilita o surgimento de novas experiências para Laura, com a manifestação do desejo em relação aos meninos de sua idade. Preservar o desejo de ser seduzida e seduzir com o afrouxamento de suas defesas é para Laura, assumir o legado paterno, uma vez morto em sonho, que permanecerá em fantasia e simbolicamente nas vivências da sua adolescência.

3.2.2 Da preservação da inocência infantil à apropriação da sua história via discurso materno: a erotização do perigo de que o latente se torne manifesto

“- Tu é muito novinha pra saber estas coisas. Eu já te falei...”

Desde bebê, quando eu era pequeninha ficava vermelha de tanto chorar. Tenho saudade da minha infância. De quando eu era bebê. Ah...eu ficava dormindo... tomava mamá... Tinha meu pai...”

Inicialmente Laura reproduz as palavras dos pais substitutos que não desejavam revelar-lhe fatos de sua história. Guardava fotos com imagens do período em que começou a viver com a nova família, fotos de uma menina sorridente e bem cuidada, que contrastava com a saudosa lembrança de um bebê que chorava muito, mas que tinha o leite materno e o pai para acalmá-la.

A versão da mãe de Laura sobre o rompimento com o marido era um assunto do qual recusava-se a falar com a filha. No decorrer do atendimento, como consequência de uma solicitação de Laura a mãe se dispõe a fazer um relato sobre o que ocorreu neste período de sua vida, que culminou com o afastamento do pai e entrega das filhas para outras famílias da rede de parentesco. Este relato ocorreu na presença da psicóloga, colocada como suporte e testemunha de fatos considerados terríveis e vergonhosos pela mãe.

A história de Laura, revelada pela mãe, fala de um pai alcoolista que tinha crises de agressividade. Um dia, chegou à noite em casa, quando todos já dormiam e começou a ameaçar com um revólver, atirando. O tio materno e sua família moravam na mesma residência e foi solicitado pela mãe de Laura para acalmar o marido alcoolizado. O encontro foi violento e após brigarem, o pai de Laura feriu o cunhado na mão, com uma faca e caiu, batendo a cabeça em uma pedra. O pai ficou inconsciente e foi levado ao hospital pela polícia. Após ter permanecido um longo tempo no hospital, em estado grave, o pai retorna para o lar. A mãe de Laura, neste

período de internação do marido, havia retornado para a casa de sua própria mãe no interior, não desejando permanecer com ele. O pai procura a família e pede uma nova oportunidade, concedida pela mãe de Laura, com a condição de que ela permaneça ao lado de sua mãe –avó materna - e de que ele assuma a abstenção do álcool. A família, então, permanece morando no interior, próximo aos demais familiares maternos. No Natal do mesmo ano, o pai retirou-se mais cedo da festa e foi para casa, deixando a família. Em casa, bebeu grande quantidade de champanha e ficou sentado na soleira da porta com uma faca na mão gritando pela esposa e dizendo que iria morrer. Agitou-se ao avistar a família que chegava, movida pelo seu chamado. A mãe de Laura descreve a cena em que ele gritava girando o corpo, agitando uma faca no ar e não permitindo que as pessoas se aproximassem dele. Em um momento enterra a faca no peito e é levado ao hospital. Depois de hospitalizado, a mãe pede que ele não a procure mais. A situação envolvendo a tentativa de suicídio do pai foi assistida por Laura, que acompanhava a mãe na chegada ao lar. A mãe descreve que Laura reagiu com pânico agarrando-se a ela e chorando muito.

Na recordação dos fatos, podemos constatar que o perigo erotizado por Laura, da realização de desejo de estar com o pai, decorria da repetição de vivências de descontrole e agressividade. Seria este desejo compartilhado com a família substituta, substituta da interdição do pai?

1 3.2.3 A mãe “aqui” e a mãe “lá”: a constatação de espaços psíquicos distintos

O reconhecimento dos espaços psíquicos distintos através da lembrança e presença do pai, nos sonhos e sintomas de Laura e no discurso materno, inaugura uma nova fase, em que *a(s) mãe(s)* se fazem distintas. Reconhecer a finitude da morte através da interdição do pai faz Laura retomar a posição em relação à mãe. O

conflito identificatório assumirá nova ordem em meio às demandas de várias direções e sentidos. O interesse pelos meninos da sua idade passa a ser a ameaça da perda da mãe, aqui alternada entre uma mãe “aqui” da família substituta e a mãe biológica referida por “lá”, que está em outro lugar, mas que torna-se “aqui” na sua fala. Estar com a mãe é estar entre “as mães”, posição marcada na alternância dos enunciados a uma e a outra mãe:

“Namorar a mãe não deixa. Só quando tiver 24 anos. A Beta tem dois namorados e a mãe deixa. Eu tenho só o Pedro. Eu gosto dele, ele gosta de mim. Estudamos na mesma sala, no mesmo colégio. Hoje ele queria que eu dissesse se queria namorar ele. Se eu disser ‘sim’ ...Ah, meus colegas vão saber que ele gosta de mim e eu gosto dele... vão me empurrar por cima dele pra dar um beijo. Essas brincadeiras...Verdade e Conseqüência...

Namorar, nem a mãe aqui, nem a minha mãe querem. A mãe Ana diz: Laura tu vais ver. Tu não vai namorar. Só quando tiver a idade da Carolina. Ela começou a namorar com 24 anos. Eu não quero esperar ter tanta idade.

A mãe Ana quer que eu estude, depois trabalhe. Depois que eu me formar em veterinária... Eu gosto de bichos. Depois vou fazer um curso...ficar dois anos em curso... Minha mãe diz que veterinária é um curso que ganha bem.

.....

- Acho que uma guria de 12 pode namorar um de 14. O Beto tem 14 anos e está na minha aula.....

“Minha mãe Ana sempre briga comigo. Ela e o meu pai tem muito medo de me perder. Não me largam um minuto.

.....

- Eu vou estar de aniversário agora. Minha mãe aqui, falou: Tu prefere fazer festa lá ou aqui? Eu disse: Aqui. Ela diz: Ah... tu gosta daqui.

Minha mãe lá perguntou, também.

Vou convidar só guria. Guri não. A mãe não quer.

Querem tocar ovo em mim. Meu pai não quer. Disse que iria reclamar na diretora.”

A mãe aqui e a mãe lá são duas e uma só. Laura busca unificá-las ao mesmo tempo em que marca suas diferenças. O mesmo ocorre entre Beta, a irmã de 14 anos e Carolina, filha de Ana, que Laura chama de irmã. Ao reconhecer as diferenças encontra abismos: a mãe substituta, “daqui”, é preterida em relação à mãe biológica “lá”. O pai biológico do imaginário se mescla ao pai substituto, tornando-se seu defensor.

3.2.4 O hiato do afastamento da família nuclear: *“Nunca pensei que isso pudesse acontecer comigo”*.

A medida em que Laura apropria-se de sua história e de seus desejos outros fatos de sua vida vão sendo esclarecidos. Ana e Júlio relembram a decisão de assumir os cuidados de Laura, enfatizando o momento em que resolveram tomá-la sob sua guarda. Decorridos seis meses de convivência com Laura, sem que a mãe Beatriz a procurasse, o casal decidiu solicitar a guarda temporária da menina. Sua irmã mais nova foi entregue para outro casal, primos da mãe biológica, que residiam na mesma rua. Laura e sua irmã foram entregues para serem cuidadas por parentes, durante o tempo que fosse necessário, uma vez que não foi estabelecido qualquer acordo explícito entre a mãe biológica e os casais adotantes. A mãe biológica permaneceu com a filha mais velha, do primeiro casamento. A escolha de ficar com esta filha foi favorecida pela

pensão alimentícia que recebia do primeiro marido. No momento do atendimento de Laura, Beatriz não apresentava condições financeiras de reassumir as filhas, após sete anos de afastamento. Posteriormente, entendemos esta restrição pelo medo de Beatriz de retomar as filhas e reviver o drama de seu casamento com Antonio, o pai de Laura. Durante este período, visitou regularmente a filha menor e mantendo um contato mais próximo com ela. As visitas a Laura eram menos freqüentes e mais rápidas. Com isto, o vínculo entre mãe e filha tornou-se distante em contraponto a intensa afetividade dos pais substitutos.

Laura não tem muitas palavras para falar desse período de sua vida, preferindo contar os momentos agradáveis na casa dos pais substitutos. Recebia muitos mimos deles e dizia que não entendia suas reações de agressividade com Ana, quando retornava do passeio à casa da mãe Beatriz.

“- Não sei o que acontece comigo. Eu me descontrolo e brigo com ela.”

Em relação à disputa entre o casa guardião e sua mãe Laura referia um estado de perplexidade, não sabendo porque as coisas foram chegar a este ponto:

“Nunca pensei que isso pudesse acontecer comigo”.

Com esta frase manifestava o estranhamento diante da situação em que se encontrava. Um estranhamento que pode ser compreendido pela desmentida. Ao afastar de sua mente, por recalçamento, a possibilidade de ser desejada pela mãe biológica – e conseqüentemente por outra mãe - Laura cria um hiato em sua existência que coincidiu com a vivência na família substituta. A negativa da prova de realidade – *“Nunca pensei...”* – , permite uma abertura de seu posicionamento: *as mães a desejam de fato*. Porém, reconhecer a nova condição de desejo e demanda implica em reconhecer os motivos do rompimento, mantidos em parte recalçados e em parte inacessíveis à representação. Somente a mãe, que presenciou com ela o rompimento da família poderia devolver-lhe estes momentos com o sentido re-instaurador de um processo

de apropriação do campo semântico compreendido por três fases, nas atividades psíquicas que constituem o objetivo da demanda do Eu: “o prazer de ouvir, o desejo de apreender e a exigência de significação”(Aulagnier, 1975, p.94).

3.3 O conflito identificatório

“Eu queria escutar dos dois lados. Mas eu não gosto de escutar duas músicas ao mesmo tempo. Acho que eu fiquei braba com a mãe.”

Com estas palavras Laura resume um dos tantos desentendimentos com a mãe substituta. Dizendo não gostar do cantor preferido de Ana, leva a fita com as músicas deste artista, para escutá-la sozinha em seu quarto. Ana pede que Laura venha escutar a fita com ela na cozinha mas Laura ignora este pedido e permanece sozinha em seu quarto escutando a música. A mãe exige que ela obedeça e o impasse gera uma discussão dolorosa com acusações agressivas acerca das escolhas sobre a filha e sobre a mãe. O isolamento para ouvir os dois lados da fita e ignorar o desejo de Ana, é a conjunção do prazer de ouvir o cantor preferido da mãe Ana (também preferido da mãe Beatriz) e o reconhecimento do desprazer de “ouvir duas músicas ao mesmo tempo”.

“- Eu falei pra ela falar baixo que ela estava falando gritando. Eu falei pra ela: ‘- Mãe! Chega! Não quero ficar irritada contigo’. Eu já estava meio irritada, né.

Como eu não sou de ficar quieta, aí eu respondi pra ela... Eu queria escutar a fita, eu escutei de noite um pedaço e de manhã outro pedaço. Aí no mesmo momento, sem querer eu disse...: ‘- Quis ficar comigo. Quem inventa, agüenta’. Aí ela escutou isso (ri)... Ficou braba comigo. Aí ela tirou meu rádio. Não vou poder escutar rádio, não vou poder olhar televisão. Se tiver, ainda... Se tiver meu rádio de volta. É isso.”

O esforço para conseguir ouvir “os dois lados” da fita, que não deixa de representar a relação desejo-demanda de Laura. Desejo de ser como a mãe através da demanda de apropriação de seu desejo, ou seja, desejo de um desejo, de investir sobre o objeto de amor materno. Em Laura este desejo-demanda tem dois lados (o cantor é preferido de ambas mães) e para apropriar-se dele, exige o isolamento. Laura impõe-se estar só na escuta da música preferida da mãe, dos dois lados da fita, ou seja, do desejo da mãe que a “inventou” e da mãe que a concebeu. Negando o prazer de compartilhar o desejo materno, o mesmo cantor, o mesmo homem, Laura investe na escuta da música preferida da mãe. Se a mãe que a concebeu não permitiu que ela experimentasse esse desejo de desejo por um homem, a mãe que e a “inventou” está investida dessa rivalidade constituinte. A invenção atribuída à mãe substituta está no apelo: “– *Quis ficar comigo... Quem inventa, agüenta.*” Ao oferecer a Laura a possibilidade de reconhecer-se em relação a um casal parental, a família substituta fica imbuída de criar ou “inventar” uma nova alteridade que gera um espaço de constituição distinto daquele originário. Aqui, o pai está presente e demanda o desejo materno. Laura posiciona-se diante dos pais a partir da mudança de posição em relação à mãe ao mostrar sua rivalidade e desejo de possuí-la juntamente com suas preferências.

Por outro lado, na referência de desejar ouvir os dois lados e não conseguir ouvir duas músicas ao mesmo tempo, Laura traduz o sentido do seu conflito identificatório. Ao reconhecer o gosto musical da mãe e passar a desejá-lo para si Laura fala de uma escuta de dois lados, em que duas demandas maternas se intercalam de forma simultânea.

De um lado a mãe biológica com o sentido de uma existência originária, nos seus três primeiros anos de vida; de outro, a mãe substituta, que proporcionou o reencontro com o desejo de não-mudança e de permanência na vivência de unicidade de sua primeira infância. Ao mostrar-se extremamente obediente na nova família Laura cinde a traumática mudança de sua vida e passa a considerar a mãe substituta e a mãe biológica como uma e única. O desejo de que nada mude passa a valer como forma de garantir sua existência e o sentido de mundo.

“- Eu me olho, às vezes, pela janela e me dá uma vontade de chorar. Fico desanimada. Às vezes dá vontade de eu mesma bater em mim mesma. Por que eu brigo com minha mãe. Me sinto muito culpada. Eu nunca pensei que eu fosse uma pessoa

assim. Depois que eu briguei com a mãe e ela foi lavar roupa, eu quase morri chorando...por ter brigado com ela. Eu às vezes ligo o rádio e fico ouvindo uma música legal, assim... Eu não sei como acabar com isso. A mãe tem que me ajudar.”

Laura se descobre diferente, mudada. A angústia gerada com a expressão desse outro lado seu deixa-a culpada. Ser uma pessoa “*assim*” é ser desafiadora e fazer valer seu desejo. Porém, a culpa vem diante do conflito identificatório: que desejo é esse, de onde parte e para quem é dirigido?

- Às vezes eu tinha vontade de falar...Eu queria ser filha mesmo de verdade dela. Ai eu não ia brigar tanto. A Carolina me disse que quando a mãe brigava com ela, por que ela não atendia logo e não tinha vontade de fazer as coisas... ela não fazia. Mas ela começou a obedecer porque ela ficou com medo de apanhar. Eu gostaria de saber, por que eu sou assim? Por que eu não deveria ser como eu era quando era pequena?”

Voltar a ser a menina ideal que aceita todas as demandas exigiu o esforço de permanecer na inexistência de sua história ou na ilusão de ser a filha “de verdade”. Essa ilusão foi alimentada na sua pequenez quando passou a viver com a família substituta sem considerar as diferenças das mães, dos pais e das famílias. Ao apropriar-se de sua história Laura sente-se protagonista da mesma, não apenas assujeitada à trama familiar, mas agente dessa história. O desejo de assumir a condição de filha e pertencer à família substituta faz com que Laura tenha que renunciar a sua condição originária, posição que gera intenso sofrimento.

“- Em vez da minha mãe me deixar assim... pra mim não ficar nervosa ela me deixa mais nervosa que eu já tava. Por causa da fita. Só por causa que eu respondi ela tirou meu rádio. Por causa da fita também. Depois em outra hora ela me deixava irritada. Ela continua o assunto. Ai ela falou quando a gente estava vindo pra cá: ‘-

Vou te colocar num colégio interno'. Aí eu falei: '- Primeiro vai ter que pedir pra minha mãe!' Ela ficou braba. Mesmo assim... que eu tenho minha mãe. Pra que, que eu tenho mãe? Bah!"

Com sua pergunta, Laura aponta o sentido de ter uma mãe. Se a mãe como referencial não se dispõe a dar continência aos seus conflitos, para que ter mãe? Neste momento nos deparamos com uma questão vincular. A relação entre mãe e filha está marcada por paradoxos: para permanecer com a mãe substituta deve obedecer, ou seja, não mudar. Laura está mudando com a pré-adolescência e a mudança nessa fase evolutiva significa a apropriação de sua condição de existência, a solução para seu conflito identificatório exacerbado com a dupla pertinência e dupla condição de filiação. Como mudar para uma condição adulta sem enfrentar a dura realidade de uma história de separações e rompimentos?

- Beatriz, a mãe biológica não quer que ela mude;
- Laura não deseja mudar e diferenciar seu espaço psíquico, quer continuar na sua pequenez;
- Beatriz quer que ela mude e realize a escolha entre as mães Ana e Beatriz;
- Laura quer mudar e ser agente dessa escolha;
- Num primeiro momento a mudança é total na sua de identidade: pertencer à família substituta é ser filha “de verdade” da mãe substituta;
- Ser filha verdadeira é fazer a escolha verdadeira;
- A verdade é a condição de exclusão diante da interdição e da escolha por parte da mãe Beatriz;
- As diferenças entre as mães são colocadas em questão no processo de decisão.

Nesse momento, Laura fala de sua habilidade na cozinha, ou, das diferentes habilidades maternas:

“- Ah! Eu queimo tudo. A última vez eu fiz uma pipoca queimou tudo. Eu mesma tive que lavar a panela. Mas eu adoro cozinhar. Sei fazer molho, fazer massa. Humm... arroz, só que o arroz às vezes eu deixo meio duro, às vezes meio cozido. Bem mole, às vezes meio queimado. Uma vez lá na minha mãe eu fiz quase queimei...sujei o fogão...Quando eu quero aprender trabalho doméstico eu faço lá na mãe. Lá a mãe me ensina, aqui a mãe tem medo que eu me queime. Lavar minha roupa...mexer na máquina. Lá na minha mãe é fácil de mexer, só que a da mãe aqui, hum! É muito botão. Lá na minha mãe é só um botão. Ela já me ensinou, mas eu não entendi muito bem, é muito botão pra apertar. Aqui, ela tem medo que eu vá me queimar. A minha mãe lá já não dá muita bola.”

Ana, a “mãe aqui” teme que ela estrague a comida ou se machuque; Beatriz, a “mãe lá” é permissiva para que experimente no trabalho doméstico. Por outro lado, Ana protege; Beatriz “não dá muita bola”. Essa última constatação que levará Laura a decidir-se pela mãe substituta.

3.3.1 A escolha entre a mãe “aqui” e a mãe “lá: na interdição da lei a defesa da vida afetiva

“A Beta me perguntou, porque uma vez por mês? Falei assim: - A mãe não queria uma decisão minha? Eu tomei uma decisão...Por causa que antes da audiência eu dizia que queria ficar lá... aqui eu dizia que eu queria ficar aqui.... Aí a minha mãe não sabia o que ia fazer. Ela (irmã) me disse: ‘- Laura a mãe está gastando muito com passagem. É na psicóloga, na audiência, é pra ir te buscar. Quando tu não veio pra casa, no Natal, ela ficou chateada, até chorou.’”

Na conversa com a irmã Beta, de 14 anos, Laura questiona a decisão da audiência que determinou visitas mensais à mãe. Laura assume sua decisão de permanecer com a família substituta movida pela culpa de sentir-se a causa do sofrimento da mãe Beatriz. Seu sofrimento é descrito e experimentado em consonância com o sofrimento da mãe, em função de um desencontro ocorrido na véspera de Natal. Beatriz vai à casa de Ana, para buscar Laura para a festa de Natal e não a encontra. Ana havia saído para passear com ela e não retorna no horário combinado, levando Beatriz a desistir de levar a filha. Observa-se que a disputa entre Ana e Beatriz é mantida nos desencontros que colocam Laura, novamente, como pivô do conflito. Podemos levantar uma hipótese sobre o eixo desta disputa ao final do atendimento a Laura.

Sentindo-se esquecida e abandonada na véspera de Natal pela mãe, Laura fala com tristeza dos momentos difíceis de sua vida, recrimina-se pelas despesas financeiras da mãe Beatriz em torno da disputa judicial e da sua dificuldade de decidir-se entre uma e outra mãe. Para Laura, não obedecer a Ana é, ao mesmo tempo, vivido como desobediência à mãe Beatriz. As diferenciações necessárias para a afirmação do Eu passam pela decisão judicial de escolha entre uma mãe e outra. O fato de ter que expressar uma decisão sobre sua permanência com uma ou outra mãe gerou culpa, de uma intensidade da qual não estava podendo suportar.

Laura descreve este diálogo entre ela e a irmã, na forma de uma alteridade com um Outro que demanda a sujeição em resposta ao desejo, e que ao mesmo tempo, está ao lado da mãe, em sua defesa. Fala da irmã biológica, de oito anos, que foi igualmente adotada por parentes da mãe e mora próximo à sua casa. A mãe visita esta filha com mais frequência e regularidade. Laura não recebeu a mesma atenção da mãe, fato confirmado pelos pais substitutos. Refere-se, neste fragmento de seu discurso, ao empenho da mãe em buscar a irmã para visitas e à influência que a mãe substituta de Carla (a irmã de oito anos) exerce sobre elas:

“ - A Carla, ela (referindo-se a Beatriz) busca quando a mãe dela aqui (mãe substituta de Carla) deixa. E a Carla fica uma semana lá. Duas...uma semana.

- A Carla...ela briga comigo, me chama de tudo quanto que é nome. Ela bate em mim e eu não posso bater nela, senão eu apanho da minha própria mãe. Quando ela bate a mãe, diz: Ah, que bonitinho! Se a gente suja o tapete da sala a mãe briga com a gente, ela sabe que a gente não sabe se defender.

A Carla tem 8 anos, diz tudo quanto que é nome pra mãe e a mãe não fala nada. Ah, mãe..., Por favor! Quando a gente...Ah, mãe...Por favor! Ai! Que droga... Quando ela tá com a Carla o problema é a gente. Às vezes dá vontade de dar uma tunda... Eu e a Beta ficamos olhando uma pra outra...porque a Carla não dá pra agüentar.

A mãe dá mais amor pra Carla que pra mim. Não é pelas bolachas que ela compra pra ela. Se eu quiser eu vou lá com o meu dinheiro e compro. A Carla tem mais amor, carinho, atenção. Eu e a Beta somos mais soltas. Se a gente está com dificuldade, a mãe não vai lá ajudar. A Carla a mãe vai ajudar.”

Aqui, Laura fala da sua vulnerabilidade diante da mãe que deposita sua atenção e afeto na irmã mais nova. Fala que não sabe se defender, ou seja, não sabe como mudar a demanda materna para sentir-se desejada pela mãe. A decisão de preterir a mãe biológica em favor da mãe substituta funda-se na escolha feita pela mãe em relação às duas irmãs: a mais velha que permaneceu morando com a mãe e a mais jovem que no entender de Laura recebe mais amor e carinho desta.

3.3.2 Formações transgeracionais e compromisso identificatório

Através das entrevistas com a mãe biológica de Laura foram revelados fatos da história familiar que atribuíram novo sentido a este momento de disputa. Na família materna, uma tia de Laura foi “entregue” para ser criada e educada por uma outra família, igualmente pertencente à rede de parentesco. Essa tia materna manteve-se isolada da família de origem, desvinculando-se dos irmãos e da mãe, não casou e permaneceu sozinha, vivendo em melhores condições financeiras que os demais irmãos, pois herdou a casa dos pais substitutos. A mãe traz esta referência de sua irmã para dizer que não deseja que aconteça o mesmo com Laura: que ela esqueça sua família de origem, mãe e irmãos, afastando-se delas. Mesmo criticando a atitude da irmã não associa o fato com sua própria experiência de entregar duas filhas para serem cuidadas por outros familiares. Ao repetir a história de sua mãe e situar Laura no lugar da irmã que perdeu seu espaço na família nuclear, Beatriz revela um aspecto de sua identificação com a própria mãe, mantido em negativo. A crítica surge do não reconhecimento da irmã em relação à família de origem, enquanto que a entrega da irmã não foi reconhecida como abandono pela família. A irmã passa a viver isolada da família de origem e não reconhece seu pertencimento a ela. A recusa da irmã para formar nova família, e viver solitária, pode revelar a maciça força desta condição de exclusão. Com Laura ocorreu algo de intensidade semelhante com sua entrega para adoção e abandono temporário. Diante dos episódios dramáticos com o marido, a mãe de Laura reproduziu uma condição na qual estava identificada, ou seja, da mãe que sacrifica alguns de seus filhos para sentir-se sobrevivendo. A ação é inevitável e intempestiva, mesmo que este desejo está em oposição àquilo que a mãe de Laura considera aceitável para si. Na identificação primária, toma o desejo do Outro como próprio e realiza o desejo materno de entregar o filho para uma família com uma estrutura de maior estabilidade. Tal qual uma

identificação alienante, assume um sentido de ser, mantido como presença através da expulsão em si própria. Laura assume o lugar do Outro que perdeu seu espaço na família, como um filho imolado pela esperança de salvar aos demais.

Tomando este aspecto transgeracional, como formação e não como processo, na marca da forclusão, nos situamos diante da articulação entre o significante e o significado. O significante Nome do Pai fica parcialmente excluído de sua função simbólica sendo assumido paralelamente pela família substituta e por uma figura imaginária potencialmente presente. O pai amado do desejo materno, aquele reconhecido pela mãe, é imaginário e, simbolicamente, “substituto”. Como ponto de ancoragem, essa referência especular designa sua própria imagem, sua identificação. É, portanto, na e pela identificação imaginária que Laura irá articular seus enunciados. Ora, podemos questionar como fica o lugar do pai “verdadeiro”? Fica como uma verdade abolida de sentido de existência. Em outras palavras, fica fora da possibilidade de ser apropriado de uma função simbólica. O pai não é mais pai. O pai é o outro que se apresenta como substituto não contraditório ao sistema de parentesco.

Porém, será atribuído e apropriado de uma função simbólica, na medida em que sua condição de pai for possibilitada pela representação de fatos não integrados ao conjunto da estrutura. Ao falar do pai nas sessões, abriu o espaço do pai verdadeiro, no pesadelo, na alucinação e na recordação. Nos deparamos com uma cena da história familiar que irrompe através de episódios automáticos e inconscientes, transformados pelo sonho, pela fantasia e pelo sintoma.

O que observamos na vivência de disputa de guarda, do caso de Laura, é a intensidade emocional da falta de representabilidade do casal parental, de uma mãe que não se autoriza como tal e de um pai que sucumbe em uma crise apagando sua existência do meio familiar. A mãe de Laura mobilizou-se com a revivência destes momentos nas poucas sessões em que

participou e, na audiência final do processo de disputa de Laura, solicita atendimento psicológico ao juiz, em audiência.

3.3.3 Reflexões sobre a transferência

Os episódios de alucinações foram trazidos à sessão após um contato mais próximo da família substituta. O casal guardião, ao acompanhar Laura à consulta, pede para entrar e mostrar um álbum de fotos do casamento da filha mais velha, pois o casal tem dois filhos casados. O pai intervém: “- *A dra. não reconhece ninguém nas fotos?*”. Não respondo, sentindo-me pega de surpresa, e demonstro apenas a dúvida: “- *Quem?*” O pai situa: “- *O seu conhecido, marido de minha filha.*” Esta situação expõe a relação estabelecida entre nós, no tratamento de Laura. Após a saída do casal da sala, inicio a sessão com Laura, que se diz contrariada pelos pais substitutos diante do pedido de levar o álbum à sessão, sem que ela desejasse. Traz uma grande dúvida sobre a possibilidade de existirem fantasmas e pergunta-me se pode acontecer. Retorno perguntando se aconteceu com ela. Diz que acontece com sua mãe Beatriz, que vê fantasmas. Conta de seus pesadelos e das vozes do pai chamando por ela.

Neste episódio penso na posição em que fui colocada pelo seu pai substituto, de reconhecer nas fotos de casamento da filha o marido da mesma. Este “forçar um reconhecimento”, que estava presente mas não disponível para mim, me fez refletir sobre a condição da paciente na família substituta. Na sessão fui colocada na mesma posição que Laura estava, em relação ao pai substituto que se oferece como parâmetro de reconhecimento.

Constatamos dois momentos transferenciais que esclarecem o sentido dos conflitos de Laura. Um primeiro, de unificação e indiferenciação marcado pela demanda materna de não verbalização dos fatos, de não desejo sobre si e sobre o outro. Ao expressar que não desejava

revelar as imagens de sua primeira infância, Laura demandava um desejo materno. Essa resposta ao desejo materno é própria da demanda primária, que responde em conformidade com a oferta, sem nomeação. Ao iniciar sua vida ao lado dos pais substitutos Laura revela-se uma menina dócil que acatava todas as solicitações sem contestar. Esse período em que não manifestava seu desejo, era ocupado por uma relação absoluta com a mãe biológica, de ocupação de um lugar ideal em relação a ela, transposto para a mãe substituta. Como filha ideal, que aceitava todas as demandas sem contestar, Laura afundou no abismo de uma vivência vazia de sentidos só retomados nesta fase pré-adolescente em que voltou a rever a mãe. Neste caso, Laura mantinha de forma ambivalente um estado de estranhamento inicial, num momento de não reconhecer uma relação sem fissuras na sessão. Ao mesmo tempo, posicionava-se ao desenvolver um juízo de atribuição, com a afirmação e negação do eu-prazer, - não queria revelar as fotos de sua infância, ao mesmo tempo em que falava com veemência sobre cada uma delas – possibilitou a emergência do desejo de saber sobre o pai.

No segundo momento transferencial, a presença do pai na sessão criando a fissura na relação e forçando o reconhecimento: “- *A dra. não reconhece ninguém nas fotos?*” - leva Laura mesmo contrariada a descentrar-se da problemática familiar. O pai interdita o desejo materno de não-nomeação e não-reconhecimento, forçando que me coloque no lugar de reconhecer o lugar em que estou colocada pelo pai. Da mesma forma, Laura é forçada pelo pai substituto a discriminar-se de suas mães - biológica e substituta - e voltar-se aos pais, para encontrar um novo espaço psíquico nas famílias. Somente a partir deste conhecimento e reconhecimento do lugar de sujeitos em relação a uma demanda que foi possível “estar com” Laura e acompanhá-la na busca de sua nova condição.

Ao ser empurrada pelo pai substituto a mostrar as cenas de seu passado, entrega-se ativamente à revelação. Identificamos em Laura sua grande capacidade de percepção de si, e de

objetivar a si própria. O episódio alucinatório ocorre como tentativa de resgate de uma percepção abolida de seu psiquismo, que necessitava ser reconduzida como experiência perceptiva na sua relação de sentido.

3.4. O retorno a Laura

Após a audiência, que determinou a guarda de Laura ao casal guardião pelo período de dois anos, a família substituta passou suas férias de verão em um balneário juntamente com um casal de vizinhos. Em seu retorno, Laura relatou com satisfação os bons momentos em que viveu na praia, das caminhadas que realizou em companhia da amiga, com quem manteve um bom entrosamento. Ana queixou-se de ter sido deixada de lado por Laura, que preferia a companhia da amiga. Sentiu que Laura desejava isolar-se dela, dispensá-la. Nas palavras de Ana, Laura agia em alguns momentos como se ela não existisse.

Ana passou a intensificar as queixas em relação à Laura. Sentia-se desafiada pela menina e não estava disponível para tolerar sua atitude contestadora. Com o crescente aumento das brigas, a mãe pede que Laura volte à casa de Beatriz. “*Não sei o que pode acontecer...*”, dizia “*...sou capaz de bater nela*”. Dizia sentir-se intensamente irritada com a conduta da menina.

Foram reunidos em sessão, Ana e Júlio, além da mãe Beatriz para acertarem sobre a transferência de Laura para a casa de Beatriz. Havia uma pressão intensa para que esta mudança ocorresse imediatamente. Identificadas na posição de tudo-mudar Ana e Laura colocavam na transferência para a casa da mãe Beatriz a solução para a tensão do momento.

Ao ser colocado uma interdição no imediatismo, gerou-se uma situação de intensa ansiedade no casal guardião. Não era possível compreender os motivos da súbita exigência da

saída de Laura de seu convívio, uma vez que demonstravam tolerância quanto às atitudes instáveis da menina. Deixavam transparecer que uma pressão intensa mobilizava Ana e Júlio e a saída de Laura era tida como resposta de estabilidade para o casal. Os motivos desta decisão foram conhecidos em parte após a saída de Laura da casa de Ana e Júlio, através de um contato com a escola.

Na escola, Laura era uma menina descontraída e disputada por meninos que queriam “ficar” com ela. Em seus onze anos, manifestava sua sexualidade de forma espontânea. Ao contar dos meninos com quem “ficava”, falou de um colega que foi recusado por ela e que, irado, passou a acusá-la de ter tirado uma foto nua, além de comentar que Júlio estava assediando sua mãe na entrada da escola. A história da foto irritou Laura, que pediu ajuda a Júlio para interceder junto à direção da escola para que o menino parasse de acusá-la. Júlio, ao dirigir-se à diretora, reclamou que todos da escola comentavam de uma foto em que Laura estaria nua ao seu lado. A diretora estranhou sua versão sobre o assunto da foto e preocupou-se em razão de uma queixa que havia recebido de uma mãe de um aluno, por ter sido assediada por Júlio. A diretora afirmou que Júlio levava pessoalmente a menina à escola e permanecia horas em frente ao prédio, conversando com o segurança. Chegava a molestar algumas mães que levavam seus filhos, dizendo palavras sedutoras. A diretora advertiu Júlio e passou a suspeitar que ele molestava sexualmente de Laura. Essa suspeita, porém, não foi confirmada. Podemos concluir que a mudança de atitude de Laura e surgimento de sua condição pré-adolescente estavam mobilizando a Júlio e, conseqüentemente, a estabilidade entre ele e Ana. A decisão de afastar Laura com urgência, pode ter sido favorecida por esta situação que permaneceu latente como uma ameaça entre eles.

3.4.1 Abertura a novas revelações

O acompanhamento de Laura estendeu-se além do tempo da audiência e possibilitou uma compreensão abrangente do caso, como processo judicial e na sua condição psicopatológica. Consideramos marcante a situação estabelecida judicialmente de incluir Laura no processo de decisão acerca de sua permanência ou não sob a guarda de Ana e Júlio. Havia um forte vínculo previamente estabelecido entre o casal Ana e Júlio, e a mãe Beatriz, marcado por acordos assumidos conscientemente, de permanência da menina na casa do casal, e por pactos inconscientes que tratavam de questões como a permanência de Laura na família substituta após a infância sem manter uma condição de filha adotiva. Beatriz desejava uma vida melhor a ela, porém não desejava separar-se da filha realizando-se através de sua melhor condição social. Por parte de Ana, o desejo de ter Laura como filha rompeu com o pacto que decidia pela não adoção e manutenção de uma guarda provisória. Os adultos, agora impossibilitados de retomarem seus pactos rompidos, e os transformarem em acordos compartilháveis, recorrem a instância jurídica na esperança de receber algo que não se permitem desejar. No momento em que Laura é solicitada a manifestar-se diante do juiz, fica incluída como sujeito ativo no conflito, em um momento de sua existência igualmente conflitivo quanto ao seu processo identificatório. Esta nova demanda desestabiliza Laura e a move à solicitação da presença de uma interdição eficaz, simbolizado no pedido de rever seu pai. A falha na interdição pelo pai Júlio, posterior à falha na interdição do pai Antonio deixou-a entregue à uma condição de total sujeição em relação a Ana e Beatriz. Podemos concluir que a decisão de receber Laura como filha, passou pelo desejo de Ana, sem contestação por parte de Júlio.

Outro aspecto marcante diz respeito aos motivos que levaram Beatriz a entregar Laura para o casal Ana e Júlio. Tratamos aqui de um acordo estabelecido entre os três, no qual o desejo de Beatriz de que Laura fosse criada por ambos não ficou esclarecido. O desejo de ascensão financeira encobria um desejo de Beatriz em relação a Júlio, como substituição à frustrante e traumática experiência com Antonio, pai biológico de Laura. O conflito das famílias, aqui representado pela triangulação entre Ana, Júlio e Beatriz por si remetia a um desejo em relação a um pai, uma vez que Beatriz posicionou-se em relação a Júlio, entregando a filha a outra mulher que mantinha uma relação estável com um homem. Desejando Júlio para sua filha Laura, Beatriz estabeleceu um acordo com Ana. Esta hipótese poderia dar conta da condição em ocorreu o rompimento do acordo, quando o casal decide que não deseja mais Laura em sua casa, mesmo após receber judicialmente a guarda que reivindicou. A possível atitude sedutora de Júlio em relação a Laura, suspeitada pela escola, colocava Laura em um lugar ameaçador à estabilidade do casal.

A escola levanta dúvidas quanto a uma possível atitude de sedução de Júlio em relação a Laura, observada a partir do ato falho de Júlio ao reclamar de uma foto em que estaria com Laura nua ao seu lado (quando a difamação do colega dizia respeito a uma foto de Laura nua, somente). A suspeita da escola colocava Laura no lugar de objeto de desejo sexual de Júlio e levantava uma dúvida sobre ela e sobre o casal. Laura estava em início de sua adolescência e retomando as lembranças do pai de sua primeira infância. Este outro pai, presente em seu dia-a-dia lhe proporcionava uma satisfação, semelhante à satisfação que trazia com o pai de suas lembranças. Ao mesmo tempo em que Laura desejava permanecer ao lado de Ana, brigava com ela provocando-a a pedir seu afastamento de casa. Laura parecia punir-se da satisfação compartilhada diante da atitude sedutora de Júlio. Este, por sua vez, estava em uma fase de sedução em relação Laura, tornada pública pelo ato falho diante da diretora da escola que

revelou um desejo seu, inconsciente, porém, ameaçador à estabilidade da menina. Podemos concluir a partir deste último episódio envolvendo Júlio e Laura que o motivo pelo qual Ana impôs a saída de Laura permaneceu inconsciente para o casal, porém revelado indiretamente por Júlio. A transferência de Laura para a casa de sua mãe ocorreu em meados de março e sua adaptação ocorreu de forma satisfatória.

O estabelecimento e a afirmação do processo terapêutico exigiu uma constante atenção ao grupo familiar. Foi possível perceber a intensidade das demandas de ambas famílias: de um lado, a família substituta dividida entre assumir Laura como sua filha ou devolvê-la à mãe; de outro, a mãe biológica igualmente dividida entre assumir a filha, como um dever social, ou manter a situação de sete anos de separação e visitas mensais.

A relação transferencial com Laura foi marcada pela entrada em cena de Júlio, o pai substituto com sua demanda de reconhecimento. A partir deste momento, foi possível encontrarmos um fio, do grande nó que consistia a trama familiar de Laura. Seu momento evolutivo de pré-adolescente lhe impunha o reconhecimento de um crescimento físico e de uma sexualidade em ascensão; seu momento familiar forçava o reconhecimento de uma condição de exclusão e retorno ao núcleo familiar. A intrusão de Júlio à sessão de Laura para mostrar as fotos de casamento de sua filha, revelava que este reconhecimento era necessário para marcar lugares familiares, como aqueles que se estruturam diante da formação do novo casal, do prescrito e do proibido das relações amorosas. Laura acordava lentamente desse sono que a deixou isolada de sua história. Apropriar-se dela implicava na mudança de posição: o desejo de sair da posição de não-mudança colocou-a no extremo de tudo-mudar.

3.4.2 O conflito identificatório e a impossibilidade de sustentação da demanda

Na busca de uma elucidação dos casos de disputa de guarda de filhos, busco na leitura metapsicológica do caso de Laura, alguns indicadores. A disputa de guarda envolve pais de fato e de direito, entretanto, a presença da criança, alvo da disputa convida a um deslocamento do conflito e conseqüentemente, a uma nova configuração do mesmo. Ao ser incluída “oficialmente” no conflito a criança é imperiosamente empurrada a definir seu compromisso identificatório, através da modificação de condições anteriormente estipuladas, de forma inconsciente, de uma condição infantil que agora, necessita ser substituída pela nova condição de saída do mundo da infância. Assumimos a questão levantada por Piera Aulagnier sobre quais propostas deveriam ser modificadas quando da saída da infância. No caso da criança colocada em situação de disputa judicial a pressão exterior de mudança põe em descoberto o compromisso identificatório e denuncia seus co-signatários.

No caso de Laura, o compromisso identificatório é redigido pela triangulação estabelecida entre a mãe e o casal guardião, em resposta ao rompimento da aliança do casal genitor. A entrada em cena da instância judicial circunscreve a conflitiva, que passa a incluir a criança como parte ativa no impasse. Esta nova posição rompe com a alienação de identificação a um emblema da função materna e coloca Laura em um lugar possível de novas significações. Esta nova possibilidade de sentido questiona a verdade do compreendido materno em relação ao seu estatuto de sujeição ao desejo do pai. Uma vez confrontada com o desejo de um pai, Laura necessita sustentação para esse desejo. Levantamos, então, a questão: como fica investido o significante do Nome-do-Pai em sua operação simbólica?

O lugar terceiro na estrutura edipiana está marcado pela abdução do pai biológico, pelo seu brusco afastamento e substituição por uma nova família. Podemos marcar o momento da

ruptura familiar determinante do fracasso do pai em sua função e da mesma condição de fracasso da mãe em sua capacidade de assumir a função de proteção e cuidado às filhas. O pai, intoxicado e mentalmente debilitado sucumbiu de sua função de interdição e desvelou a inoperância materna para amparo dos filhos pequenos. O rompimento do casal e o afastamento radical do pai da vida de Laura foram mediados pela sua entrega a uma família substituta. Este substituto preenchia o desejo materno de estabilidade e dependência, diante da inoperância da função materna, uma vez que correspondia a um representante avuncular (da família materna). A entrega das filhas ao *representante avuncular* respondia a uma demanda de outra ordem, uma vez que mantinha um desejo materno manifesto na geração anterior. Uma tia materna foi entregue para uma família substituta e permaneceu como filha adotada, diferenciando-se social e cultural da família de origem. A mãe de Laura, diante do fracasso para manutenção de sua função, lança mão de um dispositivo anteriormente utilizado pela sua própria mãe e entrega a filha para outra família. Como formação transgeracional, este fato emerge ancorado pelo fracasso materno e pelo desejo de ascensão através de uma família ideal, que não pode ser constituída, mas capturada.

Podemos entender o sentido da condição de “substituição” como revelador dos sucessivos fracassos diante da tentativa de constituição da família. Do lado materno e paterno, revela-se a necessidade de resgate de uma condição vincular – familiar - insustentável. A constituição de uma estrutura familiar geradora de novas subjetividades mostrava-se inviabilizada.

Do lado de Laura, a quem nos voltamos para situar esta condição subjetiva, identificamos um processo de forclusão do significante paterno e sua substituição pelo significante do desejo materno, o pai substituto. Laura “caiu” impossibilitada de referir-se ao Pai simbólico uma vez fracassada a simbolização de sua lei. A família substituta resgata o vazio

deixado pelo afastamento do pai genitor, sustentando a filha através do amparo e continência afetiva. Nessa solução, fica preservado estatuto do Pai imaginário, e conseqüentemente da subtração imaginária da criança à castração. Laura permanece detentora do falo, na condição de agente de resgate do desejo materno e sua satisfação, e adapta-se à nova família manifestando verbalmente o desejo de permanecer com ela. Podemos dizer que seu Eu mantém seu lugar de detentor do falo materno, de estabilidade e de uma condição imaginária de completude.

A condição de detenção do falo, no imaginário da menina inclui a permanência de Laura junto ao novo casal, atendendo ao desejo da mãe. Podemos dizer que a mãe em seu imaginário colocava-se ao lado filha na condição de filha “especial”, e escolhida.

Lacan (1995a) designa a noção da falta do objeto através dos três termos que remetem ao funcionamento primário e a apreensão do real: a privação, a frustração e a castração. Na privação, a ausência de um agente imaginário, corresponde a uma falta real, situando um furo; a privação vem a ser a falta no real de um objeto simbólico. Na frustração, um prejuízo pela reivindicação de um desejo desenfreado e sem lei, designa a falta através de um dano imaginário; a frustração vem a ser a falta no imaginário de um objeto real. Na castração, a lei que interdita o incesto, possível pelo agente real, leva uma dívida simbólica; a castração vem a ser a falta no simbólico de um objeto imaginário.

Ao manter a condição de completude, Laura mantém-se fora da carência e gratificada. Como a castração está basicamente ligada a ordem simbólica, o lugar primeiramente simbolizado pela operação da ausência da mãe ou “significante do Nome-do-Pai” (Lacan, 1998/1966, p. 563) fica foracluído ou seja, abolido do simbólico, tido como objeto de horror. Deste ponto, passamos a questionar o que levou Laura a alucinar o pai no período em que esteve em tratamento.

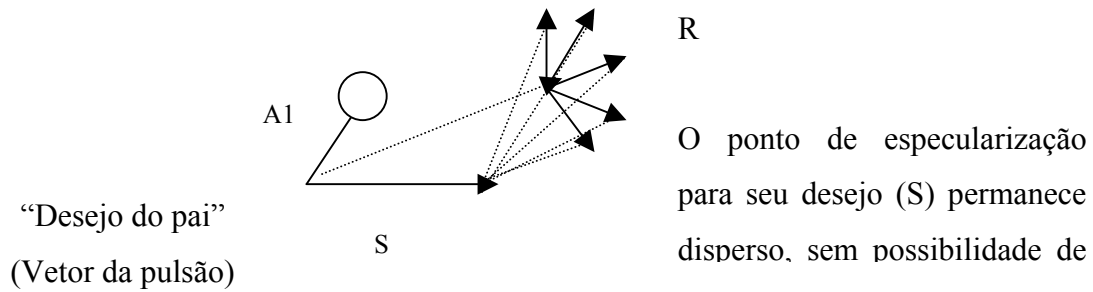
A visão-alucinação do pai vestido de branco ganha ancoragem na visão-alucinação da mãe sobre o irmão vestido de vermelho na dupla condição de um pai amoroso e violento. Uma vez posto para fora do Eu, o significante do Nome-do-pai surge no real na forma de uma imagem alucinada e vivida como uma realidade incontestável, pela certeza de que lhe diz respeito. Por mais de uma vez, Laura alucina a presença do pai em seu quarto chamando por ela, enquanto ela está ao espelho. Laura foge deste encontro e sai do quarto assustada com a certeza de que, lá permanecendo, será apanhada. A abertura de Laura aos seus desejos levou-a a defender seu Eu da dor pelo desejo sobre o pai, através da alucinação de sua presença. A presença alucinada do pai chamando por Laura devolve-lhe os últimos momentos em que conviveu com ele ao lado da mãe. A coisa alucinada não pode ser compreendida na sua restrição à figura do pai e sua imagem, responde à excitação da pulsão. No caso de Laura, situamos a condição alucinatória, o gozar ou o objeto *a*, como formação inconsciente de desejo foracluída que diz respeito ao exterior do sujeito, àquilo que Nasio (1997) define como um misto perceptivo. Esta condição situa, sob o ponto de vista tópico, um consciente desinvestido, um pré-consciente desaparecido e um inconsciente que se tornou exterior, através de uma apreensão perceptiva fora do sistema, no grau máximo de percepção do gozar. O fato do episódio alucinatório de Laura ter ocorrido durante o atendimento diz respeito à premissa de que a alucinação está sempre na relação com o outro. No plano transferencial, o gozar de Laura traduzia seu sofrimento, sua dor do desejo pelo pai, abolido bruscamente de sua vida.

A demanda impossível de ser sustentada, a forclusão do significante do Nome-do-pai, poderia ter sido responsável pela eclosão de uma psicose, salvo pela “cláusula de obediência” (Aulagnier, 1990b, p. 189) presente no compromisso identificatório de Laura. No registro da psicose, o Eu responde a uma demanda exterior que não pode ser interiorizada na forma de uma aliança temporária, que possibilitasse a simbolização da ausência materna. O novo aliado, a

família substituta, assumiu o lugar de um “colonizador” que arrogou-se o direito sobre o que pode mudar e o deve permanecer no Eu. O Eu materno permanecia como co-garantia desse compromisso em acordo com o Eu infantil, que refugiou-se na expulsão do significante do Nome-do-pai.

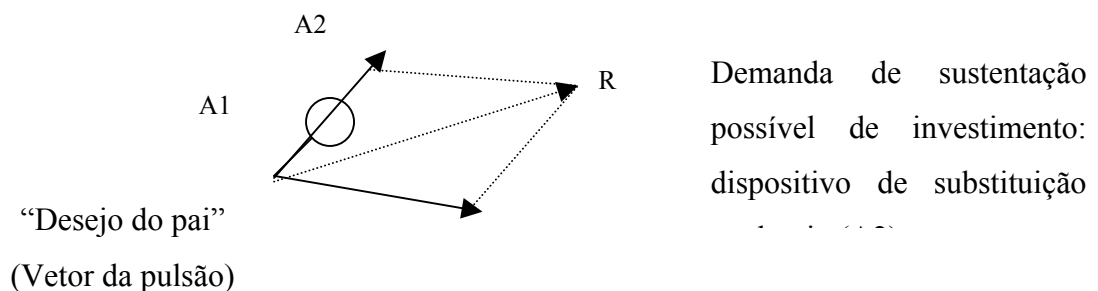
Ao ser confrontada diante do Juiz sobre uma escolha, Laura se vê confrontada com uma demanda impossível e com um conflito insolúvel: existir em relação à demanda materna, dispensar a aliança de exclusão que a fez renunciar de seus direitos de filha, e, ao mesmo tempo, existir por si mesma. O rompimento da permanência na condição anterior de ser uma menina à disposição do casal substituto, em acordo com o desejo materno levou ao desaparecimento de tudo o que foi – a menina dócil e obediente – fazendo surgir uma nova subjetividade que necessitava incluir sua “potencialidade psicótica” (Aulagnier, 1990b, p. 190), pela construção de uma neo-realidade possível através da alucinação.

Se tomarmos a relação sujeito-demanda (Aulagnier, 1990a), podemos definir que o ato de identificação, o identifiante, apresentou-se como uma oferta de não desejo ou não reconhecimento que acarretou uma demanda sem resposta, sem mediação, pela abdução de seu suporte. Este suporte, corresponde à presença, na mãe, do significante Nome-do-pai. O resultante (R) não encontrou seu ponto virtual de posição e sua nominação ficou à disposição de percepções indiscriminadas, no espaço “fora-Eu”. No esquema abaixo, buscamos a visualização do momento de mudança da oferta de desejo de pai para um não desejo, quando a criança depara-se com novos encontros, desta vez, marcados pela impossibilidade de uma metabolização com postulados disponíveis. A resposta (R) surgirá em outro lugar, na constituição de uma nova realidade:



O Eu organizado em sua identificação primária a uma impossibilidade de demanda em relação ao “desejo do pai”, como consequência da ausência ou não reconhecimento da oferta permanece como desejo de prazer da mãe. A forclusão do significante Nome-do-pai entrega o sujeito ao domínio mágico sobre o desejo, ou gozo.

Entretanto, ao ser entregue para uma família substituta, Laura encontra uma compensação ao fracasso materno por meio de uma sobreposição àquela demanda impossível de ser sustentada. A demanda materna possível de sustentação do desejo de um pai é ambígua, imaginária e carregada pela certeza da satisfação mediante o dispositivo de substituição ao desejo.



Ao iniciar o tratamento, Laura necessita construir a passagem de uma identificação pré-genital a uma identificação pós-edípica, e direcionar seu “desejo do pai” para sustentá-lo como

ato identificante no confronto com seu poder de sujeição e Lei. O Eu, para abandonar sua posição como emblema identificatório necessita do “compreendido materno que precede e indica para a criança o que deve ser compreendido” (Aulagnier, 1990a p.212). A verdade sobre o desejo do Outro (A1) revelava uma realidade abolida do Eu, cujo sofrimento era proporcional à intensidade do desejo.

O episódio alucinatório acompanha um período de pesadelos repeditos em que Laura descreve acordar com o pai chamando por ela em leito de hospital. De fato, na história de Laura há referência à ida do pai ao hospital após um episódio de embriaguez em que ameaçou sua mãe com uma arma. Ele foi contido pelo tio materno de Laura e feriu-se na cabeça ao cair sobre uma pedra. Sua internação, neste período, foi marcada pelo temor de sua morte. Entretanto, ele retornou ao convívio familiar e lá permaneceu por mais alguns meses até o afastamento definitivo. Estes pesadelos permaneceram até a morte do pai, em sonho, após o episódio alucinatório.

A representabilidade da morte do pai selou o fim dos pesadelos e alucinações, e possibilitou que Laura solicitasse a presença da mãe para que conversasse com ela sobre os fatos que levaram seu pai a afastar-se de casa. A mãe contou em detalhes os dois momentos de ruptura entre o casal, o primeiro com a internação hospitalar devido à lesão ao bater a cabeça, e o segundo, diante de um estado de embriaguez aguda com sintomas psicóticos.

Ao buscar sua história, Laura apropriou-se de seu desejo pelo pai e pode, mais tarde, procurar por ele. Manteve contatos por telefone e descreveu sua frustração pelo fato do pai atendê-la embriagado. Dizia estar tranqüila por saber que ele não estava preso ou morto. A mãe continuava temendo o ex-marido e não autorizava o contato direto entre ele e as filhas.

O tratamento de Laura constituiu-se num dispositivo para que a identidade que postulava no início do atendimento encontrasse pontos de sustentação com a identidade que

construiu ao final. Permitiu um saber que possibilitou um conhecimento do desejo sobre o pai e sua sobrevivência entre dois espaços de constituição.

3.5 Um novo retorno

A disputa por um filho expõe questões familiares que são precoces e anteriores ao surgimento deste filho disputado. Ao enfatizarmos a criança, na situação psicanalítica de tratamento, buscamos traçar o caminho de seu processo identificatório, estagnado pela situação de disputa e viabilizarmos novos dispositivos sustentação, ou seja, novos identificantes. Para a retomada do processo, do ponto de vista do psiquismo da criança, torna-se necessário o retorno às origens do desejo de um filho por parte do casal guardião e por parte do casal genitor, questão levantada insistentemente pela criança. O tempo dos pais e o tempo da criança devem ser retomados para que, de um lado, o não desejo pelo filho disputado seja revelado e, se possível, elaborado; e por outro, o processo identificatório da criança, seja retomado. A decisão judicial deve reconhecer o tempo da criança, de retomada dos identificantes a modificar e respeito aos identificantes não modificáveis.

No caso de Laura foi concedida uma guarda temporária de dois anos ao casal guardião, em decorrência de seu interesse em manter o atendimento da menina. Paralelamente, o tratamento permitiu que Laura retomasse seu processo identificatório e sua condição junto à família biológica. O desejo de morar com a mãe coincidiu com a revelação do não desejo da mãe guardiã de mantê-la ao seu lado. Entendemos este não desejo de permanência de Laura pelo casal guardião decorria da ameaça que ela representava neste momento em que assumia a saída da infância. A troca de lar ocorreu por concordância do casal guardião e Laura pode

enfrentar seu desejo de estar ao lado da mãe e das irmãs sem perder o contato com o casal que a recebeu por aos três anos em sua casa.

O confronto de um discurso direto e totalizante, próprio da situação de disputa por um filho, com a verdade de cada sujeito envolvido na trama necessita de um tempo de metabolização das revelações que surgem durante a situação psicanalítica de tratamento. Somente nesta condição podemos falar da verdade da disputa, sua real mobilização. Como afirmou Lacan, a noção do real, que apontamos, é algo idealmente inacessível e que mantém a possibilidade de realização no simbólico. A decisão judicial preservará sua função de manter condições suficientes para a manutenção da ordem social ao mesmo tempo em que acompanha as transformações do sujeito social, a partir de sua formação no meio familiar.

CAPÍTULO IV

O ESPAÇO DE CONSTITUIÇÃO DO EU E A INOPERÂNCIA DE UMA LEI:

O CASO JOANA

Em seu breve estudo denominado *Der Familienroman der Neurotiker* (1909/1972), Freud trata da fantasia infantil que busca recuperar a imagem dos pais da primeira infância. A liberação da autoridade dos pais, com o desenvolvimento físico e intelectual da criança, desencadeia o questionamento sobre estes, de suas qualidades e pertinências. O desejo de preferir outros pais, em substituição aos seus, pode surgir quando a criança constata que não é retribuída em suas necessidades afetivas e desejos, ou diante do menosprezo dos pais em resposta a uma oferta de afeto por parte dela. Ao vivenciar este estranhamento em relação aos genitores, a criança volta o conteúdo afetivo desta experiência para sua capacidade imaginativa, no brinquedo, no fantasiar e nos sonhos diurnos que se estenderão até a adolescência. Este fantasiar sobre a família integra as concepções sobre sua origem, no mito familiar que se apresentará com toda a oposição em relação às gerações anteriores e farto de conteúdos de ambição, principalmente eróticos. Estas fantasias terão a influência de vivências casuais no seio da família, dos lugares de parentesco, de mãe, de pai, e de irmãos mais velhos, mais novos, do meio, etc. Numa primeira fase do romance familiar, o pai é exaltado e a mãe permanece em posição inalterada, e numa segunda fase, a criança inclui a mãe, imaginando-a em situações eróticas de infidelidade e em situação de proibição como vingança diante dos castigos recebidos anteriormente. Os lugares de parentesco são reconhecidos e negados, ficando a disposição dos anseios inconscientes da criança e a serviço da supervalorização dos pais.

Se tomarmos como referência a criança colocada sob o alvo da disputa entre pais ou outros cuidadores, suas fantasias acerca do romance familiar revelam a trama de motivações sobre seu lugar na rede familiar e os ideais parentais que constituíram sua existência e estrutura de Eu. Através da singularidade do caso de Joana trataremos da condição em que está situada a criança disputada e o impasse experimentado diante da inoperância de uma lei ordenadora das relações familiares.

Observamos que as situações de disputa de crianças, freqüentes nas instituições judiciais, acompanham impasses que dificultam acordos e entre as partes, ou seja, acompanham a falta de garantia de uma Lei⁴ ordenadora dos vínculos de pai, mãe e filhos. Quando a criança é interrogada sobre a condição em que vive, responde em consonância com as pressões daqueles com quem mantêm uma dependência imediata. Algumas apresentam soluções simples e satisfatórias para o momento, como por exemplo, a dupla condição de filha (no caso de viver entre duas famílias) e a convivência harmoniosa com os pais em espaços distintos (quando estão sob a disputa dos pais em processo de separação litigiosa). A criança é capaz, quando encontra um espaço de verdadeira escuta de seus desejos, de confrontar-se com o discurso inarticulável de ambos os lados em disputa, na tentativa incessante de encontrar uma saída para a situação. O enfrentamento desta condição paradoxal, em situação psicanalítica de tratamento, favorece a criança no seu percurso evolutivo, uma vez que possibilita a elaboração do acontecimento (a disputa) e a abertura para situações novas.

Este estudo é a construção de um caso que alcança no drama do paciente os fatos clínicos que possam esclarecer o sofrimento que se apresenta e, na condição de resultado de uma pesquisa psicanalítica, assume a forma de um caso metapsico(pato)lógico (Caon, 2002). Sua apresentação não reproduz detalhes que venham a identificar as pessoas envolvidas, e vai

⁴ Ver pág. 18-19: relação entre lei social e Lei do desejo.

além, ao recriar na ficção de um caso, descrições que não traduzem a história do caso, mas a forma como foi apreendida e experimentada pelo pesquisador em situação psicanalítica de tratamento. A singularidade da estrutura do caso fica preservada e sua leitura vem a constituir o caso metapsicopatológico que apresentamos.

4.1 Buscando o acesso à existência de Joana

A situação de Joana, de 10 anos, teve início com um processo judicial de suspensão do pátrio poder e pedido de guarda, requerido pelo Ministério Público através da patroa da mãe da menina. Com a alegação de que a mãe de Joana não apresentava condições emocionais e financeiras para protegê-la e atendê-la em suas necessidades básicas, o pedido foi atendido e concedido, com a alegação de que Joana afirmava o desejo de permanecer com ex-patroa de sua mãe, que chamava de “avó”. A mãe de Joana contestou esta ação judicial com ameaças e atitudes agressivas dirigidas àquela que assumia o poder sobre a filha, acusando-a de usar de sua influência para acioná-la judicialmente. A impossibilidade de um acordo entre as duas mulheres levou ao encaminhamento do caso para a psicóloga. Identificamos, inicialmente, um triângulo vincular que foi nominado, para fins de estudo, da seguinte forma: Lorena, a patroa; Luíza, a empregada e mãe da criança; e, finalmente, Joana, a menina disputada.

Foi realizado um contrato de tratamento para Joana. Lorena e Luíza foram igualmente encaminhadas para atendimento individual devido à recusa de ambas para uma tentativa de diálogo e acordo. O tratamento de Joana transcorreu durante um ano e meio com sessões semanais. O parecer psicológico foi realizado a partir das entrevistas com as duas mulheres com o objetivo de situar a posição de ambas em relação à criança. O parecer apontou para a existência de um relacionamento de longa data entre elas e de um rompimento brusco, não

reconhecido por parte da patroa. Posteriormente, com o decorrer do atendimento de Joana, foi possível um encontro entre as duas mulheres.

O pai de Joana, que denominaremos Vítor, residia em outra cidade com sua nova família e participava indiretamente do conflito, apoiando Lorena na obtenção da guarda da menina. A verbalização do pai revelou uma preocupação maior com o conforto da filha e com as oportunidades que Lorena poderia oferecer a ela. Vítor mostrava-se ressentido com Luíza por esta não autorizar sua aproximação dos filhos.

A história do caso foi apresentada no decorrer do atendimento e os fatos dolorosos da vida de Lorena, Luíza e Vítor chegaram até Joana na configuração de um drama vivido no momento presente, transformado de um passado pela nova roupagem de um contexto atual e diferenciado, e preservado como sustentação de sofrimento.

A primeira entrevista foi realizada com Lorena e marcada pelas críticas que fez em relação ao comportamento de Luíza, que apresentava abuso de bebidas alcoólicas e brigas constantes. Falou brevemente sobre os motivos que desencadearam no rompimento entre elas e enfatizou sua condição de cuidadora de Joana, a quem dedicava quase toda sua renda mensal. Afirmou que proporcionava assistência integral à Joana desde seu nascimento e descreveu com detalhes o período em que Luíza rompeu com o marido e buscou acolhida em sua casa, com seus três filhos e grávida da menina. Lorena contratou-a para trabalhar alguns dias da semana, como empregada, uma vez que já conhecia Luíza há alguns anos. Além de empregá-la, ofereceu-lhe ajuda financeira para realizar um aborto, a pedido da própria Luíza. Entretanto, o procedimento foi negado devido ao avançado estágio de gravidez. Diante do fato, Lorena ofereceu sua disposição para cuidar da criança enquanto Luíza trabalhava.

O início do tratamento de Joana foi marcado pela apresentação daquilo que a menina desconhecia: o desejo da mãe de não concebê-la. Como foi possível constatar no decorrer do

tratamento, esse fato apresentado como uma revelação, fazia parte de uma rede de tantas outras que necessitavam ser significadas e que foram sendo apresentadas em seu tempo. Lorena recusava entrevista conjunta com Luíza afirmando que nada tinha para dizer a ela, ao mesmo tempo em que revelava muitos fatos para Joana.

A entrevista com Luíza foi igualmente carregada de fortes críticas a Lorena e de revolta por esta revelar fatos íntimos da vida passada de ambas. Luíza mostrou-se agressiva, sentindo-se provocada por Lorena diante da opção da filha de não permanecer com ela, ao mesmo tempo em que retornava as provocações através de Joana, quando esta fazia as visitas. Assim como Lorena, Luíza recusava um encontro e afirmava que não queria vê-la “na sua frente”, nem encontrá-la ocasionalmente. Questionada por que permitiu que a filha ficasse retida na casa de Lorena, dando tempo para o ingresso judicial do caso através de um pedido de suspensão de pátrio poder, Luíza não soube responder. Ambas externalizavam um estado de constante tensão e provocação que impedia a abertura para um encontro.

Neste primeiro momento, colocamo-nos a disposição do conflito e dispomos nossa escuta para cada parte envolvida. Ao assumirmos o caso de Joana proporcionamos para a menina um espaço diferenciado, que modificou a posição de Luíza e Lorena. Ao marcarmos um limite rompemos a unidade vincular estabelecida, fato que repercutiu tanto em Luíza quanto em Lorena, como poderemos observar no andamento do atendimento.

A primeira modificação residia na proposta de colocação em palavras dos atos postos em cena. Nas sessões com Joana buscamos situar os significantes ou designá-los. Ora, o caso de Joana sitiava seu corpo como gozo do Outro⁵ e a mudança ocasionada pela intervenção suspendia esta condição, silenciando o gozo. O que resultou foi uma série de tentativas de Lorena de desarticular o tratamento, delimitando-o ao seu modo de estruturação. O fato inicial,

⁵ Ver pág. 143-144

atuado por Lorena, consistiu na procura por outra psicóloga, imediatamente após a primeira sessão com Joana. Lorena decidiu levá-la para consultar com outra psicóloga, em um clube em que freqüentava com Joana, aos sábados, para ter aulas de dança. Pela informação da menina, a psicóloga fazia um breve atendimento em uma sala disponível no clube. Esta dupla condição manteve-se durante algum tempo sem uma periodicidade constante, além não ser reconhecido pela mãe de Joana. Luíza reagiu com descrédito ao atendimento escolhido por Lorena, e reconheceu a indicação do juiz, participando do tratamento da filha. Manteve sua posição de confronto aberto em relação à Lorena, priorizando o rompimento com ela e a manutenção de uma ameaça a ser enfrentada. Ameaçava que cometeria um crime, matando Lorena, caso sua filha não voltasse para junto dela. Ao assumir o tratamento, assumimos o lugar de destinatário do sintoma, e recebemos a Joana, com seu corpo reduzido a um objeto de gozo das duas mulheres, e a toda violência que aquela dupla pudessem representar no sintoma que manifestavam.

O atendimento a Joana propunha, logo de início, o rompimento dos atos postos em cena, e a circulação de palavras na revelação dos segredos e na nominação destes atos. As palavras fazem sofrer tanto quanto atos, porém, possibilitam a colocação em sentido de uma transmissão e sua elaboração. Assim, damos início ao tratamento pela escuta psicanalítica de Joana, no contexto jurídico que questionava sua identidade de filha de Luiza, apresentando-a como uma criança desejada de duas mulheres através de um contrato inconsciente que estava por revelar-se.

4.2 O fim da grande família

No processo judicial consta uma avaliação social em que a assistente social cita a relação entre Lorena, Luíza e seus filhos como sendo de “uma grande família”. De fato, Luíza e seus filhos moraram alguns anos com Lorena e sua família e, posteriormente, passou a residir em uma casa construída pela própria patroa em um terreno ao lado. A contigüidade das residências permitia que os filhos de Luíza circulassem entre estes lugares, passando o dia ou a noite aqui e ali. A decisão de romper sua vinculação com a patroa e amiga levou Luíza a mudar-se para uma casa na mesma rua, porém mais afastada. Tratava-se de um terreno público e de uma casa não habitada, que respondia ao seu ímpeto de desgarrar-se de Lorena a qualquer custo. Na mudança Luíza foi acompanhada de seus dois filhos, um de 25 anos e sua companheira, e outro filho de 16 anos. A tensão gerada com a ameaça de rompimento mobilizou forte tensão entre as duas mulheres que culminou com a disputa por Joana. A menina passava a semana com Lorena e os fins-de-semana com a mãe. Luíza ameaçou levar Joana consigo e não permitir que Lorena a visse. Assim, a patroa retém a menina consigo e solicita a intervenção do Conselho Tutelar com um pedido de guarda, alegando ser sua cuidadora desde o nascimento. Para obter a guarda de Joana, Lorena utilizou sua persuasão e influência de amigos, pois era uma pessoa com envolvimento sociais na comunidade em que residia. Os motivos alegados no processo de solicitação da destituição do pátrio poder de Luíza sinalizavam sua conduta inconstante e o uso de bebidas alcoólicas. Apesar de não haver sido realizada uma perícia com profissionais especializados, procedimento comum nestas situações, Lorena recebe a condição de guardiã de Joana diante da verbalização da menina de permanecer com ela.

A história do relacionamento entre Lorena e Luíza caracterizava uma relação profissional de longa data entre patroa e empregada. Na época em que recebeu Luíza grávida de

Joana, Lorena vivia com sua família: o marido, uma filha adolescente e um filho mais velho. Posteriormente, seus dois filhos casaram e foram morar em outra cidade.

Ao nascer, Joana permaneceu com a mãe alguns meses sendo cuidada por Lorena, conforme combinação entre a dupla, enquanto Luíza trabalhava. Com o passar dos dias, Luíza foi cedendo aos apelos de Lorena e deixou a filha sob seus cuidados durante a noite, ficando com ela nos fins-de-semana. A relação de patroa e empregada convivia harmoniosamente com o cuidado dos filhos de ambas. Durante cinco anos, Lorena e Luíza compartilharam espaços e filhos, passeando juntas e mantendo uma relação de intimidade que era notada por vizinhos. Os irmãos de Joana também receberam cuidados de Lorena e chegaram a morar com ela enquanto a mãe ocupava a casa ao lado. Quando adolescentes decidiram viver com a mãe.

Um fato ocorrido aos cinco anos de Joana marcou mudanças no relacionamento entre as duas mulheres: a morte súbita da filha de Lorena, de parada cardíaca aos trinta e um anos. Ela deixou o marido e três filhos pequenos, duas meninas de cinco e sete anos e um menino de três anos. Lorena não se dispôs a ficar com seus netos alegando que não se entenderia com o genro. Solicitou que Luíza fosse em seu lugar. Assim, por um período de seis meses, elas trocaram seus lugares e assumiram uma o lugar da outra no cuidado aos filhos e netos. Após este período, Luíza desentendeu-se com o genro da patroa e retornou para junto de Lorena para ficar com seus próprios filhos.

Quatro anos após a morte da filha a patroa perde o marido. Essa perda acarretou mais tensões à relação das duas mulheres pela possibilidade de uma união estável e definitiva entre elas. De um lado, a patroa recusava a proposta da empregada de assumi-la, e de outro, a empregada passa a manifestar seu descontentamento alegando ser obrigada a submeter-se a determinações sobre a educação de seus próprios filhos. Este momento de tensão pareceu-nos central para situar a posição inicial do caso Joana. Luíza não refere que tenha feito uma

proposta para morar com Lorena, entretanto, queixa-se que o relacionamento entre elas foi tornando-se insuportável porque a segunda não desejava dividir seu espaço e determinava à primeira, a forma como deveriam viver.

A condição de “grande família” identificada pela assistente social vem a ser o retorno, tratado no texto de freudiano sobre o romance familiar, da ilusão conjunta de “não abandono”, de negação da morte compartilhada pela dupla Lorena e Luíza. Ao realizarem o contrato inconsciente de constituição de uma “grande família”, supriam a condição de desamparo e o grande vazio de um narcisismo ferido por perdas sucessivas - no caso de Lorena incluía a perda precoce da mãe, e posteriormente, de duas filhas, uma natimorta e outra na maturidade; no caso de Luíza, de uma filha de alguns meses - acrescido do não reconhecimento de sua filiação pelo próprio pai, que vivia em melhores condições financeiras.

Nas palavras de Lorena buscamos a definição da relação estabelecida entre ela e Luíza:

“Eu era mais do que uma mãe para ela. Uma vez, ela me disse: ‘Pena que eu não te conheci muito antes. Não teria casado.’ Eu era tudo para ela”.

Ser “tudo” era a marca do vínculo entre Lorena e Luíza, uma marca que reconhecia indiretamente a diferença, através da condição de poder e submissão estabelecida entre ambas. A relação de patrão e empregado, tão antiga quanto a história das relações sociais entre os homens, é tratada na literatura clássica com a mesma peculiaridade presente no caso que ilustramos. De outra forma, podemos dizer que é possível ilustrar com a literatura, a universalidade de uma estrutura que acompanha o caso aqui apresentado. Encontramos em Tolstói, na obra *Senhores e Servos* a expressão de uma forte relação entre um comerciante – Vassíli- e seu criado - Nikita. Vassíli mantinha intensa influência sobre seu servo, de forma tão veemente que o criado acreditava que seu patrão não explorava os empregados, mas pelo contrário, os acumulava de benefícios. Mesmo sabendo que era enganado pelo patrão, o criado

sabia que não podia largar o emprego enquanto não arrumasse trabalho em outro lugar, e afirmava:

“- É claro, Vassíli Andréitch. Não é por outra coisa que dou duro no trabalho, como se trabalhasse para meu próprio pai. É claro que sei.” (1998, p. 81).

Com o objetivo de efetuar a compra de uma floresta, Vassíli empreende uma viagem com Nikita em uma noite de forte nevada. O patrão assume a direção do trenó e os dois saem pela escuridão da noite até ficarem perdidos nos campos cobertos de neve e chegarem a uma aldeia. Vassíli decide seguir em frente, ignorando o desconhecimento do caminho. Tornam a perder o rumo e decidem voltar à aldeia para se orientarem. Após a parada na aldeia, retomam a estrada e perdem-se novamente. Na terceira vez que ficam perdidos, Vassíli pede ajuda a Nikita que propõe que o cavalo assuma a direção. Ao encontrarem-se derradeiramente perdidos decidem passar a noite no trenó, sob a neve que caía. A dupla acomoda-se no trenó e o patrão fica a pensar que o criado poderá morrer de frio pois está pobremente vestido. Com o passar das horas, Nikita começa a congelar e pede ajuda. Vassíli empurra-o para o fundo do trenó e deita-se sobre ele. Enquanto permanece ali, sonha com uma espera que acaba de chegar:

“...E assim ficou na cama sem poder se levantar, sempre esperando, e a espera é um misto de temor e alegria. De repente é a alegria que domina: está chegando quem ele esperava...Mas não é o oficial de polícia. Trata-se de outra pessoa e, no entanto, é exatamente quem ele desejava que chegasse. Ei-la que se aproxima e o chama. E aquela pessoa que o está chamando é justamente aquela que lhe ordenara que deitasse sobre o corpo gelado de Nikita para reaquecê-lo. ‘Já vou’, grita com imensa alegria e acorda com o próprio grito.” (1998, p. 134).

Vassíli acorda diferente, imobilizado com o frio, após três horas deitado sobre o criado.

Enfim, encontra a resposta de seu sonho:

“A coisa o espanta, mas não o entristece. Compreende que é a morte e não se sente desolado. Lembra-se de Nikita, que está embaixo dele aquecido e vivo! Parece-lhe que ele, Vassili Andréicht, é Nikita e que Nikita é ele, e que a sua própria vida não está mais com ele e sim com Nikita.” (1998, p. 135).

Vassili entrega sua vida a Nikita acreditando que a vida não é possível na diferenciação. “Nikita está vivo, portanto eu também estou vivo”, exclama para si antes de morrer. A presença do oficial de polícia, no sonho, responde ao ato de Vassili, de apoderar-se do dinheiro da paróquia para comprar a floresta ambicionada. O que estava por chegar não era aquilo que o faria responder pelos seus desejos como punição de uma transgressão à lei, mas o próprio desejo. Parafraseando Tolstoi, podemos transportar a condição das mulheres de nosso caso:

“...Parece-lhe que ela, Lorena, é Luíza e que Luíza é ela, e que a sua própria vida não está mais com ela e sim com Luíza”. A diferença possível e reconhecida entre elas é tratada em nome do bem, na forma de um pagamento de salário e que revela a condição de desigualdade/diferenciação. Na sua equivalência com o “tudo”, a diferença mostra o encontro pelo bem que anula a existência do outro. Esta condição tratada em Lacan aponta para a impetuosidade pulsional em que “O Ser supremo é restaurado no Malefício” (1998/1966, p. 802).

Lorena achava que Luíza queria “tomar conta” de tudo em casa; Luíza por sua vez referia a recusa em entregar a filha para adoção à Lorena e queixava-se de que a patroa queria determinar a educação de seus filhos, interferindo excessivamente na sua vida. Os desentendimentos intensificaram-se diante da maior aproximação entre elas, com a viuvez da patroa. Mantendo a decisão de mudar-se para outro local, Luíza marca o desejo de um rompimento definitivo com Lorena. Antes, porém, convenceu seus filhos a saírem com ela. Joana, que trazia a marca da união da dupla, foi retida por Lorena em sua casa e convencida a

permanecer com ela. Não foi difícil convencer Joana que mantinha uma forte ligação com Lorena, a quem se dirigia como “avó” e com quem dividia o leito desde que esta enviudara.

Lacan, ao abordar a dialética do senhor e do escravo tomada a partir de Hegel, evoca o conhecimento paranóico:

“É numa rivalidade fundamental, numa luta com a morte primeira e essencial, que se produz a constituição do mundo humano como tal. Só que se assiste no fim à reparação das apostas.

O senhor tomou do escravo seu gozo, ele se apoderou do objeto do desejo do escravo, mas da mesma feita ele perdeu aí sua humanidade. Não era de modo algum o objeto de gozo que estava em causa, mas a rivalidade enquanto tal. Sua humanidade, a quem ele a deve? Unicamente ao reconhecimento do escravo. Porém, como ele não reconhece o escravo, esse reconhecimento não tem literalmente nenhum valor. Assim, aquele que triunfou e conquistou o gozo torna-se completamente idiota, incapaz de outra coisa que não seja gozar, enquanto aquele que foi dele privado guarda toda a sua humanidade. O escravo reconhece o senhor, e ele tem então a possibilidade de ser reconhecido por ele.”(1988, p. 51)

Nesta exposição, Lacan faz a distinção do Outro (o grande outro) enquanto sujeito que não é conhecido por nós e o outro identificado com o eu (grafado em a minúsculo). Joana como suposto objeto de desejo de Luíza foi tomado por Lorena como apoderamento do gozo. A exposição do conflito trouxe a tona a real posição de Joana como objeto-pivô, como a filha que foi planejada para não existir e que passou para o lugar da filha que deixou de existir. Joana agora está destinada a ser a companheira cujo corpo ocupa o lugar daqueles que abandonaram Lorena e Luíza com suas mortes.

4.3 O lugar da enunciação

Para determinar o lugar de Joana na trama entre Lorena e Luíza, propomos chegar ao caso através do tratamento psicanalítico. A escuta psicanalítica toma o discurso da criança pela via do desejo e do gozo, ou seja, como o discurso do Outro. Aqui nos referimos ao Outro proposto por Lacan (1995a) no esquema L e incluímos os pressupostos do esquema ótico, que indica a dependência do sujeito ao seu lugar no mundo simbólico. O corpo do sujeito, inacessível ao seu olhar, será apreendido pelo imaginário, na relação com o real, e na dependência de como está situado no plano simbólico. Os diferentes tipos de gozo com o corpo correspondem aos diferentes modos do significante marcar o corpo.

Tomamos o conceito de gozo em Lacan (1985c) pela promoção infinita de uma demanda, nunca sentida no imediato consciente e tratada pelo *gozo do corpo do Outro*. Este *gozo do corpo do Outro* consiste na tensão de uma energia psíquica que situa-se no ponto de total liberação, o gozo supremo. Na relação com o analista, pela transferência, o objeto *a* será aí representado, ou melhor, a posição do semblante do objeto *a* será adotada pelo analista.

Tratamos neste estudo, da criança disputada como sujeito da psicanálise, dividida pela relação com a linguagem. Lacan (1985c) propõe a noção do sujeito que busca a satisfação de uma necessidade percorrendo o caminho da demanda para chegar a sua realização. A marca deixada pela demanda sobre a contingência à necessidade, confere a apreensão da linguagem pelo sujeito.

Como já foi apontado, a escuta da criança em situação de disputa de guarda revela um discurso transindividual marcado por referências de diversas ordens. Estas referências podem estar em sintonia com um desejo materno, de pai, de irmãos, ou de outra pessoa que marcou a sua existência.

Ao desenvolver o conceito de contrato narcísico, Piera Aulagnier (1977) define o termo sujeito ideal, diferenciando-o do Eu ideal e do ideal de Eu. O sujeito ideal vem a ser o sujeito do grupo, ou seja, a idéia que o sujeito demanda do grupo como elemento que pertence a um todo que, por sua vez, reconhece nele uma parte semelhante. Em contrapartida, o grupo espera que o sujeito retome por sua conta o que ele – o grupo – enunciava e eliminou, recoloca o elemento morto e assegure a imutabilidade do conjunto. Este pacto de intercâmbio garante ao grupo o reconhecimento do elemento desaparecido na repetição pelo sujeito do mesmo fragmento de discurso. O contrato narcísico entre o sujeito e o grupo existe como suporte de uma parte da libido narcisista do próprio sujeito – que se agrega ao conjunto como uma voz que se confunde com o coro, e, ao mesmo tempo, anuncia a direção que deve seguir. O grupo reconhece a necessidade dessa voz que o repete, como forma de sobrevivência e garantia da função que lhe solicita. O grupo vem a ser a família e as pessoas signatárias do contrato narcísico firmado ao surgimento do sujeito.

A antecipação do Eu ideal pelos ideais parentais foi apontada por Freud (1923/1972) pela sua prévia ao surgimento do filho. O Eu ideal como imagem narcísica se equipara ao Eu de prazer, que implica na ilusão narcísica de ligação perfeita com o objeto de desejo do outro e de si mesmo. Com este enlace, o Eu manteria garantida a incondicionalidade do objeto. O contrato narcísico estabelecido entre o casal parental estabelece fundamentos que são aceitos pelo sujeito como verdadeiros e que o coloca na relação com o conjunto ideal; essa relação, por sua parte, dependerá dos enunciados do fundamento. A circularidade aí posta coloca o sujeito, novamente, na condição de assujeitamento, do qual busca de forma constante e concomitante seu rompimento e conservação. Do estabelecimento do contrato narcísico à aderência do sujeito ao campo social, passamos pela compreensão dos enunciados identificatórios e pela concepção de espaço de constituição do Eu. Tratamos aqui da passagem de um Eu ideal, previamente

determinado, para um ideal de Eu. Como resultado e conseqüência do complexo de Édipo, o ideal de Eu marca a diferença entre presente e futuro e introduz a possibilidade de um *projeto*, marcado pela distinção entre o sujeito que crê *ser*, e o sujeito que aspira *ter*. Deve-se a ele, a abertura à dimensão simbólica, configurada pela passagem de um Eu idealizado, já realizado, a um Eu que pode aspirar. Para a efetivação dessa transformação de reconhecimento da falta de algo no Eu e no outro é necessário que as implicações da castração se apresentem.

Para nosso estudo, analisaremos a questão, a partir da proposta de Piera Aulagnier (1977), acerca do espaço de constituição do Eu. Entendemos que os pais, neste momento de disputa por um filho, buscam um porta-voz externo que exerça a função continente de dizer e predizer as possíveis manifestações desse impasse. Ao mesmo tempo, buscam uma ordem externa que exerça representabilidade e figurabilidade da situação vivida. O momento de impasse de uma disputa de guarda de filhos é de exteriorização, de expulsão de conteúdos em uma ação protagonizada por sujeitos que não se reconhecem na cena. Na manifestação da passagem ao ato, a criança é posta em lugar do “representado” ou “figurado”. Essa problemática assume diversas formas uma vez que o filho na relação de um casal é resultado de um investimento privilegiado e prévio ao seu nascimento. Compreender o lugar do filho e a compreensão desse lugar de enunciação é o ponto de partida para nosso estudo.

Em Aulagnier (1977) encontramos que o casal irá formar um espaço familiar pelo qual o filho irá constituir-se. Esse espaço constará de dois organizadores essenciais, o discurso e o desejo do casal parental. Através da abordagem dos enunciados presentes no discurso traçaremos um caminho que poderá revelar o sentido do registro identificatório na criança. A autora trata da evolução das posições identificatórias, ocupadas sucessivamente numa cadeia sintática: uma, própria do ser “fantasiante” (*matteur-em-scène*), outra do ser “enunciante”

(*matteur-em-sens*). Entende que é na dialética do “ser” e do “ter” que será elaborada a passagem de uma legenda escrita pelo primário, aos enunciados forjados pelo secundário.

A criança, ao colocar-se na enunciação como objeto do desejo da mãe, ou seja, na concepção de Lacan de ser o desejo do Outro, focaliza a problemática materna de transformação psíquica, que faz circular três termos de parentesco, que vem a ser de filho, de pai e de mãe:

“ ser el objeto del deseo de la madre→

→ tener un hijo de la madre→

→ tomar al objeto del deseo de la mãe→

→ ser el objeto deseado por el padre →

→ tener un hijo del padre →

→ dar un hijo a um padre → (y a partir del momento em que se es madre)

→ anhelar que su próprio hijo se convierta em padre (o madre) (que sea

realizado por el um mismo “deseo de hijo”).” (Aulagnier, 1975, p. 124).

A autora propõe a compreensão do esquema acima, a partir da observação da representação de quatro verbos: ser-tomar; ter-dar. Apresenta a transformação dialética do *ter* e *ser*, na constatação de que *a criança* é o objeto direto desse predicado, modificando o objeto indireto, ou seja, para quem *ser* e de quem *ter*. No enunciado, fica estabelecido que o sujeito que deseja – ser, ter – projeta num outro, suporte, um desejo em seu nome. Essa cadeia condena a criança a uma condição mítica em que um representante originário antecipado no discurso materno definirá representantes sucessivos.

Tomamos a condição de constituição do Eu a partir dos enunciados identificatórios. Por definição, a identificação remete ao registro do Eu e da constituição da linguagem. O *protótipo*

identificatório designa uma antecipação resultante da reflexão da atividade do primário sobre si mesmo. Aulagnier situa aí a posição reflexiva que dá lugar ao *sujeito do inconsciente*, este lugar-continente do Eu, que se constitui como imagem da resposta que se dá ao desejo projetado sobre a mãe, é o *posto em cena de uma relação*. Por este motivo, o sujeito do inconsciente se identifica com uma resposta, com a relação fantasiada que existe entre o desejo da mãe e o prazer da criança. Aulagnier expõe uma dialética simétrica forjada na psique pela relação “prazer do sujeito-desejo do Outro”.

Tomando o fantasiar pelo protótipo edípico, inerente a sua constituição de contemplação de uma relação de dois objetos complementares, situamos a criança na sua condição de opor o desejo da mãe como diferente do seu. A partir desse momento terá que figurar para este desejo um objeto, que não é exclusivamente o mesmo. A modificação da identidade de ser objeto exclusivo de prazer da mãe e de que esta seguirá desejando exatamente o que ela deseja ocorrerá no momento em que a criança se situar em relação a um “outro lugar” ocupado por um objeto enigmático do desejo da mãe. No par fantasiado, um seguirá sendo o representante do desejo materno e o outro, o representante de um atributo paterno.

O atributo paterno vem a ser definido, primeiramente, como todo o objeto corporal que pode relacionar-se com o corpo erogeneizado da mãe, porém, situado em *outro lugar* e não fantasiado como apêndice deste mesmo corpo. Corresponde a uma relação privilegiada responsável pela quebra da exclusividade da relação mãe-criança. A experiência de prazer que funda o acesso do pai na cena psíquica, como precursor do Édipo vem a ser o mesmo que funda o Édipo parental, que é o desejo de filho. O desejo de filho era, em um passado precoce, o desejo de ter um filho da própria mãe, que posteriormente, segue pelo desejo de filho do pai. A mudança exigirá da imagem da palavra a referência do protótipo da castração.

O protótipo da castração permitirá ao sujeito a vivência de um corpo unificado mediante a angústia de uma mutilação. A ausência desta angústia, levada a cabo em parte pelo processo secundário, obstaculiza a possibilidade do gozo, e na renúncia ao gozo, o Eu conserva a imagem corporal não despedaçada. Essa renúncia exigirá o sacrifício de seu sexo como instrumento e lugar de prazer.

Aulagnier avança na atribuição de uma pré-configuração edípica a partir do *posto em cena* do primário, uma vez que se relaciona à atividade secundária da psique materna. Este, pré-anuncia à psique o acesso ao tipo de representação que deverá fazer seu, ou seja, o primário escênico estará apoiado no secundário materno que anuncia o tipo de representação que deverá ser seu. Neste sentido, haverá um *antes*, que o sujeito nunca conhecerá e que marcará como algo invariável e familiar; e um *depois*, que se apoiará para constituir sua essência e do qual se separará na medida em que será recalcado.

Tomamos estes pontos em especial para situar os referenciais deste estudo que busca a investigação do processo de estruturação de um Eu idealizado e já realizado, para um Eu esperado, de um sujeito que crê ser, para um sujeito que aspira ter, na medida em que abre seu espaço na direção de uma dimensão simbólica. É pela possibilidade de uma existência simbólica que buscamos acesso à Joana, pela via da daquilo que pode parecer-lhe mais enigmático.

4.4 A busca materna, na e com a filha, de um significante paterno

O caso de Joana nos leva a percorrer o caminho do significante paterno e sua condição de viabilização da subjetividade. A mãe de nossa paciente queixa-se que Vítor, o pai de Joana

“não se importa” com os filhos, mesmo que este procura Joana para conhece-la logo após seu nascimento e é impedido por Luíza:

“Ele tentou ver a Joana, mas eu não deixei ele entrar. Além disso, estava bêbado, como sempre.”

O casamento de Luíza e Vítor ocorreu durante a adolescência de ambos. Após o nascimento da terceira filha, denominada por nós de Jeane – a filha cujo nome faz analogia ao nome de Joana - e sua morte súbita aos três meses, o casal separou-se. Luíza teve um filho com outro companheiro e retornou a viver com Vítor até engravidar de Joana.

Luíza é única filha, fruto de um relacionamento breve de sua mãe com um homem que recusou reconhecê-la como filha, mesmo diante das tentativas de aproximações que ela própria empreendeu. Conta que seu pai reagia negativamente:

“Dizia para mim que comigo não se acertava. Procurei-o algumas vezes e ele recusava me receber.”

O pai de Luíza era proprietário de empresa de médio porte e tinha duas filhas de um segundo relacionamento, do qual separou-se. Ao designar-se “bastarda” Luíza situou-se como a filha ilegal, que ficou fora de um reconhecimento paterno, em relação às duas irmãs que eram comerciantes bem sucedidas. Em realidade, seus pais mantiveram um período de convivência curto, e o não reconhecimento de Luíza com filha decorre dos conflitos entre eles. Identificamos a forma similar com que Luíza se referia ao seu pai e ao pai de seus filhos, com as mesmas queixas, não diferenciando as situações e os tempos.

Com Joana, Luíza transpõe a vertente clandestina da função paterna e a desmentida de uma falta não simbolizada. Rebaixada a uma condição humilhante de “bastarda”, encontra aí o gozo do corpo que é rechaçado e que se consome nesta condição de desmentida, “a bastarda”, “a desenganada”. Ao separar-se de Lorena, havia chegado ao limite dessa condição de

humilhação, culminando com a ameaça de perda do pátrio poder sobre sua filha. Em Joana havia depositado a esperança de um significativo paterno, através de sua vinculação com Lorena que seduzia ao oferecer-se como cúmplice e detentora do objeto de desejo materno. A condição paradoxal de busca e desmentida da busca manteve-se até a morte do marido de Lorena, quando Luíza confrontou-se com o desejo disponível para realizar-se. O fracasso na realização de sua fantasia de uma vida conjunta com Lorena foi perseguido até o maior grau de humilhação, quando afastou-se dela para viver em uma casa invadida, sem água e luz. Quando recebemos Luíza, em algumas sessões durante o tratamento de Joana, estava em um estado de rebaixamento extremo.

Luíza revela ainda o temor de perder Joana diante da perda anterior de uma filha recém-nascida:

“Não quero perder a Joana pois já perdi uma filha. Foi muito difícil para mim.”

A criança que já referimos anteriormente como Jeane, foi a terceira filha, depois de dois meninos. Contava com três meses de idade quando foi internada no hospital com infecção intestinal, e faleceu em decorrência de uma infecção hospitalar e generalizada. Luiza relaciona sua persistência em lutar pela filha com esta perda anterior. Ao mesmo tempo em que afirma não querer perder Joana, por diversos momentos do seu tratamento, expressou verbalmente seu desejo de desistir. A ambivalência em relação a Joana encobria um sentimento de culpa em relação à perda da filha, que pode expressar posteriormente:

“Sinto-me culpada por ter dado a ela duas colheres de iogurte. Acho que foi isso que deixou-a mal. Não posso nem pensar nisso”.

A mãe de Joana culpava-se por assumir a função de mãe nutriz, atribuindo a isto a morte da filha. Podemos associar a este fato a entrega de Joana para ser cuidada por Lorena, quando a menina estava entre o segundo e o terceiro mês de vida.

4.5 A história da mãe de todo desejo e que tudo demanda

Lorena era uma professora de ensino fundamental aposentada cuja história foi marcada por fatos semelhantes aos fatos que vivenciou com Luíza. Perdeu sua mãe aos catorze anos, vítima de um aborto induzido. Ela e sua pequena irmã de quatro anos foram separadas e criadas por tias paternas pois o pai não quis permanecer com as filhas. Lorena refere uma vida difícil junto às tias, pois era muito exigida para um bom desempenho acadêmico, além de permanecer “presa em casa”. De seu único casamento teve três filhos: a primeira, uma menina natimorta; a segunda, uma filha que faleceu aos 32 anos; e o terceiro, o filho, único vivo, que residia em uma cidade próxima e tinha duas filhas adolescentes.

O fato apresentado logo após a primeira sessão, quando Lorena comunica, sem posicionar criticamente sua atitude, que Joana está iniciando atendimento com outra psicóloga simultaneamente, alertou-nos para a condição da menina ao nascer, dividida entre a mãe e a “outra”. A transferência mostrou-se de imediato como uma formação constituída na mesma condição, ou seja, na colocação em ação, por parte de Lorena, de uma fantasia de “tomar o filho da mãe para si”. O fracasso nessa operação parece não preocupar a Lorena, e a faz intensificar uma investida sedutora sobre sua condição de benfeitora de Joana, a fim de justificar todas as decisões que toma pela menina. Joana passa a dividir-se entre a psicóloga escolhida por Lorena, na contestação da lei que determinou a indicação da psicóloga, pelo juiz, para atendimento do caso. Assim, Joana permanece como a filha que nasceu sem ter sido desejada, entregue à “patroa-mãe-avó” como objeto de gozo e realização de desejo, em relação à mãe que permanece indiretamente reconhecida como mãe, ou seja, como a mãe clandestina, destituída

de autoridade. Ambas, Lorena e Luíza alternam-se nessa posição de assumir clandestinamente a parentalidade de Joana

4.6 O pai: a função de uma Lei inoperante

Vítor, o pai de Joana, foi excluído de sua vida. O casamento entre eles foi interrompido durante dez anos, quando ambos formaram novas famílias. A mãe chegou a ter um filho do segundo casamento. Ambos romperam o segundo casamento quando Luíza retorna a Vítor, tentando recomeçar a relação. O pai, ao falar sobre este período de sua vida, referia que os filhos estavam sem limite e agressivos, criticando Luíza por deixá-los “cheios de vontades”. Após um desentendimento com o filho maior, que levou Vítor a bater no menino, o casal desentendeu-se e Luíza abandonou-o, desta vez, grávida de Joana. Ambos faziam uso de bebidas alcoólicas, apesar de Vítor apresentar um quadro de dependência mais grave. No momento do atendimento de Joana, Vítor estava abstêmio de bebidas alcoólicas, voluntariamente, há cinco anos. Casou novamente e tinha uma filha de cinco anos. Sua atividade era diversificada entre pequenos trabalhos de construção civil e como empregado em uma residência aos fins-de-semana, como motorista particular. Vítor afirmava que após a decisão de tratar seu alcoolismo passou a valorizar sua presença junto aos filhos e a importância de sua história de vida. Relatou seu drama, por um lado reconhecendo-o no grau de sofrimento imposto e por outro legando seu estigma de impossibilitar o acesso ao pai. Diz que seu nascimento coincidiu com a morte de sua mãe, vivendo em parentes, sob a guarda do pai. Este apresentava problemas mentais e alcoolismo, vindo a suicidar-se com um tiro na boca, na sua presença, quando contava com dez anos de idade. Observamos em Vítor o interesse em assumir o lugar de pai na família e a impossibilidade constitutiva desta ordem, manifestada pelos

impedimentos que dizia sofrer por parte de Luíza, através da proibição de ver seus filhos. Fazia-o longe dela, na escola das crianças.

O interesse de Vítor em relação aos filhos decorria de um desejo de manter-se próximo a eles. Como não auxiliava Luíza com a manutenção da casa e dos filhos, não manifestava o interesse de assumir sua autoridade de pai. A última atitude que teve com seu filho, de agredi-lo em função de um desacato, desencadeou o rompimento do casal.

4.7 A busca de uma solução e o encontro com a morte na inoperância de uma Lei

Joana era uma menina de tez morenada, com longos cabelos lisos e claros e olhos azuis que lhe conferiam algo de belo ao seu semblante, cuja sinalização captamos no primeiro encontro. Mostrava-se silenciosa utilizando poucas palavras para manifestar-se. Movimentava as mãos manipulando seu corpo e tocando objetos que estavam disponíveis a ela. Nestes pequenos movimentos identificamos uma incidência significativa do corpo, nos gestos que descartam outras sensações possíveis. Na primeira sessão, revelou em uma frase a intensidade do conflito em que estava colocada:

“A mãe diz que vai matar a avó. Quer matar ela...”

Joana mostrava-se tensa, perplexa diante da constatação de um confronto entre sua mãe e Lorena. Tentou situar os motivos que desencadearam o conflito e indicou aquilo que considerava central na situação que vivia:

“Não entendo...antes elas eram amigas. Bem amigas. Moravam até juntas. Todo mundo dizia: Ah...não sei...que...Até desconfiavam delas. Não sei...Porque andavam sempre juntas (ri). Não sei...Que elas tinham um caso. É...um caso. Agora se separaram. Não querem olhar uma pra cara da outra.”

A revelação de um desejo de morte antecipou a revelação de um vínculo amoroso. Podemos traduzir esta seqüência de palavras como a repetição dos acontecimentos e atos que envolviam o relacionamento entre Lorena e Luíza, do nascimento de Joana que foi antecedido por um desejo de não desejo de um filho, ao posterior relacionamento entre as duas mulheres. As palavras de Joana revelam que a mãe quer matar a outra que a tomou como filha, e matá-la (a Joana) por conseqüência, uma vez que, as três formam um bloco vincular único. No momento em que nomeia o “caso” Joana está situando-se fora dele, fora da condição de objeto de gozo e visualizando a mãe e a companheira que chama de “avó” como um corpo sem divergências. Porém, e no mesmo momento, revela um reconhecimento indireto que nega a armadilha em que está presa, pois seu corpo é, também, o objeto de gozo, resultante dessa vinculação.

Luiza definiu como estranho e rejeitou a idéia de “um caso” entre ela e a patroa. Lorena, por sua vez, também rejeitou a denominação de “caso” para a relação que teve com Luíza, porém, concordou que viveu uma forte relação com sua empregada que incluía a freqüência a bailes e a existência de carícias entre elas, sem envolvimento mais íntimo. A ausência de evidências não trazia impedimentos para a constatação de uma relação de marca erótica entre elas, mesmo que nos apoiássemos nas afirmações da patroa sobre as preferências homossexuais de sua empregada. Neste aspecto, mantinham sua fidelidade ao compartilharem este segredo e dividirem o prazer de estarem uma com a outra.

A preocupação de Joana com a proporção do confronto entre sua mãe e Lorena era percebido pela sua tensão e silêncio. Além das palavras que colocaram em evidência as motivações do confronto, ela limitava-se a descrever os momentos de tensão e desencontro entre ela e a mãe. As visitas determinadas pelo juiz eram momentos intensamente esperados e temidos. A tensão diante do confronto apontava para a posição de Joana e para uma existência

que lhe foi negada, como divisora de Lorena e Luíza. A constatação da ausência da menina mobilizava a necessidade de sua presença - não reconhecida - e a frustração diante de uma posição imaginária de identificação com o objeto fálico materno, a mantinha presa em uma falsa triangulação. Diante da situação de disputa em presença na instituição judiciária a ameaça de simbolização pelo ordenamento que se inscrevia, gerava explosões de agressividade em palavras e gestos. Por parte de Lorena e provocação posta na resistência em entregar Joana nos dias e horários combinados e no desfrutar da tensão que o momento gerava. Joana vivia em seu corpo esta tensão.

Enquanto fala da agressividade da mãe e do afastamento dos irmãos, Joana prepara-se para um concurso de declamação e traz para a sessão uma poesia de sua escolha, que encerra a experiência que vive em seu momento:

“ Resumo de uma longa história

Quem visse aquela gaúcha

Nos tempos em que os homens

Mais empunhavam as armas

Do que cuidavam do lar

Quem visse aquela mulher

Sentada no alpendre

Tristonha a meditar

Mal saberia que fora

Uma prendada senhora

E nada mais era

Que uma viúva, a chorar

Seu sonho ganhou ventura

Casando com um fazendeiro

Moço rico prazenteiro

E unidos num amor profundo

Traçaram planos fagueiros

Sem pensar em mal algúrio

Que lhes reservava o mundo

Foram curtos os instantes

De felicidade e prazer

Pois o acerbo dos maus

Já lhes marcava o viver

Por compromissos políticos

De razão familiar

Nem bem casara o moço

Se tocou a pelear

Rompera as guerras nos campos

E lá se foram os varões

Pelear irmão contra irmão

*E no resumo da história
Que nem precisa alongar
Destruíram tantas vidas
Pra que?
Só pra deixar órfãos,
viúvas, mães sem filhos,
No abandono a penar
Isso são coisas da vida
Que Deus marcou para esta terra
Que seguem no tempo afora
Como ontem, como agora
Os homens fazendo guerra*

*Pela viuvez dessa moça
De tantos tempos atrás
Pelo martírio das viúvas
Que este mundo ainda faz*

*Homens, queimem as armas
Sufoquem as ambições
Criem amor nos corações
Para que o mundo viva em paz.”*

Através da poesia escolhida por Joana, identificamos a defesa da condição de desamparo diante de sucessivas mortes, que põe em evidência os suportes transgeracionais dos quais ela desconhece em sua extensão, e que pertencem à vida de ambas, Lorena e Luíza.

Traçamos o percurso metapsicopatológico do caso de Joana iniciando por seus enunciados acerca do confronto entre ela e a mãe. O acordo entre as duas mulheres teve início na gestação de Joana, quando sua mãe separou-se do marido e foi viver com uma mulher, com quem dividiu cuidados, mútuos e em relação aos filhos de ambas. Este acordo de união foi selado com o nascimento da menina que passou a ser representante do vínculo. A separação da dupla de mulheres revela ser uma luta impossível pois está fundada no pacto de criação desta criança tomada como *emblema narcísico*. Conforme define Aulagnier (1990a) o emblema narcísico responde ao sentido de existência da criança, ou seja, a resposta de vida e amor. Será o significante da demanda, graças ao qual o sujeito poderá representar-se como objeto de desejo do Outro e, portanto, como objeto de seu próprio desejo. Assim, essa menina representa o início de uma relação e está para ela na sua função de fantasia de desejo, ou seja, como desejo realizado. A tensão mantida constantemente na disputa pela “posse do corpo da criança” traz a tona o sofrimento pela coerção pronunciada como princípio de vinculação e consentida na ação e na reversibilidade das trocas entre elas. Como exemplo destas trocas podemos citar o período de seis meses em que Luíza permaneceu atendendo os netos de Lorena, após a morte de sua filha. Aqui localizamos a afirmação de Lacan (1998) de que o gozo, na condição de perverso, faz-se parte de uma busca perseguida e julgada possível pelos dois pólos de uma dupla.

Na constituição originária de Joana encontramos Lorena, chamada por ela de “avó” - que não é uma avó mas está no lugar de uma avó - e Luíza, a mãe que é a mãe que confunde seu lugar de mãe com o de filha, ao deixar a filha com Lorena e dar-lhe a autoridade de uma mãe (cuja função fica determinada pela sua nomeação de “avó”). O pai como designação simbólica

permanece mediado pela ambigüidade da relação entre Lorena e Luíza. Na vida de Lorena, encontramos uma relação conjugal marcada pela complacência e inoperância do marido como pai, e na vida de Luíza, o rompimento com o marido, o impedimento de oferecer a filha para ser reconhecida por ele, e a falta de reconhecimento de sua própria filiação pelo pai genitor, avô de Joana. Impossibilitada de simbolizar o significante da falta do Outro, Joana mantém o desmentido em uma existência equivocada. Qual a saída para Joana?

A resposta a esta pergunta não poderia surgir fora da via da transferência. Em uma das sessões, Joana traz seu caderno escolar e mostra uma redação que fez com palavras sorteadas pela professora. As palavras ficaram reunidas na seguinte história, descrita através de nossas palavras: Um homem recebe um castigo após ter participado de um jogo e vai para uma prisão. Passa todo o tempo pensando como fará para fugir. Decide cavar um túnel planejando chegar ao lado de fora da prisão. A vivência da fuga é descrita intensamente por Joana. “Ele cava, cava, e não consegue encontrar a saída. No outro dia volta a cavar. Até que o túnel fica muito profundo. Ele morre ali, sem conseguir encontrar a saída”.

Nossa escuta, a partir deste enunciado remetia a condição de Joana junto a relação com a mãe e a “avó”, de uma clausura representada pela prisão. A menina reconhecia a impossibilidade de uma saída pela via da palavra e apontava para o desespero de uma fuga frustrada e o confronto com a morte, ou seja, com a causa de sua existência como sujeito. Durante o atendimento nos voltamos a esta busca árdua e frustrada de uma saída, que não se apresenta. A mãe de Joana dizia ser derrubados pela lei que não reconhecia sua autoridade como mãe, e Joana revelava que sua existência estava soterrada na inoperância de uma lei que a constituía como sujeito de desejo. A Lei do desejo na sua anterioridade e existência permite a

existência da lei jurídica como já observamos na revelação de Antígona⁶. Luíza não dava conta do desejo por Joana, assim como Lorena que a mantinha na posição da filha perdida. Assumindo a representação do objeto *a*, posto na enunciação de uma narrativa organizada com palavras “sorteadas”, foi possível designar a instância do gozo neste lugar de encontro com a morte.

4.8 Testemunha de uma enunciação

Ao revelar o “caso” entre Lorena e Luíza, Joana volta seu olhar em minha direção na busca de uma sustentação para esta demanda. Mantido na desmentida (*Verneinung*), o vínculo entre Luíza e Lorena passava a ser possível de uma designação, com o testemunho de Joana. A resposta surgiu da escuta psicanalítica pela assunção a esta posição na relação transferencial. Tomando o sintoma junto ao paciente preenchemos o vazio que não permitia ativar-se e, no confronto com seu conteúdo - a existência ou não do caso entre Lorena e Luíza – abrimos a possibilidade, mesmo que enganadora, de manter ativo o processo.

Das representações inaugurais ao lugar das identificações imaginárias traçamos o tempo da criança. Como testemunha do vínculo somos o terceiro olhar, que torna possível romper o primeiro registro relacional, possibilitar a abertura para os sentidos existentes na relação e para novos sentidos. Tivemos acesso à forma como estes sentidos se apresentavam na especificidade do ato psicanalítico.

⁶ Ver página 18-19.

4.9 Um corpo inteiro reduzido a um objeto

Em sessão, Joana referia-se a Lorena como “avó” e repetia frases assumindo-as como idéias suas:

“Quero ficar na casa da avó porque na casa da avó eu vou ter mais futuro. Ela falou que é para eu dizer o que eu penso, não é para... não para pensar... é pra eu pensar só em mim. Ter pena da mãe...ou ter pena dela. Devo pensar o que é melhor para mim.”

Repetindo as palavras de Lorena como palavras suas - *“Quero ficar na casa da avó”* – Joana traduzia um desejo seu, de mesmo valor que o desejo de ficar na casa da mãe. O fato de estar sob a guarda de Lorena agregava o compromisso de uma decisão judicial, que determinava a melhor condição para ela, ou seja, carregava essa significância. Na tentativa de adotar essa idéia, Joana imitava o valor da decisão *“...porque...vou ter mais futuro...”* . O “futuro” aqui situava, ilusoriamente, uma vida economicamente melhor, não compatível com os rendimentos limitados de Lorena, que investia tudo o que recebia com a menina. Na escola particular, nas roupas, no transporte, Lorena depositava a ilusão de uma permanência de Joana ao seu lado. A casa onde residiam ficava isolada em um bairro distante, que exigia longa caminhada de acesso ao transporte público. Mesmo com tantas dificuldades, a menina e a senhora viviam em melhores condições que a mãe, na época em que ocorreu o rompimento. No decorrer do período de tratamento de Joana, a mãe investiu em uma nova residência em local valorizado. O futuro na ordem de uma identificação ao projeto (Aulagnier, 1990 a), como ponte de passagem de uma identificação pré-genital para uma identificação pós-edípica estava investido por Lorena e identificado por Joana como uma possibilidade de uma ruptura, mesmo que falsa, de um estado anterior de constituir-se instrumento privilegiado de prazer da mãe.

Ao vacilar na expressão que *“não é para... não para pensar...é para eu pensar só em mim”* Joana revela o excesso de violência e o abuso de poder dos enunciados que a precederam, como aponta Aulagnier (1977) e que a faz repetir “sem pensar”. Por outro lado, ao posicionar-se que “deve” dizer o que pensa e “pensar” o que é melhor situa o paradoxo e a ilusão, de sustentação em um identifiante de suplência ao desejo materno. Tanto Lorena quanto Luíza buscavam satisfação na oferta-busca de um futuro economicamente melhor. Em Luíza situamos o desejo de receber condições financeiras melhores associado ao desejo de um pai – em realidade do pai que vivia em condições financeiras melhores; em Lorena, encontramos a busca de uma compensação à perda de duas filhas e a oferta de “ser tudo” e “tudo demandar”. Sustentada no dispositivo de suplência ao objeto de desejo materno Joana assume um lugar imaginário de ser e ter o objeto de desejo materno.

Nesta sessão em que Joana fala dos benefícios de ficar morando com Lorena, mantém um longo silêncio. Olha para os dedos e brinca com eles. Mexe no anel e esfrega-o no friso da calça. Tira do bolso bolinhas de vidro e brinca com elas em sua perna. Pergunto-lhe se gosta deste brinquedo.

“Sim, jogamos na escola. Tem um monte de buracos lá...É...agora que eu tenho as minhas bolitas. Minha colega pegava as bolitas do irmão dela pra gente jogar. Essas grandes eu tenho lá de casa. O avô comprava por causa do gato. Ele jogava pro gato pegar.”

Brinca com as bolinhas em suas mãos. Estende a mão e prende uma das bolinhas na palma da mão, entre os dedos. Vira a mão, expondo o lado que nada mostra, e escondendo a palma da mão que retém a bolinha. Tenta colocar mais uma bolinha ao lado daquela que está presa, e mais uma. As bolinhas caem de sua mão, todas de uma vez. Repete este brinquedo mais algumas vezes. Desiste e recolhe as bolinhas em seu bolso.

Acompanho seu jogo atenta ao seu propósito de manter as bolinhas presas entre seus dedos esticados e sustentá-las todas juntas, além de escondê-las, de forma que parecessem que não estavam lá. A imagem que pude reter deste jogo era uma sustentação impossível, posta em ato e fracassada diante da tentativa de mantê-la oculta. Penso em Joana, sustentada por Lorena e Luíza num ponto que não dá conta de sua função, por insistir em ser sustentada de forma inversa. A palma da mão sustenta as bolinhas e deixa-as sem sustentação ao ser invertida. Esta cena insiste em manter-se viva.

Joana traz neste momento a situação de seu irmão que está em conflito com a esposa:

“A esposa de meu irmão foi embora...A primeira mora no interior, essa é a segunda. Eles estavam sempre brigando porque ele só queria sair e ela não deixava...Eles passam o tempo brigando. Ele não queria sair com ela. Agora ele pode fazer o que quiser.”

Nesta seqüência que associa a expressão lúdica com a constatação da falta de sustentação da relação conjugal do irmão identificamos a tentativa de Joana de situar o significante da falta, que marca a diferença e sustenta a relação. Nossa escuta de Joana de seu brinquedo de prender bolinhas na palma da mão e escondê-las nos leva a engendrar um sentido de ser sustentada entre Lorena e a mãe, no mais-gozar da experiência analítica. Este mais-gozar corresponde ao montante de tensão permanentemente erogeneizada e descarregada, que se configura na relação transferencial, primeiramente, em momentos em que nosso saber situa-se fora de uma possibilidade simbólica, e posteriormente, na apresentação de um signo que poderá constituir-se num acontecimento significativo. Presa a uma relação que não pode se “aparecer”, que existe na desmentida ou no desengano da existência de sua mãe, Joana mantém a condição de ser-ter, deixando aparecer no fracasso desse gozo a impossibilidade de situar este significante. Joana revela que nem sua mãe, nem Lorena se ocupam dela; a primeira por deixá-

la à disposição de Lorena, e a segunda por ser seduzida e mantê-la na cumplicidade. O rompimento pode dar-lhe a possibilidade de entregar-se a “fazer o quiser”, na busca incessante do gozo do Outro (a suprema liberdade).

No brinquedo de prender bolinhas mostra que é aí que se instaura o gozo, na busca incessante de uma sustentação-prisão desmentida e no fracasso de sua vigência. O fracasso não opera como um corte, apenas localiza o gozo perverso que eleva-se a uma tensão máxima até consumir-se na realização de uma liberdade possível e total.

Quando definimos a situação de Joana como a de “um corpo inteiro reduzido a um objeto” nos referimos à colocação em prática da fantasia de ser gozo do Outro, na relação entre Lorena e Luíza. Através do atendimento à Joana pudemos identificar a condição de uma exterioridade admirada pela beleza que desperta e que se desliga do todo, constituído a partir deste limite, na categoria de gozo do Outro.

A exterioridade da beleza de Joana respondia a interioridade de um lugar vazio que necessitava ser coberto ou camuflado. Podemos ainda situar este interior pela forma como Joana fala da irmã morta que não chegou a conhecer. Entre as marcas que as aproximam situa o mês de nascimento. Sabe que nasceu no mesmo mês que a irmã Jeane com a diferença de alguns dias e diz que está no lugar da irmã.

“A minha irmã se chamava Jeane. Ela nasceu no mesmo mês que eu...com diferença de uns dias. Ela morreu e depois eu nasci. Pra ficar no lugar dela.”

Tomar o lugar da irmã implica na assunção de um ponto de suspensão morto, revivido na “diferença de uns dias”. Com esse referencial Joana situa porque a busca da saída leva à agonia de uma morte: na abordagem de seu ser “gozo supremo de vida”, o encontro com a origem no “gozo supremo de morte”.

Constatamos com o caso de Joana que o desejo de um filho sustentado em mortes anteriores, de filhos que tiveram sua existência interrompida, acarreta na criança uma impossibilidade de investimento em um futuro diferenciado deste a que está presa. O acolhimento da criança que inclui, inconscientemente, um investimento narcísico de vida e desejo por este filho, agrega, da mesma forma um investimento de morte, ou de não desejo pelo filho. Este vem a ser um fator de enquistamento de aspectos formadores da potencialidade psicótica na criança.

4.10 A inoperância de uma Lei na função de uma intervenção na lei:

Início a exposição metapsicológica do caso Joana pela retomada de seu momento, de ingresso na vigência de uma lei, ou processo judicial, e o confronto com a inoperância da Lei interna de uma função paterna.

O atendimento em uma instituição judicial acarreta efeitos inegáveis na intervenção do caso, e portanto, será primeiramente focado. O caso Joana retrata um tipo específico de vinculação que escapa ao padrão de disputa matrimonial presente nas varas de família, e situa a relação entre pares – de mesmo sexo. Neste caso, em especial, não havia um reconhecimento da condição de um caso amoroso entre as duas mulheres envolvidas, o que ocasionou o borramento da forma inicial do processo e finalizou com a sua colocação em um espaço jurídico marginal ou impróprio. O ingresso via Ministério Público, no juizado da infância e juventude de um processo de destituição do pátrio poder encobria uma conflitiva amorosa entre duas mulheres pela posse de uma criança. A desmentida do “caso”, mesmo que nomeado pela criança-testemunha não autorizava sua colocação em sentido, permanecendo no imaginário de uma relação de “grande família”. Neste ponto, podemos situar a importância do psicólogo,

identificado com a situação psicanalítica de tratamento, no trabalho transdisciplinar de engendrar sentidos aos impasses que desembocam nos juizados e varas cíveis. Neste caso, criou-se uma inoperância da lei judicial que repetia a inoperância da Lei paterna, estruturante das relações familiares e dos sujeitos que a constituem.

No caso Joana podemos situar judicialmente o conflito a partir do ECA, em seu artigo 21: “O pátrio poder será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, ...”. Luíza dividia sua autoridade parental com Lorena mantendo em negativo a ligação amorosa que sustentava o pacto vincular de assumir Joana como filha. No plano simbólico este fato não se constituía como representável, permanecendo sua existência em negativo. A colocação da situação na esfera pública, manteve-se equivocada, pois o pedido de suspensão do pátrio poder apontava Luíza como incapaz de atender a filha, por abuso de bebidas alcoólicas. Esta condição, entretanto, não se apresentava como impeditiva, pois Luíza não apresentava alterações de conduta que a impedissem de atender sua filha. Nos momentos em que estava alcoolizada ficava queixosa e acusatória em relação à Lorena. Portanto, a procura de uma instância judicial visava a busca de um reconhecimento, da relação entre as duas mulheres e da filha que era fruto dessa relação. A reciprocidade dos três sujeitos da relação não permitia a mobilidade pela palavra. O corpo de Joana é que serve de veículo. Ao ser retirado do embuste, necessitava de uma palavra que preenchesse o vazio de sua existência. Joana pode significar a relação na busca de uma liberdade e no encontro com a morte. Lorena mostrava-se imobilizada e Luíza, degradada.

Ao tornar público o problema, e ser equivocadamente reconhecido como um caso de pedido de suspensão do pátrio poder de uma mãe supostamente inoperante, intensificou-se o conflito entre a dupla de mulheres. Podemos compreender o incremento da agressividade pelo mal sucedido encontro onde um vínculo constituído na clandestinidade é tratado de forma

equivocada, ou seja, como sendo o que não é. Repetia, assim, sua condição de origem, de ser uma relação patroa-empregada, que encobria uma condição afetiva de outra ordem e clandestina. A lei do direito, na sua pretensão de dar conta da lei interna de uma função paterna, falhou na função de dar sentido a esta cena imaginária. A possibilidade de existência para Joana, sua subjetividade, exigia a nomeação de seu lugar.

A Lei ordenadora, ao operar como *objeto de ódio*, antes de ser a instância proibidora, revela o engano materno, desta constituir-se para a criança no poder absoluto de vida e morte, de tudo desejar e tudo demandar. Ao encarnar o *ódio pelo ódio* (ou, aquilo que não podia ser dito por não ser dizível) a Lei interdita e nomeia, ou seja, se coloca como *objeto de ódio*. Ao interditar e nomear, a Lei interna anuncia outros reconhecimentos, como o da diferença dos sexos, o da existência de um *exterior a si*, o da finitude pela morte. Ao oferecer-se para interdição, a Lei dá sentido ao desejo de morte e desejo de assassinato (do pai, como representante desta Lei).

A decisão judicial de determinar a guarda da menina para Lorena tornou o impasse mais acirrado, pois intensificou as resistências de Lorena e a sedução de Joana para permanecer em sua companhia. Joana permanecia com Lorena, como objeto a seduzir, fora da interdição de seu engano como “quem tudo deseja e tudo demanda”. Como consequência, as determinações judiciais de visitação não eram seguidas pela dupla Lorena e Joana. Para justificar a transgressão das normas de convivência, diziam que Joana necessitava manter suas atividades de lazer, como a participação em concursos folclóricos e de beleza. O rompimento da relação entre as duas mulheres e a permanência de Joana com Lorena empurrou Luíza para o lugar do corpo sem existência. Ao romper o vínculo ao qual podemos atribuir um tom incestuoso, Luíza caiu na clandestinidade. A culpa inconsciente pelo desejo incestuoso determina o cumprimento de uma pena. Luíza corria o risco de pagar com a perda da filha, ao perde-la para Lorena. O

caso Joana exigia uma abordagem transdisciplinar que desse conta de equívocos de duas ordens: primeiro, decorria da identidade do vínculo entre Lorena e Luíza, que existia a partir de uma desmentida; o segundo, das implicações jurídicas dessa condição vincular, que não encontrou representabilidade legal.

Tomamos o caso de Joana, inicialmente, desviando da possibilidade interpretativa da situação, nos colocando à disposição de uma produção de sentido momentânea. As sessões de Joana eram tensas e silenciosas e nos remetiam a situações experimentadas em observação de bebês, em que as expressões corporais dominavam. O sentido do corpo se antecipava a qualquer palavra e a escuta psicanalítica era movida pela necessidade de restabelecer significantes e manter a situação transferencial. A revelação por Joana, do caso entre a mãe e Lorena e sua nomeação em sessões individuais com Lorena e Luíza definiu os rumos do tratamento. Inicialmente, Lorena manteve a posição da desmentida, no reconhecimento da existência de um vínculo entre elas “...eu era tudo para ela” e na recusa deste reconhecimento de desejos amorosos. Luíza nada comentou, sem recusar nem admitir a externalização dessa condição assumiu o desejo pela filha. A diferença que marcou a nomeação desta condição de vínculo surgiu com a mudança de Luíza através do reconhecimento da sua história ao lado de Lorena e da abertura para um acordo em relação a permanência da menina com ambas.

Lorena não aceitou qualquer abertura e verbalizou que sentiu-se prejudicada com a intervenção. O prejuízo poderia ser entendido pela ameaça de deixar de “ser tudo” e perder “tudo”. No uso de uma lei equivocada, Lorena tentou manter seu poder, através da sedução de seus signatários. Queixas policiais, procura pelo Conselho Tutelar, entre outras tentativas de manter afastada a intervenção de uma lei operante. Como resultado, o processo de Joana foi transferido para uma vara de família e reconhecido seu equívoco. Ou o processo dava conta

dessa condição originária de uma relação estável entre Lorena e Luíza, ou deixava de existir como possível de legalizar-se.

Luíza procura a psicóloga e diz para sua filha que deseja mantê-la consigo, mesmo que ela tenha que conviver com sua ex-patroa. Este foi o ponto de virada do caso de Joana. A mãe, reconhecendo o vínculo com sua parceira, passa a fazer conexão entre morte e sucessão e assume o desejo sobre a filha. Pede uma sessão com Joana e diz a ela que não a entregará para adoção e que não abrirá mão de ser sua mãe. Diz para a filha que sente-se uma pessoa com mais dignidade e quer que Joana reconheça que é uma filha desejada.

Nessa sessão, Luíza lembra de seu pai. Afirma que gostaria de convidá-lo para conhecer sua casa, pois somente agora, sente-se em condições de recebê-lo. Conta que ouviu de Joana uma nova afirmação: *“Se o Juiz determinar que devo ficar com a mãe, eu fico. Não vou pedir.”* Estas palavras foram entendidas por Luíza como a aceitação de uma lei, que antes era constantemente transgredida, no conluio que se estabeleceu entre ela e Lorena.

A experiência clínica do caso Joana, nos indicou um processo identificatório marcado por :

1. O desejo de duas mulheres de ter um bebê, constituiu-se na forma de um reflexo de dois. Em cada uma delas, o bebê que estava por vir representava o apoio de proteção ao efeito das perdas de outros filhos. A *sombra falada* pela mãe, que antecipa o lugar psíquico da criança foi investida em Joana pelo retorno do desejo de um filho da mãe, condição que caiu na renegação devido a falha no recalçamento da condição posterior, de desejo por um filho do pai. A mãe de Joana mantinha a condição de filha não reconhecida pelo seu pai genitor, apesar de ser conhecida por ele. Atribuía-se o estigma de “bastarda”, ou filha não legitimada. Situamos neste primeiro momento a condição de um acolhimento com reconhecimento, enquanto negação do acolhimento.

2. O registro originário de um “desejo de filho” dirigido à mãe foi *posto em cena* (figurado) na vida de Joana pela atribuição da maternidade compartilhada entre mãe e a “avó”. Como fenômeno do representável, as produções do originário associam-se aos fenômenos figuráveis e pensáveis, uma vez que se constituem seus representantes. O corpo de Joana fica investido da ilusão de que equivale a uma satisfação do Eu com um desejo inconsciente, porém, desprovido de uma força de recalque e mantido na desmentida. A mãe assumiu o desejo por Joana juntamente com a “avó”. A atribuição vinha a configurar a condição de renegação da falta de um pai. O pai de Joana era mantido na condição clandestina, participando do jogo estabelecido pela mãe.

3. Joana passou a identificar-se, por meio de uma cena do processo secundário da mãe que primava por estas marcas libidinais de um atributo paterno não reconhecido como tal. Em Luíza figurava uma paternidade que não reconhecia uma filiação, permanecendo o atributo paterno como um enunciado falso (o pai que não é pai) ou ilegal (clandestino), da filha bastarda.

4. O traço materno de “desejo de um filho” dirigido ao pai, fica como um desejo impedido ou possível na clandestinidade. Permanece sua marca precoce de um “desejo de um filho da mãe” que retorna de outro tempo e lugar, pelo fracasso de sua preclusão do espaço que compreende o primário-secundário. Podemos incluir aqui, um fracasso ocasionado pela impossibilidade de colocação desse desejo em um espaço *exterior a si* (ser *desejada pelo pai*) e na manutenção do mesmo desejo (retorno para o ser *desejada pela mãe*). O desejo de um filho do pai fica figurado como uma ilusão e o Eu se converte em objeto de uma apropriação que lhe está interdita.

5. No protótipo edípico, objeto corporal erogeneizado do corpo materno de *outro lugar* - Lorena - é seu reflexo e um apêndice, cuja relação privilegiada, Joana compartilhava. O objeto de desejo materno vinha a ser uma relação que não permitia a exclusividade em outro lugar.

6. Como objeto fantasiado deste mesmo corpo materno, o Eu vem a ser um mesmo especular que também se converte em objeto de catexização por parte da psique. Como consequência, Joana estava contida no ato união mãe-“avó”, e seu corpo permanecia como meio de gozo.

7. O ingresso na instituição jurídica marcou a inclusão de uma lei, a princípio equivocada, como era a lei que mantinha a relação as duas mulheres e Joana. A partir da intervenção psicológica, caracterizada pela situação psicanalítica de tratamento, e assunção do analista de fazer-se significativo para a possibilidade de surgimento de novos sentidos, outros rumos seguiram-se para Joana. Estes rumos incluíam a reconsideração do caso pela instância judicial.

Por um lado Joana denunciava essa aliança que a mantinha sem direito a decidir sobre sua permanência ou mudança. Era o personagem do presidiário que em sua redação escolar, enunciava a experiência de clausura, desejo de libertação e a inviabilidade de uma saída com vida. Por outro lado, Joana carregava em seu corpo, como algo estranho a si, esse excedente de tensão impossível de ser assimilada, em uma alergia de pele que a deixava cheia de bolinhas em todo o corpo, principalmente nos dias quentes, pela exposição ao sol. Ao falar desse problema de pele, identificava sua mãe: *“É o mesmo problema que minha mãe e meus irmãos têm”*. Esta alergia de pele contrasta com a atividade que mais valorizava, que era participar de concursos de beleza e chegar à final ou vencer como a qualificação de “mais bela”. Joana deixa transparecer na sua alergia que seu corpo era atingido por uma violência constitutiva. Um excedente de tensão que refletia o submetimento ao jogo especular do par de mulheres,

submetimento este que garantia sua condição de filha e sua permanência. No gozo dessa tensão, Joana unia o cuidado de Lorena preocupada em manter sua beleza para inscreve-la em concursos, e Luíza como referência identificatória.

Outra condição presente em Joana, decorria do borramento da significação da Lei paterna, diante do rompimento da mãe com seu pai. Ficava estabelecida, desta forma, a possibilidade de satisfação plena da mãe pela criança, na desmentida da assunção da castração através da manutenção de um estado de pleno êxtase pela admiração de sua beleza. A autoridade do pai, não reconhecida mesmo que mantida como desejo estava mediada pelo constante desafio de ser o “falo” materno e de, simultaneamente, fechar-se na impossibilidade de representá-lo. Assim, Joana perseguia a fantasia do reconhecimento máximo de sua beleza e o fracasso de realizá-la, diante do aparecimento de sua alergia de pele. O mesmo objeto de fascínio, tornava-se para si própria o objeto destruidor.

Transferencialmente jogada na condição de reconhecimento da beleza de Joana sou seduzida pela sua necessidade de participação em todos os momentos sociais que acarretavam a admiração de sua beleza. Em um momento do tratamento, fui solicitada a intervir numa destas situações. Ocorreu que Joana faria uma apresentação na escola e os ensaios ocorreriam em dois dias da semana, um deles, coincidindo com o dia de sua sessão. Orientada por Miriam, Joana levou para a sessão um atestado da escola solicitando que comparecesse aos ensaios, o que acarretaria na falta ao tratamento. Oportunamente, abordamos sua necessidade de figuração como imprescindível para sua existência. Joana concordou em manter suas sessões e ir a um dos ensaios semanais, mantendo a possibilidade de participar do espetáculo. Para reforçar a necessidade foi necessário telefonar para a escola a fim de esclarecer a questão. Fui informada pela diretora que Lorena havia solicitado o atestado alegando da importância de Joana participar do evento. Compreendia a posição em que Joana era colocada por Lorena num

espaço que garantia o reconhecimento da Lei, representado transferencialmente pela presença nas sessões e, simultaneamente, pela contestação desta Lei, em jogo com sedução, na virtude da beleza.

O caso Joana apresenta uma situação imbricada naquilo que Freud (1905/1972) referiu nos Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, como uma relação dialética com a neurose, porém, na negatividade. A neurose como “o negativo da perversão” enfatiza a primazia da pulsão parcial e sua organização em um desvio, neste caso, com um objeto.

O rompimento do processo de alienação em que Joana estava envolvida dependia do esforço da mãe em assumir sua condição diante de Lorena e de assumir o investimento no desejo de um filho. A possibilidade de uma saída para Joana dependia deste reconhecimento materno de uma Lei que desse suporte ao seu projeto identificatório. A modificação da parte alienada, a mãe de Joana, abria a possibilidade de uma mediação entre as duas mulheres que permitisse a saída da menina deste espaço psíquico de aprisionamento em um emblema identificatório. O atendimento de Joana foi interrompido por Lorena, a partir destas mudanças de Luíza.

Posteriormente, Joana foi retirada da casa de Lorena através de um mandato judicial, sob protestos dessa, que resistiu escondendo-se com a menina em casa. Joana aceitou a decisão e permaneceu junto à mãe e os irmãos, mantendo contatos telefônicos diários com Lorena e retomando seu tratamento. Luíza mostrou-se tolerante ao fato da filha manter contatos com Lorena, assim como reconheceu os sentimentos entre ambas. Revelou uma correspondência escrita por Lorena diante do primeiro momento de ruptura entre elas. Nessa carta Lorena fala dos encontros entre elas, no apartamento que ela mantinha na capital. Eram encontros semanais entre as três: Lorena, Luíza e Joana que tinham o objetivo de abrandar o afastamento de Luíza que trabalhava durante a semana na capital, enquanto a filha morava com Lorena, no

interior. Na carta Lorena revela seus sentimentos em relação à Luíza e a importância dessa convivência para ela, como uma questão de vida, ou seja, de sobrevivência.

CAPÍTULO V

ENTRE O SOL E A LUA:

A CRIANÇA DISPUTADA NA SEPARAÇÃO DO CASAL

As questões que envolvem a separação conjugal e a disputa pela guarda por um filho receberam atenção especial nas décadas de setenta e oitenta com a publicação de pesquisas sobre as conseqüências do divórcio para o desenvolvimento e adaptação dos filhos. A questão sobre novos arranjos familiares foi intensamente abordada na tentativa de identificar fatores de risco para desajustes e desadaptações nos filhos. Ao tratar da questão de forma inversa, ou seja, buscando a singularidade de cada caso, no lugar da generalização de resultados, buscamos uma outra face da investigação que priorize a posição identificatória na relação com pai e mãe, para chegarmos “ao interesse superior da criança”.

Nos Estados Unidos, a guarda de filhos têm recebido atenção dos órgãos governamentais com disponibilização de um site na internet para informações e discussões específicas sobre o tema (www.childcustody911.com). Muitas pesquisas empíricas com famílias pós-divórcio têm sido utilizadas para definir o que pode ser compreendido por “interesse superior da criança”. A interpretação desta frase pode circular desde a prioridade de considerar o interesse consciente da criança por um ou outro pai, até a qualificação jurídica daquilo “que pode ser”, ou seja, de “uma pretensão baseada” na prioridade da condição infantil. Ao tentarmos situar a “base” daquilo que é único ou vital para a criança que enfrenta uma disputa entre pais voltamos nossa atenção para a referência da ética e dos valores que a família pactua e que serve de fundamento na sua vinculação com o social. O melhor para a criança passa pelo valor ético familiar, em

acordo ou não com a demanda social e referência na passagem de uma identificação pré-genital para uma identificação pós-edípica.

A questão sobre a escolha de um dos genitores para permanecer com os filhos, mesmo contando com a possibilidade de uma guarda compartilhada, deve ser tratada conjuntamente com os dois genitores. A dissolução do vínculo conjugal acarreta influências na convivência entre pais e filhos que se estendem por até seis anos após a separação. Os problemas não se concentram no filho em relação ao progenitor que está afastado e reside em outro lugar; a convivência com o progenitor que detém a guarda tem se revelado difícil. Um estudo longitudinal com famílias monoparentais, constituídas pela mãe que detém a guarda dos filhos após o divórcio encontrou que estas mães faziam demandas menos maduras aos filhos, tinham pouca comunicação entre com eles, menor afetividade, mais inconsistência e menor controle efetivo sobre seus filhos que mães casadas (Emery & Forehand, 1996). O estudo apontou para um aumento das dificuldades das mães com os filhos no primeiro ano após o divórcio e para uma estabilização em relação à afetividade, somente após seis anos. Mesmo assim, em relação às mães casadas, as mães divorciadas que mantinham a guarda de seus filhos continuavam mais negativas e menos efetivas na disciplina, principalmente dos meninos. As dificuldades pós-divórcio decorrem tanto de problemas psicopatológicos prévios dos pais quanto posteriores à separação. Os mesmos autores apontam o alcoolismo e a esquizofrenia como fatores que aumentam o risco de divórcio, e os sintomas mais brandos como a ansiedade e a depressão, parcialmente, como consequência da separação.

A questão do contato entre pais e filhos está associada às dificuldades encontradas pelas famílias monoparentais, principalmente de única mãe, quanto à administração e educação dos filhos. Emery e Forehand (1996) citam um estudo realizado entre 1987-88 com famílias monoparentais que apontou 18,2% de ausência de contato com filhos no último ano, para pais

que não matinham a guarda do filho (geralmente o pai), e 13,6 % de pais que haviam estado com seus filhos uma vez neste período. Apenas 12% destes pais viam seus filhos semanalmente. Dos estudos analisados permanece a estimativa de que um terço das crianças vêem seus pais duas vezes ao ano e somente um quarto mantém contato semanal. Como fatores que influenciam para este distanciamento, foram citados: o nível sócio-econômico baixo e a distância entre as residências do pai e da mãe. Entendemos que a questão do distanciamento deve ser avaliada em relação à disponibilidade dos genitores nos encontros que dispõe com os filhos. Muitas vezes, os encontros são formais e atendem à determinação judicial. Constatamos que para estes pais que apresentam mais dificuldade de manter o prazer com a companhia dos filhos, a maior distância temporal entre os encontros influencia negativamente; por outro lado, para aqueles pais que conseguem manter um maior envolvimento com o filho, o fator tempo não apresenta uma interferência tão significativa.

A importância do conflito conjugal e familiar decorrente da separação afeta os filhos e de forma mais evidente, nas crianças maiores. O clássico estudo de Wallerstein e Kelly (1980) com filhos de pais separados durante o período de dez anos apontou que as crianças mais velhas consideravam a separação dos pais como o evento central de sua infância, não ocorrendo o mesmo com as crianças menores. Um estudo comparativo com famílias que receberam atendimento clínico (Peck & Manocherian, 1995) mostrou que o conflito familiar consistia no único preditor de ajustamento insuficiente nos filhos.

As separações conjugais nem sempre geram litígios. A presença de divergência diante de uma separação conjugal foi constatada em cinquenta por cento dos casos, e desses, vinte e cinco por cento apresentavam disputas mais intensas (Ahrns, 1981). Na instituição jurídica onde o presente estudo foi realizado, constatamos que trinta por cento das separações correspondem a litígios que envolvem impasses em relação aos filhos (Levantamento realizado

em 21.08.2001). Alguns desses processos ocorrem durante o período de separação e outros posteriormente, por solicitação do pai que deseja intensificar o contato com seus filhos.

No caso de casais que estão tratando da separação e que passam por uma fase inicial de rompimentos e ausência de definições, observamos que as crianças enfrentam maiores riscos do ponto de vista de seu desenvolvimento emocional. Constatamos que as crianças, envolvidas com a separação litigiosa dos pais enfrentam sentimentos depressivos, problemas escolares e de conduta. A busca prematura de advogados e ingresso em instância jurídica tende a intensificar o conflito pois torna pública a crise familiar. A extensão da crise pode gerar disfunções importantes diante da exclusão de um dos progenitores. As crianças mais velhas tendem a ser questionadas pelos pais a assumirem uma posição em relação ao conflito e manifestarem-se a favor de um dos pais. Nas crianças menores observamos expressões de medo e ansiedade decorrentes da tensão diante das visitas, mais especificamente, no momento de afastamento de um dos pais.

A abordagem dos casos de litígio tem sido realizada pela técnica da mediação, com resultados que atendem ao objetivo de estabelecer acordos explícitos entre o casal. Entretanto, sabemos que os acordos explícitos dão conta dos conteúdos dos conflitos, não impedindo que a função condicionada a forma como estão estruturados, se efetue. Como consequência, os filhos permanecem como foco do conflito entre os pais e permanecem sendo tratados como objeto de uso e troca (Emery & Forehand, 1996). A criança que enfrenta uma crise familiar deste tipo é mobilizada em relação aos seus sentimentos pelos pais, condição que reflete diretamente no seu psiquismo e processos evolutivos. Na busca de uma compreensão desse movimento interno imposto à criança empreendemos esta investigação psicanalítica

A pesquisa empírica visa o nomotético através da observação direta, e dá o pano de fundo para que possamos dirigir nosso interesse em questões específicas que traduzem o mais

singular de cada caso. A psicanálise, através da pesquisa psicanalítica vai ao encontro da singularidade do sujeito na busca de um resgate que possibilite novas hipóteses e caminhos sobre o tema. Para este resgate, busca seus dados na observação indireta das manifestações verbais e não verbais, a partir da relação significativa que se estabelece entre o paciente e o analista, na transferência.

Neste estudo, não objetivamos dar conta de soluções para os impasses dos casais em litígio, mas direcionamos nossa investigação para a compreensão da posição subjetiva destas crianças e da forma como se organizam diante do fato. Como efeito do ponto de tensão da crise, as crianças elaboram alternativas para o impasse, uma vez que optam, na maioria das vezes pela permanência junto aos pais ou próxima de ambos. As manifestações em favor de um ou outro pai são circunstanciais quando inexistente abuso ou violência familiar. Do contrário, a criança manifestará a dura realidade que vive. Ao apresentarmos o caso, direcionamos nosso interesse para os enunciados de uma posição identificatória e os desígnios, internos e externos que favorecem ou não a autonomia da criança.

Ao definirmos o termo posição identificatória, tomamos o conceito de posição como uma circunstância ou disposição em relação a algo. A criança disputada pelos pais encontra-se em um momento de definição de seu futuro em relação aos pais e ao conjunto social. Na relação com os pais incorrem demandas primárias e fantasias edípicas.

Piera Aulagnier (1977) ao postular sobre a aderência do sujeito ao campo social, designa o contrato narcisista. Este é definido pela apropriação da representação que o sujeito se atribui acerca do conjunto ideal, ou seja, a relação do sujeito com o conjunto dependerá do seu investimento nos enunciados que o fundamentam e o afirmam como sujeito ideal. Este sujeito ideal, como já mencionamos anteriormente, refere-se ao sujeito do grupo na idéia de si mesmo que o sujeito demanda ao grupo, que o designa como “um elemento que pertence a um todo que

reconhece nele uma parte homogênea” (1977, p.163). Neste contrato o investimento da criança, por parte do grupo, antecipa o do grupo, por parte da criança. Isto ocorre pela instauração de um pré-investimento dos pais e do conjunto social na criança que nasce e que ocupará um lugar que lhe será designado por antecipação.

A adesão ao conjunto social no respeito às suas exigências do meio, acompanha a crença de que este conjunto garantirá a esperança e permanência na perenidade do conjunto, como o conjunto ideal. Na crença da perenidade do conjunto, o sujeito estabelecerá uma identidade entre a possibilidade de perenidade do conjunto e o desejo de perenidade do indivíduo. O investimento no modelo ideal decorre deste contrato entre a criança e o grupo: inicialmente, pelo investimento do grupo na criança como uma voz futura que deverá responder pela repetição dos enunciados de uma voz morta, na “permanência quantitativa e qualitativa de um corpo que se auto-regenerará de forma contínua” (Aulagnier, 1977, p. 164) ; posteriormente, pelo investimento da criança no grupo como contrapartida, na demanda de que lhe seja assegurado o direito de ocupação de um lugar independente do exclusivo veredito parental.

Assim, o projeto identificatório virá a constituir-se na auto-construção contínua do Eu pelo Eu, que exigirá um movimento em relação à temporalidade e historização. Para tanto, o sujeito deverá dispor das referências e emblemas de um registro valorizado pelo casal genitor que possibilitaram a manutenção deste casal no campo social. Esta condição de um saber sobre um Eu futuro, possível de ser projetado, exigirá o encontro com um ser passado, na constante diferenciação do que vem a ser e do que almeja ser. Esta abertura só será possível se o sujeito encontra a oferta de um direito, no conjunto, para que possa esperar um futuro que poderia concordar com um desejo identificatório.

O Eu irá redigir seu compromisso identificatório, segundo Aulagnier, pelo conhecimento de um outro separado de si, de suas modificações e autonomia:

“...descobriremos que ele pode ser sucessivamente presente e ausente, amante ou rejeitante, dispensador de prazer ou de sofrimento, impondo por isso um mesmo trabalho de auto-modificação a esse Eu conhecedor que só pode aprender, e isso permanecerá sempre verdadeiro, através da representação que forja de sua relação com o objeto investido” (1990b, p. 187).

O contrato narcisista vem a ser esse investimento em um modelo futuro, que implica em uma apropriação em relação ao meio e que dá lugar ao registro da ética, condição necessária para o funcionamento social. O estabelecimento de um projeto identificatório possibilita à criança estabelecer sua condição de sujeito e circular pelos diversos meios sem perder seus referenciais constitutivos.

Os dois casos apresentados neste estudo correspondem a casos críticos que não viabilizavam soluções imediatas e explícitas e não permitiam conclusões sobre observações diretas. Demandavam outras formas de intervenção para a dissolução do impasse e posterior andamento. O primeiro, trata de uma menina que vivia sob a guarda de sua mãe desde a separação dos pais, quando contava com pouco mais de um ano. Contrariando as afirmativas de Emery e Forehand (1996), sobre a estabilização afetiva das mães após seis anos da separação, o caso de Thaís apontou para uma conflitiva que mantinha sua estrutura sobre o tempo após oito anos da separação do casal. A análise deste caso, portanto, vêm a contribuir para a compreensão de padrões diferenciados daquele identificados pelos pesquisadores. A disputa dos pais pela filha iniciou após oito anos com um pedido de substituição de guarda por parte do pai e contestação pela mãe. A menina vivia com a mãe e mantinha contatos sistemáticos com o pai quando o processo teve início. O segundo caso, trata de uma separação litigiosa em que havia impedimentos para um acordo imediato, decorrentes de uma separação prévia do casal ocorrida

em outro estado. Diante do impasse, um dos cônjuges teria que abrir mão de sua situação, o que estava sendo negado por ambos.

5.1 O caso de Thaís

Chegamos a Thaís através de sua mãe Deise, que foi encaminhada para avaliação em decorrência de dois processos simultâneos de destituição do pátrio poder e substituição de guarda por parte de seus dois primeiros maridos. A partir da solicitação de uma avaliação de Deise e de suas filhas, tomamos contato com ela.

Foram realizadas duas entrevistas com Deise, momento em que buscamos identificar a origem de suas dificuldades com as quatro filhas na sua experiência de vida em família. Deise mostrou-se surpreendida com os processos judiciais dos ex-maridos, entendendo que tinham o objetivo de suspender o pagamento de pensão alimentícia: Miguel, o primeiro marido e pai de Thaís, fazia o pagamento mensalmente; José, o segundo marido de quem havia se separado recentemente não participava com pensão às filhas.

Deise falou de sua vida difícil e das fugas da casa do pai. Contou que sua mãe abandonou a família quando ela tinha pouco mais de um ano. Não sabia, no momento, os motivos que levaram a mãe a deixá-la, juntamente com sua irmã mais velha. Com a saída da mãe de casa, Deise e sua irmã foram entregues pelo pai para serem criadas pela avó e tia paterna. Dizia que a tia era agressiva muito exigente, gerando desentendimentos. Quando contava com doze anos, a avó solicitou ao pai que levasse as filhas para viverem com ele: *“-A avó era mais bondosa e pediu que o pai nos levasse senão a tia ia nos matar”*.

Na casa do pai e da madrasta, Deise afirma ter passado por muitas dificuldades pois o pai não acreditava nela e a espancava. Fugiu duas vezes da casa do pai: na primeira, foi ao

encontro de uma outra tia, irmã da mãe, e foi procurada pelo seu pai que levou-a de volta para casa; na segunda, foi para a casa de uma amiga e regatada pela irmã. Ao ser questionada pelo motivo das fugas, Deise responde: *“Queria sair para conhecer pessoas”*.

Identificamos nestas fugas a manifestação de um desejo não reconhecido de encontrar a mãe. Após ser questionada sobre suas fugas, tratou do fato de ter sido deixada pela mãe, não escondendo seu sofrimento.

“Não sei o motivo. Sinceramente, não sei. Nunca me falaram. Meu pai não me explicou. Agora eu sou adulta... Dizem que minha mãe não quer me ver... Ela nos abandonou. Já procurei em rádios, Cruz Vermelha e vários lugares. Fiquei sabendo que ela não quer me ver. Parei de procurar. Uns dizem que ela não prestava; outros dizem que não. Minha irmã mais velha, ela procurou. Quando minha irmã abriu a porta lá de casa e viu que era a mãe, não deixou ela entrar. Eu tinha 16 anos na época.”

Há oito anos atrás, após a morte de sua avó, Deise encontrou cartas que sua mãe enviava para o pai, nas quais fazia pedidos para rever as filhas. Em uma destas cartas, afirma que a irmã mais nova, de nome Léa, que Deise não conhece, não é filha do casamento com seu pai. Deise concluiu que o afastamento da mãe ocorreu por traição, e que ela abandonou o lar, grávida de Léa.

Na terceira entrevista Deise traz Thaís de 9 anos, sua filha com Miguel. Após a primeira entrevista com Thaís, Deise mudou-se e abandonou a avaliação, que deveria incluir as outras filhas, de 6, 5 e 2 anos. O parecer enviado ao juiz confirmava a dificuldade de Deise para estabilizar sua vida familiar em decorrência do abandono precoce da mãe, que a levava a repetir nos seus casamentos este drama e condição de abandonar-ser-abandonada. Como consequência, abandonou a avaliação diante das afirmações da filha que confirmavam as constantes ausências

da mãe. Indicamos a possibilidade de Thaís vir a morar com seu pai, por ser uma alternativa que possibilitaria a Deise estabilizar sua vida, pois encontrava-se grávida do quinto filho de um relacionamento precoce, de apenas três meses. Entretanto, identificamos que Deise investia nesse novo relacionamento com a intenção de manter as filhas junto de si. Em audiência, Deise mostrou-se bastante emotiva, pedindo para ficar com seus filhos e levando familiares para apoiá-la. Conseguiu permanecer com a guarda das filhas com a indicação de acompanhamento psicológico a Thaís.

Nos meses que se seguiram, Deise não retornou e não foi possível localizá-la. Somente após seis meses, em seguida a uma audiência, foi notificada a seguir em atendimento para manter a guarda de seus filhos.

A história de Thaís inicia quando sua mãe saiu da casa do pai, aos 16 anos para trabalhar em uma cidade adjacente. Empregou-se em um restaurante, onde dormia. Conheceu Miguel, filho do dono do restaurante e começou a namorá-lo. Engravidou logo em seguida, alegando que ele queria muito um filho. Afirma ter perdido duas gravidezes antes de Thaís nascer:

“Eu mentia que estava grávida e não estava. Quando ele desistiu eu engravidei. Quando fiquei grávida, meu casamento foi pros ares”.

Deise fala aqui de outro tempo, quando ela nasceu, o casamento de sua mãe foi “pelos ares”. Segundo informações de Miguel, logo após o nascimento de Thaís, Deise apresentou comportamento instável, saindo freqüentemente de casa e deixando a menina com a sogra, mãe de Miguel que residia na mesma casa, junto ao restaurante.

As saídas de Deise eram freqüentes e geravam discussões entre o casal. Deise não sabe explicar o que ocorria, atribuindo os desentendimentos a “implicâncias” de Miguel. Com a separação, Thaís vai morar com a mãe, que vincula-se ao segundo companheiro. Tem três filhas e após o nascimento da terceira, Deise abandona o segundo marido com queixas de que

apanhava e era maltratada por ele. Poucos meses depois, os pais de seus filhos entram com um pedido de substituição de guarda. Neste período, Deise mudou de residência diversas vezes.

A primeira sessão com Thaís ocorreu em seguida às entrevistas com a mãe. Sentou-se e começou a falar como uma seriedade que chamava a atenção, em contraste com seus dez anos. Queixou-se que o pai não permitia que ela visitasse o “avô”, pai de José e segundo marido da mãe. Diz que sentia saudades deles e que gostava muito de estar com eles. Começa a chorar e diz que não quer ficar longe de sua mãe e sente saudade de seus avós. Descreve quem são todos os seus parentes, situando os avós paternos, maternos, bisavós, pais de José, tias, etc.

“Estou na terceira família. (ri muito). É melhor...aí eu vou ter um monte de irmão.”

Fez comentários e críticas sobre sua situação em casa:

“Eu estou cansada. Tenho levantar de noite e dar mamadeira para a Beatriz (irmã de 3 anos). Cuido dos meus irmãos desde os cinco anos... Agora que a minha mãe está grávida de novo...Quero ver.

Eu chupei bico até os seis anos. E tomei mamadeira. Minha tia me deu uma xícara, aí eu deixei a mamadeira. Tenho saudade de um bico.

Minhas irmãs botam bico até no nariz. Eca! Isso me deixa com nojo de bico. Tomara que a Beatriz não me imite.O nenê que a mãe vai ter, quando nascer, eu quero que chupe bico até os seis.”

Pergunto por que quer que o bebê também chupe bico até os seis anos:

“Por que? Porque eu quero que fique igual a mim. Só não quero que ele fique muito magro como eu. Senão vai ficar doente. Eu não como. Não gosto de comer. Tenho asma. Se não tomar remédio...posso morrer.

Lá no pai eu jogo vôlei com meu vô, e com meu pai. Gosto mesmo de jogar futebol. Gosto de ver o pai jogando com o meu tio.”

Thaís fala de sua família, de suas referências mais significativas, como os pais do segundo marido de Deise e avós de suas três irmãs. Divide-se entre as visitas aos avós paternos e ao casal que chama de “avós”, pais de José, com quem estabeleceu uma relação afetiva significativa. Dos avós paternos, Thaís fala com prazer e não esconde o desejo de voltar a morar na mesma cidade que eles, onde vivia antes da segunda separação da mãe. Conta que gosta muito das visitas que faz ao pai e chora ao dar-se conta que as distâncias aumentaram e que isto pode dificultar o contato com ele. As visitas ocorrem quinzenalmente, de sexta a domingo, e o pai vai buscá-la de onde mora em uma cidade distante quarenta minutos da sua. Na casa do pai, Thaís brinca com sua meia-irmã de dois anos, filha do segundo casamento do pai e diz gostar muito de estar com eles.

Ao falar de seus hábitos de bebê, que abandonou, Thaís manifesta o desejo que o próximo irmão mantenha-os. A medida em que historiza e marca um tempo passado sobre o que ela foi, fala do desejo de mudança e de seu compromisso identificatório. Na passagem para o projeto identificatório, a criança situa um tempo de compreender, em que suas demandas pré-genitais se fazem presentes e ausentes, como aquela da dependência de um bico até os seis anos, que é saudado e rejeitado.

Quando fala do próximo irmão que está por nascer, Thaís deseja que ele a susceda nas demandas maternas e quando depara-se com o temor de morte, presente na crise de asma, põe um limite ao seu investimento pré-genital que retém e não permite o crescimento. Imediatamente, lembra do pai, aquele que proporciona este espaço “fora” que apresenta o conjunto social e novas formas de prazer, em substituição àquele que preserva e que deseja ceder ao irmão-bebê. Este sim está em seu tempo de usufruí-lo.

Identificamos em Thaís a tristeza pelas perdas que teve com a segunda separação da mãe, do contato mais próximo com os avós paternos e pais de José. O choro diante da saudade de uns “avós” é um choro do presente que retoma um choro do passado, por outras separações. Ao nascer, Thaís recebeu muita atenção dos avós paternos, que perdeu com a separação precoce dos pais.

Estas experiências de separações intensificaram a posição ambivalente em relação à manutenção da demanda materna e sua passagem para a demanda social, passando pela prova da castração. Novamente, aqui a criança é colocada na posição inversa de significar uma situação que deveria se apresentar como uma demanda com codificação prévia, ou seja, a demanda materna de não abandono e não separação impossível de ser tolerada pela mãe é demandada à criança.

Após esta entrevista, perdemos o contato com Thaís e voltamos a recebe-la seis meses após. Antes da audiência que determinou o encaminhamento para atendimento, sua mãe forjou uma carta em nome de Thaís, com trechos escritos pela própria mãe e outros escritos pela menina, onde solicitava para ficar com a mãe e justificava o pedido com queixas improcedentes em relação ao pai. Entre as queixas, a afirmação de que ele descuidava das visitas à filha e não lhe dava a devida atenção em sua casa quando estava com a filha.

No retorno, encontramos Thaís mais contida e dividida em relação aos pais. Estava menos falante que no encontro anterior e voltada para o desenho, que na nossa escuta, revelava uma retração diante da tensão vivida.

Escreveu em uma folha: “*Pai eu te amo*”; e noutra folha: “*Mãe eu te amo*”.

Numa terceira folha escreveu: *Resolva as divisões:*

$343 \overline{) 3}$

Canadá

$\underline{3} \quad 114,333\dots$

Canadá é um dos países com

04

melhor qualidade de vida e tem duas

$\underline{3}$

línguas oficiais, o inglês e o francês.

13

$\underline{12}$

010

$\underline{9}$

1

E numa quarta folha, escreveu:

Português:

Separe as sílabas:

Poder: Po-der

Exclusivo: ~~exclusivo~~

Rio: Rio

Sul: Sul

Grande: Gran-de

Como Thaís não sabia separar as sílabas de “exclusivo”, riscou esta palavra e escolheu outras, de uma única sílaba: Rio e Sul. Por fim, escreveu a palavra Grande.

Em outra folha redigiu uma história:

“A menina

Era uma vez uma menina que se chamava Maria Luíza. Um dia, ela foi para casa e viu que não tinha ninguém e foi para uma quadra e ficou olhando, e ela pensou: - Hoje é meu aniversário e ninguém se lembrou-se. Eles não vão fazer uma festinha. Ela foi para casa e quando entrou no seu quarto, eles começaram a cantar parabéns. Ela ganhou um lindo vestido, então. Foi experimentá-lo. - Ficou lindo em mim, obrigado, mãe e pai. E assim, ela ficou com sua mãe e com seu pai. Eles viveram felizes para sempre. Fim.”

Neste retorno, encontramos Thaís mais comprometida com o conflito dos pais e deixando marcas enunciativas deste envolvimento. No primeiro encontro manifestava –se mais livremente com palavras, e em seu retorno mostrou-se temerosa de explicitar suas idéias.

Entre as marcas enunciativas está a operação de divisão por três que tem como resultado uma periódica, ou seja, um resultado que se reproduz indefinidamente na mesma ordem. Na vida de Thaís aquilo que se reproduz indefinidamente está na função a três que se repete entre um rompimento e outro dos parceiros de sua mãe e remete ao “tempo de compreender” da castração, mantendo *a posteriori* a ordem de um registro a três. Na passagem da identificação pré-genital à identificação pós-edípica a criança situase numa posição de abertura, de um sujeito que deseja ser, para um sujeito que deseja ter, na transformação dialética posiciona a alternância entre “para quem ser e de quem ter”.

Thaís mantinha um bom vínculo com seu pai quando foi surpreendida com o processo de substituição de guarda. Passou a ser exigida em relação aos limites de seu poder, que antes estavam entregues aos pais. Agora Thaís necessita situar seu desejo em função de pai e mãe, e em relação ao conjunto familiar e social que a leva a definir o estatuto da mãe. Na definição do

estatuto da mãe retoma o desvio constitutivo, da origem do sujeito do inconsciente, de reconhecimento daquilo que é estranho a si mesmo e que na falta ou no excesso não pode ser representado.

O significante Nome-do-Pai se apresenta na formulação da periódica que, ao colocá-la inicialmente na sujeição de um desejo do pai ou entre a ausência da mãe e presença do pai, é designado simbolicamente por uma associação significativa. Ora, a mãe de Thaís mantinha a busca incessante pela sua própria mãe que abandonou-a no primeiro ano de vida. Em seu relato afirma que deseja uma mãe que a deseje e ao mesmo tempo carrega no seu imaginário a mãe que desistiu de desejá-la. A busca da posição de ser desejada pela mãe corre paralela a posição de ser um objeto de desejo abandonado. Esta posição subjetiva de Deise se fazia presente nos repetidos investimentos em relacionamentos amorosos frustrados que não se efetivavam por não proporcionarem a completude reivindicada e por confirmarem, dessa forma, a necessidade de abandono. A perpetuação de um significante originário que não se confirma está representada pela periódica que, indefinidamente, o repetirá sem que o sujeito o saiba. Thaís recebe o protótipo identificatório, de uma demanda primária pela função de manter-se como resposta a demanda materna. No registro imaginário da menina prevalece a indeterminação de um pai detentor do falo por direito, e de um pai detentor do falo na medida em que priva a mãe de possuidora do mesmo. A ambivalência materna em relação à exata atribuição do falo, é antecipatória de enunciados identificatórios (a *sombra falada* que permite o acesso do sujeito a ordem do humano) que acarretam pontos de sustentação em uma função paterna indeterminada, significada na periódica que mantém um resto não incorporável. Neste registro, os enunciados definem um conjunto que tem a função de um emblema identificatório, de sustentar-se ancorado em uma imagem especular em relação a qual se posiciona.

Na frase que anunciava o Canadá com melhor qualidade de vida onde duas línguas oficiais são faladas situamos outros significantes que remetem ao reconhecimento da dupla presença materna e paterna, necessários para seu crescimento e qualidade de vida. Para tanto, deverá integrar estas linguagens num mesmo lugar psíquico. A associação posterior de registrar palavras e separá-las é uma seqüência dessa enunciação que tenta dar conta desse lugar que foi posicionada pelos pais.

As palavras que escolheu para separar estão diretamente relacionadas com sua situação entre o pai e a mãe. Foram retiradas de folhas timbradas que estavam sobre a mesa (Poder Judiciário, Estado do Rio Grande do Sul). A palavra “Poder” foi separada de “Judiciário” e carrega o peso daquilo que decidirá seu futuro diante de uma separação. Thaís não tem o poder para decidir, porém necessita dar conta de um “Poder” externo que espera dela uma posição e a interroga sobre isto, ao mesmo tempo não lhe outorga a decisão. A palavra “exclusivo” foi abandonada e riscada, pois o que é exclusivo não pode ser dividido. As palavras monossílabas traduzem a indivisibilidade, em contraponto às palavras “Poder” e “Grande”. Retornando às associações iniciais de Thaís, temos na partida de uma divisão numérica que resulta numa periódica, seguida de uma divisão de palavras em separáveis e não separáveis. Thaís exercita a determinação da lei, na medida em que representa nas palavras sua tensão. Finaliza com uma história que trata da sua condição subjetiva de ser significante do desejo abandonado de um filho – não desejo de filho - e do desejo permanente de ser um filho desejado.

Thaís conta a história de uma menina que está triste porque foi esquecida em seu aniversário. O aniversário comemora o nascimento e é representado na experiência de encontro com uma casa vazia. Podemos questionar se esta casa vazia viria a ser o encontro do *posto em relação* do corpo do bebê com o espaço psíquico materno (Aulagnier, 1977). Aqui, a mãe de Thaís que vivia o encontro e abandono da própria mãe, oferece ao bebê que chega um espaço

ocupado, porém, temporariamente vazio, à espera do retorno materno. Apontamos a presença de uma *violência secundária*, que invade a *violência primária* constitutiva e pré-determina um encontro frustrado com um espaço psíquico desinvestido. Neste ponto, Thaís trata da experiência de sofrimento atual concomitante à prova de realidade: deparar-se com o lar vazio diante da separação dos pais. O significante “aniversário” *a posteriori* retoma o nascimento e a marca de uma ruptura familiar enunciada na casa que está vazia. O nascimento de Thaís marca o fim do casamento dos pais, conforme palavras da mãe, repetindo a mesma situação vivida pela mãe em relação aos seus pais. A menina da história afasta-se de casa por uma quadra e reflete sobre o que poderia estar acontecendo. Ao colocar a distância necessária, pode pensar sobre a experiência de ser objeto e agente de desejo, enunciado pela confusão de “ser lembrada” e “lembrar-se”: “- Hoje é meu aniversário e ninguém se lembrou-se”. Thaís deseja ser desejada como, e desejar o objeto de desejo materno. No seu retorno ao lar recebe a surpresa da presença dos pais, de um presente, de um agradecimento e de uma convivência conjunta. O vestido recebido pelos pais é o reconhecimento de sua identidade e sexualidade. No final da história, o desejo expresso de ficar com a mãe e o pai, juntos.

Na sessão seguinte, Thaís queixou-se do pai, de que ele não foi buscá-la no último fim-de-semana. A mãe Deise vinha evitando as visitas de Thaís ao pai, com alegações diversas. Nesta sessão, Thaís fez referência à irmã Vitória, que mora com o pai.

“O pai não foi me buscar da última vez. Ele ligou dizendo que eu arrumo aniversário para ir no dia das visitas dele. Disse que a Vitória tinha ido pra praia com a mãe dela e que ele estava sozinho em casa. Eu disse pra ele que ele pode me buscar quando está sozinho, também. Não precisa ser só quando a Vitória está lá.”

Fez o desenho de uma menina torcedora, que carrega um pom-pom em cada mão.

Apesar de ser uma torcedora, a menina está com o olhar triste. Do lado esquerdo da menina desenha a lua e do lado direito, o sol. Faz uma linha de horizonte e desenha junto ao horizonte, do lado esquerdo, o sol, e do lado direito, a lua.

“-É uma menina daquelas que torcem nos times. Ela está pensando...

Eba! Eba! ... vai ganhar pra quem ela torce.”

Pergunto-lhe: *“Para quem ela torce?”*

Thaís responde:

“Para o sol. Vai vencer, quem ela torce.” Em seguida, faz um balão que indica pensamento com as palavras: “Ebá! Ebá!” E escreve ao lado da menina, abaixo do sol: “Para quem ela está torcendo? Para o sol. Quem ganhou? Foi o sol.”

Pergunto a ela se esta torcedora torce para o pai ou a mãe. Thaís responde prontamente:

“- Para a mãe.”

Digo-lhe que está dividida. Torce para o pai e não quer que a mãe perca.

Escreve abaixo da linha do horizonte, à esquerda da torcedora:

“Filha: Thaís T. N.

Pai: Miguel N.

Mãe: Deise T. S.”

Depois, à direita:

“Nome da torcedora: Thaís T. N.”

Acrescenta à esquerda e acima, seu nome, idade, a série em que estuda, a identificação da turma, o nome da professora.

Aqui Thaís registra a sua identidade, seu lugar social e revela, que o conflito identificatório está investido pelo desejo materno e paterno. Aulagnier (199b) aponta as manobras da criança para elucidar e transformar informações dos estímulos interno e externo,

em informações *libidinais* para *ganho de prazer erógeno-narcísico*. Aqui Thaís redige seu compromisso identificatório, com cláusulas que manterá e que modificará, assumindo esse compromisso como sujeito. Na denúncia do pai, preserva seu compromisso identificatório pela “denúncia” do Eu que recusa a exigência materna de manter-se como sua garantia. Este processo revela uma singularidade no registro da neurose. Thaís confronta-se com uma existência possível que enuncia nos dados de identidade espalhados pelo seu desenho. Mantendo-se ao lado da “lua-mãe” e ao lado do “sol-pai”, e assumindo o compromisso identificatório desse contrato narcísico estabelecido por eles, na inclusão de um horizonte com o sol abaixo da lua e a lua abaixo do sol.

A imagem fantasiada de uma torcedora que diz torcer pelo sol e que pede para ficar com a mãe enuncia um impedimento de corresponder ao desejo de “desejo de um pai”. O impedimento é registrado na incongruência, na contradição que marca a diferença de enunciados. O que na fala é uma afirmação consciente – Thais diz torcer para a mãe -, a expressão indireta revela o contrário, a torcedora deseja que o sol vença, este representante masculino ao lado da lua, como representante feminino. Fica assim negado o sofrimento da falta e substituído pela fantasia de poder sobre o sucedido – “*Vai vencer, quem ela torce*”.

Ao representar seus pais na nominação genealógica “*Filha: Thaís...*” situava sua condição de sujeito de desejo em relação à demanda de mãe e pai. Este identificado respondia a sua posição em relação ao ideal, como compromisso de interditos e pertenças. Interditos que são situados pelos interditores e pertenças que marcam posições identificatórias.

Neste esforço, Thaís busca integrar-se e integrar seu corpo como uma unidade futura. Sua denúncia registra a angústia materna de dar conta de uma mãe e pai unidos, pais que não se mantiveram unidos, apesar de presentes no registro identificatório. A história de Deise reflete o conflito entre uma mãe revestida de bondade, a avó, e uma mãe revestida de maldade, a tia.

Dessas, Deise busca a mãe que integraria no registro simbólico a mãe dividida de seu imaginário, aquela que abandonou-a no seu primeiro ano de vida, e que investiu-a de desejo e vitalidade. Essa mãe está dividida, entre uma mãe que “abandonou” porque “não prestava” e “não queria as filhas”, e a mãe que amava, mas que traiu e foi expulsa. Na conta periódica de Thaís mantém-se a repetição dessa ordem de uma mãe dividida e sofrida. A interdição do desejo sobre o pai passa pela fuga de uma mãe, abandono, castigo e esperança de encontro presentes na repetição da ordem instaurada. A luta de Deise para manter-se unida aos filhos é de outra ordem, que escapa a ordem do simbólico e da lei e se situa na ordem do imaginário, de uma mãe punida por abandonar os filhos e trair o marido. A interdição do pai denuncia a negligência de uma mãe que não atende aos filhos. Deise padece pela busca incessante e inconsciente de uma mãe que a deseje, não dando conta de atender a demanda dos filhos. Na ordem do simbólico, a permanência de Thaís com o pai, neste período de sua vida poderia lhe trazer benefícios, entretanto, a não concordância da mãe acarretava um sentimento de culpa pelo desejo de abandono, insuportável para a mãe.

Podemos dizer que a presença paterna através de um processo judicial que denuncia um excesso (substituição de guarda) necessita de um reconhecido. O excesso denunciado diz respeito a uma falta de investimento materno, e de um investimento da ordem de uma *violência secundária*

de uma mãe que abandonou uma filha,

que abandonou uma filha,

que abandonou uma filha...

e desejo de maior participação de um pai, ou melhor, de alguém que favoreça melhores condições de cuidado para a criança e oportunidades de relações extra-família. Esse reconhecido poderia vir da instituição judicial, da psicóloga que a representava através de uma

escuta psicanalítica e da própria criança que tentava expor a angústia de estar dividida entre os pais.

A primeira audiência marcou pela permanência de Thaís junto a mãe e manutenção da situação anterior. A mãe abandonou a avaliação. Na audiência posterior, Thaís surpreendeu com uma atitude não esperada. Antes de iniciar a sessão ela solicita um momento somente com o juiz e pede a ele para morar com os pais de José, segundo marido de sua mãe. Dizia que estava cansada de trabalhar na casa da mãe e que não queria decidir contra nenhum deles. Explica sua decisão, dizendo que assim, não traria problemas para os pais, pois ficaria morando na mesma cidade que a do pai, porém em uma casa que não a dele. Nesta audiência, ficou determinado que Deise poderia manter a guarda dos filhos se realizasse atendimento psicológico.

A iniciativa de Thaís revelou sua autonomia e uma tentativa de não intensificar o conflito entre os pais, preservando-os. Tentando situar-se fora da “periódica” e deixar de ser “moeda de troca”, Thaís denunciava a função de uma pré-genitalidade que anunciava abandonar. A decisão judicial de não autorizar o direito paterno de guarda da menina reforçou a condição anterior de permanência na posição de reivindicação permanente de uma mãe que poderia ter o *falo* por direito. A posição da psicóloga em seu parecer apontava para o risco de repetição de abandonos sucessivos, de fatos que foram confirmados pela menina e que levaram a uma indicação de atendimento à mãe.

Após esta segunda audiência, em que a mãe foi encaminhada para atendimento, uma nova perspectiva apresentou-se a Thaís: a mãe procurou o serviço para receber atendimento psicológico dizendo que sentia necessidade de uma ajuda, pois não conseguia controlar sua agressividade em relação aos filhos, sentindo-se culpada depois de agredi-los. No caso de Thaís, a disputa originava-se de uma denuncia da falta de atenção e cuidado mãe que só tornou-

s demanda de mudança mediante a posição da criança de não submetimento e revelação. Conviver com o pai era um desejo de Thaís, impedido de ser expresso por causar um grande mal estar a sua mãe e respondia a uma demanda prévia, sustentada na experiência de abandono precoce dessa.

5.2 O caso de Antonieta

Antonieta procurou-me acompanhada de sua mãe, Lívia que narrou todo o drama que vivia em torno de um casamento e separação intermináveis. A separação entre os pais Antonio e Lívia, parecia ser uma extensão proporcional do tumultuado relacionamento que tiveram ao longo de vinte anos. Chamou a atenção o fato de Lívia ter trazido Antonieta para o primeiro contato comigo, porém não tardou a revelar o motivo. Lívia estava insatisfeita com a decisão judicial que entregou a guarda dos filhos ao marido, e ocasionou sua saída de casa. Além de queixar-se de uma decisão injusta, relatava as agressões físicas que sofreu do marido e trazia Antonieta para mostrar como ela estava triste e sentido falta da mãe. A menina de 12 anos tinha uma expressão dura e manifestou-se em um único momento dizendo que estava pensando em morrer, pois não agüentava mais as brigas entre os pais.

A decisão sobre a permanência dos dois filhos menores do casal, Antonieta de 12 e Gabriel de 10 anos, com o pai decorreu do histórico de instabilidade de Lívia que deixava os filhos para dedicar-se à religião que freqüentava. Antonio acusava o fanatismo religioso de Lívia como responsável pelos desentendimentos que culminaram com a separação. Lívia entregou bens da família para doação e negava-se a aceitar que sua conduta era de fanatismo. Antonio mantinha uma pequena fábrica de utensílios de cozinha, que manufaturava em companhia do filho de 17 anos. Conseguia manter a família com sua renda e queixava-se que o

filho mais velho, de 19 anos, não se estabilizava em um trabalho ou profissão, apesar de todas as oportunidades que lhe ofereceu, como cursos de especialização. Este filho era mais instável e vinculado à mãe.

Durante o período em que esteve casada com Antonio, Lívia, abandonou-o por mais de dez oportunidades. Após uma briga, colocava os filhos no carro e viajava para outro estado, permanecendo semanas e até meses com seu pai ou com sua filha mais velha que é casada. Justificava sua inconstância com a agressividade de Antonio e as surras que recebeu dele. A avaliação do casal revelou problemas psiquiátricos em ambos.

Antonio confirmou que envolveu-se com situações de agressões físicas, no passado, uma delas culminou com a morte de um homem, e levou-o a responder um processo judicial. Há dez anos internou-se em uma clínica psiquiátrica, espontaneamente, tendo permanecido quinze dias internado. No período em que foi atendido por nós, referia dificuldades financeiras em sua empresa. Identificamos em Antonio uma tendência ao abuso de bebidas alcoólicas e alterações de humor com episódios de agitação e depressão.

Lívia recusava qualquer forma de ajuda, dizendo que Deus a salvaria de qualquer infortúnio. Este discurso delirante permaneceu durante todo o período em que esta família foi atendida por nós. Os filhos eram tratados por Lívia como crianças pequenas que necessitavam do carinho materno integral em contraste com o tempo reduzido que dedicava a eles. Enquanto esteve casada com Antonio, nos períodos de estabilidade familiar trabalhava na fábrica. Com a separação empregou-se em diversos locais, não conseguindo estabilizar-se em decorrência de sua inquietude e ansiedade. Lívia traçava planos de uma vida farta e feliz junto aos filhos, fazendo-os crer que tudo terminaria bem. Porém, suas iniciativas e investimentos profissionais fracassavam ou eram abandonadas precocemente. Decidiu morar em outra cidade e casar com um irmão da igreja que freqüentava. Manteve a instabilidade nos empregos.

Antonio e Livia receberam assistência para entrarem em acordo quanto ao atendimento dos filhos menores, e Antonieta e Gabriel foram atendidos individualmente. A disponibilidade de Antonio de conduzir os filhos para as sessões contrastava com a atitude evitativa de Livia, marcada pela perda da guarda dos filhos.

Antonieta mostrava-se preocupada com os irmãos após o afastamento da mãe e sentia-se comprometida em cuidar de todos principalmente do irmão Gabriel. Queixava-se da desconfiança do pai em relação às suas saídas de casa para encontrar-se com amigas, e a diferença de tratamento em relação aos irmãos de 19, 17 e 10 anos. Antonio preocupava-se que passava muito tempo afastado de casa fazendo contatos com clientes para a venda dos produtos que fabricava e não deixava Antonieta sair de casa para visitar suas amigas. Dizia que moravam em um bairro perigoso e com vizinhança difícil.

O enfrentamento das diferenças de atitude do pai entre ela e os irmãos fez Antonieta voltar-se para sua condição feminina. Inicialmente dizia querer morar com a mãe, e aos poucos foi mudando sua visão em relação a ela. Seus desejos foram aflorando e passou a buscar a companhia de amigas com mais intensidade, substituindo a preocupação com os irmãos. Ao mesmo tempo tinha um compromisso de dar conta do lugar da mãe no lar, que havia ficado vazio. Os contatos com a mãe, nas visitas quinzenais reforçavam esta fantasia pois a mãe não cansava de falar sobre seu desamparo por estar morando com o pai e irmãos, sem a sua presença. Antonieta tinha a companhia de Maria, a empregada que trabalhava há vários anos na residência.

O fato de Livia não aceitar sua saída de casa gerava em Antonieta e Gabriel um sentimento de culpa que não era identificado como tal, mas manifesto na conduta. Ambos evitavam permanecer muito tempo em casa e saíam constantemente para procurar a companhia de amigos. Agindo assim, evitavam sentir a falta da mãe e reproduziam o seu comportamento

de passar grande parte de seu tempo fora de casa, se dedicando a outros interesses. Antonieta chorava ao referir a falta de amigas para conversar. Depositava nas visitas à mãe a esperança de suprir este vazio. Entretanto, voltava decepcionada destas visitas, pois a mãe passava mais tempo envolvida com a igreja que freqüentava. Podendo falar de suas decepções com o pai e a mãe, Antonieta foi descobrindo sua subjetividade. Entretanto, permanecia inibida e presa ao conflito de ambos. O pai solicitava entrevistas com a filha, quando falava de sua preocupação e desconfiança em relação às suas saídas. Em um desses encontros disse que descobriu seu interesse por um jovem e que não concordava com o namoro. Antonieta tentou convencer o pai sobre este jovem e de seu interesse em namora-lo, porém, o pai recusou dizendo que era muito jovem para namorar. A intenção de namoro de Antonieta vinha ao encontro de um desejo de autonomia em relação aos pais e esperança de desamarrar o nó que a prendia a eles. Era uma forma de alivia-la da tensão de estar no lugar de sua mãe. Esta questão constituía o ponto de tensão de Antonieta. Porém, para desfaze-la, necessitava assumir sua subjetividade e buscar uma saída.

Um fato marcou o sentido desta tensão em toda a sua intensidade. Sua mãe comparece em uma sessão dizendo que Antonieta havia sido espancada pelo pai, e que levou-a para o conselho tutelar para denunciar maus-tratos. No dia em foi espanada pelo pai, ocorreu que Antonieta saiu mais cedo da escola e foi para a casa de uma amiga, para encontrar-se com um menino que lhe havia despertado interesse. Quando Antonio descobriu, reagiu violentamente e surrou-a quando ela retornou para casa. Coincidiu que Livia estava chegando para sua visita aos filhos. Ao encontrar Antonieta machucada, Livia levou-a ao conselho tutelar para denunciar maus tratos e agressão física, repetindo aquilo que impunha a si própria durante o período em que foi casada com Antonio.

Nesta sessão, Antonieta estava assustada e resignada: “*A mãe disse que eu estou no lugar dela...*”.

Assumir o lugar da mãe junto ao pai, como demanda pré-genital implicava ser o objeto real demandado. Para Antonieta, dispor-se como espancada dava conta de responder ao padrão conhecido de apelo demanda-demandante. Mantendo-se como instrumento de gozo mantinha o circuito fechado que fundamentava a relação dos pais.

O *posto em cena*, na sessão analítica marcou a posição transferencial e sua função de mediar o objeto de desejo. O corpo machucado, como retaliação pela traição ao desejo se apresentava. Antonieta falava desse lugar em relação ao desejo da mãe, ou seja, estar em seu lugar em relação ao pai. Este significante que demanda um identificado, uma vez posto em sentido “*A mãe disse que eu estou no lugar dela...*” permitiu outros enunciados. Antonieta lembra que tinha três anos quando sua mãe levou-a para encontrar-se com outro homem. Lembra de vê-los se beijando e essa recordação lhe vinha a mente como uma imaginação. Agora, dizia ter certeza que o fato havia ocorrido, pois voltou a ver a mãe com esse homem quando foi visitá-la. Antonieta sentia-se cúmplice da traição da mãe.

Este episódio modificou a relação de Antonieta com seu pai e sua mãe. Ela passou a falar com ambos sobre seu desejo de namorar o jovem e insistir em ser ouvida. O pai passou a mostrar-se mais confiante em relação à filha e aceitar as aproximações do rapaz, além de tolerar as saídas de Antonieta, mesmo mantendo a proibição sobre o namoro.

Antonieta passa a envolver-se com jogos escolares e queixa-se que seus pais não reconhecem suas vitórias: no atletismo, como princesa da escola, na melhora dos conceitos escolares. Começa a escrever um diário, para compensar as horas que fica em casa a pedido do pai. Neste caso, a menina se manteve sob a guarda do pai, até que a mãe pudesse estabilizar-se e o casal entrar em acordo sobre a separação de bens.

5.3 A disputa da guarda por um filho e sua função de colmagem a um ideal

Os casos acima narrados correspondem a situações comuns de casais em fase de separação ou que já se encontram separados e manifestam desacordos quanto ao tratamento dos filhos. O novo do Código Civil de 10 de janeiro de 2002, trata da autoridade parental, da forma como propõe o Estatuto da Criança e do Adolescente:

“Divergindo os pais quanto ao exercício do poder familiar é assegurado a qualquer um deles recorrer ao juiz para a solução do desacordo” (Lei 10.406, artigo 1631, parágrafo único).

As divergências aqui citadas podem surgir de duas formas: em face de uma separação conjugal quando o filho é um “bem” a ser dividido e em face de uma denúncia de negligência, abuso ou falta de cuidados “suficientes” do ponto de vista do cônjuge denunciante. O juiz buscará uma solução por meio de acordos explícitos. A criança permanecerá como alvo de uma questão que constitui o vínculo familiar e, conseqüentemente, ponto de sustentação de seu processo identificatório. Por esse motivo, torna-se necessária a avaliação da posição identificatória da criança neste impasse.

Em Thaís, o compromisso identificatório estava denunciado pela expressão de um desejo de mudança em relação à mãe, e ao mesmo tempo, mantinha um submetimento às demandas por ela impostas. O atendimento à Thaís visava resgatar esse processo, mantido num estado de “não-processo” pela ambivalência de um desejo de mudança que respondia a um desejo de não mudança. Ao resgatar sua história passada, Thaís situava seu presente e as demandas que anunciava abandonar. Para seguir seu processo identificatório e dar um novo

sentido àquilo que se reproduz indefinidamente na mesma ordem, Thaís necessitava da garantia da mãe e do pai de que permaneceria e teria o direito de mudar.

Antonieta mostrou um submetimento maior que não autorizava a recusa dessa aliança imposta. Do desejo expresso de morrer para o episódio de ser espancada pelo pai revelou o *posto em cena* de uma imagem de pais unidos, diante de um desejo de separação, e da culpa pela sua realização. Antonieta carrega o designeio de ser a filha de Antonio e de permanecer junto ao pai diante da separação deste casal que viveu por vinte anos numa relação caracterizada pela agressividade e instabilidade de ambos. Para renunciar a esta aliança que a mantinha submetida ao lugar da mãe, Antonieta necessitava encontrar neste outro signatário de seu projeto identificatório (o pai) a garantia de que as mudanças não seriam punidas ou impedidas por serem tratadas como traição. Podendo referir-se ao pai e relativizar os fatos de sua história, Antonieta pode seguir com direito à permanência sem submetimento, e à mudança sem punição.

A disputa por um filho, entre o casal parental, responde à permanência de uma demanda identificatória pré-genital fixa a uma imagem ideal definida. Ou seja, diante da decisão sobre a guarda do filho e da necessidade de mudança na relação entre o casal, a criança revela sua função de moeda de troca, de elemento em jogo entre o sujeito e a mãe. O pai participa neste jogo como o outro possível de ser investido, porém colmado a este ideal e vazio de uma existência por surgir.

Para a criança, a saída do impasse constitutivo da disputa só ocorrerá se o Eu receber a interdição sobre a mãe como objeto de gozo, de um desejo sobre ela que deverá permanecer excluído. A partir deste interdito se apresenta o anseio de se tornar outro, que, uma vez encontrado se projetará num outro, e assim, sucessivamente. A referência identificatória virá de um eu futuro – ideal- que tomará a referência de um eu presente e que reconhecerá aquilo que

lhe falta desta relação desproporcional. Como ponto de ancoragem, por ser o *a-menos* daquilo que falta, deverá permanecer faltante e trazer a conformidade de que não se pode ter tudo o que se deseja ou saber que jamais se saberá tudo. Os pais participam deste processo tolerando os rompimentos das alianças pré-genitais e flexibilizando mudanças para que o filho possa dispensá-los como suporte e transpor para o conjunto social seus anseios.

CAPÍTULO V

ENTRE O SOL E A LUA:

A CRIANÇA DISPUTADA NA SEPARAÇÃO DO CASAL

As questões que envolvem a separação conjugal e a disputa pela guarda por um filho receberam atenção especial nas décadas de setenta e oitenta com a publicação de pesquisas sobre as conseqüências do divórcio para o desenvolvimento e adaptação dos filhos. A questão sobre novos arranjos familiares foi intensamente abordada na tentativa de identificar fatores de risco para desajustes e desadaptações nos filhos. Ao tratar da questão de forma inversa, ou seja, buscando a singularidade de cada caso, no lugar da generalização de resultados, buscamos uma outra face da investigação que priorize a posição identificatória na relação com pai e mãe, para chegarmos “ao interesse superior da criança”.

Nos Estados Unidos, a guarda de filhos têm recebido atenção dos órgãos governamentais com disponibilização de um site na internet para informações e discussões específicas sobre o tema (www.childcustody911.com). Muitas pesquisas empíricas com famílias pós-divórcio têm sido utilizadas para definir o que pode ser compreendido por “interesse superior da criança”. A interpretação desta frase pode circular desde a prioridade de considerar o interesse consciente da criança por um ou outro pai, até a qualificação jurídica daquilo “que pode ser”, ou seja, de “uma pretensão baseada” na prioridade da condição infantil. Ao tentarmos situar a “base” daquilo que é único ou vital para a criança que enfrenta uma disputa entre pais voltamos nossa

atenção para a referência da ética e dos valores que a família pactua e que serve de fundamento na sua vinculação com o social. O melhor para a criança passa pelo valor ético familiar, em acordo ou não com a demanda social e referência na passagem de uma identificação pré-genital para uma identificação pós-edípica.

A questão sobre a escolha de um dos genitores para permanecer com os filhos, mesmo contando com a possibilidade de uma guarda compartilhada, deve ser tratada conjuntamente com os dois genitores. A dissolução do vínculo conjugal acarreta influências na convivência entre pais e filhos que se estendem por até seis anos após a separação. Os problemas não se concentram no filho em relação ao progenitor que está afastado e reside em outro lugar; a convivência com o progenitor que detém a guarda tem se revelado difícil. Um estudo longitudinal com famílias monoparentais, constituídas pela mãe que detém a guarda dos filhos após o divórcio encontrou que estas mães faziam demandas menos maduras aos filhos, tinham pouca comunicação entre com eles, menor afetividade, mais inconsistência e menor controle efetivo sobre seus filhos que mães casadas (Emery & Forehand, 1996). O estudo apontou para um aumento das dificuldades das mães com os filhos no primeiro ano após o divórcio e para uma estabilização em relação à afetividade, somente após seis anos. Mesmo assim, em relação às mães casadas, as mães divorciadas que mantinham a guarda de seus filhos continuavam mais negativas e menos efetivas na disciplina, principalmente dos meninos. As dificuldades pós-divórcio decorrem tanto de problemas psicopatológicos prévios dos pais quanto posteriores à separação. Os mesmos autores apontam o alcoolismo e a esquizofrenia como fatores que aumentam o risco de divórcio, e os sintomas mais brandos como a ansiedade e a depressão, parcialmente, como consequência da separação.

A questão do contato entre pais e filhos está associada às dificuldades encontradas pelas famílias monoparentais, principalmente de única mãe, quanto à administração e educação dos

filhos. Emery e Forehand (1996) citam um estudo realizado entre 1987-88 com famílias monoparentais que apontou 18,2% de ausência de contato com filhos no último ano, para pais que não matinham a guarda do filho (geralmente o pai), e 13,6 % de pais que haviam estado com seus filhos uma vez neste período. Apenas 12% destes pais viam seus filhos semanalmente. Dos estudos analisados permanece a estimativa de que um terço das crianças vêem seus pais duas vezes ao ano e somente um quarto mantêm contato semanal. Como fatores que influenciam para este distanciamento, foram citados: o nível sócio-econômico baixo e a distância entre as residências do pai e da mãe. Entendemos que a questão do distanciamento deve ser avaliada em relação à disponibilidade dos genitores nos encontros que dispõe com os filhos. Muitas vezes, os encontros são formais e atendem à determinação judicial. Constatamos que para estes pais que apresentam mais dificuldade de manter o prazer com a companhia dos filhos, a maior distância temporal entre os encontros influencia negativamente; por outro lado, para aqueles pais que conseguem manter um maior envolvimento com o filho, o fator tempo não apresenta uma interferência tão significativa.

A importância do conflito conjugal e familiar decorrente da separação afeta os filhos e de forma mais evidente, nas crianças maiores. O clássico estudo de Wallerstein e Kelly (1980) com filhos de pais separados durante o período de dez anos apontou que as crianças mais velhas consideravam a separação dos pais como o evento central de sua infância, não ocorrendo o mesmo com as crianças menores. Um estudo comparativo com famílias que receberam atendimento clínico (Peck & Manocherian, 1995) mostrou que o conflito familiar consistia no único preditor de ajustamento insuficiente nos filhos.

As separações conjugais nem sempre geram litígios. A presença de divergência diante de uma separação conjugal foi constatada em cinquenta por cento dos casos, e desses, vinte e cinco por cento apresentavam disputas mais intensas (Ahrns, 1981). Na instituição jurídica

onde o presente estudo foi realizado, constatamos que trinta por cento das separações correspondem a litígios que envolvem impasses em relação aos filhos (Levantamento realizado em 21.08.2001). Alguns desses processos ocorrem durante o período de separação e outros posteriormente, por solicitação do pai que deseja intensificar o contato com seus filhos.

No caso de casais que estão tratando da separação e que passam por uma fase inicial de rompimentos e ausência de definições, observamos que as crianças enfrentam maiores riscos do ponto de vista de seu desenvolvimento emocional. Constatamos que as crianças, envolvidas com a separação litigiosa dos pais enfrentam sentimentos depressivos, problemas escolares e de conduta. A busca prematura de advogados e ingresso em instância jurídica tende a intensificar o conflito pois torna pública a crise familiar. A extensão da crise pode gerar disfunções importantes diante da exclusão de um dos progenitores. As crianças mais velhas tendem a ser questionadas pelos pais a assumirem uma posição em relação ao conflito e manifestarem-se a favor de um dos pais. Nas crianças menores observamos expressões de medo e ansiedade decorrentes da tensão diante das visitas, mais especificamente, no momento de afastamento de um dos pais.

A abordagem dos casos de litígio tem sido realizada pela técnica da mediação, com resultados que atendem ao objetivo de estabelecer acordos explícitos entre o casal. Entretanto, sabemos que os acordos explícitos dão conta dos conteúdos dos conflitos, não impedindo que a função condicionada a forma como estão estruturados, se efetue. Como consequência, os filhos permanecem como foco do conflito entre os pais e permanecem sendo tratados como objeto de uso e troca (Emery & Forehand, 1996). A criança que enfrenta uma crise familiar deste tipo é mobilizada em relação aos seus sentimentos pelos pais, condição que reflete diretamente no seu psiquismo e processos evolutivos. Na busca de uma compreensão desse movimento interno imposto à criança empreendemos esta investigação psicanalítica

A pesquisa empírica visa o nomotético através da observação direta, e dá o pano de fundo para que possamos dirigir nosso interesse em questões específicas que traduzem o mais singular de cada caso. A psicanálise, através da pesquisa psicanalítica vai ao encontro da singularidade do sujeito na busca de um resgate que possibilite novas hipóteses e caminhos sobre o tema. Para este resgate, busca seus dados na observação indireta das manifestações verbais e não verbais, a partir da relação significativa que se estabelece entre o paciente e o analista, na transferência.

Neste estudo, não objetivamos dar conta de soluções para os impasses dos casais em litígio, mas direcionamos nossa investigação para a compreensão da posição subjetiva destas crianças e da forma como se organizam diante do fato. Como efeito do ponto de tensão da crise, as crianças elaboram alternativas para o impasse, uma vez que optam, na maioria das vezes pela permanência junto aos pais ou próxima de ambos. As manifestações em favor de um ou outro pai são circunstanciais quando inexistente abuso ou violência familiar. Do contrário, a criança manifestará a dura realidade que vive. Ao apresentarmos o caso, direcionamos nosso interesse para os enunciados de uma posição identificatória e os desígnios, internos e externos que favorecem ou não a autonomia da criança.

Ao definirmos o termo posição identificatória, tomamos o conceito de posição como uma circunstância ou disposição em relação a algo. A criança disputada pelos pais encontra-se em um momento de definição de seu futuro em relação aos pais e ao conjunto social. Na relação com os pais incorrem demandas primárias e fantasias edípicas.

Piera Aulagnier (1977) ao postular sobre a aderência do sujeito ao campo social, designa o contrato narcisista. Este é definido pela apropriação da representação que o sujeito se atribui acerca do conjunto ideal, ou seja, a relação do sujeito com o conjunto dependerá do seu investimento nos enunciados que o fundamentam e o afirmam como sujeito ideal. Este sujeito

ideal, como já mencionamos anteriormente, refere-se ao sujeito do grupo na idéia de si mesmo que o sujeito demanda ao grupo, que o designa como “um elemento que pertence a um todo que reconhece nele uma parte homogênea” (1977, p.163). Neste contrato o investimento da criança, por parte do grupo, antecipa o do grupo, por parte da criança. Isto ocorre pela instauração de um pré-investimento dos pais e do conjunto social na criança que nasce e que ocupará um lugar que lhe será designado por antecipação.

A adesão ao conjunto social no respeito às suas exigências do meio, acompanha a crença de que este conjunto garantirá a esperança e permanência na perenidade do conjunto, como o conjunto ideal. Na crença da perenidade do conjunto, o sujeito estabelecerá uma identidade entre a possibilidade de perenidade do conjunto e o desejo de perenidade do indivíduo. O investimento no modelo ideal decorre deste contrato entre a criança e o grupo: inicialmente, pelo investimento do grupo na criança como uma voz futura que deverá responder pela repetição dos enunciados de uma voz morta, na “permanência quantitativa e qualitativa de um corpo que se auto-regenerará de forma contínua” (Aulagnier, 1977, p. 164) ; posteriormente, pelo investimento da criança no grupo como contrapartida, na demanda de que lhe seja assegurado o direito de ocupação de um lugar independente do exclusivo veredito parental.

Assim, o projeto identificatório virá a constituir-se na auto-construção contínua do Eu pelo Eu, que exigirá um movimento em relação à temporalidade e historização. Para tanto, o sujeito deverá dispor das referências e emblemas de um registro valorizado pelo casal genitor que possibilitaram a manutenção deste casal no campo social. Esta condição de um saber sobre um Eu futuro, possível de ser projetado, exigirá o encontro com um ser passado, na constante diferenciação do que vem a ser e do que almeja ser. Esta abertura só será possível se o sujeito encontra a oferta de um direito, no conjunto, para que possa esperar um futuro que poderia concordar com um desejo identificatório.

O Eu irá redigir seu compromisso identificatório, segundo Aulagnier, pelo conhecimento de um outro separado de si, de suas modificações e autonomia:

“...descobriremos que ele pode ser sucessivamente presente e ausente, amante ou rejeitante, dispensador de prazer ou de sofrimento, impondo por isso um mesmo trabalho de auto-modificação a esse Eu conhecedor que só pode aprender, e isso permanecerá sempre verdadeiro, através da representação que forja de sua relação com o objeto investido” (1990b, p. 187).

O contrato narcisista vem a ser esse investimento em um modelo futuro, que implica em uma apropriação em relação ao meio e que dá lugar ao registro da ética, condição necessária para o funcionamento social. O estabelecimento de um projeto identificatório possibilita à criança estabelecer sua condição de sujeito e circular pelos diversos meios sem perder seus referenciais constitutivos.

Os dois casos apresentados neste estudo correspondem a casos críticos que não viabilizavam soluções imediatas e explícitas e não permitiam conclusões sobre observações diretas. Demandavam outras formas de intervenção para a dissolução do impasse e posterior andamento. O primeiro, trata de uma menina que vivia sob a guarda de sua mãe desde a separação dos pais, quando contava com pouco mais de um ano. Contrariando as afirmativas de Emery e Forehand (1996), sobre a estabilização afetiva das mães após seis anos da separação, o caso de Thaís apontou para uma conflitiva que mantinha sua estrutura sobre o tempo após oito anos da separação do casal. A análise deste caso, portanto, vêm a contribuir para a compreensão de padrões diferenciados daquele identificados pelos pesquisadores. A disputa dos pais pela filha iniciou após oito anos com um pedido de substituição de guarda por parte do pai e contestação pela mãe. A menina vivia com a mãe e mantinha contatos sistemáticos com o pai quando o processo teve início. O segundo caso, trata de uma separação litigiosa em que havia

impedimentos para um acordo imediato, decorrentes de uma separação prévia do casal ocorrida em outro estado. Diante do impasse, um dos cônjuges teria que abrir mão de sua situação, o que estava sendo negado por ambos.

5.1 O caso de Thaís

Chegamos a Thaís através de sua mãe Deise, que foi encaminhada para avaliação em decorrência de dois processos simultâneos de destituição do pátrio poder e substituição de guarda por parte de seus dois primeiros maridos. A partir da solicitação de uma avaliação de Deise e de suas filhas, tomamos contato com ela.

Foram realizadas duas entrevistas com Deise, momento em que buscamos identificar a origem de suas dificuldades com as quatro filhas na sua experiência de vida em família. Deise mostrou-se surpreendida com os processos judiciais dos ex-maridos, entendendo que tinham o objetivo de suspender o pagamento de pensão alimentícia: Miguel, o primeiro marido e pai de Thaís, fazia o pagamento mensalmente; José, o segundo marido de quem havia se separado recentemente não participava com pensão às filhas.

Deise falou de sua vida difícil e das fugas da casa do pai. Contou que sua mãe abandonou a família quando ela tinha pouco mais de um ano. Não sabia, no momento, os motivos que levaram a mãe a deixá-la, juntamente com sua irmã mais velha. Com a saída da mãe de casa, Deise e sua irmã foram entregues pelo pai para serem criadas pela avó e tia paterna. Dizia que a tia era agressiva muito exigente, gerando desentendimentos. Quando contava com doze anos, a avó solicitou ao pai que levasse as filhas para viverem com ele: “-A avó era mais bondosa e pediu que o pai nos levasse senão a tia ia nos matar”.

Na casa do pai e da madrasta, Deise afirma ter passado por muitas dificuldades pois o pai não acreditava nela e a espancava. Fugiu duas vezes da casa do pai: na primeira, foi ao encontro de uma outra tia, irmã da mãe, e foi procurada pelo seu pai que levou-a de volta para casa; na segunda, foi para a casa de uma amiga e regatada pela irmã. Ao ser questionada pelo motivo das fugas, Deise responde: *“Querida sair para conhecer pessoas”*.

Identificamos nestas fugas a manifestação de um desejo não reconhecido de encontrar a mãe. Após ser questionada sobre suas fugas, tratou do fato de ter sido deixada pela mãe, não escondendo seu sofrimento.

“Não sei o motivo. Sinceramente, não sei. Nunca me falaram. Meu pai não me explicou. Agora eu sou adulta... Dizem que minha mãe não quer me ver... Ela nos abandonou. Já procurei em rádios, Cruz Vermelha e vários lugares. Fiquei sabendo que ela não quer me ver. Parei de procurar. Uns dizem que ela não prestava; outros dizem que não. Minha irmã mais velha, ela procurou. Quando minha irmã abriu a porta lá de casa e viu que era a mãe, não deixou ela entrar. Eu tinha 16 anos na época.”

Há oito anos atrás, após a morte de sua avó, Deise encontrou cartas que sua mãe enviava para o pai, nas quais fazia pedidos para rever as filhas. Em uma destas cartas, afirma que a irmã mais nova, de nome Léa, que Deise não conhece, não é filha do casamento com seu pai. Deise concluiu que o afastamento da mãe ocorreu por traição, e que ela abandonou o lar, grávida de Léa.

Na terceira entrevista Deise traz Thaís de 9 anos, sua filha com Miguel. Após a primeira entrevista com Thaís, Deise mudou-se e abandonou a avaliação, que deveria incluir as outras filhas, de 6, 5 e 2 anos. O parecer enviado ao juiz confirmava a dificuldade de Deise para estabilizar sua vida familiar em decorrência do abandono precoce da mãe, que a levava a repetir

nos seus casamentos este drama e condição de abandonar-ser-abandonada. Como conseqüência, abandonou a avaliação diante das afirmações da filha que confirmavam as constantes ausências da mãe. Indicamos a possibilidade de Thaís vir a morar com seu pai, por ser uma alternativa que possibilitaria a Deise estabilizar sua vida, pois encontrava-se grávida do quinto filho de um relacionamento precoce, de apenas três meses. Entretanto, identificamos que Deise investia nesse novo relacionamento com a intenção de manter as filhas junto de si. Em audiência, Deise mostrou-se bastante emotiva, pedindo para ficar com seus filhos e levando familiares para apoiá-la. Conseguiu permanecer com a guarda das filhas com a indicação de acompanhamento psicológico a Thaís.

Nos meses que se seguiram, Deise não retornou e não foi possível localizá-la. Somente após seis meses, em seguida a uma audiência, foi notificada a seguir em atendimento para manter a guarda de seus filhos.

A história de Thaís inicia quando sua mãe saiu da casa do pai, aos 16 anos para trabalhar em uma cidade adjacente. Empregou-se em um restaurante, onde dormia. Conheceu Miguel, filho do dono do restaurante e começou a namorá-lo. Engravidou logo em seguida, alegando que ele queria muito um filho. Afirma ter perdido duas gravidezes antes de Thaís nascer:

“Eu mentia que estava grávida e não estava. Quando ele desistiu eu engravidei. Quando fiquei grávida, meu casamento foi pros ares”.

Deise fala aqui de outro tempo, quando ela nasceu, o casamento de sua mãe foi “pelos ares”. Segundo informações de Miguel, logo após o nascimento de Thaís, Deise apresentou comportamento instável, saindo freqüentemente de casa e deixando a menina com a sogra, mãe de Miguel que residia na mesma casa, junto ao restaurante.

As saídas de Deise eram freqüentes e geravam discussões entre o casal. Deise não sabe explicar o que ocorria, atribuindo os desentendimentos a “implicâncias” de Miguel. Com a

separação, Thaís vai morar com a mãe, que vincula-se ao segundo companheiro. Tem três filhas e após o nascimento da terceira, Deise abandona o segundo marido com queixas de que apanhava e era maltratada por ele. Poucos meses depois, os pais de seus filhos entram com um pedido de substituição de guarda. Neste período, Deise mudou de residência diversas vezes.

A primeira sessão com Thaís ocorreu em seguida às entrevistas com a mãe. Sentou-se e começou a falar como uma seriedade que chamava a atenção, em contraste com seus dez anos. Queixou-se que o pai não permitia que ela visitasse o “avô”, pai de José e segundo marido da mãe. Diz que sentia saudades deles e que gostava muito de estar com eles. Começa a chorar e diz que não quer ficar longe de sua mãe e sente saudade de seus avós. Descreve quem são todos os seus parentes, situando os avós paternos, maternos, bisavós, pais de José, tias, etc.

“Estou na terceira família. (ri muito). É melhor...aí eu vou ter um monte de irmão.”

Fez comentários e críticas sobre sua situação em casa:

“Eu estou cansada. Tenho levantar de noite e dar mamadeira para a Beatriz (irmã de 3 anos). Cuido dos meus irmãos desde os cinco anos... Agora que a minha mãe está grávida de novo...Quero ver.

Eu chupeí bico até os seis anos. E tomei mamadeira. Minha tia me deu uma xícara, aí eu deixei a mamadeira. Tenho saudade de um bico.

Minhas irmãs botam bico até no nariz. Eca! Isso me deixa com nojo de bico. Tomara que a Beatriz não me imite. O nenê que a mãe vai ter, quando nascer, eu quero que chupe bico até os seis.”

Pergunto por que quer que o bebê também chupe bico até os seis anos:

“Por que? Porque eu quero que fique igual a mim. Só não quero que ele fique muito magro como eu. Senão vai ficar doente. Eu não como. Não gosto de comer. Tenho asma. Se não tomar remédio...posso morrer.

Lá no pai eu jogo vôlei com meu vô, e com meu pai. Gosto mesmo de jogar futebol. Gosto de ver o pai jogando com o meu tio.”

Thaís fala de sua família, de suas referências mais significativas, como os pais do segundo marido de Deise e avós de suas três irmãs. Divide-se entre as visitas aos avós paternos e ao casal que chama de “avós”, pais de José, com quem estabeleceu uma relação afetiva significativa. Dos avós paternos, Thaís fala com prazer e não esconde o desejo de voltar a morar na mesma cidade que eles, onde vivia antes da segunda separação da mãe. Conta que gosta muito das visitas que faz ao pai e chora ao dar-se conta que as distâncias aumentaram e que isto pode dificultar o contato com ele. As visitas ocorrem quinzenalmente, de sexta a domingo, e o pai vai buscá-la de onde mora em uma cidade distante quarenta minutos da sua. Na casa do pai, Thaís brinca com sua meia-irmã de dois anos, filha do segundo casamento do pai e diz gostar muito de estar com eles.

Ao falar de seus hábitos de bebê, que abandonou, Thaís manifesta o desejo que o próximo irmão mantenha-os. A medida em que historiza e marca um tempo passado sobre o que ela foi, fala do desejo de mudança e de seu compromisso identificatório. Na passagem para o projeto identificatório, a criança situa um tempo de compreender, em que suas demandas pré-genitais se fazem presentes e ausentes, como aquela da dependência de um bico até os seis anos, que é saudado e rejeitado.

Quando fala do próximo irmão que está por nascer, Thaís deseja que ele a susceda nas demandas maternas e quando depara-se com o temor de morte, presente na crise de asma, põe um limite ao seu investimento pré-genital que retém e não permite o crescimento.

Imediatamente, lembra do pai, aquele que proporciona este espaço “fora” que apresenta o conjunto social e novas formas de prazer, em substituição àquele que preserva e que deseja ceder ao irmão-bebê. Este sim está em seu tempo de usufruí-lo.

Identificamos em Thaís a tristeza pelas perdas que teve com a segunda separação da mãe, do contato mais próximo com os avós paternos e pais de José. O choro diante da saudade de uns “avós” é um choro do presente que retoma um choro do passado, por outras separações. Ao nascer, Thaís recebeu muita atenção dos avós paternos, que perdeu com a separação precoce dos pais.

Estas experiências de separações intensificaram a posição ambivalente em relação à manutenção da demanda materna e sua passagem para a demanda social, passando pela prova da castração. Novamente, aqui a criança é colocada na posição inversa de significar uma situação que deveria se apresentar como uma demanda com codificação prévia, ou seja, a demanda materna de não abandono e não separação impossível de ser tolerada pela mãe é demandada à criança.

Após esta entrevista, perdemos o contato com Thaís e voltamos a recebe-la seis meses após. Antes da audiência que determinou o encaminhamento para atendimento, sua mãe forjou uma carta em nome de Thaís, com trechos escritos pela própria mãe e outros escritos pela menina, onde solicitava para ficar com a mãe e justificava o pedido com queixas improcedentes em relação ao pai. Entre as queixas, a afirmação de que ele descuidava das visitas à filha e não lhe dava a devida atenção em sua casa quando estava com a filha.

No retorno, encontramos Thaís mais contida e dividida em relação aos pais. Estava menos falante que no encontro anterior e voltada para o desenho, que na nossa escuta, revelava uma retração diante da tensão vivida.

Escreveu em uma folha: “*Pai eu te amo*”; e noutra folha: “*Mãe eu te amo*”.

Numa terceira folha escreveu: *Resolva as divisões:*

$343 \overline{) 3}$

Canadá

$\underline{3} \quad 114,333\dots$

Canadá é um dos países com

04

melhor qualidade de vida e tem duas

$\underline{3}$

línguas oficiais, o inglês e o francês.

13

$\underline{12}$

010

$\underline{9}$

1

E numa quarta folha, escreveu:

Português:

Separe as sílabas:

Poder: Po-der

Exclusivo: ~~exclusivo~~

Rio: Rio

Sul: Sul

Grande: Gran-de

Como Thaís não sabia separar as sílabas de “exclusivo”, riscou esta palavra e escolheu outras, de uma única sílaba: Rio e Sul. Por fim, escreveu a palavra Grande.

Em outra folha redigiu uma história:

“A menina

Era uma vez uma menina que se chamava Maria Luíza. Um dia, ela foi para casa e viu que não tinha ninguém e foi para uma quadra e ficou olhando, e ela

pensou: - Hoje é meu aniversário e ninguém se lembrou-se. Eles não vão fazer uma festinha. Ela foi para casa e quando entrou no seu quarto, eles começaram a cantar parabéns. Ela ganhou um lindo vestido, então. Foi experimentá-lo. - Ficou lindo em mim, obrigado, mãe e pai. E assim, ela ficou com sua mãe e com seu pai. Eles viveram felizes para sempre. Fim.”

Neste retorno, encontramos Thaís mais comprometida com o conflito dos pais e deixando marcas enunciativas deste envolvimento. No primeiro encontro manifestava –se mais livremente com palavras, e em seu retorno mostrou-se temerosa de explicitar suas idéias.

Entre as marcas enunciativas está a operação de divisão por três que tem como resultado uma periódica, ou seja, um resultado que se reproduz indefinidamente na mesma ordem. Na vida de Thaís aquilo que se reproduz indefinidamente está na função a três que se repete entre um rompimento e outro dos parceiros de sua mãe e remete ao “tempo de compreender” da castração, mantendo *a posteriori* a ordem de um registro a três. Na passagem da identificação pré-genital à identificação pós-edípica a criança situase numa posição de abertura, de um sujeito que deseja ser, para um sujeito que deseja ter, na transformação dialética posiciona a alternância entre “para quem ser e de quem ter”.

Thaís mantinha um bom vínculo com seu pai quando foi surpreendida com o processo de substituição de guarda. Passou a ser exigida em relação aos limites de seu poder, que antes estavam entregues aos pais. Agora Thaís necessita situar seu desejo em função de pai e mãe, e em relação ao conjunto familiar e social que a leva a definir o estatuto da mãe. Na definição do estatuto da mãe retoma o desvio constitutivo, da origem do sujeito do inconsciente, de reconhecimento daquilo que é estranho a si mesmo e que na falta ou no excesso não pode ser representado.

O significante Nome-do-Pai se apresenta na formulação da periódica que, ao colocá-la inicialmente na sujeição de um desejo do pai ou entre a ausência da mãe e presença do pai, é designado simbolicamente por uma associação significativa. Ora, a mãe de Thaís mantinha a busca incessante pela sua própria mãe que abandonou-a no primeiro ano de vida. Em seu relato afirma que deseja uma mãe que a deseje e ao mesmo tempo carrega no seu imaginário a mãe que desistiu de desejá-la. A busca da posição de ser desejada pela mãe corre paralela a posição de ser um objeto de desejo abandonado. Esta posição subjetiva de Deise se fazia presente nos repetidos investimentos em relacionamentos amorosos frustrados que não se efetivavam por não proporcionarem a completude reivindicada e por confirmarem, dessa forma, a necessidade de abandono. A perpetuação de um significante originário que não se confirma está representada pela periódica que, indefinidamente, o repetirá sem que o sujeito o saiba. Thaís recebe o protótipo identificatório, de uma demanda primária pela função de manter-se como resposta a demanda materna. No registro imaginário da menina prevalece a indeterminação de um pai detentor do falo por direito, e de um pai detentor do falo na medida em que priva a mãe de possuidora do mesmo. A ambivalência materna em relação à exata atribuição do falo, é antecipatória de enunciados identificatórios (a *sombra falada* que permite o acesso do sujeito a ordem do humano) que acarretam pontos de sustentação em uma função paterna indeterminada, significadas na periódica que mantem um resto não incorporável. Neste registro, os enunciados definem um conjunto que tem a função de um emblema identificatório, de sustentar-se ancorado em uma imagem especular em relação a qual se posiciona.

Na frase que anunciava o Canadá com melhor qualidade de vida onde duas línguas oficiais são faladas situamos outros significantes que remetem ao reconhecimento da dupla presença materna e paterna, necessários para seu crescimento e qualidade de vida. Para tanto, deverá integrar estas linguagens num mesmo lugar psíquico. A associação posterior de registrar

palavras e separá-las é uma seqüência dessa enunciação que tenta dar conta desse lugar que foi posicionada pelos pais.

As palavras que escolheu para separar estão diretamente relacionadas com sua situação entre o pai e a mãe. Foram retiradas de folhas timbradas que estavam sobre a mesa (Poder Judiciário, Estado do Rio Grande do Sul). A palavra “Poder” foi separada de “Judiciário” e carrega o peso daquilo que decidirá seu futuro diante de uma separação. Thaís não tem o poder para decidir, porém necessita dar conta de um “Poder” externo que espera dela uma posição e a interroga sobre isto, ao mesmo tempo não lhe outorga a decisão. A palavra “exclusivo” foi abandonada e riscada, pois o que é exclusivo não pode ser dividido. As palavras monossílabas traduzem a indivisibilidade, em contraponto às palavras “Poder” e “Grande”. Retornando às associações iniciais de Thaís, temos na partida de uma divisão numérica que resulta numa periódica, seguida de uma divisão de palavras em separáveis e não separáveis. Thaís exercita a determinação da lei, na medida em que representa nas palavras sua tensão. Finaliza com uma história que trata da sua condição subjetiva de ser significante do desejo abandonado de um filho – não desejo de filho - e do desejo permanente de ser um filho desejado.

Thaís conta a história de uma menina que está triste porque foi esquecida em seu aniversário. O aniversário comemora o nascimento e é representado na experiência de encontro com uma casa vazia. Podemos questionar se esta casa vazia viria a ser o encontro do *posto em relação* do corpo do bebê com o espaço psíquico materno (Aulagnier, 1977). Aqui, a mãe de Thaís que vivia o encontro e abandono da própria mãe, oferece ao bebê que chega um espaço ocupado, porém, temporariamente vazio, à espera do retorno materno. Apontamos a presença de uma *violência secundária*, que invade a *violência primária* constitutiva e pré-determina um encontro frustrado com um espaço psíquico desinvestido. Neste ponto, Thaís trata da experiência de sofrimento atual concomitante à prova de realidade: deparar-se com o lar vazio

diante da separação dos pais. O significante “aniversário” *a posteriori* retoma o nascimento e a marca de uma ruptura familiar enunciada na casa que está vazia. O nascimento de Thaís marca o fim do casamento dos pais, conforme palavras da mãe, repetindo a mesma situação vivida pela mãe em relação aos seus pais. A menina da história afasta-se de casa por uma quadra e reflete sobre o que poderia estar acontecendo. Ao colocar a distância necessária, pode pensar sobre a experiência de ser objeto e agente de desejo, enunciado pela confusão de “ser lembrada” e “lembrar-se”: “- Hoje é meu aniversário e ninguém se lembrou-se”. Thaís deseja ser desejada como, e desejar o objeto de desejo materno. No seu retorno ao lar recebe a surpresa da presença dos pais, de um presente, de um agradecimento e de uma convivência conjunta. O vestido recebido pelos pais é o reconhecimento de sua identidade e sexualidade. No final da história, o desejo expresso de ficar com a mãe e o pai, juntos.

Na sessão seguinte, Thaís queixou-se do pai, de que ele não foi buscá-la no último fim-de-semana. A mãe Deise vinha evitando as visitas de Thaís ao pai, com alegações diversas. Nesta sessão, Thaís fez referência à irmã Vitória, que mora com o pai.

“O pai não foi me buscar da última vez. Ele ligou dizendo que eu arrumo aniversário para ir no dia das visitas dele. Disse que a Vitória tinha ido pra praia com a mãe dela e que ele estava sozinho em casa. Eu disse pra ele que ele pode me buscar quando está sozinho, também. Não precisa ser só quando a Vitória está lá.”

Fez o desenho de uma menina torcedora, que carrega um pom-pom em cada mão.

Apesar de ser uma torcedora, a menina está com o olhar triste. Do lado esquerdo da menina desenha a lua e do lado direito, o sol. Faz uma linha de horizonte e desenha junto ao horizonte, do lado esquerdo, o sol, e do lado direito, a lua.

*“-É uma menina daquelas que torcem nos times. Ela está pensando...
Eba! Eba! ... vai ganhar pra quem ela torce.”*

Pergunto-lhe: *“Para quem ela torce?”*

Thaís responde:

“Para o sol. Vai vencer, quem ela torce.” Em seguida, faz um balão que indica pensamento com as palavras: “Ebá! Ebá!” E escreve ao lado da menina, abaixo do sol: “Para quem ela está torcendo? Para o sol. Quem ganhou? Foi o sol.”

Pergunto a ela se esta torcedora torce para o pai ou a mãe. Thaís responde prontamente:

“- Para a mãe.”

Digo-lhe que está dividida. Torce para o pai e não quer que a mãe perca.

Escreve abaixo da linha do horizonte, à esquerda da torcedora:

“Filha: Thaís T. N.

Pai: Miguel N.

Mãe: Deise T. S.”

Depois, à direita:

“Nome da torcedora: Thaís T. N.”

Acrescenta à esquerda e acima, seu nome, idade, a série em que estuda, a identificação da turma, o nome da professora.

Aqui Thaís registra a sua identidade, seu lugar social e revela, que o conflito identificatório está investido pelo desejo materno e paterno. Aulagnier (199b) aponta as manobras da criança para elucidar e transformar informações dos estímulos interno e externo, em informações *libidinais* para *ganho de prazer erógeno-narcísico*. Aqui Thaís redige seu compromisso identificatório, com cláusulas que manterá e que modificará, assumindo esse compromisso como sujeito. Na denúncia do pai, preserva seu compromisso identificatório pela “denúncia” do Eu que recusa a exigência materna de manter-se como sua garantia. Este processo revela uma singularidade no registro da neurose. Thaís confronta-se com uma

existência possível que enuncia nos dados de identidade espalhados pelo seu desenho. Mantendo-se ao lado da “lua-mãe” e ao lado do “sol-pai”, e assumindo o compromisso identificatório desse contrato narcísico estabelecido por eles, na inclusão de um horizonte com o sol abaixo da lua e a lua abaixo do sol.

A imagem fantasiada de uma torcedora que diz torcer pelo sol e que pede para ficar com a mãe enuncia um impedimento de corresponder ao desejo de “desejo de um pai”. O impedimento é registrado na incongruência, na contradição que marca a diferença de enunciados. O que na fala é uma afirmação consciente – Thais diz torcer para a mãe -, a expressão indireta revela o contrário, a torcedora deseja que o sol vença, este representante masculino ao lado da lua, como representante feminino. Fica assim negado o sofrimento da falta e substituído pela fantasia de poder sobre o sucedido – *“Vai vencer, quem ela torce”*.

Ao representar seus pais na nomenclatura genealógica *“Filha: Thais...”* situava sua condição de sujeito de desejo em relação à demanda de mãe e pai. Este identificado respondia a sua posição em relação ao ideal, como compromisso de interditos e pertencas. Interditos que são situados pelos interditores e pertencas que marcam posições identificatórias.

Neste esforço, Thais busca integrar-se e integrar seu corpo como uma unidade futura. Sua denúncia registra a angústia materna de dar conta de uma mãe e pai unidos, pais que não se mantiveram unidos, apesar de presentes no registro identificatório. A história de Deise reflete o conflito entre uma mãe revestida de bondade, a avó, e uma mãe revestida de maldade, a tia. Dessas, Deise busca a mãe que integraria no registro simbólico a mãe dividida de seu imaginário, aquela que abandonou-a no seu primeiro ano de vida, e que investiu-a de desejo e vitalidade. Essa mãe está dividida, entre uma mãe que “abandonou” porque “não prestava” e “não queria as filhas”, e a mãe que amava, mas que traiu e foi expulsa. Na conta periódica de Thais mantém-se a repetição dessa ordem de uma mãe dividida e sofrida. A interdição do

desejo sobre o pai passa pela fuga de uma mãe, abandono, castigo e esperança de encontro presentes na repetição da ordem instaurada. A luta de Deise para manter-se unida aos filhos é de outra ordem, que escapa a ordem do simbólico e da lei e se situa na ordem do imaginário, de uma mãe punida por abandonar os filhos e trair o marido. A interdição do pai denuncia a negligência de uma mãe que não atende aos filhos. Deise padece pela busca incessante e inconsciente de uma mãe que a deseje, não dando conta de atender a demanda dos filhos. Na ordem do simbólico, a permanência de Thaís com o pai, neste período de sua vida poderia lhe trazer benefícios, entretanto, a não concordância da mãe acarretava um sentimento de culpa pelo desejo de abandono, insuportável para a mãe.

Podemos dizer que a presença paterna através de um processo judicial que denuncia um excesso (substituição de guarda) necessita de um reconhecido. O excesso denunciado diz respeito a uma falta de investimento materno, e de um investimento da ordem de uma *violência secundária*

de uma mãe que abandonou uma filha,

que abandonou uma filha,

que abandonou uma filha...

e desejo de maior participação de um pai, ou melhor, de alguém que favoreça melhores condições de cuidado para a criança e oportunidades de relações extra-família. Esse reconhecido poderia vir da instituição judicial, da psicóloga que a representava através de uma escuta psicanalítica e da própria criança que tentava expor a angústia de estar dividida entre os pais.

A primeira audiência marcou pela permanência de Thaís junto a mãe e manutenção da situação anterior. A mãe abandonou a avaliação. Na audiência posterior, Thaís surpreendeu com uma atitude não esperada. Antes de iniciar a sessão ela solicita um momento somente com

o juiz e pede a ele para morar com os pais de José, segundo marido de sua mãe. Dizia que estava cansada de trabalhar na casa da mãe e que não queria decidir contra nenhum deles. Explica sua decisão, dizendo que assim, não traria problemas para os pais, pois ficaria morando na mesma cidade que a do pai, porém em uma casa que não a dele. Nesta audiência, ficou determinado que Deise poderia manter a guarda dos filhos se realizasse atendimento psicológico.

A iniciativa de Thaís revelou sua autonomia e uma tentativa de não intensificar o conflito entre os pais, preservando-os. Tentando situar-se fora da “periódica” e deixar de ser “moeda de troca”, Thaís denunciava a função de uma pré-genitalidade que anunciava abandonar. A decisão judicial de não autorizar o direito paterno de guarda da menina reforçou a condição anterior de permanência na posição de reivindicação permanente de uma mãe que poderia ter o *falo* por direito. A posição da psicóloga em seu parecer apontava para o risco de repetição de abandonos sucessivos, de fatos que foram confirmados pela menina e que levaram a uma indicação de atendimento à mãe.

Após esta segunda audiência, em que a mãe foi encaminhada para atendimento, uma nova perspectiva apresentou-se a Thaís: a mãe procurou o serviço para receber atendimento psicológico dizendo que sentia necessidade de uma ajuda, pois não conseguia controlar sua agressividade em relação aos filhos, sentindo-se culpada depois de agredi-los. No caso de Thaís, a disputa originava-se de uma denuncia da falta de atenção e cuidado mãe que só tornou-se demanda de mudança mediante a posição da criança de não submetimento e revelação. Conviver com o pai era um desejo de Thaís, impedido de ser expresso por causar um grande mal estar a sua mãe e respondia a uma demanda prévia, sustentada na experiência de abandono precoce dessa.

5.2 O caso de Antonieta

Antonieta procurou-me acompanhada de sua mãe, Lívia que narrou todo o drama que vivia em torno de um casamento e separação intermináveis. A separação entre os pais Antonio e Lívia, parecia ser uma extensão proporcional do tumultuado relacionamento que tiveram ao longo de vinte anos. Chamou a atenção o fato de Lívia ter trazido Antonieta para o primeiro contato comigo, porém não tardou a revelar o motivo. Lívia estava insatisfeita com a decisão judicial que entregou a guarda dos filhos ao marido, e ocasionou sua saída de casa. Além de queixar-se de uma decisão injusta, relatava as agressões físicas que sofreu do marido e trazia Antonieta para mostrar como ela estava triste e sentindo falta da mãe. A menina de 12 anos tinha uma expressão dura e manifestou-se em um único momento dizendo que estava pensando em morrer, pois não agüentava mais as brigas entre os pais.

A decisão sobre a permanência dos dois filhos menores do casal, Antonieta de 12 e Gabriel de 10 anos, com o pai decorreu do histórico de instabilidade de Lívia que deixava os filhos para dedicar-se à religião que freqüentava. Antonio acusava o fanatismo religioso de Lívia como responsável pelos desentendimentos que culminaram com a separação. Lívia entregou bens da família para doação e negava-se a aceitar que sua conduta era de fanatismo. Antonio mantinha uma pequena fábrica de utensílios de cozinha, que manufacturava em companhia do filho de 17 anos. Conseguia manter a família com sua renda e queixava-se que o filho mais velho, de 19 anos, não se estabilizava em um trabalho ou profissão, apesar de todas as oportunidades que lhe ofereceu, como cursos de especialização. Este filho era mais instável e vinculado à mãe.

Durante o período em que esteve casada com Antonio, Lívia, abandonou-o por mais de dez oportunidades. Após uma briga, colocava os filhos no carro e viajava para outro estado,

permanecendo semanas e até meses com seu pai ou com sua filha mais velha que é casada. Justificava sua inconstância com a agressividade de Antonio e as surras que recebeu dele. A avaliação do casal revelou problemas psiquiátricos em ambos.

Antonio confirmou que envolveu-se com situações de agressões físicas, no passado, uma delas culminou com a morte de um homem, e levou-o a responder um processo judicial. Há dez anos internou-se em uma clínica psiquiátrica, espontaneamente, tendo permanecido quinze dias internado. No período em que foi atendido por nós, referia dificuldades financeiras em sua empresa. Identificamos em Antonio uma tendência ao abuso de bebidas alcoólicas e alterações de humor com episódios de agitação e depressão.

Lívia recusava qualquer forma de ajuda, dizendo que Deus a salvaria de qualquer infortúnio. Este discurso delirante permaneceu durante todo o período em que esta família foi atendida por nós. Os filhos eram tratados por Lívia como crianças pequenas que necessitavam do carinho materno integral em contraste com o tempo reduzido que dedicava a eles. Enquanto esteve casada com Antonio, nos períodos de estabilidade familiar trabalhava na fábrica. Com a separação empregou-se em diversos locais, não conseguindo estabilizar-se em decorrência de sua inquietude e ansiedade. Lívia traçava planos de uma vida farta e feliz junto aos filhos, fazendo-os crer que tudo terminaria bem. Porém, suas iniciativas e investimentos profissionais fracassavam ou eram abandonadas precocemente. Decidiu morar em outra cidade e casar com um irmão da igreja que freqüentava. Manteve a instabilidade nos empregos.

Antonio e Lívia receberam assistência para entrarem em acordo quanto ao atendimento dos filhos menores, e Antonieta e Gabriel foram atendidos individualmente. A disponibilidade de Antonio de conduzir os filhos para as sessões contrastava com a atitude evitativa de Lívia, marcada pela perda da guarda dos filhos.

Antonieta mostrava-se preocupada com os irmãos após o afastamento da mãe e sentia-se comprometida em cuidar de todos principalmente do irmão Gabriel. Queixava-se da desconfiança do pai em relação às suas saídas de casa para encontrar-se com amigas, e a diferença de tratamento em relação aos irmãos de 19, 17 e 10 anos. Antonio preocupava-se que passava muito tempo afastado de casa fazendo contatos com clientes para a venda dos produtos que fabricava e não deixava Antonieta sair de casa para visitar suas amigas. Dizia que moravam em um bairro perigoso e com vizinhança difícil.

O enfrentamento das diferenças de atitude do pai entre ela e os irmãos fez Antonieta voltar-se para sua condição feminina. Inicialmente dizia querer morar com a mãe, e aos poucos foi mudando sua visão em relação a ela. Seus desejos foram aflorando e passou a buscar a companhia de amigas com mais intensidade, substituindo a preocupação com os irmãos. Ao mesmo tempo tinha um compromisso de dar conta do lugar da mãe no lar, que havia ficado vazio. Os contatos com a mãe, nas visitas quinzenais reforçavam esta fantasia pois a mãe não cansava de falar sobre seu desamparo por estar morando com o pai e irmãos, sem a sua presença. Antonieta tinha a companhia de Maria, a empregada que trabalhava há vários anos na residência.

O fato de Livia não aceitar sua saída de casa gerava em Antonieta e Gabriel um sentimento de culpa que não era identificado como tal, mas manifesto na conduta. Ambos evitavam permanecer muito tempo em casa e saíam constantemente para procurar a companhia de amigos. Agindo assim, evitavam sentir a falta da mãe e reproduziam o seu comportamento de passar grande parte de seu tempo fora de casa, se dedicando a outros interesses. Antonieta chorava ao referir a falta de amigas para conversar. Depositava nas visitas à mãe a esperança de suprir este vazio. Entretanto, voltava decepcionada destas visitas, pois a mãe passava mais tempo envolvida com a igreja que freqüentava. Podendo falar de suas decepções com o pai e a

mãe, Antonieta foi descobrindo sua subjetividade. Entretanto, permanecia inibida e presa ao conflito de ambos. O pai solicitava entrevistas com a filha, quando falava de sua preocupação e desconfiança em relação às suas saídas. Em um desses encontros disse que descobriu seu interesse por um jovem e que não concordava com o namoro. Antonieta tentou convencer o pai sobre este jovem e de seu interesse em namora-lo, porém, o pai recusou dizendo que era muito jovem para namorar. A intenção de namoro de Antonieta vinha ao encontro de um desejo de autonomia em relação aos pais e esperança de desamarrar o nó que a prendia a eles. Era uma forma de alivia-la da tensão de estar no lugar de sua mãe. Esta questão constituía o ponto de tensão de Antonieta. Porém, para desfaze-la, necessitava assumir sua subjetividade e buscar uma saída.

Um fato marcou o sentido desta tensão em toda a sua intensidade. Sua mãe comparece em uma sessão dizendo que Antonieta havia sido espancada pelo pai, e que levou-a para o conselho tutelar para denunciar maus-tratos. No dia em foi espanada pelo pai, ocorreu que Antonieta saiu mais cedo da escola e foi para a casa de uma amiga, para encontrar-se com um menino que lhe havia despertado interesse. Quando Antonio descobriu, reagiu violentamente e surrou-a quando ela retornou para casa. Coincidiu que Lívia estava chegando para sua visita aos filhos. Ao encontrar Antonieta machucada, Lívia levou-a ao conselho tutelar para denunciar maus tratos e agressão física, repetindo aquilo que impunha a si própria durante o período em que foi casada com Antonio.

Nesta sessão, Antonieta estava assustada e resignada: *“A mãe disse que eu estou no lugar dela...”*.

Assumir o lugar da mãe junto ao pai, como demanda pré-genital implicava ser o objeto real demandado. Para Antonieta, dispor-se como espancada dava conta de responder ao padrão

conhecido de apelo demanda-demandante. Mantendo-se como instrumento de gozo mantinha o circuito fechado que fundamentava a relação dos pais.

O *posto em cena*, na sessão analítica marcou a posição transferencial e sua função de mediar o objeto de desejo. O corpo machucado, como retaliação pela traição ao desejo se apresentava. Antonieta falava desse lugar em relação ao desejo da mãe, ou seja, estar em seu lugar em relação ao pai. Este significante que demanda um identificado, uma vez posto em sentido “*A mãe disse que eu estou no lugar dela...*” permitiu outros enunciados. Antonieta lembra que tinha três anos quando sua mãe levou-a para encontrar-se com outro homem. Lembra de vê-los se beijando e essa recordação lhe vinha a mente como uma imaginação. Agora, dizia ter certeza que o fato havia ocorrido, pois voltou a ver a mãe com esse homem quando foi visitá-la. Antonieta sentia-se cúmplice da traição da mãe.

Este episódio modificou a relação de Antonieta com seu pai e sua mãe. Ela passou a falar com ambos sobre seu desejo de namorar o jovem e insistir em ser ouvida. O pai passou a mostrar-se mais confiante em relação à filha e aceitar as aproximações do rapaz, além de tolerar as saídas de Antonieta, mesmo mantendo a proibição sobre o namoro.

Antonieta passa a envolver-se com jogos escolares e queixa-se que seus pais não reconhecem suas vitórias: no atletismo, como princesa da escola, na melhora dos conceitos escolares. Começa a escrever um diário, para compensar as horas que fica em casa a pedido do pai. Neste caso, a menina se manteve sob a guarda do pai, até que a mãe pudesse estabilizar-se e o casal entrar em acordo sobre a separação de bens.

5.3 A disputa da guarda por um filho e sua função de colmagem a um ideal

Os casos acima narrados correspondem a situações comuns de casais em fase de separação ou que já se encontram separados e manifestam desacordos quanto ao tratamento dos filhos. O novo do Código Civil de 10 de janeiro de 2002, trata da autoridade parental, da forma como propõe o Estatuto da Criança e do Adolescente:

“Divergindo os pais quanto ao exercício do poder familiar é assegurado a qualquer um deles recorrer ao juiz para a solução do desacordo” (Lei 10.406, artigo 1631, parágrafo único).

As divergências aqui citadas podem surgir de duas formas: em face de uma separação conjugal quando o filho é um “bem” a ser dividido e em face de uma denúncia de negligência, abuso ou falta de cuidados “suficientes” do ponto de vista do cônjuge denunciante. O juiz buscará uma solução por meio de acordos explícitos. A criança permanecerá como alvo de uma questão que constitui o vínculo familiar e, conseqüentemente, ponto de sustentação de seu processo identificatório. Por esse motivo, torna-se necessária a avaliação da posição identificatória da criança neste impasse.

Em Thaís, o compromisso identificatório estava denunciado pela expressão de um desejo de mudança em relação à mãe, e ao mesmo tempo, mantinha um submetimento às demandas por ela impostas. O atendimento à Thaís visava resgatar esse processo, mantido num estado de “não-processo” pela ambivalência de um desejo de mudança que respondia a um desejo de não mudança. Ao resgatar sua história passada, Thaís situava seu presente e as demandas que anunciava abandonar. Para seguir seu processo identificatório e dar um novo sentido àquilo que se reproduz indefinidamente na mesma ordem, Thaís necessitava da garantia da mãe e do pai de que permaneceria e teria o direito de mudar.

Antonieta mostrou um submetimento maior que não autorizava a recusa dessa aliança imposta. Do desejo expresso de morrer para o episódio de ser espancada pelo pai revelou o *posto em cena* de uma imagem de pais unidos, diante de um desejo de separação, e da culpa pela sua realização. Antonieta carrega o designeio de ser a filha de Antonio e de permanecer junto ao pai diante da separação deste casal que viveu por vinte anos numa relação caracterizada pela agressividade e instabilidade de ambos. Para renunciar a esta aliança que a mantinha submetida ao lugar da mãe, Antonieta necessitava encontrar neste outro signatário de seu projeto identificatório (o pai) a garantia de que as mudanças não seriam punidas ou impedidas por serem tratadas como traição. Podendo referir-se ao pai e relativizar os fatos de sua história, Antonieta pode seguir com direito à permanência sem submetimento, e à mudança sem punição.

A disputa por um filho, entre o casal parental, responde à permanência de uma demanda identificatória pré-genital fixa a uma imagem ideal definida. Ou seja, diante da decisão sobre a guarda do filho e da necessidade de mudança na relação entre o casal, a criança revela sua função de moeda de troca, de elemento em jogo entre o sujeito e a mãe. O pai participa neste jogo como o outro possível de ser investido, porém colmado a este ideal e vazio de uma existência por surgir.

Para a criança, a saída do impasse constitutivo da disputa só ocorrerá se o Eu receber a interdição sobre a mãe como objeto de gozo, de um desejo sobre ela que deverá permanecer excluído. A partir deste interdito se apresenta o anseio de se tornar outro, que, uma vez encontrado se projetará num outro, e assim, sucessivamente. A referência identificatória virá de um eu futuro – ideal- que tomará a referência de um eu presente e que reconhecerá aquilo que lhe falta desta relação desproporcional. Como ponto de anconragem, por ser o *a-menos* daquilo que falta, deverá permanecer faltante e trazer a conformidade de que não se pode ter tudo o que

se deseja ou saber que jamais se saberá tudo. Os pais participam deste processo tolerando os rompimentos das alianças pré-genitais e flexibilizando mudanças para que o filho possa dispensá-los como suporte e transpor para o conjunto social seus anseios.

REFERÊNCIAS

- Allonnes, C. R. (1989). *La demarché clinique en sciences humanines: documents, méthodes*. Paris: Bordas.
- Ahrons, C. R. (1981). The continuing co-parental relationship between divorced spouses. *American Journal of Orthopsychiatry*, 51, 415-428.
- Aulagnier, P. (1977). *La violencia de la interpretación. Del pictograma al enunciado*. Tradução de Víctor Fischman. Buenos Aires: Amorrortu editores.
- Aulagnier, P. (1989). *O aprendiz de historiador e o mestre feiticeiro. Do discurso identificante ao discurso delirante*. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Escuta.
- Aulagnier, P. (1990a). *Um intérprete em busca de um sentido, Vol. 1*, Tradução de Regina Steffen. São Paulo: Escuta.
- Aulagnier, P. (1990b). *Um intérprete em busca de um sentido, Vol. 2*. Tradução de Regina Steffen. São Paulo: Escuta.
- Banister, P., Burmann, E., Parker, T., Tylor, M. & Tindall, C. (1994). Qualitative research. Em P. Banistered (Org.), *Qualitative Methods in Psychology* (pp. 1-16). New York: Open University Press.
- Bleichmar, H. (1981). *Narcisismo. Estudo sobre a enunciação e a gramática do inconsciente*. Porto Alegre: Artes Médicas.

- Brito, L. M. T. (1999). De competências e convivências: caminhos da psicologia junto ao Direito de Família. Em L. T. Brito (Org.). *Temas de Psicologia Jurídica*, (pp. 171-186). Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Bulfinch, T. (1999). *A idade da fábula*. Tradução de David Jardim Júnior. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Caon, J. L. (1994). O pesquisador psicanalítico e a situação psicanalítica de pesquisa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 7 (2), 145-174.
- Caon, J. L. (1996). Psicanálise <> Metapsicologia. Em *História, Clínica e Perspectivas nos Cem anos da Psicanálise*. (pp. 61-73), Porto Alegre: Artes Médicas.
- Caon, J. L. (1997). Serendipidade e situação psicanalítica de pesquisa no contexto da apresentação psicanalítica de pacientes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 1, 105-123.
- Chauí, M. (1997). *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática
- Chemama, R. (1995). *Dicionário de psicanálise*. Tradução de Francisco Franke Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Código Civil (2000). Legislação Brasileira. 51^a. Ed. São Paulo: Editora Saraiva.
- Código Civil (2002). Legislação Brasileira. 53^a. Ed. São Paulo: Editora Saraiva.
- Cunha, A. G. da (1989). *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. (2^a. ed) Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Dor, J. (1991). *O pai e sua função em psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Dor, J. (1993). *A-cientificidade da psicanálise. Tomo 1*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas.

Emery, R. E. & Forehand, R. (1996). Parental divorce and children's well-being: A focus on resilience. Em R. J.Haggerty, L. R. Sherrod, N. Garmezy & M. Rutter (Orgs). *Stress, Risk and Resilience in Children and Adolescent*, (pp. 64-99), New York: Cambridge University Press.

Estatuto da criança e do adolescente. Lei Federal 8.069/1990. CEDICA-RS. Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social.

Fèdida, P. (1992). *Nome, figura e memória. A Linguagem na Situação Psicanalítica*. São Paulo: Escuta.

Fernandes, F., Luft, C. P. & Guimarães, F. M. (1994). *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Globo.

Feyerabend, P. (1977). *Contra o método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editor.

Figueiredo, L. C. (1997). *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis: Vozes.

Freud, S., (1972). Las neuropsicosis de defensa. Em J. Strachey (Org.), L. Tradução de Lopez-Ballesteros y de Torres. *Obras Completas Sigmund Freud. Vol. 1* (pp. 277-285), Barcelona: Biblioteca Nueva. (Originalmente publicado em 1894)

Freud, S., (1972). La herencia y la etiología de la histeria. Em J. Strachey (Org.), L. Tradução de Lopez-Ballesteros y de Torres. *Obras Completas Sigmund Freud. Vol. 2* (pp. 277-285), Barcelona: Biblioteca Nueva. (Originalmente publicado em 1896)

- Freud, S. (1994). La interpretación de los sueños. Tradução de J. L. Etcheverry
Obras Completas Sigmund Freud Vols. 4-5. (4ª. ed., pp. 133-209), Buenos
Aires, Amorrortu Editores. (Originalmente publicado em 1900)
- Freud, S. (1972). Três ensaios de teoria sexual. Em J. Strachey (Org.), Tradução de
L. Lopez-Ballesteros y de Torres. *Obras Completas Sigmund Freud Vol 3.* (pp.
1169-1137). Barcelona: Biblioteca Nueva. (Originalmente publicado em 1905)
- Freud, S. (1972). El psicoanálisis y el diagnostico de los hechos en los
procedimientos judiciales. Em J. Strachey (Org.), Tradução de L. Lopez-
Ballesteros y de Torres, *Obras Completas Sigmund Freud vol 4.* (pp. 1277-
1283). Barcelona: Biblioteca Nueva. (Originalmente publicado em 1906)
- Freud, S. (1972). La novela familiar del neurótico. Em J. Strachey (Org.), Tradução
de L. Lopez-Ballesteros y de Torres. *Obras Completas Sigmund Freud Vol. 3.*
(pp. 1361-1163). Barcelona: Biblioteca Nueva. (Originalmente publicado em
1908[1909])
- Freud, S. (1972). Analisis de la fobia de un niño de cinco años. Em J. Strachey
(Org.), Tradução de L. Lopez-Ballesteros y de Torres. *Obras Completas
Sigmund Freud Vol 4.* (pp.1365-1440). Barcelona: Biblioteca Nueva.
(Originalmente publicado em 1909)
- Freud, S. (1972). Observaciones psicoanalíticas sobre un caso de paranoia
autobiograficamnete descrito. Em J. Strachey (Org.), Tradução de L. Lopez-
Ballesteros y de Torres. *Obras Completas Sigmund Freud Vol 4.* (pp. 1487-
1528). Barcelona: Biblioteca Nueva. (Originalmente publicado em 1910 [1911])
- Freud, S. (1972). Los dos principios del funcioanmento mental. Em J. Strachey
(Org.), Tradução de L. Lopez-Ballesteros y de Torres. *Obras Completas*

- Sigmund Freud Vol. 5* (pp. 1638-1642). Barcelona: Biblioteca Nueva.
(Originalmente publicado em 1911)
- Freud, S. (1994). Totem y tabú. Tradução de J. L. Etcheverry., *Obras Completas Sigmund Freud Vol 13*. (4ª. ed., pp. 11-162), Buenos Aires, Amorrortu Editores.
(Originalmente publicado em 1913-14)
- Freud, S. (1995). Introducción del narcisismo. Tradução de J. L. Etcheverry. *Obras Completas Sigmund Freud Vol. 14* (4ª. ed., pp. 65-97), Buenos Aires, Amorrortu Editores. (Originalmente publicado em 1914)
- Freud, S. (1995). Pulsiones y destinos de pulsión. Tradução de J. L. Etcheverry. *Obras Completas Sigmund Freud Vol. 14*. (4ª. ed., pp. 105-134), Buenos Aires, Amorrortu Editores. (Originalmente publicado em 1915)
- Freud, S. (1995). Duelo y melancolia. Tradução de J. L. Etcheverry. *Obras Completas Sigmund Freud Vol. 14* (4ª. ed., pp. 237-255), Buenos Aires, Amorrortu Editores. (Originalmente publicado em 1917[1915])
- Freud, S. (1972). De la história de uma neurosis infantil. Em J. Strachey (Ed.), L. Lopez-Ballesteros y de Torres (Tradutor), *Obras Completas Sigmund Freud*. (Vol. 6, 11941-2009). Barcelona: Biblioteca Nueva. (Originalmente publicado em 1914 [1918])
- Freud, S. (1972). Psicología de las masas y análisis del yo. Em J. Strachey (Org.), Tradução de L. Lopez-Ballesteros y de Torres. *Obras Completas Sigmund Freud vol. 7* (pp. 2563-2610). Barcelona: Biblioteca Nueva. (Originalmente publicado em 1920-21 [1921])

- Freud, S. (1972). El yo y el ello. Em J. Strachey (Org.), Tradução de L. Lopez-Ballesteros y de Torres, *Obras Completas Sigmund Freud Vol. 7.* (pp. 2701-2728). Barcelona: Biblioteca Nueva. (Originalmente publicado em 1923)
- Freud, S. (1972). Neurosis y psicosis. Em J. Strachey (Org.), Tradução de L. Lopez-Ballesteros y de Torres. *Obras Completas Sigmund Freud Vol. 7.* (pp. 2742-2744). Barcelona: Biblioteca Nueva. (Originalmente publicado em 1923 [1924])
- Freud, S. (1972). La disolucion del complejo de edipo. Em J. Strachey (Org.), traduçã de L. Lopez-Ballesteros y de Torres. *Obras Completas Sigmund Freud Vol. 7* (pp. 2748-2751). Barcelona: Biblioteca Nueva. (Originalmente publicado em 1924)
- Freud, S. (1972). Fetichismo. Em J. Strachey (Org.), Tradução de L. Lopez-Ballesteros y de Torres, *Obras Completas Sigmund Freud Vol. 7.* (pp. 2993-2996). Barcelona: Biblioteca Nueva. (Originalmente publicado em 1927)
- Freud, S. (1972). Construcciones en psicoanálisis. Em J. Strachey (Org.), Tradução de L. Lopez-Ballesteros y de Torres. *Obras Completas Sigmund Freud Vol. 9* (pp. 3365-3373). Barcelona: Biblioteca Nueva. (Originalmente publicado em 1937)
- Freud, S. (1972). Escision del yo en el proceso de defensa. Em J. Strachey (Org.), traduçã de L. Lopez-Ballesteros y de Torres. *Obras Completas Sigmund Freud Vol. 9* (pp. 3375-3377). Barcelona: Biblioteca Nueva. (Originalmente publicado em 1938[1940])
- Freud, S. (1972). Proyecto de una psicologia para neurologos. Em J. Strachey (Org.), Tradução de L. Lopez-Ballesteros y de Torres. *Obras Completas Sigmund Freud*

- Vol. I.* (pp. 209-276). Barcelona: Biblioteca Nueva. (Originalmente publicado em 1950a)
- Freud, S. (1972). Los orígenes del psicoanálisis. Em J. Strachey (Org.), Tradução de L. Lopez-Ballesteros y de Torres. *Obras Completas Sigmund Freud Vol. 9* (pp. 3433-3656). Barcelona: Biblioteca Nueva. (Originalmente publicado em 1950b)
- Fustel de Coulanges, N. D. (1981). *A cidade antiga*. São Paulo: Martins Fontes.
- Gibello, B. (1997). Fantasia, linguagem, natureza: três ordens de realidade. Em D. Anzieu (Ed.) *Psicanálise e Linguagem. Do Corpo à Fala*. Tradução de Monique Aron Chiarella e Luiza Maria F. Rodrigues. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Henry, J. (1998). *A Revolução científica e as origens da ciência moderna*. Traduzido por Maria Luiza de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Hoppe, M. W. (2001). Do modelo de narrativa à escritura do fato clínico: o drama do paciente e o caso do analista. *Pulsional Revista de Psicanálise*, no. 140/141, p. 56-62.
- Hurstel, F. (1999). *As novas fronteiras da paternidade*. Traduzido por Emma Elisa Carneiro de Castro. São Paulo: Papirus.
- Hurstel, F. (2002). La fonction paternelle dans la société contemporaine. [On line] File:<http://user.swing.be/carrefour.naissance/RepBiblioth.html#lafoncionpaternelle>
- Lacan, J. (1985a). *Os Complexos familiares*. Tradução de Marco Antonio Coutinho Jorge e Potiguiara Mendes da Silveira Júnior. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

- Lacan, J. (1985b). *O eu na teoria de Freud e na técnica psicanalítica. O seminário, Livro 2*. Tradução de C. L. Penot e A. L. Q de Andrade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (1985c). *Mais, ainda.. O seminário, Livro 20*. (2ª. ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (1986). *Os escritos técnicos de Freud, O seminário, Livro 1*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (1988). *As psicoses. O seminário. Livro 3*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (1995a). *A relação de objeto. O seminário. Livro 4*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (1995b). *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. O seminário. Livro 11 (1964)*. (2ª. Ed., Reimpressão de 1995). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Versão brasileira de M. D. Magno)
- Lacan, J. (1999). *As formações do inconsciente. O seminário, Livro 5*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (1998). *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Publicado originalmente em 1966).
- Lancelle, G. (1997). El psicoanálisis y la investigación en escorzo. Desde una perspectiva clínica. *Psicoanálisis ApdeBA, 1-2*, 119-156.
- Laplanche, J. & Pontalis, J. B. *Vocabulário de Psicanálise*, Santos: Martins Fontes.
- Legendre, P., (1983). *O amor do censor. Ensaio sobre a ordem dogmática*. Tradução de Aluísio Pereira de Menezes, M. D. Magno e Potiguar Mendes da Silveira Júnior. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária.

- Leite, E. O. (1997). *Famílias monoparentais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- Lévi-Strauss, C. (2000). *Estruturas elementares do parentesco*. (2^a. ed.) Rio de Janeiro: Vozes. (Originalmente publicado em 1949).
- Lévi-Strauss, C. (1995). *Antropología Estructural*. Tradução de Eliseo Verón. (pp. 195-227). Buenos Aires: Ediciones Paidós. (Originalmente publicado em 1974).
- Lévi-Strauss, C. (1986). *O Olhar Distanciado* (pp. 69-98). Lisboa: Edições 70.
- Linhares, A. (1999). Observando o invisível: uma epistemologia psicanalítica. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 2, 86-96.
- Loffreda, E. (1997). Chiste, interpretación y validación. *Psicoanálisis da ApdeBA*, 1-2, 187-196.
- Nachmias, C. & Nachmias, D. (1981). *Research Methods in the Social Sciences*. (pp. 75-101), New York: St. Martin Press.
- Nasio, J. D. (1989). *Os sete conceitos cruciais da psicanálise*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Nasio, J. D. (1991). *Os olhos de Laura. O conceito de objeto a na teoria de Lacan*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Nasio, J. D. (1997). *A alucinação e outros estudos lacanianos*. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Oliveira, J. M. L. L. (1997). *Guarda, Tutela e Adoção*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris.
- Peck, J. S. & Manocherian, J. R. (1995). O divórcio nas mudanças do ciclo de vida familiar. Em B. Carter & M. McGoldrick, (Eds.) *As mudanças no ciclo de vida familiar*. (pp. 291-320). Porto Alegre: Artes Médicas.

- Rodriguez, D. (1997). El psicoanálisis y la investigación. *Psicoanálisis ApdeBA*, 1-2, 119-156.
- Roudinesco, E. & Plon, M. (1999). *Dicionário de Psicanálise*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Santos Neto, A. P. (1994). *Do pátrio poder*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- Smith, J., Harré, R. & Van Langenhove, L. (1995). Idiography and case-study. Em J. A. Smith, R. Harré & L. Van Langenhove, (Orgs.), *Rethinking Psychology* (pp. 59-69), Londres: Sage.
- Stake, R. E. (1994). Case studies. Em: N. Denzin & Y. Lincoln (Orgs.) *Handbook of Qualitative Research* (pp. 236-246), Londres: Sage.
- Sófocles (1982). *Édipo Rei*. Tradução de Geir Campos. São Paulo: Abril Cultural.
- Sófocles (1982). *Antígona*. Tradução de Millôr Fernandes. São Paulo: Paz e Terra.
- Tolstoi, L. N. (1998). *Senhores e Servos*. Tradução de Marques Rebello. São Paulo: Ediouro publicações.
- Wallerstein, J. & Kelly, J. B. (1980). *Surviving the breakup: How children and parents cope with divorce*. New York: Basic Books.
- Yin, (1993). *Applications of case study research*. Londres: Sage.